COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA

O território como categoria de diálogo interdisciplinar

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo e do compartilhamento de inquietações em torno das relações e tensões entre desenvolvimento, território e interdisciplinaridade. Assim, existem algumas pessoas e instituições que a tornaram possível de forma mais específica, e gostaríamos de registrar aqui os nossos agradecimentos.

A todos da Escola de Administração da UFBA, funcionários, estudantes, professores e principalmente orientandos, pelo convívio acadêmico e pelos momentos de partilha intelectual que animam e renovam as nossas reflexões.

À FAPESB e ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos de pós-doutorado e produtividade de pesquisa. Ao IHEAL e ao CREDAL, representados principalmente pela Professora Martine Droulers.

A todos os autores que aqui contribuem, agradecemos a confiança e a oportunidade de convívio acadêmico e pessoal. Um agradecimento especial ao Professor Georges Benko que, além da abertura para o diálogo, disponibilizou-nos vários de seus trabalhos e arquivos.

A Cássio Eduardo Viana Hissa, pela cumplicidade na construção de saberes.

A Aralina Pereira Madalena, pela responsabilidade e esmero com que cuidou das traduções dos artigos em francês. A Miguel Rivera-Castro, pela tradução do texto em espanhol.

A Fernanda Mourão, pelo cuidado da revisão. A Sérgio Antônio Silva, pelo projeto gráfico.

A Adriana Melo, pela tradução simbólica e poética da proposta. A Anna Cunha, pela sutileza na ilustração dos movimentos territoriais.

Aos amigos que sempre nos sustentam e ajudam a dar novos sentidos à caminhada.

A Rosário von Flash, por ajudar a compreender que o campo da sabedoria é mais extenso e profícuo que os "territórios" dos saberes, e que estes são também espaços preciosos de construção, transformação e abertura para novas fronteiras, novos saberes e o autoconhecimento.

Maria Teresa Franco Ribeiro
Carlos Roberto Sanchez Milani

Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe.

João Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas

Prefácio

Não é nada fácil prefaciar uma coletânea de artigos. Mas, diante de um tema que me é tão caro, o do território, aceitei com satisfação o desafio. E qual não foi minha surpresa ao me deparar com a qualidade do conjunto do trabalho que, ao contrário de outras coletâneas, foge à organização costumeira e efetivamente possui vários elos explícitos entre a maioria dos artigos, além de se preocupar com uma "introdução" e uma "conclusão", redigidas pelos organizadores.

Para além de uma coletânea de artigos – aqui denominados, por isso mesmo, "capítulos" – trata-se, como enfatiza Maria Teresa Ribeiro na introdução, da "produção de um campo de reflexões" a partir de questões ligadas especificamente ao conceito de território e às contribuições possíveis na compreensão dos processos de desenvolvimento, reflexões estas construídas deliberadamente numa perspectiva multi ou transdisciplinar.

Multi ou transdisciplinar porque esta é uma característica inerente não apenas a um conceito como o de território, mas também a outras discussões recorrentes ao longo dos textos, como a de desenvolvimento (presente já no título dos artigos de Alain Musset e de Ribeiro e Loiola), a de escala (mais explícita em Carlos Brandão), a de "ciência regional" (enfatizada sobretudo por George Benko), a de relações internacionais (mais explícita na conclusão de Carlos Milani) e a de regionalização (paralela à questão das escalas, da economia regional e dos "arquétipos espaciais do subdesenvolvimento" [Musset]).

O reconhecimento da riqueza dessa forma de abordagem – a perspectiva multi ou transdisciplinar (ou até mesmo "metadisciplinar", como diria Milton Santos, citado por mais de um autor na coletânea) – sugere uma leitura do fenômeno sócio-espacial, indicada explicitamente no título do livro, através de sua "complexidade" – expressão que, nesta obra, adquire conotação ampla, não se restringindo a uma posição epistemológica de filiação específica, como a matriz moriniana. Daí a reunião de especialistas de diversas áreas como a Economia, a Geografia, a Sociologia, a Arquitetura e a Ciência Política, e que traduz o território

em múltiplas dimensões (do político ao econômico e ao cultural) e escalas (da mundial [Hissa], à local [Solinís], inter-nacional [Milani], "glocal" [Benko] e estadual [Kraychete]).

É dispensável falar da relevância das temáticas territorial e do desenvolvimento nos nossos dias, nas mais diversas áreas das ciências sociais. George Benko, por exemplo, lembra que, longe do "fim dos territórios", "a macroeconomia se abre cada vez mais para o espaço e o território". Abordagens profundamente renovadas ou releituras mais simples, muito se tem escrito sobre elas. Ribeiro, na introdução, aponta que a "gestão territorial do desenvolvimento" surge como um foco constante nas políticas governamentais contemporâneas.

A propósito, lembro de um debate de que participei, há alguns anos, sobre o conceito de território que deveria pautar a nova política de ordenamento territorial no Ministério da Integração Nacional. Delineavam-se claramente, ali, duas posições – uma, que eu denomino de abordagem mais "funcional" do território, enaltecendo sobretudo suas bases políticas e/ou político-econômicas, e outra mais "integradora", que inclui a dimensão simbólico-identitária. Manifestava-se aí um dos principais dilemas que percorre o debate sobre o território e a territorialidade humana: seria o território uma entidade eminentemente vinculada a processos de dominação político-econômica ou estaria também impregnado de simbolismos, de valores culturais capazes de sugerir outras formas de apropriação do espaço (ou seja, também, de "territorialização")?

Não pretendo realizar aqui uma simples re-apresentação ou comentário geral do conteúdo discutido pelos autores. Farei, como proposto pelos próprios organizadores, uma espécie de diálogo a partir das considerações apresentadas. Não sei se isto foge à tradição dos "prefácios", mas acredito que, pela riqueza dessas proposições, é uma forma digna de demonstrar o valor do trabalho dos autores, destacando a enorme relevância de suas colocações pelos desafios e novos caminhos que nos sugerem.

Gostaria de começar destacando a importância de se tratar seriamente, hoje, de conceitos, em toda a riqueza de posições teóricas que se nos apresentam nesta encruzilhada da história. Mas trabalhar sobre conceitos, como em parte indica o texto introdutório de Cássio Hissa, exige tomar

algumas precauções importantes. Algumas são aparentemente banais, mas nem sempre atentamos para sua relevância – a começar pela distinção entre palavra e conceito. Costumamos associar palavras diferentes a distintos conceitos, mas uma outra posição também é possível: mesmos conceitos podem ser trabalhados sob palavras diferentes. Ou seja, muito mais do que sobre palavras, trabalhamos sobre os múltiplos significados que elas incorporam.

Território, em toda a sua polissemia, bem apontada ao longo deste livro, aparece hoje como um desses conceitos que, às vezes muito amplos, às vezes mais estritos, abarcam processos sócio-espaciais que, dependendo da "escola", podem ser apreendidos sob outras nomenclaturas. Vide o caso do conceito de "lugar" dominante hoje na literatura acadêmica anglo-saxônica. Na maioria das vezes a ampla concepção de lugar nas investigações em língua inglesa corresponde praticamente àquilo que, sob o nome de "território", trabalhamos no nosso contexto latino – em especial no latino-americano.

Daí o caráter imprescindível da localização epistêmica dos conceitos, como tanto enfatiza o chamado pensamento pós-colonial. Cada episteme, cada leitura de mundo, refere-se não apenas ao contexto histórico em que é produzida, mas também ao "ambiente" geográfico em que é gestada. Numa analogia geo-histórica, da mesma forma, toda regionalização exige uma periodização, e vice-versa, pois os "recortes" espaciais são sempre datados, valendo apenas para um determinado período da história, assim como para cada periodização proposta devemos definir a amplitude geográfica na qual ela pode ser efetivamente utilizada. Todo pensamento tem, então, um espaço-tempo próprio. Todo conceito, portanto, é não só historicamente datado mas também geograficamente situado.

Com relação ao território, e profundamente inspirado pela leitura provocadora de muitos dos textos aqui apresentados, gostaria de sintetizar um elenco de proposições, cada uma relacionada a características fundamentais do território – e, em sentido mais amplo, dos conceitos – dentro da abordagem renovadora aqui desenvolvida. Estas propriedades (algumas presentes em artigos como o de Ribeiro e Loiola) seriam: focalização, contextualização/flexibilidade, historicidade/mutação e pluralidade/complexidade.

Por "focalização" entendemos que: todo conceito, apesar de moldável e aberto, tem um foco. Poderíamos dizer que o conceito precisa "estar focado", ter um núcleo central ordenador, dentro das múltiplas relações que desenha num grande conjunto, maior, ou, como afirmou Gilles Deleuze, dentro de uma "constelação" de outros conceitos – constelação que constrói um corpo teórico, uma teoria mais articulada. Mesmo sem limites claros e com múltiplas áreas de interseção, o conceito não pode perder seu foco – assim, território é um conceito cujo foco central está colocado nas relações de poder, seja na visão mais estrita e tradicional do poder centrado na figura do Estado ou de uma classe sócio-econômica, seja na visão mais ampla, foucaultiana, do poder num sentido relacional, inerente a toda relação social. Um poder, igualmente, cuja análise não se restringe a seus efeitos materiais, mas também a sua dimensão simbólica (como no "poder simbólico" tão evocado por Pierre Bourdieu, e que implica a leitura do cultural, sempre, como "cultura política").

Praticamente todos os autores desta coletânea enfatizam, de uma forma ou de outra, que o conceito de território não é um conceito a-histórico e a-geográfico, precisa ser localizado em um tempo-espaço – em outras palavras, exige, como já destacamos, uma contextualização geo-histórica. Os conceitos são, neste sentido, "flexíveis", como enunciado por autores como Cássio Hissa. Mas esta flexibilidade, obviamente, tem limites, e estes são dados pelo "foco" ao qual se dirige cada conceituação (propriedade anterior).

Todo conceito não apenas é historicamente situado, no sentido da história social em que é produzido, como, ele próprio, tem sua história (enquanto história das idéias), e é preciso respeitá-la. Conceitos não são completamente reinventados o tempo todo, eles carregam um longo percurso, quase como se pudessem amadurecer ao longo do tempo (alguns, é verdade, assim, também fenecem). Com o território ocorre a mesma coisa. Como bem destaca Hissa, ele "jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar" – pelo simples fato de que, já no seu nascimento, ele brota em diferentes áreas, da Ciência Política (com a figura do Estado territorial – que são todos os Estados) à Biologia (especialmente na Etologia, ao trabalhar com o comportamento territorial

dos animais). Nunca podemos ignorar ou menosprezar essa carga histórica que os conceitos – em sua "focalização" – carregam, em nome de um presente tido como completamente inovador.

Diante de um discurso sobre o (pretensamente?) "novo", o "velho" não pode ser negligenciado, seja pelo seu papel – sempre ambivalente – de "resistência", seja como "resíduo", "sobra" ou, de uma maneira mais complexa, reinserido e re-produzido pelos próprios processos tidos como inovadores. Muitas dinâmicas globalizadoras atuam neste sentido: acabam por refazer o antigo – aparentemente "velho" – em seu próprio benefício. Vide a valorização de "culturas" e produtos "locais" e o discurso da "patrimonialização universalista" que acaba por realizar uma espécie de engessamento de parcelas expressivas do espaço e do território. Autores como Benko e Solinís problematizam estes elos e, como afirma Brandão, é necessário realizar sempre o "devido balanço entre rupturas e resistências", entre o novo e o velho. Que o digam os chamados "povos tradicionais" (indígenas, quilombolas...) e os agricultores sem-terra, em suas reivindicações territoriais e em sua longa história de lutas.

Por outro lado, a mutação, a transformação ou, em termos mais estritos, a mobilidade é uma característica fundamental dos territórios. Autores como Solinís e Hissa lembram a força das malhas ou tramas de redes na constituição dos territórios, o que traz implícito nosso debate sobre os "territórios-rede" que, apesar de sempre terem existido, se impõem hoje com uma força inusitada. A mutação e a mobilidade estão tão impregnadas nas concepções contemporâneas de território que estes só podem ser vistos dentro do movimento permanente de des-re-territorialização, como já apontava Claude Raffestin.

Tal como lembrado por Musset e por Milani, na nossa própria conceituação o território é, muito mais do que coisa ou objeto, "um ato, uma ação, uma rel-ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle". Sem esquecer que, ainda que privilegiemos o movimento, não ignoramos a necessidade – por exemplo – de sua "repetição", ou seja, de algum tipo de permanência, cujo sentido é profundamente diferenciado segundo os sujeitos e as lutas que estão em jogo.

Por fim, uma quarta propriedade, deduzida a partir do próprio título da obra: o território em sua complexidade e multiplicidade (decorrente, entre outros fatores, de seu próprio caráter inter ou transdisciplinar). É interessante destacar que mesmo na sua concepção mais tradicional, vinculada à soberania do Estado-nação, o território também é múltiplo. Isto é muito bem lembrado por Carlos Milani ao se reportar a Biersteker e às múltiplas formas de soberania, algo frequentemente ignorado fora do âmbito da área de relações internacionais: a soberania westfaliana é um ideal, não uma evidência efetivamente universal, as soberanias sendo "politicamente desiguais e substantivamente díspares".

Brandão afirma que, a exemplo do próprio capitalismo, o território deve ser visto "simultaneamente no singular e no plural". Mas não se trata apenas de uma "multiplicidade de territórios" ou daquilo que denominamos "múltiplos territórios" – os territórios, em si mesmos, são múltiplos, na medida em que se pode não só construir um território na mobilidade (pela vivência sucessiva de diferentes territórios) como também, simultaneamente, pode-se "acionar" – ou "controlar" – mais de um território, o que o atual aparato técnico-informacional nos permite. Desdobra-se assim uma multiterritorialidade tanto no sentido sucessivo (pela mobilidade física) quanto simultâneo (pela mobilidade informacional ou "virtual" – que nem por isso, obviamente, é menos "real").

No sentido mais geral da discussão sobre a natureza dos conceitos, uma propriedade também lembrada em mais de um trabalho deste livro é a de que um conceito nunca é uma mera "representação", como se pretendesse fotografar o real. Num jogo entre aquilo que Brandão, citando Adam Moore em relação à escala, reconhece como "categoria analítica" e "categoria da prática", o conceito é, também, ele próprio, como indica de maneira um pouco mais específica (por se restringir à Filosofia) Deleuze, um "acontecimento"; isto é, mais do que mera "representação do real", ele é, em si mesmo, uma "realidade" e, dependendo do contexto – e de seu conteúdo político – acaba também por servir como uma espécie de instrumento ("transformador") capaz de produzir novas realidades.

Dessa forma o território, mais do que uma definição acadêmica pretensamente bem articulada dentro de uma constelação (teórica) de conceitos, é também um conceito construído nas lutas sociais que dele

fazem uso, que o demarcam, que o transformam em "arena política" (como ressalta Brandão em relação às escalas – feitas assim território), que o refazem, enfim, como conceito, a partir da própria prática social. Território, sem dúvida, é um conceito político tanto em seu sentido mais acadêmico (enquanto categoria analítica) quanto num sentido mais prático (como instrumento de/para muitas lutas sociais).

Dessa forma, de fato, o território passa a ser visto a partir de outro "foco", mais geral e nem por isso menos relevante: os sujeitos que o constroem e que fazem dele uma bandeira e/ou arena ("arena" aqui vista não como palco, mas como constituinte inerente) de luta. Luta esta que não se resume a conquistas de ordem mais estritamente econômico-política mas que, envolvendo também nossa "perda de referência espacial", como bem lembra Soliníís, significa um amplo processo de (re) apropriação simbólica, única forma pela qual nos percebemos, muito mais do que como meros usuários, como responsáveis comprometidos com o (des)ordenamento dos territórios – ambientes de luta e de organização social indispensáveis num mundo que, como sugere este livro, carece de novas utopias que estimulem o engajamento e a transformação sociais.

Neste sentido, um bom livro é aquele que também nos permite levantar grandes questões – e esta é sem dúvida uma obra que não apenas elabora respostas, mas provoca indagações, sérias inquietações que se abrem para o futuro. Por exemplo, num sentido mais epistemológico, como encarar a relação entre espaço (categoria de análise? campo ideal?) e território (conceito? campo mais pragmático?)? Se a territorialização, como afirma Solinís, é construída "exclusivamente" na e pela sociedade, como inserir a discussão sobre a natureza (e um alegado "poder" da natureza, indissociável, hoje, da ação humana) em nossas concepções de território? Como caracterizar fronteiras territoriais (no sentido proposto por Cássio Hissa) num mundo em que, ainda mais ambivalentes, elas marcam profundamente tanto a união/o intercâmbio quanto a ruptura/a interdição – com a intensificação, por exemplo, da construção de novos muros? Que sentido tem hoje o discurso da segurança – e as tantas práticas a ele vinculadas – na reconfiguração da abertura e mobilidade dos territórios? Que papel irá adquirir, a partir de agora (especialmente pós-

crise financeira), a chamada "exclusão" social (ou melhor, seguindo Souza Martins, a "inclusão precária") nos processos de des-reterritorialização? Qual a reconfiguração geo-econômica dos territórios a partir da recente crise do capitalismo financeirizado global? Como construir novas formas de gestão capazes de dar conta da multiplicidade territorial em que estamos mergulhados – e, por outro lado, a crescente demanda por um "território mínimo" para tantos? Questões que abrem a agenda de novas e instigantes pesquisas para as quais os autores desta coletânea trazem, sem dúvida, valiosas contribuições.

Enfim, a questão maior, sugerida por esta obra: dentro do amplo continuum que vai desde os territórios construídos com propósitos meramente funcionais (uma espécie de "controle de mão única", típico do produtivismo capitalista) até aqueles com forte carga simbólica e identitária, como restituir uma territorialização capaz de significar não apenas um "controle" do espaço, em sentido estrito, mas também a sua produção e vivência em novas bases, onde "controlar" ou "exercer poder" signifique também "afetar" – na dupla condição de afetarmos e sermos afetados pelo ambiente que criamos. Pois, como lembra Spinoza, o aumento do nosso poder para agir significa também o crescente poder de sermos transformados – pelo "afeto" – dos outros e do território que indissociavelmente construímos.

Rogério Haesbaert

SUMÁRIO

Introdução

Maria Teresa Franco Ribeiro

Dois temas voltaram a ocupar os campos do debate acadêmico e das ações públicas, nas últimas duas décadas, resultado talvez do fracasso das prescrições neoliberais de cunho universalista e do crescimento dos movimentos sociais, que nem sempre são percebidos de forma articulada: a questão do desenvolvimento e a questão territorial.

A retomada do debate sobre o desenvolvimento se faz no contexto dos resultados precários dos processos de globalização e dos impasses que surgem em todas as perspectivas (econômica, social, cultural, política e ambiental), que colocam em xeque os pressupostos e instrumentos que vêm dando suporte à compreensão e à intervenção sobre a realidade do desenvolvimento (LEFF, 2006; DUPAS, 2004; CHESNAIS, 1994; BRUNHOFF, 1996; SACHS, 2005). O "desenvolvimento" e o "progresso" prometidos pelos princípios e aplicação da ciência moderna mostraram-se limitados, excludentes e perversos, o que é demonstrado pelo aumento das desigualdades sócio-econômicas. Esse contexto expressa a crise da modernidade, que resulta da inserção desigual dos indivíduos, classes e grupos na sociedade nacional, das nações no sistema internacional, bem como do não-cumprimento das promessas do desenvolvimento.

Das diversas abordagens contemporâneas que discutem as bases dessa crise, bem como as possibilidades de superação, quatro se destacam:

• a primeira interpretação da crise do desenvolvimento emana daqueles que a associam ao modo capitalista de produção e à sua lógica de acumulação. Portanto, sua superação passa, necessariamente, pela superação desse modo de produzir, distribuir e se apropriar tanto dos resultados da produção quanto do próprio espaço social. Segundo David Harvey (2005), as dimensões geográficas relativas à acumulação do capital e à luta de classes desempenham um papel fundamental na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações do trabalhador, não apenas em lugares específicos, mas também globalmente;

• uma segunda abordagem, a crítica antropológica, revela o papel do etnocentrismo e do eurocentrismo na definição dos valores e normas do desenvolvimento enquanto promessa ocidental, ressaltando a natureza histórica e pretensamente universalizante da modernidade. Para essa

corrente, os princípios do progresso e da civilização impuseram lógicas e racionalidades como medidas universais para diferentes realidades sócio-culturais e contextos históricos, e apontam para a necessidade de diálogo com e entre os povos indígenas e o respeito às diferentes racionalidades (TUCKER, 1999; SAID, 2007);

- a terceira visão, numa mesma linhagem da crítica pós-moderna, adverte para a impossibilidade do caráter universal do desenvolvimento, fruto de uma utopia iluminista que acabou favorecendo os interesses das classes dominantes. Existe hoje um movimento ascendente na Europa da escola pós-desenvolvimentista segundo a qual, assim como o progresso, o desenvolvimento pode trazer conseqüências sobre a vida e a liberdade dos homens, camuflando os interesses de diversos grupos de poder que se beneficiam desse mesmo processo. Defendem o pós-desenvolvimento e a pesquisa sobre modos de épanouissement coletivos que não buscam apenas o bem-estar material, responsável pela desestruturação do ambiente e das relações sociais, mas respeitam as especificidades dos povos. Ressaltam, assim, a natureza essencialmente plural do desenvolvimento que se desenha de forma sensivelmente diferente no Norte e no Sul (LATOUCHE, 2004; ESCOBAR, 2007; RIST, 1996);

- finalmente, uma quarta abordagem diz respeito à corrente crítica contra-hegemônica que assume os desafios da construção dos valores universais em novas bases. A falta de respostas às questões relacionadas com as desigualdades sociais e a continuidade do tratamento das questões do desenvolvimento, fundamentalmente, na perspectiva econômica, deverão ser a tônica das reivindicações dos movimentos alternativos expressos principalmente no âmbito do Fórum Social Mundial. Os trabalhos oriundos desse debate sinalizam a natureza polissêmica e multidimensional do desenvolvimento. Essa corrente recoloca o debate sobre qual globalização se quer construir e os caminhos possíveis (ESCOBAR, 2007; MILANI, 2006; SOUSA SANTOS, 2001; SANTOS, 2001).

Muitos pontos explorados por essas abordagens se entrecruzam, como a questão ambiental e a retomada do debate sobre as dimensões e especificidades dos territórios. Segundo Cássio Hissa (2008), embora a questão ambiental adquira perfil importante nos meios de comunicação

em geral, as abordagens dessa temática ainda privilegiam o paradigma disciplinar, impedindo ou, às vezes, dificultando a expressão das "vozes do mundo", bem como de suas diversidades epistemológicas, desconsiderando a diversidade de saberes onde a vida se desenvolve (HISSA, 2008:9). Acrescenta-se a este olhar a análise da ecologia política que combina uma crítica ao desenvolvimento ambientalmente insustentável com a necessidade de retomar o debate sobre os conflitos distributivos (MARTINEZ-ALLIER, 2007). A ecologia política parte do princípio de que os problemas ambientais não afetam todos os indivíduos e grupos sociais uniformemente e afirma que a concentração de riqueza é também o resultado do controle sobre determinados recursos ambientais (MILANI, 2008).

Apesar desse intenso debate, duas "verdades ou mitos" ainda parecem persistir: a primeira, a idéia do desenvolvimento como um caminho linear a ser perseguido a partir de experiências dos países desenvolvidos, e a segunda, a crença de que a aplicação dos conhecimentos disponíveis podem ser transferidos e aplicados de maneira universal. Esses dois princípios partem do pressuposto de que tanto a idéia de desenvolvimento como a de ciência seriam neutras e que o avanço desta traria necessariamente o progresso para todos. A "crença" na neutralidade da ciência e na "universalidade" dos indicadores de desenvolvimento continua a orientar a elaboração de políticas de desenvolvimento tanto no Norte como no Sul. Desconsidera-se a existência de valores sociais e interesses econômicos implícitos na produção do conhecimento científico e tecnológico, bem como as conseqüências de sua aplicação em contextos histórico-culturais específicos. Deixa-se de lado, entretanto, a contribuição dos estudos sociais da ciência na definição de estratégias de desenvolvimento (LATOUR, 2004). Permeia essa visão a concepção de que a produção "científica" do conhecimento leva sempre à eficiência e nega a importância de outras formas de conhecimento e saberes construídos ao longo da história, por diferentes sociedades.

A partir de reflexões críticas acerca desses "mitos universais", alguns estudiosos avançam na construção de novos princípios e conceitos que discutem e desconstroem antigas verdades científicas, baseadas no modelo cartesiano-newtoniano, e buscam dar conta da intrínseca

interconectividade das relações da sociedade com a natureza e da complexidade dos processos de desenvolvimento (CAMARGO, 2005; HISSA, 2002; NICOLESCU, 2001; MORIN, 1999; MORIN e MOIGNE, 2000; SOUSA SANTOS, 2001, 2003). Esses autores realizam um esforço de crítica epistemológica e perseveram na construção de novas bases do conhecimento que valorizam o diálogo entre as suas áreas, buscando integrar o que foi fragmentado e tornar complexo o que foi simplificado pela ciência moderna.

Outro tema retomado com intensidade nos debates acadêmicos mais recentes é a questão do território e da desterritorialização. A partir de experiências "exitosas" de crescimento, como a terceira Itália, a dimensão territorial "local" passa a ser a solução para o estímulo à inovação e ao desenvolvimento, desconsiderando porém a complexidade deste processo histórico e seus fatores estruturais. Como aponta Oliveira (2002), o desafio do desenvolvimento local, analisado em sua polissemia, é complexo e comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania, e qualquer tentativa de transformá-lo em um modelo paradigmático estará fadado ao fracasso. A perspectiva do desenvolvimento local em Oliveira (2002) tem um caráter emancipatório, sem nenhuma pretensão de solucionar todos os problemas no nível local. Abrem-se aí apenas as possibilidades de uma ação crítica e alternativa às propostas unidimensionais neoliberais para o desenvolvimento, mas sem camuflar ou minimizar os complexos interesses em jogo em todas as suas esferas e escalas.

Destacam-se, nesse debate, as contribuições de Rogério Haesbaert (2007), sobre a criação e desaparecimento dos territórios, desenvolvendo um diálogo oculto – na medida em que esse não se dá de forma explícita e efetiva – entre a Geografia e as demais ciências sociais preocupadas com a dimensão espacial da sociedade. Haesbaert, a partir de um levantamento minucioso das diversas concepções de território, advindas de diversas áreas do conhecimento, como da própria Geografia, da Antropologia e da Ciência Política, constrói uma matriz desses referenciais teóricos específicos. Essas concepções de território se dividem entre o binômio materialismo e idealismo, que se desdobram, por sua vez, em olhares mais totalizantes e mais parciais do território em relação aos vínculos

sociedade-natureza e às dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural).

Há ainda as contribuições que valorizam a historicidade do conceito a partir de duas compreensões: a de sua abrangência histórica, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está circunscrito a um determinado período ou grupo social, e a de seu caráter absoluto ou relacional. Ou seja: no seu sentido fisíco-concreto (como "coisa", objeto), ou no sentido sócio-histórico ou relacional (HAESBAERT, 2007:45).

Haesbaert ressalta, entretanto, que, apesar dessas diferentes abordagens, percebe-se hoje um grande entrecruzamento das diferentes concepções teóricas, numa tentativa de superar as dicotomias material/ideal do território, envolvendo a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o "imaginário geográfico" que também move essas relações. Não se percebe hoje uma relação biunívoca entre a base filosófica do pesquisador e o referencial teórico que este explora. Esse "ecletismo" seria um dos legados do pós-modernismo, que se abre para o diálogo entre diferentes matrizes teóricas, em um movimento multifacetado.

As posturas em relação aos sentidos dos territórios vão desde aquelas que defendem o seu fim (inter alia, LÉVY, 1993; BADIE, 1994; CASTELLS, 1996; VELTZ, 1996) àquelas que acreditam que a territorialização seria a solução para todos os problemas, pensamento dominante, hoje, nas políticas públicas de vários países, sejam do "Norte" ou do "Sul" (GIRAUT e ANTHEAUME, 2005; HAESBAERT, 2006).

Os que defendem o fim do território acreditam na extinção de determinadas formas e relações construídas sobre o domínio dos Estados nacionais, que não dão conta dos interesses dos novos atores e movimentos que se articulam no nível internacional, nem das estratégias das grandes corporações, tampouco dos diversos movimentos sociais transnacionais possibilitados pelo avanço das novas tecnologias da informação. Como todo conceito, o tempo do território e sua capacidade de compreender a realidade são historicamente datados. Neste momento em que a complexidade das dinâmicas sócio-econômicas aponta para a importância da

dimensão local de emancipação, o conceito de território reassume relevância conceitual e metodológica. Assim, no nível das políticas públicas, a gestão territorial do desenvolvimento passa a ser o foco dos governos, seja do Norte ou do Sul. Mas o que esse conceito de território aporta? Quais as suas especificidades e particularidades? O que o torna funcional ao processo de expansão capitalista? Como o território representaria uma porta para a compreensão de diversas dinâmicas socioculturais e a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre diferentes saberes e o exercício da interdisciplinaridade?

Sob a influência do conjunto das ciências sociais, o território passa da situação de uma descrição de uma malha espacial (no sentido jurídico-administrativo) para o estatuto de conceito que busca dar conta da complexidade da realidade e das construções sócio-econômicas inseridas em um espaço físico. O conceito de território remete tanto aos aspectos formais (distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas), bem como os aspectos ligados ao sentido dessas formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores), como lembra Benko (2007). O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Nesse sentido, o território cultural precede o território político e precede o espaço econômico (HAESBAERT, 2006). O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos. É através do conhecimento desses símbolos que podemos restituir toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares e aos territórios de vida.

Numa perspectiva crítica, o território é visto como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, apesar de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" e os "outros". Territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma rede de relações sociais e produtivas capazes de produzirem singularidades (SOUZA, 1995). Milton Santos incorpora o conceito sócio-espacial derivado do conceito de formação socioeconômica. Para o autor, o modo de produção, a formação socioeconômica e o espaço são categorias interdependentes e indissociáveis (SANTOS, 1978).

Esse debate não só me despertou para a necessidade de aprofundar, mas de compreender melhor os sentidos do território, a sua relação com o desenvolvimento, e de estabelecer um diálogo epistemológico com outras áreas do conhecimento. Assim, parti para o pós-doutoramento no Institut des Hautes Études sur l'Amérique Latine – IHEAL, Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine – CREDAL. A inserção nos debates, cursos e seminários como os de Georges Benko e Alain Musset foram fundamentais para a compreensão da complexidade desses conceitos e das suas interrelações. Daí nasceu a idéia deste livro. Ao invés de um trabalho solitário e dentro do entendimento de que todo saber é coletivamente construído, por que não organizar um espaço de diálogo entre pesquisadores brasileiros e franceses envolvidos com a temática do desenvolvimento e do território? Pensava-se não apenas em uma coletânea de artigos, mas na produção de um campo de reflexões a partir das seguintes questões: qual o significado do conceito de território a partir de seus campos de estudo? Quais contribuições podem aportar para a compreensão dos processos de desenvolvimento?

Espera-se que o elo condutor dessas abordagens – situado na concepção do território como espaço de construção social, política, econômica e simbólica – contribua para o debate na academia sobre os desafios das sociedades contemporâneas e a necessidade de se integrarem saberes distintos na compreensão das dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas. Espera-se, também, que essas contribuições alimentem a reflexão das ações territoriais realizadas pelos diferentes tipos de atores, fundamentalmente, os formuladores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento. Acredita-se que sua leitura será proveitosa para estudantes de economia, geografia, economia política, urbanismo e administração, sociologia, ciência política e relações internacionais.

A apresentação dos trabalhos procurou dar conta das perspectivas privilegiadas por cada autor, de tal forma que permitisse a construção de um diálogo ou sinergia em torno do território. Embora esse tenha sido um difícil exercício de ordenamento, não teve uma preocupação de hierarquização. A preocupação se deu mais em termos metodológicos, no sentido de se abrir o debate com os trabalhos que exploram mais

a perspectiva histórico-teórica e avançar com aqueles que direcionam o olhar para a dinâmica socioeconômica, com contribuições empíricas para o debate. Para destacar a importância do diálogo entre as áreas e as dimensões do tema central deste livro, a contribuição de Germán Solinís consubstancia a necessidade de um pensamento metadisciplinar, que ainda não existe de forma codificada, para dar conta da complexidade dos fenômenos sugeridos para análise, das diferentes escalas do território e das mudanças nas relações entre espaço construído, espaço político e espaço simbólico. Solinís fecha sua contribuição colocando uma questão que parece ter sido deixada de lado, e que é tão cara aos intelectuais das décadas de 60/70: qual nova utopia orientará os novos territórios? Essa questão colocada por Germán Solinís está presente no livro de David Harvey, Espaços da esperança. O autor aponta para a importância de compreender os desenvolvimentos geográficos desiguais, explorando todas as escalas de análise pertinentes e, a partir dessa perspectiva, fortalecer os espaços de esperança. "Condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política" (HARVEY, 2006:98). Esse é um ponto que perpassa os diversos olhares aqui apresentados.

Em um esforço de síntese, tentando alinhavar os pensamentos e inquietações dos diversos autores, e tendo como pano de fundo a questão proposta e os conceitos-chave desenvolvimento, território e interdisciplinaridade, Carlos Milani assume a difícil tarefa de concluir, fazendo-o com criatividade, a partir do seu campo de investigação: o território em que se dão as relações internacionais.

Abrimos o livro com a contribuição de Cássio Eduardo Viana Hissa que, de uma forma mais ensaística, apresenta elementos e conceitos que respaldam o debate sobre a complexidade da construção do diálogo interdisciplinar. Embora no âmbito do discurso as disciplinas expressem o desejo de diálogo e ampliação do campo de saber, ainda há uma longa caminhada, de muitos pré-conceitos a serem compreendidos para serem superados. Na verdade, a única possibilidade "fértil" para a construção desse diálogo está na compreensão de que o mundo é, por natureza, o mediador desse desejado "entrelaçamento". Dentro desse escopo de análise e de forma provocativa, questiona-se a existência de um "real" desejo da ciência em dar ouvido às vozes do mundo, para que ela também

se transforme, bem como as possibilidades de o território, como lugar, expressões de mundo, ser o espaço que convida e acolhe o diálogo entre saberes. É a partir deste capítulo que abrimos o espaço para a apresentação dos diferentes olhares sobre as possibilidades, os limites e a pertinência do entrelaçamento desses conceitos.

O artigo de Alain Musset situa-se no campo histórico-conceitual. A partir do confronto de pensamento de teóricos liberais e geógrafos marxianos, como Yves Lacoste, procura resgatar o sentido dos conceitos de espaço e território negligenciados ou subvertidos pela lógica do pensamento liberal e das clivagens ideológicas. Yves Lacoste foi um dos primeiros geógrafos a apontarem a clivagem ideológica da noção de subdesenvolvimento e a superar as fronteiras acadêmicas que fragmentam as ciências sociais, ressaltando a importância não apenas de multiplicar as escalas de análise, mas também de cruzar os olhares disciplinares. De forma criativa, Musset mostra que com a redução dessas clivagens político-econômicas a arquétipos espaciais como centro-periferia, cidade-campo e Norte-Sul, o discurso do subdesenvolvimento desterritorializou-se para se transformar em uma alegoria das relações de poder nas escalas intercontinental, nacional ou regional.

Georges Benko faz uma revisão das contribuições da ciência regional nas três últimas décadas apontando os pontos de inflexão e mudanças. Propõe-se a decifrar a lógica da formação do pensamento em geografia econômica e sinalizar as riquezas das evoluções recentes. Segundo Benko, dois movimentos ocupam a cena do debate: a abertura da macroeconomia para o espaço e o território e os trabalhos de Paul Krugman (1991 e 1995), que se apresentam como uma nova geografia. Os trabalhos que priorizam a territorialidade seja das inovações, seja das organizações econômicas e sociais a partir dos anos 70 rompem não apenas com o estruturalismo global como com as teorias das "etapas" do desenvolvimento. Georges Benko faz um resgate dos debates e dos autores que procuram captar as principais mudanças que ocorreram no mundo, no momento do chamado fim da modernidade ou o início dos pós-ismos, neo-ismos e novos "-ismos". Para ele, atrás do debate daqueles que privilegiam a estruturação do local e daqueles que, de outro lado, privilegiam as regras do global, esconde-se uma certa incapacidade de se identificar os traços

do pós-fordismo e mesmo a coexistência de modelos locais muito diferentes, no centro, de uma área global única.

Para Benko, apesar de todo o movimento de desqualificação da ciência regional, há ainda um grande espaço para essa área do conhecimento, por natureza multidisciplinar. Mas, "se a ciência regional deseja ir mais longe do que uma disciplina neopositivista, utilizando técnicas e métodos econométricos e ferramentas da goegrafia quantitativa de um tempo ido (denominada outrora, nos anos 60, a "nova geografia"), ela deve alargar seus fundamentos epistemológicos e, a um só tempo, seus campos de conhecimento e ação."

Carlos Brandão explora a contribuição que a economia política e a geografia crítica podem dar para a construção de uma abordagem interdisciplinar sobre o desenvolvimento, território e escalas espacias. Acredita que muitas das questões exploradas por essas duas abordagens são negligenciadas nas análises das dinâmicas territoriais do desenvolvimento. Para o autor, entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento e suas repercursões na produção do(s) território(s), não pode haver determinações lineares e fáceis, e ele reivindica o estabelecimento das inúmeras mediações complicadas e delicadas entre essas duas dimensões.

Seu texto sinaliza, assim, a necessidade de se construir mediações teóricas e históricas para se pensar e comparar os diversos capitalismos. O autor ainda propõe o uso da escala como categoria e unidade de análise – recurso epistemológico e heurísitico – e como categoria prática, campo e instrumento das lutas sociais, que dá concretude a bandeiras e ações políticas. Cada problema tem sua escala espacial específica, e Brandão propõe a escala como recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais circunscritos ao território. A partir do diálogo entre a economia política e a geografia crítica, o texto ressalta a importância de se buscar a natureza e o sentido das escalas, inerentemente dinâmicas como expressão das mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

Elizabeth Loiola e eu discutimos a natureza do processo de desenvolvimento e o sentido da "crise" contemporânea, demostrando como

a corrente hegemônica e conservadora da ciência econômica deu pouca atenção à dimensão espacial, e, quando o fez, reduziu-a e restringiu-a às preocupações com relação à distância e seu impacto nos custos de produção. Procuramos ressaltar a importância da economia política e da geografia crítica como suportes teórico-metodológicos para a exploração do território como espaço de diálogo e ação interdisciplinar. Com base na revisão de várias constribuições nesses campos de análise, refletimos, ainda, sobre o foco das políticas locais e territoriais que não têm levado em consideração a complexidade das escalas em que os conflitos e interesses se expressam, seja qual for o recorte da análise. Dentro dessa perspectiva, o texto também analisa os limites e espaços do conceito e das políticas focadas nos arranjos produtivos locais e os desafios e necessidades de um diálogo epistemológico entre as áreas do conhecimento.

Elsa Kraychete, a partir de uma investigação minuciosa do sistema de informação do Banco Central do Brasil, análisa a estrutura bancária e financeira do estado da Bahia, entre 1995 e 2004. Existem poucos estudos sobre o papel da moeda e do sistema financeiro nas dinâmicas econômicas urbanas e regionais – daí a originalidade, riqueza e atualidade desta pesquisa para se compreender a articulação entre os fluxos "reais" e financeiros no processo de desenvolvimento. Demonstra como a mesma lógica de concentração e centralização do capital financeiro nos níveis internacional e nacional se reproduz às vezes de forma mais perversa, nas regiões e mesoregiões. Ao mostrar que o capital financeiro alimenta o desenvolvimento desigual em termos patrimoniais e espaciais Elsa Kraychete retoma um debate recorrente sobre o modelo de desenvolvimento e o alcance das políticas públicas na redução desses efeitos perversos. Trata-se de um trabalho que corrobora as discussões realizadas pela maioria dos autores e ilustra o rebatimento desse modelo de desenvolvimento em todos as escalas de análise.

Por fim, esperamos que essas contribuições semeiem novas reflexões e estimulem o debate e a busca da compreensão desse visível esgotamento do processo de reestruturação do sistema capitalista iniciado nos anos 70, sob a égide do capital financeiro e a desregulação dos mercados, e que atinge a maioria dos países, agora "aparentemente"

sem “fronteiras”, mas com conseqüências seguramente desiguais sobre aqueles que ainda têm grande parte de sua população à margem do processo de “desenvolvimento” e do “progresso”. Que os espaços da esperança sinalizem as novas utopias territoriais, onde tempo e espaço se combinem em políticas mais harmônicas e solidárias de convivência e criatividade. Citando meu mestre Fábio Erber (2003), “ao contrário da perspectiva hegeliana defendida pelos reformistas institucionais, Heráclito é a norma: nunca mergulhamos na mesma água duas vezes e não há mapas do caminho.”

Referências

BADIE, B. Du territoire à l'espace. In: *La France au-delà du siècle*. La tour d'Aigues: Éd. L'Aube-Datar, 1994. p. 7-14.

BENKO, G. Territoire et Sciences Sociales. In: ITÇAINA, X., PALARD, J. *Régimes territoriaux et développement économique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes II, Collection Espaces et Territoire, 2007.

BRUNHOFF, S. L´instabilité monétaire internationale. In CHESNAIS, F. (Coord). *La mondialisation financière: genèse coût et enjeux.* Paris: Syrus, 1996. 306 p.

CAMARGO, L. H. *A ruptura do meio ambiente*: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência, a Geografia da Complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 240 p.

CASTELLS, M. *The rise of network society.* Oxford: Blackwell, 1996. 522 p.

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994. 286 p.

CORRÊA, R. C. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

DUPAS, G. O poder dos atores e a nova lógica econômica global. (mimeo.) Ensaio apresentado na Conferência Brasil e União Européia Ampliada. Rio de Janeiro: setembro de 2004.

ERBER, Fábio. Desenvolvimento brasileiro nos anos 1990: mitos, círculos e estruturas. In: FERRAZ, A. C., CROCCO, M., ELIAS, L. A. (Orgs.). Liberalização econômica e desenvolvimento: modelos, políticas e restrições. São Paulo: Futura, 2003. 349 p.

ESCOBAR, Arturo. Economics and the space of modernity: tales of market, production and labour. In: *Cultural Studies*, v. 19, n. 2, mar. 2005, p. 130-175. Disponível em <http://www.unc.edu/~aescobar/> Acesso em 04/07/2007. GIRAUT, Fréderic, ANTHEAUME, Benoît (eds.). *Le territoire est mort. Vive le territoire*: une (re)fabrication au nom du développement. Paris: IRD Éditions, 2005. 384 p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: MILTON SANTOS et al. *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 416 p.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395 p.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências) 252 p.

HARVEY, David. *Espaços de esperança.* São Paulo: Edições Loyola, 2006. 382 p.

HISSA, Cássio E. V. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316 p.

HISSA, Cássio E. V. *Saberes ambientais*: desafios do conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editoria da UFMG, 2008.

LATOUCHE, Serge. *Survivre au développement.* De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative. Paris: éditions Mille et Une Nuits, 2004. 127 p.

LATOUR, Bruno. *Politiques de la nature*: comment faire entrer les sciences en démocratie. Paris: Découverte/Poche, 2004. 383 p.

LEFF, Enrique. Géopolitique de la biodiversité et développement durable. In: *Alternatives sud*: Changements climatiques impasses et perspectives. Points de vue du Sud. v. 13-2006/2.

MILANI, Carlos R. S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. In: Caderno CRH, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 21, n. 53, p. 287-301, maio/ago. 2008.

MILANI, Carlos R. S. Globalização e contestação política na ordem mundial contemporânea. In: *Cadernos do CRH* (UFBA), v. 19, p. 377-383, 2006.

MORIN, Edgar e MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000. 263 p.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo, NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O Pensar Complexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.

NARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Triom, 2001. 120p.

OLIVEIRA, F. Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: CASSIA-BAVA, PECQUEUR, Bernard. Le développement local: pour une économie des territoires. 2. ed. Paris: Syros, 2000. 187 p.

RIST, Gilbert. *Le développement*: histoire d´une croyance occidentale. Paris: Presses de Science Po, 1996.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. In: *Organização e Sociedade,* Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. v. 12, n. 33, abr/jun. Salvador, 2005.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. Trad. Rosaura Richenberg. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. 523 p.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Editora Cortez, 2003. 821 p.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Maria da Fé: Edições Afrontamento, 2001. 59 p.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização.* São Paulo: Editora Record, 2001. 176 p.

SOUZA, Marcelo, J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. (Orgs). *Geografia*: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TUCKER, Vincent. The myth of development: a critique of Eurocentria. In: MUNCK, R., O'HEARN, D. *Critical development theory*: contributions to a new paradigm. London: Zed Books Ltd., 1999. 217 p.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires.* L'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996. 262 p.

Território de diálogos possíveis

Cássio Eduardo Viana Hissa

O CORPO DO MUNDO: VALORES

> O mundo inteiro é uma ficção. A chamada "aldeia global" não existe. É apenas uma construção. Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. Meu ponto de partida são os valores. Estes podem até se tornar mundiais, mas o ponto de partida é local.
>
> *Milton Santos*

O *mundo inteiro* poderá ser mesmo visto como uma ficção. Mas isso também valerá para a *cidade inteira*, o *lugar inteiro*, o *território inteiro*. Há *recortes de mundo* no interior do *corpo do mundo*. Do mesmo modo, há *recortes de lugar*, de cidades, assim como *recortes de território* no interior do *corpo do território*[1]. Além disso, o *mundo inteiro* é feito de movimentos que procuram se ajustar à diversidade de movimentos exercidos pelos *recortes de mundo*. Os movimentos nos fazem pensar a dialética dos processos. A cidade e os lugares, assim como os territórios, nunca são completos e sempre caminham no sentido da sua totalização. É certo, contudo, que a idéia de *mundo inteiro* parece nos cativar em sua aparente inteireza – certamente mais hoje do que no passado mais distante – pelo menos por duas razões. A primeira delas se refere à própria globalização que nos traz as *sensações de proximidade* e as de que se pode *ter o mundo nas mãos*. Para isso também muito contribui o desenvolvimento da técnica, da tecnociência, da velocidade e da instantaneidade das informações a circular por todos os recortes de mundo. A segunda delas se refere à imagem que temos hoje do mundo físico, desenhado, cartografado a partir das técnicas mais modernas. O mundo físico emerge, na modernidade contemporânea, como uma *imagem de corpo inteiro* se comparado com a presente *imagem de incompleto mundo físico medieval*, na desconsideração de que o mundo não é a física do mundo e de que *o mundo é transformação*. Há, portanto, outros

---

[1] Cf. HISSA; CORGOSINHO (2006).

mundos no mundo. Também por tais motivos, a palavra *mundo*, que já se transforma em uma *palavra-conceito* – ou em uma *palavra-categoria* –, produz, na contemporaneidade, algumas incompreensões.

Aqui, utiliza-se a palavra *mundo* em diversas situações. Quando se diz que o mundo está nos lugares, faz-se referência a uma imagem de mundo que também decorre do processo de globalização mercantil. Mas aqui, ainda, faz-se referência ao mundo físico e à diversidade de mundos físicos, recortes de mundo físico, que são plenos de conteúdo social: a natureza social do mundo físico. Diante das circunstâncias, é justa a interrogação: que mundo físico não seria social? Ainda se utiliza a palavra *mundo* como um *conceito-metáfora* — não exatamente como ficção — na expressão "corpo do mundo". Já se adianta que um dos sentidos da palavra *mundo* sobrepõe-se a um dos sentidos da palavra *lugar*. Os sujeitos do mundo são os sujeitos dos lugares onde se existe. Abre-se espaço teórico para se pensar a forte relação entre os *sujeitos do mundo* e os diversos *corpos sociais de mundo*.

As anotações de Milton Santos, entretanto, poderiam ser apresentadas em outros termos, como ele próprio as discutiu em diversos estudos[2]. O mundo se expressa nos lugares, escreverá o geógrafo. Cada qual a seu modo, os lugares são *expressões de mundo*. Mas a que mundo ele se refere? Não, certamente, à *geometria do mundo* ou à sua *esfericidade planetária*. Ele se refere ao mundo dos *sujeitos da existência* que, inevitavelmente, se dá nos lugares, na *escala do cotidiano*. Não se existe no mundo, mas nos lugares onde a vida social se desenrola. Contudo, ainda que *recortes de mundos* estejam nos lugares, menos ou mais intensamente, são construidas imagens de mundo aparentemente descoladas dos lugares e dos cotidianos. Como poderá ser? Um mundo subtraído dos sujeitos do mundo – sujeitos dos lugares? O mundo não está fora dos sujeitos do mundo, dos cidadãos. Está dentro de cada um, assim como está nas comunidades ou nos lugares sociais. Diante disso, não poderia causar estranheza, posta a questão nesses termos, a observação de que a construção de uma *epistemologia da existência* se aproximaria, inevitavelmente, de uma *epistemologia dos lugares*.

[2] Um de seus trabalhos poderá servir de justo exemplo. Trata-se de obra intitulada Da totalidade ao lugar, que reúne os seis primeiros capítulos de Espaço e sociedade, que não mais seria editada pela Edusp, assim como uma série de comunicações e de conferências por ele proferidas ao longo dos anos 90. Sugere-se, portanto, a leitura das referidas obras: SANTOS, 1979; SANTOS, 2005.

Mais adiante, se desejássemos a profundidade tanto como o espraiamento da reflexão, o desenvolvimento de uma *epistemologia dos lugares*[3] não seria apenas uma distante e esvaziada metáfora que se recusaria a se desdobrar em diálogos constitutivos com uma *epistemologia dos saberes socioespaciais*, também *socioambientais*.[4] Pelo contrário. O mesmo poderá dito das *epistemologias do território*, das paisagens, das regiões. Todas estas, articuladas, cada qual com a sua suposta especificidade, cobririam de significados, também articulados, as epistemologias dos conhecimentos disciplinares e, mais adiante, as epistemologias dos saberes socioespaciais nos quais se incluem, também, as *geografias do mundo*.

A radicalização da modernidade, por sua vez, produziu *imagens de mundo* supostamente para além das existências, ultrapassando a sensação das concretudes experimentadas na rotina, assim como as subjetividades do cotidiano. Isso significa que a radicalização da modernidade, na construção de uma hipermodernidade, também disseminou uma imagem de mundo – abstrata, imagética, informacional, digitalizada – que se rivaliza com a própria presença do mundo nos lugares. A idéia de mundo, produzida pela modernidade, contraditoriamente, portanto, desejou assumir mais *concretude social* do que a das ruas, a das esquinas, a dos lugares plenos de cotidiano. De algum modo, tal idéia de mundo empreendeu uma racionalidade global, que negaria a racionalidade dos lugares e estabeleceria uma força que tenderia a subtrair lugares e a neutralizar os sujeitos dos lugares. Poderá ser? Como conceber a ausência dos sujeitos, no mundo dos lugares? Como o mundo poderá existir nos lugares, bem como se expressar através deles, na ausência dos *sujeitos dos*

[3] Milton Santos (1996b), em conferência proferida na abertura do XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia, faz referência a uma epistemologia da existência que estaria associada à construção dos territórios da cidadania.

Haverá um conhecimento ou um saber socioespacial que não seja social? Haverá um conhecimento ou um saber social que não seja ambiental? As respostas dependerão do próprio contexto epistemológico do qual se originam as questões. Há quem separe o espaço ou o território da sociedade. Há quem separe a cultura da natureza. Na modernidade ocidental, inclusive, a separação é a regra a partir da qual se estabelece o pensamento. Um pensamento feito de fraturas e de dicotomias.

[4] Haverá um conhecimento ou um saber socioespacial que não seja social? Haverá um conhecimento ou um saber social que não seja ambiental? As respostas dependerão do próprio contexto epistemológico do qual se originam as questões. Há quem separe o espaço ou o território da sociedade. Há quem separe a cultura da natureza. Na modernidade ocidental, inclusive, a separação é a regra a partir da qual se estabelece o pensamento. Um pensamento feito de fraturas e de dicotomias.

lugares – sujeitos do mundo? Os lugares são os sujeitos dos lugares, sujeitos do mundo. Não há lugar, assim como não há território, sem os sujeitos do lugar. Admitiu-se que o processo de globalização hegemônica, mercantil, tal como se desenvolveu sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, tenderia a produzir nebulosidades a encobrir lugares e, até mesmo, a construir imagens teóricas acerca de uma certa homogeneização espacial e, radicalmente, uma idéia acerca da supressão do espaço e do território e dos conceitos que a eles se referem. Nada disso, entretanto, se produziu.

A modernidade é essencialmente produtora de limites, de zonas de *apartheid*. Certo é que tais zonas são, também, ambientes transicionais que, por natureza, são feitos de contatos motivadores de conflitos e, de outra parte, de possibilidades de diálogo. Entretanto, os limites parecem prevalecer não apenas porque estão disseminados de modo a fazer a existência cultural da modernidade, mas, sobretudo, porque são parte integrante da moderna condição humana, individual e coletiva. Boaventura de Sousa Santos (2007) faz referência às *linhas abissais* estruturantes do pensamento moderno. Tais linhas são representações de profundas fraturas, extensos e aparentemente estéreis vazios, que se põem a dividir os *diversos mundos do mundo*. O pensamento moderno é fraturante: é um *pensamento abissal*, para que se recorra às ricas reflexões de Boaventura de Sousa Santos. De que ele se constitui? Conforme as anotações de Boaventura de Sousa Santos (2007:3-4):

> Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que se esgota o campo da realidade

> relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. Para dar um exemplo baseado no meu próprio trabalho, tenho vindo a caracterizar a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esta distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto no relativo a fatos substantivos como no plano dos procedimentos. Mas subjacente a esta distinção existe uma outra, invisível, na qual a anterior se funda. Esta distinção invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. De fato, a dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-las aos territórios coloniais. Nestes aplica-se uma outra dicotomia, a dicotomia apropriação/violência que, por seu turno, seria inconcebível aplicar deste lado da linha.

Trata-se, portanto, de um pensamento que produz *linhas-limite*, dicotomias naturalizadas, que se exercita culturalmente para dividir o que não se divide sem mutilações. Pode-se fazer referência a um mutilador e essencial *apartheid*: o que separa as sociedades – as culturas – da natureza. A denominada *racionalidade humana*, racionalidade moderna, é constituída basicamente pelo processo de exteriorização da natureza e, conseqüentemente, de inferiorização da natureza transformada, então, pela *moderna idéia de mundo*, em recursos naturais. Assim, a natureza é um *outro*, fabricado sociológica, política e culturalmente pelas modernidades ocidentais.[5] Ela não faz parte do humano que, também, a ela não pertence de modo a permitir a pretensa e ocidental percepção racional do mundo assim como a percepção racional que o humano cultiva acerca de si próprio. Livra-se o humano de parte do seu corpo para que ele possa constituir a sua humanidade, já assim mutilada. Perde-se tal parte para que ele possa explorá-la como um recurso e não para desfrutá-la como um bem essencial do qual ele pertence, tal como o colonizador explora o trabalho escravo ou indígena, assim como se desenvolve, também, a exploração entre os próprios homens na produção de riqueza. A partir do percurso histórico através do qual o homem se separa da natureza para que se sinta e se perceba racional, resta-lhe o corpo: mas um corpo mutilado; menos do que isso, talvez, um corpo de valores mutilados. Qual

[5] Opta-se pelo plural: há modernidades diversas nos interiores do corpo ocidental do mundo. Com os processos de internacionalização do capital e do pensamento moderno, concebe-se a existência de corpos ocidentais moventes através da totalidade do mundo.

é o caráter desse corpo? De que ele é feito? Quais são as relações entre esse corpo e o *corpo do mundo*? Qual é a *natureza* do corpo do mundo?

Será interessante, para a reflexão, se pensássemos os corpos de mundo a partir da noção de *totalidade*. A totalidade do corpo do mundo não é equivalente à idéia de um total, físico e definitivo corpo do mundo. Não se trata da soma de *corpos sociais espacializados*. Não se trata, também, de um conjunto que se conhece, absoluta e definitivamente, a partir do conhecimento das suas partes porque todo o conjunto e todas as partes estão em movimento. Decorre dessa assertiva que o conhecimento deveria ser um processo sempre em movimento, aberto. A transformação da ciência em técnica, contudo, fornece a imagem de que o conhecimento – técnico – é algo sempre em movimento. Mas não é. O que se põe em movimento, aqui, é a técnica que se transforma, para conhecer melhor a si mesma, para que alguns a conheçam melhor e possam rapidamente aperfeiçoá-la. Não se trata, portanto, de um conhecimento que se põe em permanente movimento – o movimento seria a razão processual da existência do conhecimento – com o propósito de percorrer e de mapear os movimentos do mundo. Seria mesmo necessário que fosse assim, nesse caso e nessas circunstâncias, pois a totalidade, sempre incompleta, estará sempre em movimento à procura da totalização. Mesmo assim, acolhe-se a leitura feita por Milton Santos (1996a: 95), para quem "O conhecimento da totalidade pressupõe [...] [a sua] divisão." A ciência moderna: é inevitável a construção da armadilha que a denuncia. Como conhecer a totalidade se o movimento das partes, muitas vezes, constrói a invisibilidade de várias outras? Ainda assim, o conceito de totalidade parece importante para o esforço que aqui se faz.

A totalidade do corpo do mundo incorpora corpos de mundo que interagem, menos ou mais intensamente, através de contraditórias e conflituosas relações dialéticas. Nessas relações entre os corpos sociais, há o fortalecimento das desigualdades, das exclusões, vigorando, na escala das relações internacionais – regulamentadas pela progressiva expansão capitalista –, referências equivalentes ou muito próximas da

idéia do desenvolvimento[6] desigual.[7] Nesses termos, já observara Neil Smith (1988:212) que o mundo poderia ser pensado como uma *superfície de lucro*. Ele observa: "O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise." (SMITH, 1988:212).

A totalidade do corpo do mundo – pensada como uma superfície de lucro – encaminha a reflexão na direção da história das relações internacionais de comércio: sempre foram capitalistas, independentemente da existência de Estados que tentaram se organizar através de *projetos socialistas*. A partir dos últimos 20 anos do século XX, observa-se a disseminação do capitalismo através da globalização que é, conforme observava Milton Santos (1999:34), "o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista." Em outros termos, a globalização hegemônica poderá ser interpretada como a internacionalização do *corpo ocidental do mundo* que, no próprio Ocidente, produz ausências ou invisibilidades de *outros corpos de mundo*. São evidentes as repercussões desse processo no âmbito das concepções de mundo[8], da ciência e das epistemologias, que cria uma imagem de redução de alternativas. Acompanharemos, para a continuidade da reflexão, a crítica levada adiante por Milton Santos (1999:37): "Nunca pensamos o mundo a partir da América Latina. [...] A gente pensa Europa, Estados Unidos e exclui a África e a Ásia. [...] Essa é a realidade que cobra de nós uma outra epistemologia."

Vê-se que há exclusões. A leitura do corpo ocidental do mundo exclui

---

[6] A literatura que trata da teoria do desenvolvimento já é farta e rica. Os tradicionais conceito e modelo de desenvolvimento são permanentemente interrogados ao longo da história (WOLFE, 1976; SACHS, 2000). Mas seria preciso reinventar o conceito de desenvolvimento, reinventando o próprio desenvolvimento. Entretanto, isso se daria a partir de práticas e de referências que contradizem as próprias idéias de progresso contidas nos projetos desenvolvimentistas, também disseminadas pelos diversos corpos sociais de mundo. Em curto prazo, como resolver tal dilema? Não será mesmo possível.

[7] Cf. SMITH,1988.

8 Sobre os significados de concepção de mundo, Henri Lefebvre (1974) encaminha anotações que são incorporadas à argumentação. "O que é uma concepção de mundo? É uma visão de conjunto da natureza e do homem, uma doutrina completa. Num sentido, uma concepção de mundo constitui o que chamamos, tradicionalmente, uma filosofia. Contudo a expressão possui um significado mais amplo do que o termo filosofia. Em primeiro lugar, toda a concepção do mundo implica uma acção, isto é, algo mais do que uma 'atitude filosófica'. [...] Em segundo lugar, uma concepção do mundo não é, forçosamente, obra deste ou daquele "pensador". Trata-se, antes, do produto e da expressão de uma época."

outros corpos de mundo. Não é apenas um problema da ciência, mas um problema-dilema que decorre da mutilação do *corpo-pensamento*. *Outra epistemologia*, como nos diz Milton Santos, demandaria uma transformação de nós mesmos para que pudéssemos pensar a partir das nossas mutilações já naturalizadas. Somente assim poderíamos pensar e caminhar na direção de *outro mundo*.

O corpo do mundo: um *conceito-metáfora*? É certo que o corpo do mundo não seria restrito ao corpo ocidental do mundo. Entretanto, o corpo ocidental do mundo é o *corpo hegemônico do mundo*. Ainda são indispensáveis algumas anotações substantivas, diante das adjetivações. O corpo ocidental do mundo não é um corpo geométrico que se restringe ao ocidente do mundo. Há *ocidentes* disseminados por todo o mundo, na contemporaneidade. A disseminação da modernidade implicou a ocidentalização de diversos *recortes de mundo* que não estão nas cartografias convencionais do Ocidente. Entretanto, ainda que o *lugar sociológico* do nosso discurso seja ocidental, a reflexão teórica que se faz poderá ultrapassar a leitura do não-ocidental feita pelo ocidental. A partir do instante que se concebe a existência de *corpos de mundo alternativos* ao hegemônico e ocidental corpo do mundo, pretende-se não apenas descortinar o mundo em sua diversidade como, sobretudo, respeitar a diferença de modo a compreender, noutros termos, a própria diversidade.

O corpo ocidental do mundo incorporou valores que o distingue dos demais corpos de mundo. Tal distinção procura os caminhos da hierarquia de modo a compreender o que se distingue como superior ao que não é hegemônico. Portanto, a distinção não apenas desrespeita a diferença como reforça a desigualdade entre corpos sociais de mundo. Será o corpo ocidental de mundo aqui tomado, em primeiro lugar, como o tecido prevalente, na modernidade ocidental, de relações sociais contextualizadas pelos hegemônicos ambientes econômicos, políticos e culturais. Em segundo lugar, será tal corpo aqui considerado mesmo como o corpo social coletivo e hegemônico que, na sua hegemonia, de diversas naturezas, se movimenta de modo a contagiar e a absorver os demais corpos de mundo a ele alternativos. Diante disso, há uma suposta tendência à padronização social espacializada que, contudo, não se realiza por motivos fundamentais: a) o *corpo do mundo*, ocidental, carrega

consigo as fraturas, conflitos e mutilações que lhe concederam existência: ele não é produto de um consenso, mas de um permanente conflito; b) a diversidade alternativa de *corpos de mundo* – também coletivos – movimentam-se no sentido contrário das hegemonias. Não se trata, pois, aqui, de reforçar o antagonismo, na teoria social, entre o indivíduo e o social coletivo: entre Weber e Marx, entre as individualidades e as estruturas, entre o *micro* e o *macro*. Diante do que se expõe e se discute, a individualidade do corpo do sujeito de algum modo está encarnada no corpo social coletivo. O corpo mutilado do sujeito repercute não apenas na mutilação do coletivo corpo social como, também, na estruturação do *corpo social do mundo*. Os processos de mutilação do corpo se exercitam como mediações dialéticas entre as individualidades e as coletividades, entre os sujeitos e as estruturas sociais que, por sua vez, portanto, ainda naturalizam a social mutilação do corpo através de valores universais que se degradam e perdem significado.

É certo que as individualidades são mais percebíveis e explicitadas no universo das comunidades do que no universo das sociedades. Entretanto, há mais complexidade teórica implícita na observação. Há diversidade nos interiores de todos os universos. Ainda assim, a complexidade é desconsiderada pelos modelos convencionais produzidos e utilizados pela ciência moderna e pela teoria social convencional. A desconsideração das individualidades pela leitura estrutural é decorrente de dificuldades e precariedades metodológicas tal como concebidas pela ciência moderna e por seus paradigmas. O mesmo deverá ser dito acerca das leituras das individualidades que, por ausência de *foco teórico e interpretativo*, vêem diluídas as suas identidades nas estruturas. Entretanto, as individualidades e as diversidades sempre estarão presentes nas estruturas e, mais do que isso, sempre serão definidoras, de alguma maneira diversificada, por intermédio de relações complexas e dialéticas, também, das estruturas sociais. Contudo, a leitura oposta tem encontrado na teoria social crítica mais legitimidade: as estruturas seriam definidoras das individualidades. Como reagir à questão posta? Há relação dialética, complexa, processual, dinâmica entre as individualidades e as estruturas. Se a ciência moderna, desde os clássicos da teoria social, não supera tal problema é porque, através dos paradigmas da modernidade ocidental, procura muito

mais *explicar como é a realidade* – na pressuposição da existência de uma *ensimesmada realidade objetiva*, supostamente *fora do eu* –, com a utilização de metodologias também fundamentadas em tal pressuposto, e muito menos fornecer interpretações críticas e criativas de um mundo que, aos nossos olhos, torna-se progressivamente mais complexo. Será preciso, através de modelos que desejam ser alçados à condição de teorias, reduzir ou simplificar para explicar? É inevitável porque o corpo da ciência é, também, um corpo mutilado e mutilador. Seria preciso uma ciência reinventada, a partir de outros pressupostos que ultrapassassem os da ciência moderna, a partir de outros paradigmas fundamentados na *diversidade epistemológica do mundo*, para construir respostas mais fortes para as questões postas pelo mundo moderno e para fornecer imagens teóricas mais críticas compatíveis com as interrogações originárias da crise do mundo: crise do corpo do mundo, individualidades e coletividades. Por enquanto, será preciso sublinhar que as individualidades estão encarnadas no corpo dos sujeitos do mundo, sempre sujeitos dos lugares, que fazem coletivamente o ocidental corpo do mundo. Por sua vez, o ocidental corpo *social* do mundo é estruturado a partir de relações sociais que se dão, também, entre as individualidades, entre os sujeitos dos lugares. A natureza de tais relações permite aproximações de compreensão acerca do caráter do corpo dos sujeitos e do próprio ocidental corpo do mundo.

O mundo aparentemente assumiu uma condição predominantemente econômica. Os mercados se tornariam globais ou tenderiam a se estender na direção dos espaços econômicos globais. Apesar das diversidades existentes entre territórios culturais e socioeconômicos, foram construídas as trajetórias conceituais que permitiriam a concepção de uma denominada *economia global*, de um mercado global feito da integração perversa e desigual das mais variadas economias regionais e continentais. A partir de um determinado momento da história, os fluxos econômicos já não mais apenas circulariam globalmente nos ritmos convencionais da economia: já se estaria, nos umbrais do século XXI, no território dos *mercados econômicos digitais*, no âmbito da globalização econômica e hegemônica digitalizada. Isso faz imaginar um mundo recoberto por uma película, supostamente sem lacunas de qualquer espécie, estruturada pelo capital e pelos valores mercantis. O corpo do mundo estaria sendo, progressivamente, ao longo

das últimas décadas, recoberto por uma derme de natureza mercantil. Do *corpo do mundo*, aparentemente pouco escaparia desse processo de mercantilização, ainda que resistências notáveis, que se dão nos lugares, na escala dos cotidianos, e que ecoam na *escala social dos territórios*, merecessem discussões e reflexões específicas. Em princípio, poder-se-ia pensar que o conteúdo desse corpo terminaria por ser contaminado ou infiltrado por tal *película cultural* e de natureza mercantil. O resultado desse processo: a relação entre a derme e todo o corpo – uma relação social, política, cultural – tenderá a transformar o corpo e, conseqüentemente, o *sentimento* e o *pensamento do corpo*. Entretanto, ainda há o que pensar sobre as relações entre os corpos e a referida derme. O corpo e a derme são, de fato, um só processo: tal como formas e conteúdos. Mais do que isso, as formas são providas de conteúdos que se apresentam exclusivamente como formas, aparentes, e tais conteúdos refletem o vazamento, dos interiores para os exteriores, de conteúdos do corpo. A incorporação do movimento inverso – que, por sua vez, sempre se articula ao movimento dos conteúdos na direção da derme ou das superfícies – constitui algo que se assemelha à idéia de totalidade: da derme para o corpo há vazamentos e, a partir de então, já não se pode afirmar que derme e corpo sejam processos distintos ou universos feitos de conteúdos de natureza distinta. Contudo, a presente reflexão teórica não se fecha. Ela é a representação de um campo aberto. Por qual razão básica? Porque a própria diversidade, inscrita nas individualidades, nos sujeitos, nas comunidades, assim como nos *corpos sociais alternativos de mundo*, contraria a existência de um modelo geral referente ao processo que envolve formas e conteúdos, dermes e corpos.

O *corpo que sente para pensar* é um corpo que pensa, a partir de então, na contemporaneidade, sob referências predominantemente mercantis. Sendo assim, os valores e a moral do corpo do mundo ocidental são progressivamente alterados e não se reconhecem, sem constrangimentos, diante dos valores que se referem à ética, à justiça social, à emancipação (SANTOS, 2006, 2007). Entretanto, isso não é tudo. A derme mercantil do ocidentalizado corpo do mundo — capitalismo que se intenacionaliza — ignora a diversidade de corpos do mundo. O corpo do mundo é feito de vários corpos de mundo, e o mundo são vários. No entanto, o corpo moderno e ocidental do mundo incorpora os valores que tendem

a ignorar ou invisibilizar, deslegitimar ou desqualificar os demais corpos do mundo. Tal processo não apenas mutila a totalidade dialética do corpo do mundo, como, também, o próprio corpo moderno ocidental do mundo. Talvez por tal razão, também, percebe-se, cada vez mais, a presença do princípio dialético da apropriação/violência nos lugares do mundo onde supostamente haveria a exclusividade do princípio da regulação/emancipação (SANTOS, 2007). O fascismo social, tal como observa Boaventura de Sousa Santos (2007), é uma dessas presenças no *mundo europeu*. Por outro lado, as conseqüências da radicalização conservadora da economia moderna – uma manifestação da radicalização da modernidade – são, na contemporaneidade, bastante perceptíveis. A lógica do mercado, diante disso, estaria a se inserir, progressivamente, em todos os setores da vida social.

Com o processo de espraiamento dos mercados, portanto, algumas importantes transformações se sucederam nos domínios das sociedades e das culturas. Os valores econômicos não apenas se transformaram definitivamente em hegemônicos como, também, contaminaram todos os demais valores. Sublinha-se a interrogação: como conceber, sem indignação, a degradação de valores, especialmente éticos, a partir das inevitáveis prevalências, sobretudo nas sociedades ocidentais, de valores mercantis? De algum modo, menos ou mais intensamente, todos os setores das sociedades modernas experimentaram e ainda fortemente experimentam os impactos de tal processo. A própria *leitura do mundo* – assim como dos vários mundos – trabalhada pela ciência já é extremamente contaminada pela transformação dos valores. A ciência e a universidade modernas, com especificidades regionais e continentais a serem trabalhadas, curvaram-se diante de um mercado invasor que não só contamina valores acadêmicos mas, também, faz com que a própria academia, em algumas circunstâncias no veloz ritmo da economia, se transforme em mercado. A partir de então, a própria idéia de *invasão*, nos termos em que se pensa o referido movimento, passa a ser interrogada. O mercado deixa de ser invasor quando a universidade se transforma em mercado.

Na contemporaneidade, a leitura do mundo em permanente transformação poderá, afinal, ser mesmo econômica. Ainda assim, ao escapar de forte economicismo, imagina-se que a leitura econômica do mundo,

crítica e reflexiva, o conceberia para além da convencional leitura econômica que dele costumeiramente se faz. Imagina-se que a própria economia se serviria de suas fronteiras, de suas zonas de contato, para que pudesse, então, criticamente se transformar com base nas demais leituras do mundo, sobretudo nas contra-hegemônicas: as ciências econômicas vistas, assim, para além dos seus conservadores limites. Aqui, já se está, pois, no domínio da teoria crítica a se repensar, assim como no *território das utopias* que servem não apenas como referências mas, sobretudo, como um exercício que nos devolve a *práxis* transformadora a se inserir no próprio processo de produção do conhecimento. Conhecer o mundo é *saber o mundo*, *aprender o mundo para desaprendê-lo*, e, coletivamente, já no processo solidário de produção do conhecimento, tranformar o mundo tal como nos caberia fazer. Para tanto, o empreendimento de transformação do mundo pressupõe, antes de tudo, a transformação de *nós mesmos*. Isso valeria, talvez mais, para as ciências sociais e, particularmente, para a economia. Entretanto, não há conhecimento ou saber que impunemente possa se ausentar dos processos de transformação. Não há neutralidade ou imparcialidade e, já no seu primeiro momento, *o discurso teórico é prática que transforma*. Tal referência, diante da ampla crise, deveria valer, portanto, para a ciência e para todas as disciplinas que desejam a sabedoria.

Há, contudo, grandes dilemas que merecem ser focalizados. A despeito das condições predominantemente econômicas, *o mundo não é a economia do mundo*, exclusivamente, ainda que os não solidários valores disseminados do mercado tenham subvertido a própria idéia cultural de valor. O mundo é feito da história dos sujeitos do mundo que carregam dilemas essenciais: a vida e a vida de qualidade, por exemplo, não se submeteriam, sem indignação, aos valores instituídos pelo mercado. A vida não se curvaria aos valores mercantis que subvertem o sentido da vida. Em outros termos, os significados da vida não poderiam se corromper sem perder os seus próprios significados, diante dos valores mercantis. A referida corrupção compromete a própria vida para além dos valores que incorporou para sobreviver como vida indigna. A modernidade poderá fazer com que se viva mais. Entretanto, no contexto de subversão de valores, no cenário de extrema barbárie e de competição, a referida

alteração no tempo de vida não se traduz em uma vida melhor.[9] O sujeito do mundo se expressa através de um *corpo histórico mutilado* pelos valores da modernidade. Tal situação é representada por contradições, fraturas, assim como por dilemas incorporados pelos sujeitos do mundo diante da *crise de mundo*: crise do corpo e do pensamento do mundo. É inevitável que caminhemos na direção, aqui, das recentes referências fornecidas por Boaventura de Sousa Santos (2007). Carregamos, dentro de nós, as linhas abissais, *linhas-limite*, que nos põem em conflito e que nos dividem. A indignação diante da referida mutilação poderá mesmo, como observava Milton Santos (2001), originar-se dos denominados *homens lentos*, da pobreza e da exclusão, dos *territórios do Sul sociológico*: indignação que se manifestaria através do desejo de transformação, distante das classes corrompidas pela *fábrica cultural do consumo*, distante das frações sociais mais abastadas e comprometidas com os interesses hegemônicos. Entretanto, também eles, *homens lentos*, poderão carregar consigo os sonhos de uma inclusão cujo processo está estruturado pelo próprio processo que os excluem. Assim, nesses termos, carregariam o desejo de transformação, mas, contraditoriamente, o da permanência. Por qual razão isso se dá? Porque no contexto do terror e da barbárie, a competição que aniquila emerge como a única alternativa de defesa nas circunstâncias de ausência ou fragilidade de solidariedade coletiva. A solução para os sofrimentos da vida indigna, aqui, nos termos em que se apresenta a questão, na ausência da crítica indignação, na prevalência dos paradigmas da modernidade conservadora, não passaria pela reconstrução dos valores da vida, dos valores sociais e culturais.

Ainda que a economia tenha subvertido corpos, tanto os fixos como os moventes, dotando-os de imagens e de valores econômicos, será sempre possível compreendê-los a partir da relação que estabelecem com o mundo – que não é exclusivamente *mercado de mundo* – que, por sua vez, expressa-se nos lugares, nos territórios, nas paisagens. O mundo, em si, em princípio, é uma idéia histórica desterritorializada. Entretanto, ainda se poderia dizer que o mundo em si não existe porque nada existe por si só. O *mundo em si* não passa de uma suspeita abstração, quando se pensa

[9] Cf. HISSA (2008a).

que a vida e as existências se dão nos lugares, na escala dos cotidianos. A existência do mundo se dá a partir da concepção de conceitos híbridos: *mundo-lugar*; *mundo-território*; *espaço-mundo*. Existiria, portanto, uma *escala sociológica de mundo* que se expressaria nos lugares da vida cotidiana, nos territórios que, utilizados, expressam-se de diferentes modos. Contudo, haveríamos sempre de nos perguntar: qual mundo, dentre tantos, não encontraria as suas espacialidades para que pudesse existir? Como pensar, na teoria crítica contemporânea, o tempo e o espaço como categorias puras e independentes? Não seria possível: é o que estaria a *dizer* a teoria social crítica reinventada a partir de referências distintas daquelas que constroem a ciência moderna.

A presente discussão poderá ainda ser expandida através de uma reflexão sobre a existência do corpo nas paisagens que se transformam, menos ou mais intensa e rapidamente, constituída por objetos fixos por algum tempo, por objetos em trânsito, efêmeros conforme a natureza dos fluxos. Corpos fixos e em trânsito: a sua categorização está subordinada aos ritmos e velocidades dos movimentos; a sua datação é a marca da sua transitoriedade ou da sua relativa permanência. Os processos econômicos podem ser compreendidos a partir da compreensão dos feixes de fluxos provocados por pontos fixos, tal como observava Milton Santos (1988:78).

Dado o movimento constante, desenvolve-se a imagem teórica do que é fixo, assim como da imutabilidade da própria paisagem ou do *espaço-paisagem*, como desejou Milton Santos (1978). Tal como pensa o geógrafo, a paisagem, *espaço-paisagem*, cumpriria papéis de testemunha ou da "memória de um presente que já foi" (SANTOS, 1978:138). Formas fixas que restaram de um movimento que já não mais existe tal como era em sua natureza processual, da qual se originaram corpos e volumes relativamente mais duradouros.

Ao se considerar as diversas escalas de tempo, percebem-se corpos relativamente fixos e corpos moventes na paisagem. Todos incorporam distintas datações que, por sua vez, se referem à natureza dos próprios corpos. Os moventes fornecem a referência e o caráter de fixo dos que, com o curso da história, podem ainda assim permanecer por mais tempo.

Isso significa que o movimento de uns define a fixidez de outros. No entanto, a fixidez não é relativa apenas no *tempo da economia*. O *tempo da cultura* se encarrega de definir os caminhos da fixidez dos corpos. O que na paisagem não será transitório? O que não é trânsito e efêmero? A paisagem, ela própria, consolida a sua transitoriedade enquanto se apresenta como uma explicitação, menos ou mais claramente inscrita nos objetos e formas, efêmeros e relativamente fixos, através dos quais ela se constitui. A paisagem na história é a expressão dos corpos e da sua história de movimentos. Entretanto, o movimento dos corpos e a sua transitoriedade são o resultado de processos, muitas vezes invisíveis, que se referem à produção e à utilização do espaço, à delineação dos lugares, à constituição dos territórios, dos seus limites e das suas fronteiras. Se a paisagem é a expressão do visível do *corpo do mundo*, afirma-se que ela absorve, progressivamente, a derme mercantil que a transforma e que lhe concede novos valores que ultrapassam aqueles exclusivamente imagéticos. A paisagem, portanto, película de cobertura de *corpos de mundo*, não é feita apenas da imagem dos objetos, das formas, das massas e volumes: ela é progressivamente constituída, também, na contemporaneidade, pelos movimentos mercantis que atravessam o mundo dos lugares, dos territórios e regiões. Mas a presente discussão teórica não se reduziria exclusivamente a tais questões.

Formas, conteúdos e processos não estão dissociados: corpo e história processual do corpo. Há, portanto, corpos de todos os tipos e formas. Os corpos refletem o caminho processual que constroem. Na forma que assumem, eles carregam a sua história, a sua origem, a sua natureza. Fixos *no corpo da cidade*, por exemplo, rabiscos pavimentados atravessam, separam e reúnem vazios e densidades: ruas e avenidas que separam e agregam densos espaços comerciais, verticalizados bairros residenciais, vazios que completam paisagens urbanas. Becos, ruas e avenidas serpenteiam e se atravessam, por onde escorrem trânsitos que conectam as mais intensas densidades aos lugares urbanos mais esparsos e mais à periferia geométrica da cidade. Há na cidade, portanto, corpos fixos: infra-estruturas, edifícios, instalações ditas permanentes, ruas, avenidas. Todos eles são aparentemente imutáveis, incluindo os corpos de passagem, relativos vazios preenchidos por movimentos, como planícies de trânsito,

como canais de escoamento entre formas que, verticais, se edificam perfiladas. Entretanto, haverá sempre algo que serve de baliza teórico-empírica: cada lugar e cada território têm os seus ritmos que também se articulam às suas relativas imutabilidades e permanências.

A presença do corpo é, também, a expressão dos lugares que ocupa, para que se refira apenas à sua forma: corpo e geometria de suas relações com o lugar ocupado. Contudo, para que não se faça referência apenas à sua forma, visível, física, mas à sua formação processual, permanente nos ritmos cotidianos, o corpo é, também, a manifestação das suas relações com o mundo. Corpo é forma e processo, geometria e funcionalidade, física e conteúdo, imagem e natureza histórica. Inseparáveis, o corpo e o lugar do corpo manifestam a sua condição social, relações de sociabilidade, situações de alteridade. Por tais razões, fazer referência ao corpo ainda é dizer sobre a sua instabilidade e efemeridade como forma e conteúdo em trânsito. Assim, na *geometria física da cidade*, os olhos acompanham o movimento dos fluxos, dos corpos em trânsito que referenciam o que está fixo. Está lá, grafada, uma expressão de mundo. Nesta grafia, entretanto, poderão estar ausentes o que está além do movimento físico e geométrico dos corpos em trânsito.

O corpo é a memória de que tudo se expõe às modificações. É o registro. Tudo está em trânsito e nada é permanente. As reflexões teóricas acerca das relações entre corpo e paisagem levariam à construção de uma inédita expressão, *geografia portátil*, cultivada por Renata Marquez (2006). A expressão e o que ela representa conduzem o pensamento para as mobilidades presentes no *espaço-paisagem*, que se estendem desde os processos artísticos das instalações até os movimentos menos transitórios característicos da própria paisagem. Milton Santos (1994:10) já encaminhava reflexões acerca das relações entre corpo e paisagem e, mais especificamente, sobre a presença do corpo do sujeito na paisagem: ele "é indiscutivelmente parte da paisagem." Mas o corpo não é apenas algo que se integra à paisagem, assim como aos lugares e aos territórios. O corpo é estruturador dos lugares socialmente produzidos e ocupados. Desde o primeiro movimento de sua existência, o corpo – *olhos de corpo*, corpo que sente e pensa – é a consciência da existência imagética e cultural da

paisagem. Talvez, ainda mais, *a paisagem é o corpo a experimentar e a pensar a paisagem*. É difícil, nesses termos, conceber a existência da paisagem – assim como a dos lugares e a dos territórios – sem a existência do corpo. O corpo e as suas espacialidades fazem um só mundo que a modernidade desfaz e que o pensamento moderno divide, também através do exercício científico moderno: ainda, aqui, a percepção das *linhas abissais* que carregamos dentro de nós.

Afirma-se, aqui, que uma teoria social crítica jamais negligenciaria cuidados com o desenvolvimento de uma teoria do espaço que envolvesse, também, de forma reflexiva e cuidadosamente crítica, uma teoria da paisagem, do território, dos lugares e das regiões. Uma epistemologia do saber socioespacial seria alimentada, no que diz respeito à produção do conhecimento do visível e aparente do mundo – do que se vê do *corpo do mundo* –, pelo desenvolvimento de uma epistemologia da paisagem. No entanto, circunstancialmente, olhar e paisagem podem ser apresentados, pela ciência moderna, como universos distintos que se interagem e, nessa relação, feita de supostas distâncias, ambos são constituídos teoricamente: "Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc." (SANTOS, 1988:61). Odores, sons e cores estão inscritos na paisagem que se vê: corpo visível que lentamente se movimenta e que é grafado por mobilidades. A paisagem é o que se vê: pressupõe-se que a paisagem e os olhos sejam domínios distintos e autônomos. No entanto, a paisagem é feita dos olhos do sujeito que vê – com os olhos e com os demais sentidos. O sujeito são os olhos do sujeito, feitos de retina e de história. Nesses termos, por sua vez, o corpo do sujeito são os olhos do sujeito. O corpo do mundo é feito do sujeito que interpreta e experimenta o mundo. O *corpo do mundo* é feito de *corpos de mundo*, que sentem, percebem, pensam. O pensamento, contudo, é bipartido. É abissal. Mundo mutilado.

O visível do *corpo do mundo*, portanto, é também feito dos corpos dos sujeitos que vêem a paisagem: feita de olhos que constroem visões de diversas origens. Lá estarão eles, os olhos – ainda legitimados pela

racionalidade moderna, aparentemente distantes dos objetos ou do que *está fora* –, como observadores desejosos de imparcialidade e ávidos pelo registro que se aproxima de uma fantasiosa fotografia neutra: sem fotógrafo, sem *olhos de fotógrafo*. Nesses termos, a fotografia e o cinema se satisfariam com a câmera. Como poderá ser? O que é a câmera sem os olhos do fotógrafo? O que é a arte sem o artista? O que é o saber sem o sujeito do conhecimento? E mais: de que é feito o sujeito do conhecimento desprovido das suas subjetividades, das suas histórias, subtraído do seu contexto social? Diante da institucionalização da mutilação, como não se indignar teoricamente? A indignação é o fundamento do exercício intelectual que procura a integridade e a *dignidade do corpo do mundo*: corpo do sujeito do mundo, portanto. Paisagens: olhos que se deparam frente aos objetos cuja existência parece reclamar pela autonomia e inocência do olhar e do seu registro. Não será assim. As paisagens são também os olhos dos sujeitos, a leitura que dela eles fazem, as imagens que dela eles extraem.

A paisagem ainda poderá ser interpretada como a *aparência do corpo do mundo*: o que dele se pode ver. Ela, assim, seria o resultado visual do exercício dos sujeitos do mundo que, socialmente, se organizam para o estabelecimento de processos produtivos sob a motivação do que se cultiva na contemporaneidade ocidental: a exacerbação do consumo, incluindo o consumo de imagens produzidas de modo a fabricar e a disseminar desejos de consumo. Quais os significados do presente registro?

O corpo dos sujeitos é feito dos seus desejos fabricados culturalmente. A produção do espaço, um processo social, é resultado do exercício coletivo do trabalho com o propósito da produção de bens. O que interessa à presente discussão: cada vez mais, ao longo das últimas duas décadas do século XX e da primeira década do século XXI, para que sobrevivam, os sujeitos procuram a sua inserção no mercado para efetivamente consumir. O que se deve pensar, diante da questão? Em primeiro lugar: os homens, de fato, se organizam, através do trabalho social, para produzir. Em segundo lugar: a referida organização que resulta na produção econômica e na produção e utilização do espaço é motivada, essencialmente, pelo desejo de consumo. Os valores, portanto, estando invertidos, invertem

os termos da *equação teórica*. Os sujeitos do mundo são valorizados pelo que têm e consomem – explicitamente e cada vez mais – e, cada vez menos, são respeitados pelo que são. O *corpo do mundo*, que se expressa nos lugares e nos territórios – resultado da produção e da utilização do espaço —, é a expressão do corpo dos sujeitos mutilados do mundo que se expressa nos lugares e nos territórios. A paisagem é a sua aparência: é o que do processo pode ser percebido visualmente. A imagem do *corpo do mundo* é também a expressão da mutilação do corpo dos sujeitos do mundo. Dinâmicas e processos socioespaciais repercutem no universo visual inscrito nas paisagens e as movimentam assim como os objetos e corpos. A constituição dos territórios é um desses processos.

Território: vigília e abertura

> O texto da cidade não é opaco, não é um texto já escrito, que demanda mera ação decodificadora de quem o lê. Também não é transparente, não-escrito, como uma folha em branco na qual o leitor pode livre e irrestritamente projetar sentidos. Se parece irresistível a comparação entre o livro e a cidade, é importante não se esquecer do caráter de mediação desta: "Não posso separá-la nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém" (Lefebvre). Aquilo que contém a cidade e está contido nela é, exatamente, uma forma de organização social.
>
> Luis Alberto Brandão

O que aqui escrevem Luis Alberto Brandão (2005) e Henri Lefebvre (1969) não apenas poderá se referir à cidade como, ainda, a outros corpos que assumem formas, volumes e densidades físicas, mas que são feitos de conteúdo social. Valerá a interpretação, portanto, em circunstâncias variadas, menos ou mais direta ou explicitamente para as paisagens, lugares, regiões, territórios. Em alguma medida, os conceitos se confundem e aos olhos do leitor se transformam um em outro, a despeito da presença, em cada um deles, de conteúdos históricos que parecem radicalmente distinguí-los. Entretanto, não é assim. Os conceitos são mutantes e híbridos, respondendo aos movimentos *do corpo do mundo*. Ao

ser interrogado sobre as distinções entre os conceitos de espaço, território e lugar, responde Milton Santos (2000:26):

> Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: "o espaço vem antes", "não, o que vem antes é o território". Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores.

As reflexões de Milton Santos interessam muito à presente argumentação. O hibridismo conceitual impossibilita a definitiva distinção. Entretanto, o que anota Milton Santos não valeria apenas para o conceito de território: não há nada que se sustente *em si mesmo*. Por natureza, todos os conceitos estão impregnados de vida social, de experiência cultural, dos olhos do sujeito, do próprio *corpo do mundo* que os contextualiza e lhes concede a sua existência representativa.

Ao longo do processo de estruturação do pensamento geográfico, que, também, deverá ser compreendido no contexto de estruturações dos conhecimentos científicos que se interessam pelas temáticas socioespaciais ou socioambientais, os conceitos se metamorfoseiam. As espacialidades se transformam através das transformações do mundo, de diversas naturezas: políticas, sociológicas, culturais econômicas, físico-biológicas. Alguns conceitos são, aparentemente, deslocados para a margem. Outros, por razões históricas que se referem à dinâmica da *realidade*, são deslocados para o centro.

A centralidade adquirida pelo conceito de território nos estudos que se referem à geografia não apenas é importante para as redefinições acerca dos objetos teóricos da disciplina. O deslocamento, para o centro, do conceito de território, redefine – por conta da sua revalorização – o que deverá ser de interesse do referido domínio disciplinar e, por diversas razões, está em vários outros domínios. Além disso, tal movimento ainda é importante para as redefinições da própria geografia como um campo de

estudo pleno de contatos constitutivos[10] que procura – sob as referências dos paradigmas modernos – delimitar os seus domínios de ação teórica para absorver conceitualmente o seu *recorte de mundo*. Isso significa que o desenvolvimento ou o alargamento teórico do conceito de território permite pensar a geografia em termos teóricos ampliados.

"O território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida." (SAQUET, 2007:13). A anotação que aqui se sublinha é de grande interesse para a reflexão pretendida. Ela poderá ser desdobrada de modo a permitir a compreensão da trajetória epistemológica que aqui se desenvolve. *Não há conceitos simples*: uma aparentemente trivial anotação, mas, simultaneamente, um rico registro – sobretudo diante da banalização de idéias no mundo moderno – extraído de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992). Isso certamente nos faz pensar os hibridismos dos conceitos e, particularmente, os que dizem respeito ao território. Há ainda diferentes abordagens ao conceito. Isso significa que o território poderá ser tratado teoricamente a partir de diferentes concepções.[11] No entanto, será sempre necessário sublinhar que o *corpo territorial* é, simultaneamente, o resultado de *conversações epistemológicas* entre conceito e o que se acostumou a chamar de *realidade*: a "separação entre o pensamento e o *real* [...] é um mero recurso didático." (SAQUET, 2007:13). A despeito disso, os conceitos ainda são vistos, sobretudo pelas abordagens mais conservadoras, como abstrações sem qualquer vínculo com o mundo dito *real*. A exacerbação do pragmatismo da tecnociência freqüentemente encaminha desprezos à teoria, aos conceitos e, em contrapartida, como é de se esperar, desenvolve a apologia da técnica. Entretanto, não há como esvaziar a importância radical dos processos de teorização, especialmente na contemporaneidade que se esvazia de pensamento. Talvez fosse este o argumento mais forte em prol dos processos de *teorização transformadora*. No entanto, o mais simples dos argumentos daria conta da revalorização

[10] Em 1967, Louis Althusser pronunciava, na Escola Normal Superior, a Introdução ao Curso de filosofia para cientistas. Em 1974, da referida Introdução originou-se a publicação do Philosophie Spontanée des savants, pela François Maspero. São bastante interessantes algumas notas trabalhadas por Louis Althusser (1979) acerca das relações de aplicação e de constituição entre as disciplinas científicas. Trata-se de uma sugestão de leitura para que se compreendam as histórias dos diálogos difíceis.

[11] Cf. HAESBAERT (2004); RAFFESTIN (1993); SANTOS; SOUZA; SILVEIRA (1994).

da teoria e do pensamento. Tal argumento se fundamenta nas relações entre a própria teoria e o que se denomina de *realidade*. Se tal vínculo não existe, não há conceito que se sustente. Será precisamente como decorrência das transformações da *realidade* que se constroem e se transformam os pensamentos, as teorias, os conceitos. Interessa ainda à reflexão uma *leitura ao avesso* da questão posta: os pensamentos, as teorias e os conceitos são, também, de algum modo, uma via de estruturação da realidade: pela trajetória do conhecimento transformador. A realidade é também um produto dos *nossos olhos teóricos*. O mundo é também feito dos nossos olhos, de nossas concepções de mundo: plenos de história, de experiência, de sensibilidades, de valores, de vivências.

Conceitos e categorias podem constituir uma tessitura teórica que se desenvolve com vários propósitos. O primeiro propósito é o de construir redes de conhecimento referencial a partir do que se procura estudar, interpretar, analisar.[12] Assim, a reflexão conceitual que conduz a uma *teoria do lugar* será importante para uma *leitura dos lugares*. É ainda interessante que se perceba que uma *teoria do lugar* conduz, inevitavelmente, a uma *teoria do território*, assim como às *teorias da região e da paisagem*. O processo de teorização acerca das distinções entre tais conceitos conduziria, com o passar da história, a um interessante desfecho. Em particular, as distinções que se referem aos conceitos de lugar e de região mereceriam um primeiro foco. O lugar, em princípio, não é uma região qualquer, assim como há uma multiplicidade de lugares que corresponde à diversidade menos ou mais integrada de lugares. A anotação, em princípio, causaria estranhamento. Por qual razão? Em princípio porque o conceito de lugar sugere distinções com relação ao conceito de região. No entanto, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, o conceito de lugar se aproximou, e por vezes substituiu, o próprio conceito de região tal como Milton Santos discutiu teoricamente a questão. O conceito de lugar e o conceito de região se metamorfosearam em razão das próprias transformações do *corpo do mundo* e, conseqüentemente, do pensamento do mundo. Alguns detalhes dessa discussão merecem o foco.

[12] O verbo analisar é um dos mais caros para a ciência moderna: ele sugere a ação de recortar, dissecar, em partes para se compreender o todo. No entanto, utilizo aqui o verbo com o mesmo significado de ler, criticar, redesenhar, rearranjar.

Observa Milton Santos (2003:62), ainda a sublinhar a dificuldade e/ou a dispensabilidade da busca, invariavelmente frustrada, da distinção entre os conceitos: "não há como distinguir [...] a região do lugar. Região e lugar são a mesma coisa. No passado perdemos muito tempo mostrando a diferença entre lugares, áreas e pontos."

O segundo propósito: a constituição dos conceitos permite o desenvolvimento de categorias ditas analíticas que, em princípio, conforme determinados valores da ciência moderna, poderão subsidiar a leitura, a interpretação, a crítica dos objetos selecionados para a pesquisa. No entanto, será sempre necessário conceder maleabilidade aos conceitos e, conseqüentemente, às categorias de modo a permitir-lhes um movimento compatível com os movimentos do *corpo do mundo*. Entretanto, a ciência moderna procura obstinadamente cultivar as referências da modernidade. A principal delas, nesse caso, é a ratificação da *dureza analítica* — tão própria das técnicas —, das fantasiosas objetividade e neutralidade, assim como de *linhas-limite* entre os conceitos e os seus referentes. O passo seguinte, trágico, resulta no descolamento do próprio conceito em relação ao mundo. Desconsidera-se, assim, que o conceito se constrói através do contato e das relações: entre os sujeitos e o mundo; entre os conceitos e os *corpos de mundo*. Tal descolamento implica o empobrecimento do conceito que, deste modo, se transforma em um modelo radical-conservador que deseja a autonomia em relação ao mundo: conceito esvaziado de mundo e de significado. Entretanto, o maior empobrecimento é a explicitação da desconsideração teórica de que um conceito social é a expressão das relações de constituição entre os sujeitos e o mundo, entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento.

Paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede: em muitas circunstâncias, esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão, cada um deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como, também, de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um *conceito-matriz*: espaço. Todos eles poderão ser compreendidos como objetos teóricos de um conhecimento socioespacial, feito de disciplinas que se entrecortam, em cujo centro estariam aquelas que focalizam as

espacialidades e os processos a elas associados. Contudo, a demarcação dos diversos domínios do conhecimento, através do delineamento das tessituras conceituais, é meramente produto de um *movimento técnico*, esvaziado de saber, que não se sustenta teoricamente. Os conceitos têm uma natureza híbrida, assim como os objetos teóricos disciplinares, tanto como a ciência que se expressa através das disciplinas. Assim, o conceito de território jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar.

Uma síntese de comum definição: território – domínio, campo de poder, propriedade, produto de exercício político e socioespacial. A *utilização do espaço* carrega consigo dinâmicas e processos dentre os quais o que se refere à *produção do espaço*. As sociedades, sobretudo as do mundo moderno, se estruturam para viver, produzir bens, consumir e, como resultado desse processo social, produzem espaço (SANTOS, 1978, 1980, 1996a). Tal como pensa Milton Santos, território é espaço utilizado que, em decorrência da utilização e da natureza do uso, transforma-se em território. Tal processo e suas conseqüências são de interesse das ciências sociais. Os territórios poderão ser interpretados, portanto, como manifestações dos processos de utilização do espaço que mobilizam o interesse desse referido conjunto de conhecimentos:

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005:137).

Pressupõe-se, nesses termos, que a utilização do espaço, do território, desse corpo social híbrido, além de econômica, seja sempre política, mas também seja sempre a expressão de um processo social, cultural. Se o território é espaço político, instância de poder, o próprio processo de estruturação da sociedade – para produzir e consumir – encerra, também, uma natureza política e uma ordem ética. Ao se referir ao processo de produção dos espaços nas sociedades modernas, refere-se à ética ocidental

ou à ética da modernidade que elimina os passados das sociedades periféricas e estimula a construção de imagens acerca de um futuro comum para todas as sociedades. Portanto, nos termos em que se apresenta a leitura dos processos de globalização e, sobretudo, da globalização hegemônica, o futuro das nações e dos territórios que se referem às periferias tende a ser canibalizado pelo projeto de futuro das nações e dos territórios centrais, hegemônicos. Um futuro para todos, feito de uma única trajetória, de único passado, de único signo: o das hegemonias. Nesse sentido, a ética reguladora do processo de produção social do espaço na modernidade ocidental contradiz a própria idéia de ética ao desconsiderar o princípio do respeito à diferença e à diversidade.

Por sua vez, o hibridismo a que se refere Milton Santos nos faz pensar na complexidade da constituição das formas sociais. Tal complexidade, feita de múltiplos processos, ainda nos movimenta na direção de dificuldades: as que dizem respeito à compreensão dos limites e fronteiras da corporeidade social híbrida e diversificada. A vigília e a abertura, contradito-riamente, entrecortam-se para existir como uma das manifestações sociais do território tal como ele se configura nas modernidades mais contemporâneas.

A constituição do território implica a edificação de limites que, por sua vez, carregam fronteiras. Assim como há territórios de diversas naturezas, há limites e fronteiras de variadas origens. De algum modo, os limites e as fronteiras são expressões dos territórios aos quais se referem. Há territórios de diversas origens, feitos de variados processos e, conseqüentemente, há limites e fronteiras de naturezas variadas. A natureza dos limites e das fronteiras se refere, portanto, ao caráter dos territórios aos quais correspondem. Entretanto, as anotações tendem a simplificar não apenas o significado das bordas e das *áreas transicionais* como, também, da própria natureza do território e dos territórios. O território: um híbrido. O presente registro poderá ser discutido a partir de diferentes critérios e referências. Talvez o que mais interessa à presente reflexão seja a natureza híbrida do território que decorre de variados processos sociais que se atravessam de modo a construir uma imagem social que adquire uma densa e complexa corporeidade

feita de imagens econômicas, políticas, culturais. A história é repleta de exemplos paradigmáticos.

Exemplos de cartografias passadas poderão nos trazer imagens mais precisas acerca dos significados dos territórios, dos seus limites e de suas fronteiras. O Atlântico, talvez, seja a mais forte representação de limite na Europa medieval. O *sinal de fim*, onde se esgotam, contraditoriamente, os territórios esvaziados de fronteira. O *Atlântico medieval* é a própria *fronteira da finitude*, esvaziada: o limite radical. Como observaria Boaventura de Sousa Santos (2007), um limite abissal, uma linha abissal, uma abrupta falésia, para além da qual há apenas a inexistência.[13] Para além dele, há um desconfortável e *desconhecido fim*. Talvez, para além desse limite, supostamente desprovido de fronteiras, devêssemos considerar a imaginação ou a fantasia como manifestações de uma *translúcida fronteira*.

Sobre esta *translúcida fronteira,* o que se pode dizer? É translúcida porque através dela não se vê nada além do limite. A sensação é a de se estar, de frente para o Atlântico, diante do *fim das coisas* que fazem o mundo. Certo é que a imagem é produzida de territórios sociais que não concebem a existência de outros ou de qualquer outro. Daí a razão da *linha-limite* que exclui a fronteira. O outro, imaginado além do limite, será, então, medieval, apenas produto de fantasias monstruosas que transcendem o que faz o mundo. No limite, a fronteira translúcida é o delírio, na prevalência do desconhecido.

Portanto, no ocidente medieval, não há mais mundo além do horizonte atlântico, pois o que é mundo é feito de uma Europa que se compreende, já na contemporaneidade, sob a referência dos demais continentes, como um *desejo de terreno contíguo* onde se caminha sobre limites frouxos, desenrolados e, supostamente, à mercê de caminhos aleatórios: um mundo feito de uma paisagem "moldada, humanizada, por pés e mãos" (STEINER, 2006:28). Sobre diferenças, entre o referido mundo europeu desejoso da supressão de limites e demais outros mundos:

---

13 Boaventura de Sousa Santos (2007:3) observa que "as linhas cartográficas 'abissais' que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo."

> Uma vez mais, a diferença em relação à América do Norte, para não falar de África e da Austrália, é radical. Não é possível ir a pé de uma cidade americana a outra. Os desertos do interior australiano, do sudoeste americano, os "grandes bosques" dos estados do Pacífico ou do Alasca, são praticamente intransponíveis. A magnificência do Grand Canyon, dos pântanos da Flórida e da Rocha de Ayer na vastidão australiana é de uma dinâmica tectônica, geológica, quase ameaçadoramente irrelevante para o homem. Daí o sentimento, muitas vezes expresso por turistas do Novo Mundo ou *down under* na Europa, de que as paisagens européias são manicuradas, de que os seus horizontes sufocam. Daí o sentimento de que os "grandes céus" americanos, sul-africanos e australianos são desconhecidos na Europa. Para um olhar americano, até as nuvens européias podem parecer domesticadas. Estão povoadas de divindades antigas, envoltas em roupagens de Tiepolo. (STEINER, 2006:29-30).

A menção à diferença, contudo, é a explicitação do desejo da distinção, quando o que é distinto se distingue, hierarquicamente, em relação ao *outro* que se constrói através da edificação cultural da diferença. Assim, na contemporaneidade, após a *superação do Atlântico*, ainda se cultiva a *idéia de Europa*: espaço exclusivo da fronteira, espaço de limites interiores supostamente ausentes: um potencial território a integrar todos os demais *territórios nacionais de Europa*. Um continental *território-idéia*, ideologizante, humanizado por *mãos de razão*. "A Europa esquece-se de si própria quando se esquece de que nasceu da idéia da razão e do espírito da filosofia" (STEINER, 46-47). Pois não terá sido uma conseqüência da utilização da razão que os *limites oceânicos medievais* foram, passo a passo, transformando-se em fronteiras? "Ora, essa interminável travessia é mais que um simples percurso de lugares próximos ou longínquos, humanos ou não" (HARTOG, 2004:32). Dessa interminável travessia, origina-se a idéia de um mundo que, ao transformar limites em fronteiras, deseja assumir a condição de fronteira do mundo e da humanidade. Por detrás desse projeto ideológico, contudo, há projetos que inevitavelmente poderão ser identificados como projetos econômicos, financeiros, políticos, que nascem, no contexto da diversidade de conflitos entre as próprias nações européias, diante da ameaça à hegemonia cultural, econômica e política constituída pelo até então mundo para além do Atlântico. Uma simbologia diversificada desse desejo de proteção poderá ser discutida.

No entanto, o *euro*, moeda continental que exclui e aparentemente desprotege outros territórios europeus, talvez seja o mais representativo dos símbolos desse projeto que nos diz, na contemporaneidade, algo sobre a histórica *idéia de Europa*. Ele exclui *europas* para preservar a *idéia de mundo* que, ultrapassando a linha abissal do Atlântico, constrói um Novo Mundo sem passados e, com isso, não apenas transforma a linha em fronteira como, também, a linha medieval em conflituosa fronteira moderna.

A cada tempo histórico corresponderiam espaços e territórios. Espaços e tempos que se entrecortam e constituem uma só categoria. As sociedades medievais produziram muralhas que vigiavam cidades atrofiadas. Na sua atrofia murada, feita de uma multiplicidade de cercas, a cidade é ainda o território da vigília. Não há representação codificada de limite, quando a muralha é o seu sinal. Entretanto, de modo paradoxal, a presença do limite físico é o sinal físico da existência da fronteira. Caminhos de comércio reforçaram modernidades que desfiaram feudos, que desenrolaram linhas-limite. Fronteiras devoraram cercas e a cidade se espraiou para além das muralhas. Emerge a cidade, moderna, então, com os seus sonhos de liberdade, com os seus projetos de produção e de consumo.

Os territórios da cidade moderna são representados pelos corpos digitais, de aparência física, já na *era da internet*. Uma profusão de topografias digitais vistas em todas as escalas. Algumas delas, européias, contêm registros da esterilização da convencional representação da vigília, de limites devorados pelas espraiadas planícies de transição, pelas fronteiras feitas de abertura: Carcassone, Chester, York, Évora, Ávila. Pedaços de limites abandonados na aparentemente dócil planície da cidade mostram que os sinais da vigília podem ser transformados pela própria modernidade que se metamorfoseia: nas modernidades mais contemporâneas, os limites de vigília podem ser eletrônicos (VIRILIO, 1993). As *muralhas da China* – testemunha histórica de extenso *corpo físico de vigília* –, por exemplo, transformam-se em cenário, em *corpo paisagístico de comércio*, ao perder suas funções de limite. Os recortes territoriais africanos, feitos de culturas, de etnias, de tribos, foram atravessados por modernos limites que separam estados nacionais que contrariam a própria idéia de nação. África: pensar o continente é imaginar cartografias que se sobrepõem, sem que se permita imaginar uma cartografia das próprias

sobreposições. A *faixa de Gaza*, por sua vez, é um estrangeiro e ameaçador território aos *olhos da paz*, feito de uma barbárie múltipla e internacional, de caráter ocidental, que, simultaneamente, é limite que representa uma diversidade de obstruções e, simultaneamente, de potenciais fronteiras. Há cercas e restrições, assim como há abertura para que se reflita acerca da urgência, no contato extremo, do diálogo e da supressão da latente impossibilidade da paz. Em Dublin, contudo, bastariam faixas pintadas no asfalto para indicar diversas formas de *apartheid* entre tribos, guetos, territórios de religião e de política. As cidades modernas, portanto, não representam planícies homogêneas, *planícies lentas*. Há territórios no interior do território. Um híbrido, também por tal razão, esse corpo social. Há cidades no interior da cidade (HISSA, 2006). Há domínios socioespaciais no interior da cidade sem muralhas.

Se a idéia de território é associada às de propriedade, vigília, fechamento, limite, ela é também, portanto, um convite teórico à reflexão sobre os significados de fronteira. Onde há território, há limite e fronteira. Inseparáveis, limites e fronteiras, no âmbito dos territórios, apresentam significados contrários. Os limites estão voltados para dentro, como se representassem a guarda dos territórios. Pelo oposto, as fronteiras, espaços de transição, zonas de contato, espaços de abertura, estão voltadas para o exterior. Entretanto, os significados, na literatura, se confundem. O marco de fronteira é, de fato, a representação do limite.[14]

Cercas, muralhas, fossos, valas. Do alto, podem ser linhas visíveis. No nível dos terrenos, são sinais perceptíveis e insinuantes do que desejam ser: obstáculos. O limite, contudo, contraditoriamente, é uma representação da latente existência da fronteira ou da abertura. Se o limite é costumeiramente linha, a fronteira assume, no imaginário social, uma abstrata natureza areal e movente. A fronteira é o espaço de transição e de trânsito. A fronteira, em diversas circunstâncias, é o próprio trânsito. Enquanto move, entretanto, a fronteira carrega o limite que lhe corresponde, arrastando consigo os seus marcos e piquetes, assim como os seus desígnios de vigília. Assim, a península medieval de Maquiavel (1955) constitui uma aparentemente caótica e instável mobilidade de fronteiras que devastam, arrastam e transformam limites.

[14] Cf. HISSA, 2002.

Por isso, ao invés de se referir à vigília do limite, sempre se refere à proteção da fronteira que, instável, transicional, movente, encontra-se em lugar algum ao contrário do marco que a procura representar. O marco de fronteira, por sua vez, assume uma condição distinta. O marco de fronteira assume o significado dos portais.[15]

O marco de fronteira assume as funções de limite já que representa a linha-limite, de piquetes a cumprir propósitos de delimitação do território no campo aberto da planície. No entanto, o marco, o piquete ou a linha divisória tendem a ser envolvidos pelas vagueações da fronteira que, por natureza, é contato, zona de potencial litígio, transição que esgarça limites. Por tais razões, os limites, fixos, procuram preservar o seu ativo e permanente exercício de vigília. Tal exercício, contudo, deseja a ocupação da fronteira, espaço de vagueações a ser protegido.

Se a idéia de limite carrega consigo a de fronteira, o conceito de território não poderá, na contemporaneidade, separar-se do conceito de lugar. O hibridismo do território também poderá ser avaliado a partir de tal leitura. O território é um corpo social espacializado feito da utilização do espaço. Entretanto, a corporeidade territorial se faz através de uma rede, de uma malha assimétrica construída historicamente, cuja existência – social, econômica, política, cultural – é produto de conexões assimétricas e desiguais entre lugares. Nesses termos, o conceito de lugar é interiorizado pelo conceito de território. Mas há ainda outros ângulos teóricos que nos fazem perceber que os territórios também são formadores dos lugares e, no processo de globalização, isso se torna mais nítido.

O processo de globalização elege lugares para que possa disseminar a sua própria racionalidade e os seus valores, assim como a produção de riqueza seletiva e, ainda, a propagação do desejo ampliado e diversificado de consumo não importa qual seja a sua natureza ou o caráter dos bens. A seleção de lugares faz, simultaneamente, com que estes sejam sobrevalorizados do ponto de vista mercantil e despromovidos do ponto de vista social. Com isso, os lugares são mercantilizados, assim como as relações sociais, e, simultaneamente, são de algum modo despromovidos socialmente. Apesar de a globalização hegemônica imprimir a desva-lorização

[15] Cf. HISSA, 2002.

social e cultural, algo que se aproxima da *despromoção do local*, como observa Boaventura de Sousa Santos (2006:112), será a própria globalização que cumprirá papel de pôr à mostra as desigualdades socioespaciais e as especificidades culturais, políticas e sociais dos diferentes lugares. Milton Santos (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2006) abordam a questão de modo equivalente. A despromoção social dos lugares é assim vista por Milton Santos (2005:170): "a ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade." A racionalidade mercantil ocidental seleciona lugares para estender o próprio processo de globalização: estruturam-se lugares globais. Contudo, tal como observa Milton Santos (2005:170), os lugares poderão responder "ao mundo conforme modos de sua própria racionalidade." Como se apresenta o desenho teórico elaborado por Boaventura de Sousa Santos (2006), poder-se-á conceber que, através da *ecologia de saberes*, de processos de tradução intercultural, dos lugares e de redes de lugares – dos territórios, portanto –, emergiriam vozes solidárias globais contra-hegemônicas.

Já será a globalização hegemônica a expressão do *processo de apartheid socioespacial* que se apresenta, intensamente, através de diferentes espacialidades, de um modo também globalizado. Além disso, será a globalização hegemônica que cumprirá os papéis de definição ou da emergência, também, da diversidade de mundos e, como observa Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes (2005), da *diversidade epistemológica do mundo*. Todos esses processos fornecem amplas noções, cada vez mais precisas, acerca da produção do *apartheid social* contemporâneo, da reprodução de *linhas-limite* na modernidade que se radicaliza. É, portanto, bastante contraditório o processo de globalização: despromove socialmente os lugares e, pelo oposto, concede as condições para que se percebam, com nitidez, a degradação de valores essenciais à vida digna e, simultaneamente, as possibilidades de um movimento contrário e também global.

As referidas sobrevalorização e despromoção, também de modo seletivo e desigual, projetam-se, evidentemente, sobre as existências e os sujeitos do mundo. Além disso, projetam-se com tamanha força e densidade na *rede de lugares* que fazem dela um corpo territorial assimétrico

e desigual no âmbito da produção e da distribuição das riquezas em todos os sentidos. Se é assim o território – uma rede de conexões assimétricas e socialmente desiguais entre lugares –, ele também poderá ser concebido a partir de outros movimentos, valores, racionalidades e critérios. O território também será feito de um corpo de conexões entre lugares de onde se originam racionalidades e valores de outra natureza: valores que se referem à escala do cotidiano cujos *parâmetros*, tal como observa Milton Santos (2005:170), "são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade." Entretanto, também é certo que tais *parâmetros*, dada a sua natureza, não poderão ser movimentados dos lugares em direção à rede de lugares, ou seja, ao corpo territorial. Não direta e completamente: será possível, contudo, conceber a mobilidade de determinados valores originários de tais *parâmetros*, do lugar para a rede de lugares: tal como registra Milton Santos (2005:139), para "o território [...], formado de lugares contíguos e de lugares em rede." Isso valeria, sobretudo, para a emoção, os sentimentos, a cooperação e a própria socialização. Imaginaríamos, assim, um corpo territorial, também constituído a partir de uma *rede de lugares de cidadania*. Um *território de cidadanias* que não se funda a partir da racionalidade global, mercantil, hegemônica. Um território tecido através de uma rede que conecta lugares e captura os valores e os sentimentos de *corpos de mundo* desejosos de sobrevivência, mas, sobretudo, de vida digna.

Diante disso, será também sempre possível conceber que as conquistas sociais dos sujeitos dos lugares são disseminadas, menos ou mais intensamente, através da rede de lugares ou do corpo territorial. Por tais motivos, o território pode ser compreendido como um espaço social de diálogos possíveis e imprescindíveis para a transformação do mundo. Para tanto, será ainda necessário repensar os papéis desempenhados pelo saber, pelos sujeitos do conhecimento, de modo a abordar, de forma crítica e reflexiva, as grandes questões sociais postas pelo mundo moderno. Uma *ciência nova*, outra, para um mundo que se pretende *outro*, onde valerá mais o *nós* do que o *eu* que, por sua vez, prevalece na ciência moderna e que, dada a sua natureza, impede os ricos e transformadores diálogos

com os sujeitos do mundo. Uma *ciência nova*, outra, feita de *outros*, de *nós* e de *vários*, permanentemente reinventada a partir do diálogo entre os sujeitos, entre as disciplinas e saberes: diálogo mediado, no território, pelo mundo que lhe concede a existência.

Das paisagens disciplinares monoculturais à abertura do saber

Um objeto não pré-existe a si mesmo.
Foucault

O breve registro extraído de Michel Foucault (1997:50) será aqui suficiente para introduzir a reflexão acerca da abordagem transdisciplinar ao território. De fato, mais do que transdisciplinar, pensa-se aqui em uma abordagem que transcenda a *transdisciplinaridade moderna*, tal como ela se dá no discurso que já se esvazia de conteúdo, e tal como eu a discuti em um trabalho mais recente:

> [...] a *transdisciplinaridade moderna* poderá ser interpretada como a explicitação de possibilidades — de diálogos entre territórios disciplinares — obstruídas pelos próprios limites contraditórios que carrega. Originária do pensamento moderno, a *transdisciplinaridade moderna* idealizaria um movimento de atravessamento de conhecimentos nos interiores da ciência referenciados pelos próprios paradigmas da modernidade, pela ciência e epistemologia modernas. [...] Ela consistiria de interpenetrações de corpos teóricos e metodológicos, de objetos de estudo disciplinares, mas não se movimentaria com o propósito de explorar possibilidades de diálogo com os demais saberes — exteriores ao conhecimento científico e à universidade — deslegitimados pela própria ciência moderna. Sendo assim, a *transdisciplinaridade moderna* constituiria [conjuntos de] *territórios disciplinares* dos quais emergiriam, também, limites e fronteiras [...]. A ciência é o próprio limite da transdisciplinaridade. A universidade é a instância social em que a ciência faz uso de tais limites. De fronteiras voltadas para o exterior, tal como o *front* com os seus movimentos de avanço, a *transdisciplinaridade moderna* é a própria transdisciplinaridade sobre a qual sempre se diz algo acerca

> de suas dificuldades e impossibilidades de realização. Ela somente seria resolvida, como diálogo entre saberes, a partir de processos de mediação com o mundo. (HISSA, 2008b:23).

A transdisciplinaridade constitui, ainda, para a maioria dos sujeitos do conhecimento, referenciados pelos paradigmas da ciência moderna, apenas a explicitação de desejos de um exercício repleto de dificuldades e, sobretudo, de impossibilidades. Ainda assim, escreverá Edgar Morin (1999:135-136): "A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar." Entretanto, a despeito do presente registro, ao reclamar por uma *nova transdisciplinaridade*, ao afirmar que cada vez mais as disciplinas se distanciam umas das outras, ao focalizar o fundamental *apartheid* entre sujeito e objeto, Edgar Morin sugere o desenvolvimento de um *paradigma da complexidade* circunscrito exclusivamente ao âmbito da própria ciência, apenas. Uma primeira questão, da qual outras derivariam, precisa ser encaminhada: como interrogar a separação entre sujeito e objeto sem que se recorra ao que se toma, aqui, como pressuposto? *Sujeito e objeto fazem parte de uma totalidade processual* de tal modo densa que, já no processo de produção do saber, não se pode reconhecer o objeto sem o sujeito e, pela mesma razão, o sujeito sem o objeto. Como pensar, contudo, a ciência moderna nesses termos, a partir de tal pressuposto? Como conceber a transdisciplinaridade que não conceba tal premissa? Como conceber a transdisciplinaridade a partir das próprias referências definidoras da ciência e das disciplinas científicas? Afinal, não seria a transdisciplinaridade um movimento que se deseja ultrapassar a disciplina e, portanto, a ciência? A transdisciplina-ridade, tal como a ela costumeiramente se refere, é a manifestação de uma concepção de conhecimento que pretende *existir antes* da tranformação do sujeito a partir de referências que ultrapassam os paradigmas modernos que fazem a existência da ciência. Nesses termos, as referidas concepção e transformação pretendem *pré-existir* a si mesmas. Não será possível. O exercício transdisciplinar, antes de tudo, deveria pressupor a transformação dos sujeitos do conhecimento que, para isso, demandaria uma outra formação, uma universidade aberta, a partir de outras referências distintas das que fazem a ciência e a universidade modernas. A abertura: como negligenciar a sua indispensabilidade?

O território do saber: o *território aberto*: seria esta uma inadequada e paradoxal *expressão-metáfora*? Um *território aberto*: o que constitui o saber para que, aberto, exposto e sempre interrogado, esteja permanentemente pleno de sabedoria transgressiva, crítica e que se questiona. Mas como um território poderia ser aberto, por natureza, de vigílias e de limites frágeis, marcado pela exclusividade das fronteiras? O território é fechado por concepção. Se não é assim, por concepção, ele é mais associado ao limite do que à fronteira. Cabe mais, portanto, pensar em paisagens disciplinares, monoculturais, fechadas, marcadas pelo domínio, pelo controle, pelos diversos *poderes de vigília*, pela idéia de limite. Entretanto, contraditoriamente, o saber é mesmo abertura. É da sua natureza a abertura ou o desejo de liberdade. São do seu caráter a desconfiança, a insegurança, a instabilidade, a crescente consciência da sua ignorância. Diferentemente do conhecimento científico, que desloca a ignorância para o *outro*, o saber convida a ignorância por saber mais, por desaprender mais a partir do que permanentemente aprende: *aprendo e desaprendo para aprender*, diria o saber. *A ignorância somos nós*: ainda diria o saber, enquanto a ciência moderna se percebe como conhecimento para ignorantes.

Desde a linguagem que se transforma em poder, a ciência moderna é conhecimento seletivo. A disciplina é corpo especializado em cujo interior há diversas particularidades que não são postas em comunicação, em diálogo. As paisagens monoculturais do conhecimento são expressões da ciência. Cada uma delas carrega o seu corpo epistemológico moderno disciplinar e, além disso, os seus movimentos corporativos: todos eles atuam como limites interdisciplinares e como limites entre a ciência e os demais saberes. O conhecimento científico moderno, portanto, se expressa através de *domínios disciplinares* que são fechados, a despeito do discurso permanentemente desfeito pela prática.

Há corpos teóricos. A ciência moderna é representada pelos corpos disciplinares que, por sua vez, expressam *recortes de mundo* feitos de modo a constituir os corpos teóricos das disciplinas. Os domínios disciplinares são corpos feitos de limites e, ainda assim, de fronteiras que se estabelecem através da delimitação teórica de objetos temáticos de estudo e de métodos de abordagem às diversas questões extraídas dos objetos. Trabalhados os

limites das disciplinas, a cada domínio disciplinar corresponderiam *objetos de investigação* e *métodos de análise* – para que sejam utilizadas expressões caras à ciência moderna. Isso significa que o domínio ou o corpo disciplinar é constituído, em princípio, na ciência moderna, por objetos e por métodos de estudo, delimitados teoricamente e supostamente pertencentes ao referido domínio.

Questiona-se, desde já, a capacidade disciplinar de recortar objetos sem qualquer mutilação e sem danos ao próprio processo de produção do saber. O recorte de objetos teóricos do mundo constrói a disciplina sob as referências dos paradimas modernos, na radicalização conservadora metodológica própria da tecnociência, que se põe, então, a produzir conhecimento. Mas conhecimento que se distancia do saber. São estranhas às idéias de saber e de sabedoria as relações de pertencimento excludente entre conceitos e campos do conhecimento, entre disciplinas e objetos de estudo. Isso significa que objetos, conceitos, categorias e, além disso, também métodos, são, por natureza, transdisciplinares.

O domínio disciplinar se desenvolve a partir da utilização teórica dos *espaços do mundo*. O corpo da disciplina, portanto, é moldado através de *recortes de mundo* que se transformam, a partir de então, em *domínios teóricos do mundo*. A cada corpo disciplinar corresponderia um recorte: um objeto teórico que tem a sua correspondência no denominado *mundo real*. A disciplina, por sua vez, expressa o *recorte de mundo* que aparentemente lhe cabe e a cada domínio disciplinar corresponderiam, nesses mesmos termos, os seus limites e as suas respectivas fronteiras. Nos termos em que se insere a questão, as fronteiras interrogam os limites. A disciplina, sem o saber, solicita a abertura, o contato, o trânsito, o diálogo. Somente, ela poderá, ao se questionar, tornar-se saber transformador.

A *paisagem disciplinar monocultural*, portanto, refere-se a um campo específico do conhecimento, com limites supostamente bem-definidos – constituídos pelo exercício teórico de delimitação de objetos e de métodos –, que representa e expressa as trajetórias da ciência moderna. O processo de definição teórica dos limites se refere, assim, à própria constituição dos domínios disciplinares. Sempre teórico, o referido processo pressupõe investimentos, de natureza epistemológica e teórico-metodológica, que

garantiriam a subjetiva construção de imagens acerca dos limites que apartam os corpos disciplinares.

Na paisagem das monoculturas disciplinares, o corpo disciplinar assume a sua unidade na pluralidade: a unidade possível, com as suas desfiaduras e fendas. A paisagem de monoculturas disciplinares constitui a diversidade interna à ciência. No contexto de todos os saberes, por sua vez, a ciência constitui a monocultura do conhecimento: a que deslegitima os demais saberes; a que se considera portadora da primazia da palavra, da palavra definitiva ou do verbo sobre todos os demais. Ao focalizar as *monoculturas do conhecimento*, territórios de aridez, de monólogos, de infertilidades e vazios, Boaventura de Sousa Santos (2006:102-103) faz referência à produção de não-existências, de ausências ou de invisibilidades pela ciência: "Distingo cinco lógicas ou modos de produção de não-existência. A primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber. Tudo o que o cânone [da ciência moderna] não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura."

A ciência moderna não poderá ser compreendida como um simples e progressivo aperfeiçoamento dos saberes e das experiências dos sujeitos do mundo. Pelo oposto, a ciência moderna, para que produza social e culturalmente a sua existência, desenvolve o movimento de negação das culturas exteriores àquilo que ela própria cultiva. A ciência moderna é produzida contra a cultura do senso comum. Ela não dialoga: deslegitima e desperdiça saberes e experiências. Ela não compartilha. Uma reflexão acerca dos significados de senso comum é bastante útil ao desenvolvimento do argumento que aqui se desenvolve. Ela é fornecida por José de Souza Martins (2000:59):

> O senso comum é comum não porque seja banal [...]. Mas porque é um conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos.

Ao se instituir como uma forma de conhecimento não compartilhado, como conceber a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade – termos que, muitas vezes, são utilizados com o mesmo significado? Se a interdisciplinaridade poderá ser compreendida como a manifestação do desejo de diálogo no ambiente de pluralidade interna ao conjunto da ciência – e apenas se realizaria na transdisciplinaridade –, a transdisciplinaridade, por sua vez, somente se realizaria, como conceito e como exercício, a partir da exploração das fronteiras da própria *transdisciplinaridade moderna*: para além da ciência moderna, para além da universidade. Contudo, como pensar tal exercício sem a interação, sem que se compartilhe com o outro de modo a conceder significado ao diálogo? Mas esse não é o problema crucial. Não há possibilidade de *diálogo direto* entre disciplinas e entre ciência e saberes que circulam na sociedade. Assim, o que se compreende como transdisciplinaridade não se realiza, como conceito e como exercício, senão através de mediações em que os *corpos de mundo* e os sujeitos do conhecimento estariam no centro. Milton Santos (2000: 49) faz referência à constituição da metadisciplina como possibilidade do exercício transdisciplinar:

> A idéia da metadisciplina é a seguinte: existem várias disciplinas, a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia. Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é o mundo, o mesmo mundo que, no seu movimento, faz com que a minha disciplina se transforme... Todas as disciplinas têm sua relação com o mundo. Quando no processo de informá-la, colocamos o mundo dentro de uma disciplina, e dele fazemos a inspiração mãe, temos a metadisciplina. Por isso, o mundo é que permite que se estabeleça um discurso inteligível, um canal de comunicação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade [a transdisciplinaridade] não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina.

Interessa à reflexão a idéia da inserção do mundo no interior de uma disciplina. Entretanto, as disciplinas capturam apenas recortes do mundo. É o que faz a existência solitária de cada uma. Pois não há diálogo e, na ausência do intercâmbio transformador, permanece intacta a idéia da transdisciplinaridade: moderna e circunscrita ao universo da ciência. Interessa à reflexão a idéia do mundo como mediador de diálogos: pois

os *recortes de mundo*, – *recortes da totalidade-objeto mundo* – pressupõem *recortes de mundo* exteriores aos territórios disciplinares. Portanto, muito da geografia, por exemplo, estará sempre além dos seus domínios e será preciso, também, um grande investimento de modo a conceber o povoamento das fronteiras da referida disciplina.[16] Entretanto, na modernidade, *mundo-fábrica da tecnociência*, os limites esboçam movimentos de absorção das fronteiras. A *linha-muralha* explicita o quimérico desejo de incorporação da fértil planície, da pulsante fronteira. Pelas frestas dos muros disciplinares, corpos teóricos se imaginam na fronteira aberta, nos espaços de trânsito por onde circulam saberes. É uma difícil e complexa *escapada*: ela demandaria uma formação complexa, transdisciplinar, e mais do que isso, uma formação contrária àquela que constitui a própria ciência moderna e os sujeitos do conhecimento.

Considerações finais: o território, um corpo aberto

O território é um *corpo de mundo*: um *recorte da totalidade do corpo do mundo* em seu *movimento de totalização permanente*. Poderá parecer contraditória a imagem de um conceito feito de aberturas, posto que ele pressupõe a existência de limites para existir como um domínio ou como uma manifestação de poderes. Esta, contudo, é uma leitura que já encontrou o seu passado e, caso não seja exatamente assim, é uma leitura que deverá ser referenciada pelas contemporâneas transformações do *corpo do mundo* que concedem existência ao *corpo territorial*. *O território é um recorte sempre incompleto da totalidade* – também sempre incompleta – do *corpo do mundo* que se transforma a partir da *referência da totalização*. O território é, portanto, um corpo social também aberto, feito do corpo do mundo, que se manifesta através de uma diversidade de formas, inclusive físicas. Mas qual é a natureza da abertura do corpo territorial? Como ela se manifesta? A abertura se expressa através da própria estrutura do corpo territorial que não é exatamente feito de uma rede mas de

[16] É certo que, também, tal registro valerá para as demais disciplinas científicas.

diversas redes que se entrecortam e que constituem, no *corpo do mundo*, um *recorte sem bordas*. Um entrelaçado de redes de lugares que dificulta ou impede a percepção de limites ou de arremates. No entrelaçamento de redes há sempre pontos, afunilamentos, nós, fechamentos, limites, assim como aberturas que nos conduzem à leitura de corpos territoriais para adiante. Tais redes, por sua vez, são feitas de uma tessitura social, além de política, cultural, econômica, física. Não há uma disciplina que dê conta, na sua pretensa autonomia, da leitura desse *corpo de fronteiras* que se apresenta também como um domínio delimitado para existir como corpo territorial. O fechamento e a abertura da malha dependerão dos olhos do sujeito, dos olhos do corpo do mundo. *Há mundos nos olhos*. Ao contrário, o território é mesmo a contraditória manifestação do limite e da abertura e demandará, cada vez mais, movimentos que se aproximam da transdisciplinaridade.

Parecerá evidente a afirmativa: o território é um objeto transdisciplinar. Entretanto, a assertiva, contraditoriamente, carrega pesadas interrogações porque não se pode dizer que se saiba bem, a partir dos discursos da modernidade que permeiam o mundo da ciência e da universidade, qual é a natureza da transdisciplinaridade. As disciplinas, entre si, não se põem em comunicação direta e o diálogo criativo e transformador sempre dependerá de uma formação complexa, crítica e criativa dos sujeitos do conhecimento: uma formação feita de reflexão, de teoria, de vivência, de densa leitura, de rotineiros exercícios de interlocução — com os demais sujeitos do conhecimento e com os sujeitos do mundo. Mas a universidade moderna, de modo a se constituir como o lugar da hermética ciência moderna, é fechada. Quanto há abertura, ela é insuficiente do ponto de vista teórico, assim como no âmbito das práticas e das éticas.

A universidade é costumeiramente vista como o lugar do pensamento crítico, da reflexão, da produção do saber transformador. Entretanto, ela poderá ser vista apenas como uma instância social que reproduz os valores da sociedade na qual se insere sem que possa construir os instrumentos da sua própria crítica. Talvez, na contemporaneidade, muito mais do que no passado, a universidade poderá ser identificada mais fortemente com a segunda alternativa. O trabalho intelectual crítico é periférico, marginal, substituído pelo normativo, regulatório e se expõe, freqüentemente, à

legalidade destituída de ética e de cooperação solidária. Observa-se com Milton Santos (2000:11):

> Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. [...] E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério.

Não há quem deixe de argumentar em prol de uma formação universitária de qualidade. Entretanto, quando a idéia de qualidade é absorvida pela de quantidade, à medida que a universidade é incorporada pela idéia de mercado, já são deturpados os valores que dizem respeito aos próprios significados da universidade e da formação universitária. Nas modernidades mais contemporâneas, quando não apenas o mercado se insere nas universidades mas estas, também, já se transformam em *extensões de mercado* ou em efetivos mercados, o que se poderá pensar sobre uma formação de qualidade? Ela atenderia a quais atores sociais e estaria a serviço de quais interesses? As respostas às questões são polêmicas, incompletas e diversificadas, diante da crise da universidade e dos seus paradigmas, assim como frente à crise das sociedades e das culturas modernas.

Para uma abordagem mais densa à questão, poder-se-ia afirmar, na construção de um argumento sempre inaugural, que uma formação de qualidade concederia, a todos, o estímulo e as oportunidades para desenvolver a capacidade de ouvir e de pensar criticamente. Quem não se habitua a pensar de modo crítico desenvolve a crença dogmática e chauvinista de que pensa. Quem não cultiva tal hábito pouco se põe a ouvir, convicto de que o caminho da crença e da convicção está nas *respostas ocas* que obteve, a partir do que desejou ouvir quando falava e a partir do que supunha pensar. Imagina-se, então, que o fez assim de modo crítico e reflexivo. Ao contrário, quem se habitua rotineiramente a pensar, cultiva mais a interrogação do que a resposta, assim como mais a incerteza que faz o caminho da busca, do saber e do abandono do dogmatismo.

A universidade deveria mesmo estimular a reflexão, para que se fortalecesse como a universidade que deseja ser. Somente assim se estaria

a cultivar a indignação, sentida ausência num mundo de respostas prontas, e se retomaria, passo a passo, no tempo e no ritmo do aprender, a sabedoria feita de modéstia indignada e desejosa de transformação. Todo o contrário é inexistência: limite sem fronteira, fixismo, rigidez que se expressam em argumentos normativos destituídos de argumento, que obstruem a criatividade e a ação transformadora.

Sublinham-se, aqui, incapacidades e dificuldades vividas pela universidade moderna. Elas estão relacionadas entre si. A primeira se refere à dificuldade ou incapacidade da universidade se subverter para que possa cumprir o discurso que profere sobre si mesma. Mercantilizada, a universidade abdica da sua condição de espaço livre de criação e assume a condição de espaço de produção – esvaziada de qualidade por conta dos próprios critérios de produção e de qualidade que se deixou impor –, de competição que aniquila e suprime o *outro* e, contraditoriamente, da interdição da palavra. A segunda e a terceira se referem à sala de aula e aos demais ambientes de pesquisa que não se transformam em espaço de diálogo alimentado pela pluralidade, pela entrega e pela formação autônoma dos sujeitos. Não são incorporadas as experiências do mundo. A universidade produz um conhecimento *esvaziado de mundo*. Finalmente, uma grande dificuldade que se torna, aparentemente, cada vez mais uma impossibilidade: a da incorporação, pelos sujeitos do conhecimento, de suas próprias experiências de mundo. A universidade moderna solicita o esvaziamento dos sujeitos do mundo como se a leitura do mundo não precedesse a leitura da palavra e do processo criativo.

Dessas dificuldades e incapacidades decorreriam problemas referentes à produção do saber que dialoga com o mundo para ser pleno de mundo. Tais dificuldades são as que obstruem os sujeitos do conhecimento, das diversas áreas, na abordagem dos *recortes do corpo do mundo* a partir de referências que contrariam o *pensamento abissal*, fraturante, dicotômico. Para a ciência moderna, há ciência e saberes não científicos. É certo que os saberes locais, os saberes comuns, poderão ser também modernos, conservadores. Isso significa que o lugar onde se dão as existências, a vida cotidiana, a emoção, a vizinhança, a co-presença, a solidariedade, a cooperação é também o lugar onde se dão os processos de aniquilação do

outro, os mais diversos conflitos, as disputas de todas as naturezas. Mas é mesmo no lugar onde simultaneamente residem as possibilidades de conflitos e de encontros que se poderão desenvolver redes de diálogos entre os mais diversos saberes, dos quais também participariam os saberes científicos. Para tanto, em princípio, seria necessário imaginar e conceber, passo a passo, uma outra ciência, aproximada das existências, dos interesses coletivos, assim como seria necessário imaginar e conceber sujeitos do conhecimento participativos da vida pública em seu próprio processo de pesquisa. Para além disso, contudo, seria ainda necessário desenvolver, na universidade, uma formação distinta da existente. A transdisciplinaridade, para que subverta o seu *lugar epistemológico moderno*, pressuporia a transformação dos sujeitos do conhecimento, assim como a subseqüente transformação da universidade. Somente nesses termos poder-se-ia pensar possibilidades de tratamento transdisciplinar – uma virtual *ecologia de saberes*, como deseja Boaventura de Sousa Santos (2006) – dos diversos *corpos do mundo* e, em particular, o que se refere aos vários corpos territoriais que reunem lugares. Somente o *pensamento aberto* poderia, com densidade e consistência, de modo crítico e reflexivo, abordar o corpo territorial: um espaço aberto. Mas de que consistiria tal *pensamento aberto*? Consistiria da disponibilidade para o diálogo aberto e transformador que, por sua vez, demandaria uma formação dialógica, coletiva, integrada. Uma demanda urgente – que explicita um grande dilema da sociedade moderna: o da transformação dos sujeitos – a ser construída no tempo da cultura e não no tempo da economia. Reside aí a dificuldade de se compreender tanto a natureza transdisciplinar do território como a própria transdisciplinaridade: é preciso que os sujeitos se transformem para imaginar, conceber e desejar transformações.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BRANDÃO, Luis Alberto. *Grafias da identidade*: literatura contemporânea e imaginário nacional. Rio de Janeiro: Lamparina; Belo Horizonte: Fale (UFMG), 2005.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 81-92.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Saberes ambientais: a prevalência da abertura. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a. p. 47-63.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008b. p. 15-31.

HISSA, Cássio Eduardo Viana, CORGOSINHO, Rosana Rios. Recortes de lugar. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan.-jun. 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana, MARQUEZ, Renata Moreira. Rotina, ritmos e grafias da pesquisa. *Ar*: Revista de Arquitetura, Ensino e Cultura, Coronel Fabriciano: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, v. 2, n. 2, p. 14-28, dez. 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *O marxismo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

MAQUIAVEL, Nicolai. *O príncipe*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1955.

MARQUEZ, Renata Moreira. Arte e geografia: olhar através das frestas. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca, COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. (Org.). *Imagens marginais*. Natal: Ed. da UFRN, 2006. p. 11-22.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, Wolfgan. *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula G. De, NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de

Sousa (Org.). *Semear outras soluções*: os caminhos da biodiversidade e os conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996a.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *Entrevista*. *TD*, p. 32-39, fev./mar. 1999. Entrevista concedida a José Corrêa Leite.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. O mundo não existe. *Veja*, Rio de Janeiro, Editora Abril, ano 27, n. 46, p. 7-10, 16 nov. 1994. Entrevista concedida a Dorrit Harazim.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, ago. 1996b.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Conhecimento e reconhecimento*: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003. p. 53-64.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STEINER, George. *A idéia de Europa*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2006.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WOLFE, Marshall. *Desenvolvimento*: para que e para quem? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

De Lênin à Lacoste

Os arquétipos espaciais de subdesenvolvimento

Alain Musset

Introdução

Os fatos são teimosos.
Lênin

Na hora em que nossas sociedades globalizadas encontram-se cada vez mais confrontadas, por um lado, com a alta dos comunitarismos (como resposta à perda de identidade, real ou suposta, que a expansão de uma cultura dominante provoca) e, por outro lado, com o que alguns puderam chamar de "choque das civilizações"[1], as ciências sociais devem mais do que nunca se interrogar sobre os conceitos de espaço e de território aplicados à noção controversa de subdesenvolvimento.

De fato, as clivagens sócio-econômicas que são, a um só tempo, a causa e a conseqüência das tensões permanentes entre países ditos "do Norte" e países ditos "do Sul" não podem ser consideradas de maneira puramente econométrica, isto é, abstrata. As disparidades e as desigualdades não são senão quadros estatísticos que se podem representar e espacializar pelo viés dos sistemas de informação geográfica: elas inscrevem-se em territórios (com diferentes escalas) e devem ser estudadas pelo pesquisador no seu trabalho de campo.

Ao confrontar os pontos de vista de pensadores liberais e de geógrafos marxistas ou marxianos, proponho, aqui, devolver ao território o lugar que lhe cabe na compreensão de fenômenos econômicos considerados com demasiada freqüência na escala global, sem que se leve em conta a dimensão espacial, que explica a organização interna e externa das sociedades. Ora, desde Lênin (*O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*) a Lacoste (*Geografia do subdesenvolvimento*), passando por Boukharine (*A economia mundial e o imperialismo)*, Walt Withman Rostow *(As etapas do*

[1] "The most important groupings of states are no longer the three blocs of the Cold War but rather the world's seven or eight major civilizations. Non-Western societies, particularly in East Asia, are developing their economic wealth and creating the basis for enhanced military power and political influence" (HUNTINGTON, 1998:21).

crescimento econômico), Milton Santos (*O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos) ou Samir Amin (*O desenvolvimento desigual*: os desafios da mundialização), o estudo do subdesenvolvimento tropeça na noção de escala territorial, pois esta se reduz, com muita freqüência, à expressão metafórica das relações de poder que se estabelecem entre dominantes e dominados pelo viés da tradicional oposição entre centro e periferia.

Para compreender o que pode significar ainda hoje a noção de subdesenvolvimento, é necessário ultrapassar as clivagens ideológicas que marcaram os anos 1960-1980, mas também re-situá-las no seu contexto científico. É nesse sentido que a noção de território deve ser considerada e valorizada. Trabalhando, ao mesmo tempo, na escala do planeta e da cidade, Milton Santos abriu sem nenhuma dúvida uma via particularmente fecunda. Com efeito, ele sublinhou a existência de um "circuito superior" da economia (diretamente saído da modernização das trocas e das técnicas em nível global), porém estudou particularmente as atividades ligadas a um "nível inferior" – as que se enraízam no local e mantêm relações privilegiadas com um espaço regional de dimensões múltiplas (SANTOS, 1979).

Da mesma maneira, o espaço e o território estão no cerne do método proposto por Lacoste que, desde a metade dos anos 1960, reivindicava o método geográfico para analisar um sistema econômico e político inscrito em uma dimensão espacial:

> Os economistas, que são os especialistas nas questões de "desenvolvimento", não prestaram muita atenção a essa Geografia do subdesenvolvimento. Para eles, como para muitos outros, o próprio termo geografia evoca certamente apenas uma enumeração de descrição do relevo, do clima, da vegetação etc. (LACOSTE, 1976:14).

Portanto, não é só uma clivagem ideológica que deve ser ultrapassada: trata-se também de superar as fronteiras acadêmicas, que fragmentam as ciências sociais sob o pretexto de quantificar e hierarquizar os modos de informação, como se as sociedades não fossem a um só tempo o produtor e o produto de seus territórios.

Ainda que não seja possível tratar de um assunto tão vasto neste breve estudo, tratar-se-á, aqui, de demarcar as balizas de uma reflexão que se inscreve em um contexto mais largo, mostrando como se pode passar do espaço ao ter-ritório, em seguida do território ao terreno – isto é, de uma visão abstrata das relações sócio-espaciais a uma abordagem empírica e prática das sociedades territorializadas. Nessa perspectiva, é essencial para as ciências sociais não somente multiplicar as escalas de análise (do global ao local, do macro ao micro), mas também cruzar os olhares disciplinares (economia, geografia, sociologia e antropologia – sem se esquecer da história).

Num primeiro tempo, um retorno às fontes se impõe, se quisermos evitar os mal-entendidos e contra-sensos ligados à própria noção de subdesenvolvimento, expressão de uma ideologia encarregada de classificar e hierarquizar as sociedades segundo critérios discutíveis e discutidos (e, no final das contas, muito pouco espacializada). Na verdade, o subdesenvolvimento inscreveu-se, rapidamente, num quadro conceitual que permaneceu em grande parte teórico por causa dos critérios essencialmente econométricos utilizados para mensurar os níveis de pobreza no âmbito das nações e dos grupos de Estados. Ao reduzir as clivagens político-econômicas a uma série de arquétipos espaciais[2] que funcionam como modelos com pretensão universal (metrópoles-colônias, centro-periferia, Norte-Sul, cidades-campos...), o discurso sobre o subdesenvolvimento de fato desterritorializou-se para se transformar em uma alegoria das relações de poder na escala intercontinental, nacional ou regional. É por isso que, com a instigação de geógrafos como Lacoste ou de economistas como Amartya Sen, pareceu necessário repensar a dimensão territorial do subdesenvolvimento devolvendo-lhe (ou dando-lhe) uma função explicativa muito freqüentemente ou muito rapidamente evacuada, como se a geografia servisse somente para montar o cenário de processos econômicos libertos, por milagre, das rugosidades do terreno ou das contradições internas da sociedade.

[2] Entendo por arquétipo espacial uma configuração geográfica teórica aplicada a um espaço virtual a fim de extrair uma estrutura territorial suposta universal, fundada sobre um sistema de valores políticos, econômicos, sociais ou culturais. Essas configurações podem se construir sobre uma oposição dialética entre dois termos antinômicos: Centro-Periferia, Norte-Sul, Baixo-Alto, Local-Global...

O subdesenvolvimento, uma ideologia pós-colonial

Como responsável por uma especialidade de Mestrado intitulada *Estudo Comparativo do Desenvolvimento* – herança da formação doutoral *Pesquisas comparativas sobre o desenvolvimento* – fundada por Ignacy Sachs, socioeconomista do desenvolvimento que se dedica ao diálogo entre as ciências sociais (SACHS, 1971, 2008), tenho essa problemática no centro das minhas preocupações de professor-pesquisador. Desde a sua criação, nossa formação busca de fato favorecer a fertilização cruzada dos campos disciplinares em torno dos problemas do desenvolvimento. Valorizamos, a um só tempo, percursos que implicam a comparação de áreas culturais diferentes e métodos que necessitam do cruzamento de diversas abordagens disciplinares. Nessa perspectiva, a possibilidade de distinguir elementos de generalidade, a partir de experiências concretas, depende em uma larga medida da capacidade de se estabelecer comparações. Aliás, estas últimas não concernem necessariamente a similitudes, mas podem também ter por objeto diferenças, o que permite instalar grades de leitura adaptadas a situações políticas e culturais que vão além do quadro estritamente econômico das relações sociais ou dos jogos do poder.

Critérios ou sintomas do subdesenvolvimento?

Sob esse aspecto é essencial lembrar que a importância acordada ao critério de subdesenvolvimento implica a necessidade de uma abordagem comparativa que tenha por objeto terrenos diferentes, com escalas diferentes. Em 1962, Yves Lacoste já acentuava que se tratava de uma noção mal definida carregando consigo, logo de início, não somente uma avaliação, mas também uma hierarquização dos países estudados pelo viés de uma comparação fundada sobre o postulado de uma evolução comum das sociedades em direção a um *optimum* teórico (LACOSTE, 1962:5). A tomada de consciência de uma situação de subdesenvolvimento, pelas populações mais pobres do planeta, podia se fazer porque a comparação tornara-se possível graças à difusão de novos meios de comunicação de

massa, como o rádio e, sobretudo, a televisão, mesmo nos bairros mais miseráveis das megalópoles do Sul geopolítico: "A miséria é considerada de um ponto de vista diferente daquele de outrora. Os homens comparam-na ao que viram alhures, ao que aprenderam" (LACOSTE, 1962:26). A globalização tornava-se assim o instrumento da percepção de um mundo dividido em partes desiguais em função do acesso, pelas populações concernidas, a bens fundamentais (ou a recursos) cuja lista não era claramente definida.

Contudo, entre os primeiros, Yves Lacoste recusou uma classificação puramente econométrica cuja tendência era identificar os países subdesenvolvidos pelo viés de critérios estatísticos supostamente objetivos (produto interno bruto, insuficiência alimentar, parte das matérias-primas nas exportações, taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade, índice sintético de fecundidade, porcentagem de população rural...): "nenhuma dessas classificações é suficiente, a menos que se aceite a preeminência de um critério estatístico – de valor, aliás, discutível – que teria sido escolhido da maneira mais arbitrária" (LACOSTE, 1976:7). Para ele, o subdesenvolvimento era um fenômeno global do qual era preciso estudar os "sintomas econômicos, sociais, políticos, demográficos etc" (LACOSTE, 1976:7).[3]

Tratava-se particularmente do desperdício dos recursos naturais, da fraca produtividade da agricultura tradicional, da atrofia das classes médias ou da hipertrofia de um setor terciário qualificado de parasita, mas também, e sobretudo, da existência de desigualdades sociais insuportáveis, da desagregação e subordinação das estruturas econômicas. Tal abordagem fundava-se, em parte, nos trabalhos de Jean-Marie Albertini para quem a simples *medida* contábil dos níveis de desenvolvimento não bastava para explicar *as razões* do subdesenvolvimento – a saber, a justaposição e a desarticulação de ao menos três níveis de produção em um sistema marcado pela dominação do capital estrangeiro: o setor

[3] Jacques B. Gélinas também utiliza o termo "sintoma" (campo lexical da patologia) para falar dos indicadores do subdesenvolvimento: "a sub-alimentação, a mortalidade infantil, o analfabetismo, o PNB (produto nacional bruto) por habitante, o endividamento e o resto." Não obstante, ele enfatiza que se pode também definir um país subdesenvolvido a partir dos mecanismos internos de sua economia e de sua posição de dependência no sistema mundial: "um país cujas engrenagens econômicas articulam-se de maneira subordinada na mecânica gigante da economia mundial" (GÉLINAS, 1994).

tradicional, as grandes firmas exportadoras e "economias urbanas" com estatuto mal definido, que transformam e comercializam produtos importados com bastante freqüência, de maneira clandestina ou informal (ALBERTINI, 1967).

Nesse ponto, o geógrafo engajado afina-se com as tomadas de posição de Amartya Sen[4], que criticou a noção de pobreza lembrando que esta não podia se resumir em uma abordagem puramente contábil dos fatos econômicos. Ao inventar a noção de *capability*, Sen mudou o olhar a ser lançado não só sobre a pobreza (no plano dos indivíduos), mas também sobre o subdesenvolvimento (no plano das nações). Para ele, não é só o rendimento que deve ser levado em conta, mas também a capacidade que têm os indivíduos e os grupos de utilizá-lo para obter bens fundamentais. Portanto, ele coloca o problema fundamental da adequação dos rendimentos em uma situação cultural e social específica:

> os funcionamentos pertinentes a essa análise podem ir de realizações físicas elementares como estar bem nutrido, estar convenientemente vestido e alojado, escapar da morbidez evitável etc., até outras de natureza social e mais complexas como fazer participar da vida da comunidade, poder mostrar-se em público sem vergonha etc. (SEN, 2000:159).[5]

Em 1980, é essa outra "realidade" do subdesenvolvimento que encontraram, nos campos nicaragüenses, os jovens estudantes (às vezes simples colegiais) designados e encarregados, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, de alfabetizar os camponeses deixados à mercê da ditadura somozista. Enviados para zonas rurais marginalizadas ou bairros periféricos subintegrados, os jovens guerrilheiros da Cruzada Nacional de Alfabetização passaram, em primeiro lugar e por sua própria conta, pela aprendizagem e experiência de uma pobreza que até então permanecia para eles em grande parte teórica – para não dizer ideológica (MUSSSET, 2007).

---

[4] Economista indiano, prêmio Nobel em 1998 por seus trabalhos sobre a fome, a economia do desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento humano.

[5] Em 1990, os trabalhos de Sen levaram o PNUD a definir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sistema de classificação dos países que permite relativizar o peso do PIB introduzindo em seu cálculo critérios sociais e culturais como a esperança de vida ao nascer, o acesso às necessidades essenciais (água potável, moradia, higiene), o nível de educação e de vida (logaritmo do produto interno bruto por habitante em paridade com o poder aquisitivo).

Os jovens ficavam hospedados com o habitante local em condições, às vezes, difíceis, como podemos constatar lendo os jornais de bordo (*diários de campo*) conservados, hoje, no Instituto de História da Nicarágua e da América Central (IHNCA). Era imenso o choque cultural entre essas crianças da cidade, habituadas a viver com um certo conforto, e as famílias incumbidas de abrigá-las. Alguns dias após sua chegada, Dolores Garcia Meléndez constatava que faltava tudo aos habitantes da Comarca Cruz de Guadalupe (Jinotepe) cuja situação permanecia precária, apesar da queda da ditadura: "em pouco tempo nos demos conta da extensão de suas necessidades, da pobreza da qual padecem" (*Diário* nº 52, 20-04-80). Instalada em seu pequeno quarto da fazenda El Naranjo, Maria de la Cruz Silva escrevia em seu diário que: "os camponeses desse setor, e suponho que todos do nosso país, por causa das condições de pobreza e de fome que conheceram, comem qualquer coisa" (*Diário* nº 40, 09-04-80).

A situação era sem dúvida ainda pior nas zonas rurais fronteiriças com Honduras, onde se encontra Luis Ruiz Ochoa, após ter deixado a capital Manágua. Um dia do mês de julho, em plena estação das chuvas, o estudante consegue achar abrigo em uma casa isolada, evitando, dessa forma, ver-se completamente encharcado pela tempestade. É acolhido por uma família miserável que vive na mais absoluta privação: sem água encanada, sem eletricidade, sem alimento para as crianças. De dia, as camas servem de assento. À noite, crianças e pais deitam-se uns contra os outros numa enorme promiscuidade. A refeição habitual limita-se a algumas tortilhas e bananas, temperadas com um pouco de sal. Enquanto a chuva não pára de cair sobre o telhado do casebre, a mãe lamenta-se porque seu marido está doente e porque a umidade vai apodrecer o feijão. "Como é triste tudo isto", resume Luis antes de se despedir, aproveitando-se de uma breve estiagem (*Diário* nº 42, 02-08-80).

Todavia, ao longo das semanas, os membros das brigadas de alfabetização apuram seu olhar antropológico e descobrem progressivamente as práticas de ajuda mútua e de solidariedade que ligam os indivíduos entre si, as famílias e os grupos – o que lhes permite superar (ou ao menos suportar) situações econômicas próximas da miséria. Instalados, seja em vilarejos de montanha, seja nos bairros periféricos das grandes cidades,

eles se dão conta de que a palavra "comunidade" não é uma noção abstrata. Oriundos de um meio onde o círculo das relações sociais limita-se mais freqüentemente à família, aos amigos próximos e aos colegas de trabalho, esses jovens homens e mulheres penetram territórios cujos habitantes reivindicam todos a mesma identidade e buscam, sem falso pudor ("sem vergonha", como disse Amartya Sen, valorizando as práticas sociais das comunidades camponesas indianas), compartilhar as alegrias e as aflições de seus vizinhos. O que é válido nos campos é também nos bairros pobres de Masaya, onde os eventos familiares são compartilhados no conjunto da comunidade, enquanto na cidade cada um prefere ficar em casa ignorando, voluntariamente ou não, o que se passa ao lado:

> Quando cheguei à casa, havia uma vela acesa ao lado. Fiquei surpreso ao ver que, mesmo entre vizinhos, a tradição muito difundida nas localidades rurais de compartilhar o luto, tal qual onde vivo, está quase completamente perdida na cidade; dentro de uma casa, assiste-se à televisão enquanto ao lado reza-se, chora-se, fala-se do morto na véspera (*Diário* nº 39, 07-05-80).

O choque cultural experimentado pelos jovens sandinistas, enviados às zonas mais marginalizadas da Nicarágua pós-revolucionária, permite-nos melhor apreender a diversidade das situações socioeconômicas de um dos países mais pobres da América Latina,[6] visto que um dos objetivos da Cruzada Nacional de Alfabetização era fazer com que os jovens da cidade, que até então tinham vivido em um meio protegido, para não dizer privilegiado, conhecessem a "realidade" da nação. Na verdade e amiúde, é o terreno que dá sentido às palavras. O essencial é saber o que se entende por "realidade" e ver como essa realidade (autentificada pela prática do trabalho de campo) inscreve-se numa interpretação ideológica dos fatos sociais.

[6] Segundo o Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano de 2007, o IDH da Nicarágua (0,710) a situa na América Latina exatamente acima de Honduras (0,700), da Bolívia (0,695) e da Guatemala (0,689) – o Haiti vem em último lugar com 0,529 (http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_fr_indictables.pdf).)

Subdesenvolvimento e geopolítica

No primeiro capítulo de sua *Geografia do subdesenvolvimento* (*Ambigüidades da noção de subdesenvolvimento*), Lacoste assinalava que foi no dia seguinte à segunda guerra mundial que se começou a falar livremente do "subdesenvolvimento", sublinhando, num parêntese carregado de sentido, que "tratava-se, soube-se muito mais tarde, da tradução do termo *under-development* fabricado pelos políticos americanos." Na verdade, pode-se datar a certidão de nascimento oficial do subdesenvolvimento do dia 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, pronunciou o discurso de investidura do seu segundo mandato na Casa Branca. Nessa ocasião, ele apontou a grande pobreza que afetava a metade da humanidade e colocava em perigo não somente os equilíbrios geopolíticos instaurados no dia seguinte à vitória dos Aliados, mas também as perspectivas de crescimento econômico dos "países livres" em um mundo já em globalização:

> An expanding world economy requires the improvement of living standards and the development of resources in areas where human poverty and misery now prevail. Without such improvement the recovery of Europe and the future of our own economy will not be secure. I urge that the Congress adopt the legislation now before it to provide for increasing the flow of technical assistance and capital investment in underdeveloped regions.[7]

O discurso de Truman acarretou, em junho de 1950, a assinatura do *Act for International Development* (AID, Programa para o Desenvolvimento Internacional – instituição que desempenha sempre um papel central na relação de dependência, negociada caso a caso entre os Estados Unidos e os países pobres que se beneficiam de seu sustento alimentar e logístico). Como mostra claramente a carta de 11 de março de 1951, enviada pelo presidente Truman ao *Chairman of the International Development Advisory Board*, há uma conexão política entre a tomada de consciência e a instrumentalização da noção de subdesenvolvimento a serviço de um "Mundo Livre", ameaçado pela pobreza e pelo comunismo:

[7] http;//stateoftheunion.onetwotheree.net/texts/19500104.html

> More than ever, greater production, particularly in the underdeveloped areas, is essential to the stability and freedom of those areas and to the peace of the whole world. Recent events in economically underdeveloped areas have demonstrated that men will defend the cause of freedom when they know from experience that it is the true way to economic and social progress. Economic stagnation is the advance guard of Soviet conquest.[8]

Ao salientar que a estagnação da economia servia de vanguarda ou de linha de frente à ameaça soviética, os Estados Unidos colocavam os países subdesenvolvidos na trincheira da sua guerra contra o sistema socialista.

Na sua *Geografia do subdesenvolvimento*, Lacoste insiste, por outro lado, sobre o fato de que essa noção foi concebida como um instrumento nas mãos dos políticos e a serviço de uma ideologia. Ele critica abertamente o principal artesão dessa corrente de pensamento, Walt Withman Rostow, para quem o desenvolvimento era um fenômeno linear e inelutável que podia se decompor em cinco grandes fases: a sociedade tradicional, as condições prévias à decolagem, a decolagem, o progresso em direção à maturidade e a era do consumo de massa – estágio supremo do capitalismo liberal cujo modelo é, bem entendido, o a*merican way of life* que predomina de Nova York a Los Angeles. Como diz Lacoste a esse respeito:

> assim, numerosos autores chamam de "subdesenvolvimento" a situação econômica e social que, segundo eles, existia na Europa bem antes da Revolução industrial [...]. É sobre essa assimilação expeditiva que repousa o livro de Rostow, *As etapas do crescimento econômico* (LACOSTE, 1976:24).

É assim que, para os americanos e mais amplamente para os ocidentais, o combate contra o "subdesenvolvimento" (e para o acesso a um nível superior de crescimento e de bem-estar) assegurou nos anos 1960 a continuidade da "missão civilizatória" da colonização, quando a Europa considerava um dever sagrado levar às sociedades julgadas inferiores as benfeitorias da modernidade e da razão, conforme disse W. R. Gibbons, diretor da American and Chinese Steel Company, a seus colegas corrompidos da concessão internacional de Shangai, em *O lótus azul* de Tintin (HERGÉ, 1936:7):

[8] hhttp://trumanlibrary.org/publicpapers/viewpapers.php?pid=262

> Aonde vamos nós se não podemos mais inculcar nesses amarelos sujos algumas noções de polidez? [...] É de dar nojo querer civilizar um pouco esses bárbaros! [...] Então não teríamos mais nenhum direito sobre eles, nós que lhes trazemos os benefícios de nossa bela civilização ocidental?

Esse discurso caricatural, vigorosamente denunciado por Hergé, não era senão o reflexo de uma grande parte da opinião pública européia, do início do século XIX, para a qual as potências coloniais deviam proteger e educar as populações colocadas sob sua tutela, como ressaltava G. Saint-Yves em 1901 ao evocar "a Europa, fada benfeitora e generosa, que aparece no palácio da Bela adormecida – que é a Ásia desde séculos – e toca com o dedo essas nações entorpecidas, embotadas, fazendo-lhes retomar a vida e a atividade" (SAINT-YVES, 1901:8).

O espaço como alegoria das relações de poder

Nessa classificação econométrica das nações em função de seu nível de riqueza ou de pobreza, o território passa necessariamente ao segundo plano. A dimensão espacial dos fatos sociais é apenas um elemento secundário da análise quantitativa, utilizado no melhor dos casos para expressar de maneira cartográfica, em pequena escala, a amplidão das disparidades de rendas entre diferentes grupos de países.[9] O mapa tem então um valor essencialmente ilustrativo e pedagógico. Essa apreensão global e globalizante do subdesenvolvimento favoreceu a instauração de modelos espaciais permitindo explicar a organização de um sistema-mundo dividido entre dominantes e dominados, que obedeceria a um número limitado de leis fundamentais.[10]

De outro modo, o surgimento dessa noção em plena Guerra Fria (e sua instrumentalização pelos Estados Unidos) explica em grande parte por que

[9] "O principal objeto desse livro é tentar a construção e a explicação de um mapa que representaria a extensão, na superfície do globo, do conjunto (ou dos conjuntos) formados, e por que o chamamos de países subdesenvolvidos" (LACOSTE, 1976 : 7).

[10] Essas leis foram claramente detalhadas na geografia geomática de Roger Brunet, particularmente no primeiro capítulo de sua Geografia universal, intitulado O deciframento do mundo (BRUNET, 1990).

numerosos pesquisadores foram nutrir sua metodologia e seus argumentos na caixa de ferramentas marxista da qual a União Soviética pretendia ser a um só tempo o depositário e mantenedor. Um economista como Pierre Salamana, aluno do grande Celso Furtado,[11] não hesita em considerar uma grande sorte o fato de ter podido formar-se na época da guerra da Argélia e da guerra do Vietnã, conflitos emblemáticos das lutas antiimperialistas, saídas da descolonização. Ele lembra que essa aprendizagem fez-se pelo viés de Marx e dos autores que lhe são associados:

> É também uma sorte ter sido um dos primeiros, na França, a trabalhar sobre teorias marxistas e cambridgeanas. Karl Marx e Joan Robinson (1966) eram dois autores muito pouco lidos na época. É preciso compreender bem que, no início dos anos 1970, eram numerosos aqueles que conheciam Marx por meio dos trabalhos de Althusser e não a partir da leitura do *Capital*, o que não era meu caso (SALAMANA, 2007:574).

Do mesmo modo, Yves Lacoste reivindicou muito rapidamente sua orientação marxiana, mesmo que esta não estivesse explícita na primeira edição de sua *Geografia do subdesenvolvimento*:

> Certamente, enfatizei que o fator primordial do "subdesenvolvimento" é o papel das minorias privilegiadas capitalistas[12] instaladas pelo sistema colonial, mas uma conduta mais ou menos empirista (se podemos assim dizer) conduzia-me a negligenciar as citações dos textos marxistas mais famosos (LACOSTE, 1976:14).[13]

Para compensar esse *deficit* teórico, as fontes citadas no prefácio que precede a 3ª edição de sua obra situam-se na órbita marxista: Marx, Lênin, Rosa Luxembourg e até Régis Debray – particularmente pelo seu texto intitulado *A crítica das armas* ("Questão de palavras – questão

[11] Celso Furtado (1920-2004) foi obrigado a se exilar em Paris, em 1964, no momento da instauração da ditadura militar no Brasil. Contribuiu largamente para moldar a corrente estruturalista e dependentista que influenciou o pensamento econômico dos países em via de desenvolvimento no curso dos anos 1960-1970 (FURTADO, 1966).

[12] Lacoste volta várias vezes à noção de "minorias privilegiadas" para denunciar seu papel nos processos de subdesenvolvimento.

[13] Em um relatório mostrado na ocasião da publicação da terceira edição da Geografia do subdesenvolvimento, Maurice Poncelet, professeur na Universidade d'Ottawa, reprovava a orientação política do autor : "Esse exame será, em grande parte, marxista, pois lembremos que M. Lacoste não faz mistério de ser comunista [...]. Em alguns casos, essa análise torna-se nitidamente partidária e, desde então, desemboca em afirmações realmente por demais simplistas" (PONCELET, 1977 : 634).

vital"), cujo título é uma referência a uma passagem de Karl Marx tirada da *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843):

> É evidente que a arma da crítica não saberia substituir a crítica das armas; a força material só pode ser abatida pela força material; porém a teoria transforma-se, também ela, em força material, assim que penetra as massas.[14]

Ainda que se oponha a uma visão quantitativa e estatística do problema colocado pelo estudo das desigualdades socioeconômicas, essa orientação política dos discursos sobre o desenvolvimento explica também por que o território (enquanto ferramenta e objeto de análise) desapareceu em prol de um espaço teórico, para não dizer abstrato, transformado em figura alegórica das relações de dominação e das relações de poder na escala global – relações que, aqui, analisaremos sobre a base de três arquétipos espaciais comuns a todos os discursos sobre o subdesenvolvimento: Metrópole e Colônia, Centro e Periferia, Norte e Sul.

Metrópole e colônia

O par fundador Metrópole-Colônia alimentou uma grande parte dos discursos sobre a origem histórica do subdesenvolvimento. Em 1964, na sua *Geografia social do mundo*, Pierre George notava que o fato colonial desempenhara um papel determinante na situação confusa e difícil que "todas as sociedades dos países ditos subdesenvolvidos" conheciam, ainda que sublinhasse que não se tratava de um fator único (GEORGE, 1964:78). Para trucidar as idéias recebidas sobre essa questão (a colonização é responsável pelo subdesenvolvimento?), Bernard Bret demonstrou que era preciso distinguir entre diferentes épocas e diferentes formas de colonização, em particular a colonização de exploração (que se contenta em explorar o trabalho dos colonizados) e a colonização de povoamento (que visa ocupar de modo duradouro e "valorizar" o território conquistado). Sem negligenciar o papel das estruturas sociais anteriores à colonização, o problema é saber como se estabeleceu a partilha das riquezas entre a metrópole e a colônia e até que ponto os frutos do trabalho puderam fixar-se no local para formar a base de um desenvolvimento endógeno

[14] http://marx.engels.free.fr/marx/txt/1843critiqueh.htm

(BRET, 1995:41). Assim, desde 1901, G. Saint-Yves profetizara que a colocação sob a tutela da China pelas potências européias podia resultar em um derribamento de tendência em proveito do país colonizado no qual explorava-se a mão-de-obra e os recursos naturais:

> Pouco a pouco o próprio chinês, exímio imitador, esforçar-se-á em fabricar, com as matérias-primas tão variadas que lhe oferece a natureza, aquilo que ele demandava à indústria européia. Nossas importações diminuirão progressivamente e, em breve, a China produzindo mais do que consumirá, virá concorrer nos nossos próprios mercados da Europa; os papéis serão invertidos e a China, nessa época, conhecerá sua idade de ouro industrial (SAINT-YVES, 1901:268).

Na perspectiva marxiana dos anos 1960-1980, a forte correlação entre países subdesenvolvidos e antigos países colonizados foi colocada em evidência para explicar a geografia das desigualdades e as relações de dependência que estruturam o mundo contemporâneo. Como vimos, Lacoste atribuía a responsabilidade do subdesenvolvimento dos países tropicais ao papel desempenhado pelas "minorias privilegiadas capitalistas estabelecidas pelo sistema colonial" (LACOSTE, 1976:14), aí reencontrando as posições anteriores de Pierre George.[15] Como Pierre Salama, Lacoste insiste sobre as lutas antiimperialistas que ele mesmo viveu (Indochina, Argélia, Vietnan) para justificar a necessidade de pensar a questão do subdesenvolvimento à luz dos escritos de Lênin e, mais particularmente, de sua obra *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo.* Com efeito, foi nesse pequeno tratado publicado em Petrogrado, em 1917, que o líder revolucionário aperfeiçoou as bases da oposição dialética entre a metrópole colonial e seus territórios de além-mar, fundamento de uma nova ordem mundial capitalista impelindo as grandes potências a se confrontarem na escala do planeta:

> O que é a essência mesma do imperialismo é a rivalidade de várias grandes potências tendendo à hegemonia, ou seja, à conquista de territórios – nem tanto para si mesmas, mas para solapar o adversário e sua hegemonia (a Bélgica é necessária, sobretudo, à Alemanha como

[15] Pierre George insistia sobre o fato de que na África "a classe dominante era composta de colonizadores e de protegidos dos colonizadores, mercadores, técnicos estrangeiros, quadros tirados da população autóctone" (GEORGE, 1964:87).

> ponto de apoio contra a Inglaterra; a Inglaterra tem necessidade, sobretudo, de Bagdá como ponto de apoio contra a Alemanha etc.) (LÊNIN, 1917:63).

Segundo Lênin, tal luta pela divisão do mundo estava ligada ao impulso de um capitalismo financeiro que substituía o capitalismo industrial na origem do crescimento econômico dos países europeus no século XIX. Com a predominância da renda sobre o trabalho, o sistema só podia ser mantido por um processo contínuo de expansão territorial (uma espécie de fuga para frente) – processo conduzindo à partilha do mundo em zonas de influência financeira e ao enfrentamento armado entre potências coloniais:

> A época do capitalismo moderno nos mostra que se estabeleceram entre os agrupamentos capitalistas certas relações baseadas na divisão econômica do mundo e que, paralelamente e conseqüentemente, estabeleceram-se entre os agrupamentos políticos, entre os Estados, relações baseadas na divisão territorial do mundo, na luta pelas colônias, a "luta pelos territórios econômicos" (LÊNIN, 1917:52).

A situação de monopólio comercial imposta pela metrópole colocava as colônias numa posição de dependência das quais não podiam se libertar, o que cavava rapidamente o fosso econômico entre países industrializados e países sob dominação estrangeira, povoados de "massas miseráveis" (LÊNIN, 1917:42).

Contudo, Lênin observara que, nesse contexto, os trabalhadores europeus estavam concorrendo com aqueles dos países "atrasados", onde os lucros eram mais elevados porque os capitais eram pouco numerosos, o preço da terra baixo, os salários miseráveis e as matérias-primas baratas: "O excedente de capitais é destinado não a elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria uma diminuição do lucro para os capitalistas, mas a aumentar esses lucros por meio da exportação de capitais ao exterior, nos países subdesenvolvidos" (LÊNIN, 1917:42).[16] A fórmula "país subdesenvolvido" aparece apenas uma vez n'*O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*,[17] mas é importante reforçar que aqui ela é utilizada 40 anos antes de sua instrumentalização por Harry Truman.

[16] Nesse domínio, a análise de Lênin não perdeu nada de sua atualidade.

[17] Ao menos na tradução que utilizei.

Em Lênin, ela se aplica às regiões do mundo que se tornaram a presa das potências coloniais: a África, a Ásia e, numa escala mínima, a América do Sul, onde a concorrência entre a antiga potência colonial inglesa e a nova potência imperialista norte-americana torna sua época de mais a mais violenta (LÊNIN, 1917:66). É, não obstante, no continente negro que está em jogo o futuro do capitalismo mundial:

> Mas quando os 9/10 da África foram açambarcados (por volta de 1900) e o mundo inteiro se encontrou dividido, começou, então, forçosamente, a era da possessão monopolista das colônias e, por conseguinte, de uma luta particularmente obstinada pela divisão e partilha do mundo (LÊNIN, 1917:85).

Para compreender a organização do planeta e as relações de dominação estabelecidas entre as metrópoles e suas colônias, Lênin é obrigado a situar sua análise numa pequeníssima escala, ou seja, a escala global. É, então, de maneira elíptica (e mais freqüente de segunda mão) que ele faz alusão a alguns países tais como a Índia, a China, o Brasil ou o Marrocos... Esse ponto de vista a-espacial ou desterritorializado explica-se em grande parte porque o marxismo não tem necessidade da geografia para compreender o mundo: a história lhe basta. Na prática, o regime soviético fez tudo para se libertar das pressões territoriais e "vencer a natureza" remodelando, ao seu modo, o meio físico quando este entravava sua marcha em direção ao progresso: seca de pântanos, irrigação de zonas desérticas, abertura de canais...[18] É o que Lacoste observa em sua *Geografia do subdesenvolvimento* quando escreve:

> Pode-se perguntar se o recurso a uma certa ferramenta conceitual, o do marxismo em particular (existe hoje uma grande influência praticamente sobre todos os discursos relativos ao "subdesenvolvimento"), não favorece a evacuação dos argumentos relativos ao Espaço enquanto privilegia no raciocínio as preocupações relativas ao tempo (LACOSTE, 1976:10).

Nesse sentido, o modelo Metrópole-Colônia é mais uma figura de estilo do que uma representação espacial.

---

[18] Fascinado por esses grandes trabalhos que mostravam a potência da URSS e a validade do modelo de desenvolvimento socialista, Pierre George exaltou sem moderação o plano faraônico dos "5 mares" concluído em 1952, que permitiu instalar um sistema de navegação interior orientado sobre a Volga e conectando o mar Branco, o mar Báltico, o mar Negro, o mar de Azov e o mar Cáspio (GEORGE, 1963:68-71).

Centro e periferia

Na continuidade das análises econômicas sobre as desigualdades do desenvolvimento, essa figura abstrata, adaptada a uma configuração espacial atualmente desaparecida, foi substituída por uma outra fórmula retórica, permitindo opor de maneira sistemática dominantes e dominados (mas também vencedores e vencidos ou ganhadores e perdedores):

> Desde alguns anos prefere-se considerar que os "países ditos subdesenvolvidos" são, no sistema capitalista mundial, a "periferia" explorada e dominada por um "centro" imperialista. Essas teses, ilustradas principalmente pelos trabalhos de Samir Amin, conhecem um vivo sucesso e não somente nos meios marxistas (LACOSTE, 1976:8).

Como Yves Lacoste, Samir Amin reivindicou abertamente sua adesão às teses marxistas e foi até membro do Partido comunista francês antes de se dissociar do socialismo soviético para se aproximar dos círculos de reflexão maoísta. Sua posição é tão original que não se contentou em pensar o mundo de maneira teórica: foi também um ator do desenvolvimento e da organização do espaço, notadamente na qualidade de diretor do Instituto africano de desenvolvimento econômico e de planificação de Dakar. Seus trabalhos sobre o desenvolvimento desigual (1973), a crise do imperialismo (1975) ou os efeitos da mundialização (1996) inscrevem-se na perspectiva aberta por Lênin, o economista de *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*. Todavia, é na obra de Boukharine que ele foi procurar as ferramentas conceituais necessárias para esquematizar a organização centro/periferia que caracteriza a seu ver o sistema capitalista mundial.[19] É, de fato, em *A economia mundial e o imperialismo* (1917) que encontramos o primeiro esboço do modelo espacial que ia destronar o par Metróple-Colônia nos discursos sobre as desigualdades de desenvolvimento do mundo contemporâneo:

> O capitalismo mundial, o sistema de produção mundial tomam, conseqüentemente, no curso desses últimos anos, o seguinte aspecto: alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências

[19] Em O imperialismo, estágio supremo do capitalismo, Lênin fala sobretudo do centro e muito pouco da periferia (a palavra nunca é empregada).

> civilizadas) e uma periferia de países retardatários vivendo sob um regime agrário ou semi-agrário (BOUKARINE, 1971:8).[20]

Mas se Lacoste reprova, na divisão artificial do mundo entre Centro e Periferia, o fato de ser apenas uma representação espacial com contornos geográficos excessivamente vagos para ser operatória, Samir Amin alega a transparência que essa noção traz para que se compreenda a organização desigual de um sistema dominado pelos mais avançados centros do capitalismo mundial:

> Empirical research on income distribution shows that unequal income distribution is more pronounced at the periphery of the capitalist world system than in its advanced centres. The main reason is that labour productivity is considerably more unequally distributed from one sector to another at the periphery. The distribution of value added per worker from one sector to another is relatively closely grouped around the mean in the OECD countries, but very unequally distributed in the countries of the Third World.[21]

Num plano diferente, a oposição Centro-Periferia desenvolvida por Samir Amin aproxima-se das reflexões de Saskia Sassen sobre as *global cities*, essas metrópoles de nível mundial que se impõem como os centros de comando do capitalismo planetário (SASSEN, 1991). Em torno desses pólos superiores, funcionando em rede sem respeitar as fronteiras nacionais, articulam-se periferias produtivas mais ou menos religadas ao sistema central:

> A ascensão em potência das empresas do setor de informação e o crescimento da economia-mundo, ambas estreitamente imbricadas, contribuíram para dar à luz uma nova geografia que repousa sobre os conceitos de centro e de periferia [...] Entre as novas geografias construídas na escala planetária em torno do conceito de centro, a que se impõe imediatamente é aquela que liga entre si os cruzamentos internacionais, as grandes praças financeiras e os principais centros de negócios, a saber: Nova York, Londres, Tokyo, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Los Angeles, Sidney e Hong-Kong entre outros, aos quais se agregam, doravante, metrópoles tais quais Bangkok, Taipei, São Paulo e México (SASSEN, 2002).[22]

[20] http://www.unil.ch/webdav/site/ihes/shared/bibliotheque_virtuelle/boucharine.pdf

[21] http://www.rrojasdatabank.org/uu32me0g.htm#inequality%20in%20income%20distribution%20the%20centre%20and%20periphery1

[22] http://www.conflits.org/index352.html

Enquanto arquétipo espacial, a oposição centro-periferia não tem necessidade de território e ainda menos de fronteira – nesse sentido, não é um verdadeiro objeto geográfico. É, em contrapartida, um bom instrumento de análise que permite avaliar a posição não de um lugar em si dentro de um espaço dado, mas de uma sociedade específica em relação a uma cultura dominante.

Na sua geografia geomática, da qual Roger Brunet fez um de seus principais dispositivos estruturais do espaço, ele reforça que o centro, assim definido por sua potência e por sua irradiação (política ou econômica), está raramente colocado no centro geométrico de um território com contornos artificialmente delimitados.[23] Sua abordagem distingue-se, no entanto, da perspectiva teórica e abstrata da centralidade vista pelos economistas, porque ela se inscreve também na realidade de um terreno com escalas múltiplas: "Esse par foi freqüentemente empregado, no que diz respeito ao Mundo e em economia, num sentido metafórico. É essencial observar que seu sentido literal não é menos fecundo" (BRUNET, 1990:108). Como assinala nesse ponto de vista Bernard Bret, a oposição Centro-Periferia passou da linguagem corrente ao modelo geográfico porque ela fornece uma chave de interpretação não somente para analisar as desigualdades espaciais do desenvolvimento na escala global, mas também para compreender a organização de territórios reais (BRET, 1995:177).

O Norte e o Sul

O último avatar dessas figuras de retórica fundadas sobre as direções metafóricas do espaço é aquele que opõe os países ditos do "Norte" aos países do "Sul". Como já destacava Yves Lacoste em 1976, trata-se sem nenhuma dúvida do arquétipo espacial mais vulgarizado e que traz o mínimo à reflexão sobre a questão do subdesenvolvimento:

[23] O centro geométrico da França não é Paris: ele se situa em Saulzais-Le-Potier no departamento de Cher onde é simbolizado por um pequeno monumento com uma bandeira tricolor (mas esse monte desconhecido do território nacional é rivalizado por outros sítios que reivindicam uma centralidade anterior ou que fundam sua legitimidade geográfica sobre melhores cálculos matemáticos).

> Os que usaram da alegoria espacial centro-periferia, para não recorrer ao duplo bordão "Países desenvolvidos – Países subdesenvolvidos", recorrem atualmente a um outro clichê que está na moda desde 1975, a oposição "Norte-Sul" (os países "desenvolvidos" considerados como um hemisfério "norte", os outros um hemisfério "sul" (LACOSTE, 1976:8).

Se a clivagem Leste-Oeste da Guerra Fria podia, no limite, ter um sentido (na condição de tomar a Europa dividida como medida do mundo), o díptico Norte-Sul é apenas uma facilidade de linguagem permitindo opor de maneira abusiva as antigas potências coloniais situadas na zona temperada do hemisfério Norte aos países colonizados da zona intertropical. Nessa configuração puramente teórica, a dimensão espacial do discurso geopolítico torna-se completamente evacuada. O hemisfério Norte (geográfico), mesmo reduzido às regiões do mundo situadas ao norte do Trópico de Câncer, abriga antigos países colonizados que fazem hoje parte do "primeiro mundo" (Canadá, Estados-Unidos); antigas colônias que estão "em vias de desenvolvimento" (Magrebe) ou que aparecem como potências emergentes (México); sem contar a Mongólia e a China, uma Índia cortada em duas e as antigas nações do bloco soviético... Quanto ao "Sul" (mesmo o sul limitado ao espaço compreendido entre a Antártica e o trópico de Capricórnio), ele compreende também a rica Austrália, o Chile neoliberal dos *Chicago Boys*, a Argentina às vezes considerada em vias de subdesenvolvimento ou a África do Sul pós-apartheid...

Criticar a inconsistência desse arquétipo espacial é em si uma perda de tempo. Não obstante, é revelador notar que a Agência Nacional para a Pesquisa Francesa lançou em 2007 um apelo a projetos que resolvam habilmente a dificuldade colocando "os Suls" no plural. Tal astúcia lingüística permite recusar um singular assaz redutor, que engloba países, sociedades, economias e culturas de uma grande heterogeneidade sem chegar a substituir antigas formulações atualmente fora de moda (Terceiro Mundo, Países subdesenvolvidos, Países em vias de desenvolvimento...), ou categorias sócio-econômicas fortemente disparatadas e freqüentemente discutíveis (Países menos avançados, Novos Países Industriais, Países emergentes). Reconhecendo que a noção de Sul (tanto no singular

como no plural) é somente uma "metáfora geográfica e geopolítica" que não conta com a unanimidade dos pesquisadores, a ANR foi obrigada a espacializar sua proposição procedendo de maneira em grande parte arbitrária por exclusão e por inclusão de Estados e de grupos de Estados a fim de evitar mal-entendidos e confusões:

> *Os Suls* excluem do campo geográfico a Europa (aí compreendidas Europa central, oriental e balcânica), a Rússia nas suas fronteiras atuais, os Estados-Unidos da América e o Canadá, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia. Os Estados oriundos do desmoronamento do império soviético na Ásia central e no Cáucaso aí estão, em contrapartida, incluídos.[24]

Portanto, não é um acaso se um economista engajado como Amartya Sen prefere simplesmente falar de países ricos e de países pobres reforçando que, em termos de *capability*, ser pobre num país rico é uma deficiência mais dificilmente superável do que ser pobre num país pobre:

> Se o habitante dos campos indianos não vê problema em aparecer em público, sem nenhuma vergonha, trajando roupas relativamente modestas, e se ele pode participar da vida comunitária sem ter telefone nem televisão, as exigências dos funcionamentos gerais em termo de bens são de outro modo elevadas num país onde as pessoas utilizam cotidianamente uma maior cesta de bens de todos os tipos (SEN, 2000:167).

Ao assinalar que os homens de Harlem têm menos chance de atingir a idade de 40 anos do que um habitante de Bangladesh, Amartya Sen não pretende que o rendimento médio dos moradores do mais célebre gueto de Nova York seja inferior aos dos Bengalis (SEN, 2000:165). Em contrapartida, ele acentua as condições étnicas e políticas da pobreza urbana nos Estados-Unidos – e em particular a violência da qual são vítimas os membros da comunidade negra. Nesse sentido, o estudo empírico de um território específico ilumina as estruturas sistemáticas de desigualdade que opõem diferentes grupos sociais num mesmo conjunto nacional.

Mudando de escala e consagrando uma parte de seus estudos à pobreza nos países ricos, Amartya Sen subverte voluntariamente a hierarquia dos valores mantida pelos arquétipos espaciais do subdesenvolvimento,

[24] http://www.agence-nationale-recherche.fr/documents/aap/2007/aap-suds-2007.pdf

e mais particularmente o menos eficaz entre eles: a clivagem Norte-Sul. Com efeito, enquanto o par Centro-Periferia pode funcionar em diferentes níveis (desde o sistema-mundo até os espaços intra-urbanos passando pela nação, a região e a cidade), a hierarquia imposta por uma ideologia que privilegia o Norte só tem sentido na escala do planeta porque o ponto cardinal escolhido para exprimir "o que está no alto" é um símbolo, não uma direção. Ele é tão simbólico que traduz uma cosmovisão herdada da Antigüidade latina e grega, cosmovisão da qual outras civilizações não compartilham. Para os chineses, por exemplo, a agulha da bússola não indica o Norte, mas, sim, o Sul (e o imperador, no seu palácio, dá as costas à Grande Ursa). Como dizia em 1938 M. G. Pauhier, membro da Academia de Besançon e da sociedade asiática de Paris, no momento em que a Europa começava a se interessar de perto pelo potencial econômico do império do Meio:

> Talvez sejamos surpreendidos ao ver que a roda magnética dos chineses e sua bússola marítima mostram o sul, ao passo que a propriedade da agulha imantada é de se virar em direção ao norte com mais ou menos declinação [...]; acharemos bem simples que, embora reconhecendo que a agulha imantada fosse atraída em direção ao pólo norte, eles tenham alcançado o pólo oposto, que é a continuação do eixo, uma figura saliente para indicar o pólo sul (PAUTHIER, 1838:87).

Para se escapar dos arquétipos espaciais que são a via mais simples (mas também a mais discutível) a fim de se estudar e criticar a noção de subdesenvolvimento é mais do que nunca necessário territorializar a aproximação antropológica e se libertar dos espaços teóricos para se ancorar nas realidades do terreno.

Conclusão

Do espaço ao território: a geografia e seu objeto

Tal como vimos para os membros da Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua, que partiram em busca da "realidade" social de seu país e fascinados pela descoberta de terras desconhecidas, a única questão é saber o que se entende por "realidade" e por "trabalho de campo."[25] No prefácio da terceira edição de sua *Geografia do subdesenvolvimento*, Yves Lacoste ressalta a tensão permanente que existia entre as teorias abstratas de seus companheiros de estrada comunistas e as realidades concretas com as quais se debatia o geógrafo no seu processo empírico:

> A exposição de um corpo de doutrina teórica elaborada com um altíssimo grau de abstração que procura dar conta de todo o movimento histórico do mundo de produção capitalista é necessária mas não é suficiente para aqueles que são duramente confrontados, em sua luta, com as realidades mais concretas. [...] é-lhes necessário dispor de um conjunto de conhecimentos elaborados com um mínimo *grau de abstração*, portanto menos generalizável no Tempo e no Espaço (LACOSTE, 1976:16).

É o ir e vir entre a teoria e a prática, logo, entre o espaço e o território, que permite compreender um objeto geográfico alimentando a reflexão crítica sobre esse objeto. É por essa razão que Lacoste reivindica o direito de trabalhar sobre "as coisas", pois trata-se da única abordagem que permite confirmar ou enfraquecer as hipóteses de partida – prestes a mudar de método ou de paradigma a fim de adaptá-las ao terreno estudado, o que é preferível a ter de distorcer esse terreno para adaptá-lo às ferramentas conceituais pré-concebidas e, muitas vezes, muito rígidas. A conclusão de seu prólogo não comporta, nesse ponto, nenhum equívoco:

[25] No momento do balanço, quando os membros das brigadas de alfabetização deviam fazer seu exame de consciência e explicar aos seus camaradas o que haviam retirado de sua experiência, todos insistiram sobre a chance que tiveram de encontrar "um outro mundo", o mundo real, aquele que nada tinha a ver com os artifícios da cidade e as lantejoulas da sociedade dita moderna: "Na verdade, a alfabetização me fez ver a realidade, muitas coisas que eu ignorava anteriormente, e não apenas eu mas também a maioria dos jovens que viviam numa vida de fantasia" (MUSSET, 2007:59).

> Uma das características maiores das teses que fazem referência aos fenômenos de dominação, de dependência, é a abundância de conotações geográficas ambíguas: trata-se apenas de países, de centro, de periferia, de relações Norte-Sul, de Terceiro Mundo. Uma análise geográfica do "subdesenvolvimento" é mais do que necessária para lutar contra uma hábil confusão (LACOSTE, 1976:22).

Ora, se o subdesenvolvimento é uma ideologia, os arquétipos espaciais que daí decorrem são apenas seu reflexo. A idéia de Rostow de uma progressão linear das sociedades em direção a um *optimum* teórico (o consumo de massa) exibiu todos os seus limites, pois, apesar da célebre frase geralmente atribuída ao presidente George Bush por ocasião da reunião de cúpula do Rio de 1992 ("the american way of life is not negotiable"), nenhuma civilização está por natureza condenada a ter de devorar o planeta. Portanto, não se pode mais pensar em termos de defasagem temporal para explicar os diferentes níveis de desenvolvimento que caracterizam o mundo contemporâneo. Do mesmo modo, se se quer compreender a natureza do subdesenvolvimento (ou recusar sua noção), não é mais suficiente calcular e interpretar as desigualdades sócio-econômicas na escala global. Cada estudo sobre esse tema deve ser realizado em nível do espaço (teórico e abstrato) e do território (a um só tempo vivido e apropriado), pois, como dizia Pierre George em 1981, "as desigualdades projetam-se sobre dois planos, o da escala social global e o do espaço geográfico, desdobrado por sua vez em unidades regionais e em subdivisões locais" (GEORGE, 1981:105).

Quanto a Amartya Sen, ele não hesita em utilizar os arquétipos espaciais do desenvolvimento (supostamente universais) a fim de melhor ancorá-los em realidades sociais e territoriais concretas. Segundo ele, se existe uma oposição entre cidades e campos, essa oposição deve ser sistematicamente recolocada no contexto geográfico e cultural que lhe corresponde – apesar do impacto (relativo e inegavelmente repartido) da globalização liberal que toca tanto as nações do "Norte" quanto as dos "Suls". Como claramente mostrou Rogério Haesbaert, a deterioração das sociedades modernas é apenas um mito que deve ser desconstruído, porque o território é antes de tudo "um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e de desterritorialização), um ritmo,

um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle" (HAESBAERT, 2004:127).

Para se compreender a organização e a transformação dos territórios sociais, o trabalho de campo é, então, o melhor dos parapeitos, mas ele só tem interesse quando recolocado dentro de um quadro espacial teórico que nos permite a um só tempo contextualizar a escala local e extrair daí as generalidades necessárias à compreensão de fenômenos globais. Se o território não é solúvel dentro dos arquétipos espaciais, estes têm, no entanto, o mérito de lhe dar um sentido – mesmo que toda a dificuldade consista em reconhecer e criticar o sistema de valores que, conscientemente ou não, orienta esse sentido e guia nossa percepção da realidade.

Referências

ALBERTINI, Jean-Marie. *Les mécanismes du sous-développement*. 3. ed. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1967.

AMIN, Samir. *Le développement inégal*: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

AMIN, Samir, FAIRE, Alexandre, HUSSEIN, Mahmoud, MASSIAH, Gustave. *La crise de l'impérialisme*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975.

AMIN, Samir. *Les défis de la mondialisation*. Paris: L'Harmattan, 1996.

BOUKHARINE. *L'économie mondiale et l'impérialisme*. Paris: Anthropos, 1971 [1917].

BRET, Bernard. *Le Tiers-Monde*: croissance, développement, inégalités. Paris: Ellipses, 1995.

BRUNET, Roger. *Géographie universelle*: mondes nouveaux. Paris: Hachette-RECLUS, 1990.

FURTADO, Celso. *Développement et sous-développement*. Paris: PUF, 1966.

GÉLINAS, Jacques B. *Et si le Tiers Monde s'autofinançait*: de l'endettement à l'épargne. Montreal: Les Éditions Écosociété, 1994.

GEORGE, Pierre. *Géographie de l'URSS*. Paris: PUF, 1963. (Que-Sais-Je?)

GEORGE, Pierre. *Géographie sociale du monde*. Paris: PUF, 1964. (Que-Sais-Je?)

GEORGE, Pierre. *Géographie des inégalités*. Paris: PUF, 1981. (Que-Sais-Je?)

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERGÉ. *Le lotus bleu*. Tournai: Casterman, 1936.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Nova York: Simon & Schuster, 1998.

LACOSTE, Yves. *Les pays sous-développés*. Paris: PUF, 1962. (Que-sais-je?)

LACOSTE, Yves. *Géographie du sous-développement*. 3. ed. Paris: PUF, 1976.

LÊNIN, Vladimir I. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme* (*L'impérialisme comme nouvelle étape du capitalisme*). 1917. http://alain-leger.mageos.com/docs/Lenine.pdf

MUSSET, Alain. *Hombres nuevos en otro mundo*: la Nicaragua del 80 en los diarios de la Cruzada Nacional de Alfabetización. Managua: IHNCA-UCA, 2007.

PAUTHIER, M. G. *Chine, description historique, géographique et littéraire de ce vaste empire, d'après des documents chinois*. Paris: Firmin Didot frères, 1838.

PONCELET, Maurice. Géographie du sous-développement by Yves Lacoste. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, setembro, 1977. Vol. 10, n. 3, p. 634-637.

ROSTOW, Walt Witman. *Les étapes de la croissance économique*. Paris: Le Seuil, 1963.

SACHS, Ignacy. *La découverte du Tiers-Monde*. Paris: Flammarion, 1971.

SACHS, Ignacy. *La troisième rive*: à la recherche de l'écodéveloppement. Paris: Bourin, 2008.

SAINT-YVES, G. *À l'assaut de l'Asie*: la conquête européenne en Asie. Tours: Maison Alfred Mame et fils, 1901.

SALAMA, Pierre. Parcours de vie d'un chercheur en économie, *Revue Tiers monde*, n. 191, p. 573-590, 2007.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SASSEN, Saskia. *The global city*: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. La Métropole: site stratégique et nouvelle frontière. *Cultures et conflits,* n. 33-34, 2002. (Les anonymes de la mondialisation).

SEN, Amartya. *Repenser l'inégalité.* Paris: Le Seuil, 2000.

ECONOMIA URBANA E REGIONAL NA VIRADA DE SÉCULO

Georges Benko

Introdução

A economia urbana e regional conheceu um grande aumento de seu campo de aplicações desde os anos 1980. As mutações são consideráveis. A macroeconomia se abre cada vez mais para o espaço e o território. A geografia econômica se renova a tal ponto que se fala de uma "nova geografia econômica" ou de uma "nova geografia industrial". Os trabalhos de Paul Krugman (1991, 1995) têm impacto sobre as teorias do desenvolvimento regional. Comércio, externalidades e localização industrial estão na base de sua economia geográfica. Ele constrói um modelo abrangendo a integração econômica e o desenvolvimento das regiões. Michael Porter analisa as estratégias concorrenciais em *A vantagem concorrencial das nações* (1990). Mundialização da economia, metropolização, reestruturação do sistema produtivo (economia de arquipélago de Veltz (1996, 2000) ou Estados-região de Ohmae (1996)), as regiões que ganham (BENKO, LIPIETZ, 1992, 2000), as regiões que perdem: tantas palavras-chave e idéias para se descrever um mundo em movimento acelerado e enriquecer a economia urbana e regional. Desde os anos 2000, várias revistas montaram números ligados à economia, notadamente os de Géneau de Lamarlière (2004) e Benko (2005), ou sobre a "Mundialização e metropolização" (*Geografia e Cultura*, 2003). Em um capítulo de Benko, Strohmayer et al. (2004), nós examinamos com Allen Scott o percurso da geografia econômica em nível internacional.

A história da geografia econômica ao longo do século XX foi caracterizada por uma lógica interna particular no cerne da própria geografia. As rupturas e as recomposições foram particularmente marcantes na segunda metade do século.

Esse percurso é marcado, de um lado, pelas condições internas à geografia, suas mudanças de modelo e de métodos de questionamento e, de outro lado, pelas influências externas. Os elementos externos são de duas ordens: vindos de outras disciplinas – particularmente das ciências

econômicas – e as mudanças de condições econômicas e sociais que alteraram e aumentaram o interesse dos pesquisadores.

Examinemos o que se pode dizer da situação deste campo. Neste breve texto tentarei decifrar a lógica da formação do pensamento em geografia econômica e mostrar a riqueza de sua evolução recente.

Economia e território: da organização industrial à governança

Seguindo o caminho proposto por Aydalot e pelo GREMI, os trabalhos que dão prioridade às análises territorializadas da inovação e da organização econômica e social apresentaram uma renovação desde o final dos anos 1970. O sucesso e o crescimento das regiões industriais ocorreriam essencialmente em virtude da sua dinâmica interna. Essa visão rompe tanto com o estruturalismo global (que pode provavelmente dar conta do declínio das regiões: MASSEY e MEEGAN, 1982) quanto com a teoria das "etapas do desenvolvimento" iniciada por Rostow.

No começo do século XX, a geografia foi ensinada nas escolas primárias a partir da obra *A volta da França por dois meninos* (BRUNO, 1877). André e Julien (as duas crianças), ao viajar de cidade a cidade, de região a região, descobrem a riqueza e a variedade da indústria francesa. Nos lugares diferentes eles observam a concentração de diversos pequenos estabelecimentos especializados, de *know-how* acumulado, em volta de um setor de atividade: a indústria da seda em Lyon, a cutelaria em Thiers, a porcelana em Limoges, a indústria de relógios no Jura etc. Tratava-se de sistemas produtivos locais.

No período do pós-guerra, o Estado encoraja as grandes empresas públicas na França e desestabiliza os setores tradicionais de atividade das pequenas e médias empresas. O contexto não é favorável aos distritos industriais. A implicação prática do Estado no apoio às PME (pequenas e médias empresas) e, *a fortiori*, aos sistemas produtivos locais (SPL) se observa mais tardiamente. Um programa específico mira as aglomerações

de empresas ou SPL, segundo a denominação oficial, a partir de 1998. Impulsionado pela Delegação para Adequação do Território e para a Ação Regional (Datar), ele implica diversos ministérios.

Esquematicamente, podem-se distinguir várias grandes categorias de textos. No início, há aqueles que se podem agrupar em torno da noção de distrito industrial, com três casos típicos: as aglomerações tecnológicas (ex.: Silicon Valley); artesanais ou PME (Terceira Itália); e as financeiras e de serviços (as grandes metrópoles). Esses textos se apóiam sobre as antigas intuições de Alfred Marshall, reinterpretadas a partir da teoria dos custos de transação ou das teorias evolucionistas da mudança técnica. As análises tendem a privilegiar as relações comerciais entre as firmas, mas, sob a influência dos regulacionistas, as novas pesquisas levam cada vez mais em conta outras formas de coordenação entre as empresas, o tipo de relação capital-trabalho que prevalece sobre o território, as políticas de desenvolvimento local conduzidas pelas elites etc.

As pesquisas sobre os distritos industriais foram, no começo, análises desenvolvidas na Itália. Giacomo Becattini, Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco, ao trabalhar sobre a "Terceira Itália" e ao insistir sobre o caráter socialmente endógeno do desenvolvimento (a "construção social do mercado"), analisaram o tipo de organização industrial dessas regiões que se apresentavam como uma mistura de concorrência-emulação-cooperação no centro de um sistema de pequenas e médias empresas muito especializadas. O modo de regulação e o paradigma tecnológico desse meio produtivo permitiram reintroduzir um velho conceito: o "distrito industrial" descrito por Alfred Marshall em 1990, ou seja, a coordenação – pelo mercado e por uma reciprocidade fundada sobre a proximidade geográfica – de uma divisão social do trabalho (desintegração vertical) entre as pequenas firmas especializadas em um segmento do processo produtivo.

Piore e Sabel (1984) interpretaram o sucesso dos distritos industriais como um caso particular em uma tendência muito mais geral. Referindo-se à abordagem da regulação, eles afirmaram que à produção em massa fordista, rigidamente estruturada, iria suceder um regime fundado sobre a especialização flexível, cuja forma espacial seria o distrito, como o

circuito de ramos era a forma espacial de desdobramento do fordismo. Com efeito, essa nova bifurcação industrial devia toda sua aplicação, por um lado, à profissionalização da mão-de-obra e, por outro lado, à inovação descentralizada e à coordenação (pelo mercado e pela reciprocidade) entre as firmas: duas características da atmosfera social do distrito industrial.

Paralelamente e em interação com essas múltiplas influências, foram desenvolvidas, por uma equipe de Grenoble a partir do impulso de Courlet e Pecqueur (1992), pesquisas na França sobre esses "sistemas industriais localizados", enquanto que Gilly (1993) e seus colaboradores trabalharam o aspecto territorial da industrialização e da inovação.

A abordagem pelos "custos de transações" se desenvolve paralelamente às pesquisas sobre os distritos. A Escola Californiana de geografia econômica, representada essencialmente por Allen J. Scott, Michael Storper e Richard Walker, impressionados pelo crescimento de seu estado e principalmente de Los Angeles, chegavam, sobre uma base um pouco diferente, a conclusões parecidas. Em primeiro lugar, eles se interessavam por metrópoles – e mesmo por megalópoles – nas quais reconheceram posteriormente *patchworks* de distritos. Em seguida, embora conhecessem a abordagem regulacionista, cuja uma parte da terminologia retomavam, eles se apoiaram essencialmente sobre análises neomarxistas ou neoclássicas (as de COASE, 1937 e WILLIAMSON, 1975) da dinâmica da divisão do trabalho e dos efeitos externos de aglomeração.

Viu-se assim emergir um "paradigma Coase-Williamson-Scott", segundo o qual a organização industrial arbitraria entre os custos de organização internos à firma e os custos de transação entre firmas. Ora, a aglomeração de firmas em um mesmo lugar minimiza os custos de transação. Assim que a importância crescente das economias de variedade privilegiasse a flexibilidade do sistema produtivo sobre a concentração em grandes empresas (favorável às economias de escala), os sistemas espaciais fordistas (integrados verticalmente) se apagariam frente a aglomerações de empresas em busca de custos de transação mínimos.

Assim, Storper e Walker (1989) propunham um modelo de emergência de pólos de crescimento surgidos quase do nada na Califórnia. Allen

Scott (1988) enriqueceu progressivamente sua análise dos sistemas de produção contemporâneos: divisão social do trabalho, transações entre os atores de um espaço de produção, diferentes tipos de sistemas de relações, atmosfera marshaliana e instituições, papel das agências políticas ou quase-políticas...

Uma forma específica dos distritos foi estudada pelos economistas, geógrafos e sociólogos sob o nome de tecnopólos, espaços criados por uma política industrial voluntarista (Japão, Alemanha, França) ou como um primeiro lugar de passagem em direção a uma acumulação flexível (Orange County, Vale do Silício etc): Benko (1991), Scott (1993), Castells & Hal (1994).

Assim, do menor distrito italiano às megalópoles mundiais, o novo paradigma tecnológico da "especialização flexível" impulsionaria não apenas o retorno das usinas e dos escritórios para as zonas urbanas, mas também a retomada do crescimento quantitativo das metrópoles: forma espacial finalmente encontrada na saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas mundiais resultaria da estratégia interna desses distritos ou conjunto de distritos.

No cruzamento entre a reflexão sobre os distritos e as abordagens evolucionistas sobre a difusão das mudanças técnicas, outra pista de reflexão considera o próprio território como "meio inovador". Essa possibilidade foi particularmente desenvolvida pela equipe européia GREMI (Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Meios Inovadores – Associação Philippe Aydalot). No início, perguntou-se quais condições exteriores seriam necessárias ao nascimento de uma empresa e à adoção da inovação. Esses pesquisadores consideram que a empresa não pré-existe aos meios locais, mas que ela é produzida por eles. Procura-se teorizar as diferentes formas de interdependências que, ao incorporar elementos muito variados, tecem-se no território e intervêm no desenvolvimento tecnológico. Os estudos recentes recortam os trabalhos criados no domínio da teoria da organização industrial e as análises dos distritos industriais (MAILLAT, PERIN, 1992). Eles reencontram cada vez mais explicitamente as abordagens evolucionistas que revolucionaram a da emergência e difusão da inovação. Os evolucionistas fizeram o caminho

inverso ao destacar mais o "meio", isto é, o território propício à inovação (DOSI, SALVATORE, 1992).

Frente a esses trabalhos que teorizavam uma forma canônica de "pós-fordismo" (AMIN, 1994), ao tomar emprestados alguns elementos da abordagem regulacionista, Danièle Leborgne e Alain Lipietz (1988) tentaram uma reorientação ao utilizá-la mais sistematicamente. Essa primeira reflexão foi completada por dois outros ensaios (1991 e 1992). Nesse tríptico, diversas vezes traduzido, eles sublinharam vários pontos:

• Nem todos os territórios se orientam para uma "flexibilidade" do contrato salarial. Alguns sim, mas outros privilegiam a implicação negociada dos assalariados e sua qualificação, opção contraditória a uma flexibilidade muito grande.

• A tendência à "desintegração vertical" dos processos de produção é, de fato, geral, mas existem formas muito diversificadas de cooperação e de hierarquia entre as empresas.

• Os territórios onde as relações capital-trabalho são as mais flexíveis apresentam freqüentemente relações comerciais bastante "brutais" entre as próprias firmas; inversamente, os territórios onde prevalece a "fidelidade" entre capital e trabalho vêem constantemente predominar formas de parceria entre as empresas.

• Essas formas diversificadas de evolução dos territórios (das quais os autores propõem uma aproximação com os diferentes tipos de sistemas produtivos locais propostos pelos geógrafos) correspondem a estratégias "defensivas" ou "ofensivas" de suas elites.

Vê-se então: os pesquisadores franceses são céticos quanto à unicidade de um pós-fordismo, da acumulação flexível e de sua tradução espacial (o distrito). Em contrapartida, os economistas e geógrafos belgas, ao trabalhar segundo a mesma metodologia, avançam uma visão mais unificada do pós-fordismo, como Moulaert e Swyngedouw.Rede e governança,[1] dois

[1] "Governança" (gouvernance), termo inglês. Trata-se das formas de condutas de uma organização humana, mais abrangente que "governo" (de uma estrutura política territorial). A tradução desse termo apresenta problemas. "Regulação" parece o mais adequado, mas como "governança" visa mais particularmente à regulação de relações de poder e de coordenação de preferências comerciais, nós ficamos próximos da "regulação política". Entretanto, a palavra "política" se liga muito especificamente à forma estatal. Faz-se necessário reviver a antiga aceitação francesa da

conceitos-chave dos anos 1990. Os comentários de Leborgne e Lipietz sobre a variedade das formas de relações interempresariais relativizam fortemente o modelo do "distrito marshaliano", regulado pela combinação das relações comerciais e de uma "atmosfera" de reciprocidade. Economistas, geógrafos e engenheiros se inclinaram mais atentamente sobre as formas de organização das relações entre unidades de produção e sobre seu desdobramento espacial; a forma hierarquizada de circuito de ramos e a forma puramente comercial do distrito "Coase-Williamson-Scott" seriam apenas duas formas extremas e caricaturais.

Chama-se "rede" a dimensão espacial de uma forma de regulação das relações entre unidades produtivas, e "governança" o modo de regulação dessas relações que é, em geral, a combinação de diferentes formas: hierarquia, terceirização, parceria, "atmosfera", agências públicas ou parapúblicas. Storper e Harrison (1992) mostram a grande variedade dos modos de governança. Veltz (1996, 2000), como engenheiro, trabalhou com sistemas de grandes empresas e com a hierarquização territorial da produção. A lógica da externalização não significa necessariamente a volta do mercado. A organização hierarquizada se transforma em uma organização em rede, construída ao redor das noções de parceria, relações contratuais, flexibilidade, cooperação interfirmas. Evidentemente, os mesmos termos aparecem nas análises dos distritos e dos meios.

Governança, convenções, instituições: a pesquisa se alarga. Storper e Harrison, como vimos, introduzem na análise espacial a noção de governança como forma de organização interempresarial que vai além das relações comerciais. Trata-se de uma teorização complexa saída de reflexões estendidas nos domínios da organização industrial, da divisão social do trabalho, das instituições e convenções e das localizações possíveis. Contudo, esse conceito pode, naturalmente, estender-se a todo sistema territorializado de relações humanas.

palavra "governo" ("gouvernement") (atualizada por Michel Foucault), pois, desde Montesquieu, a expressão "forma de governo" ("forme de gouvernement") se liga ao Estado, e não é disso que se trata. A melhor escolha, talvez, mais do que forjar um neologismo ou do que reanimar o velho "gouvernement", seja retomar uma palavra caída em desuso ("governança": tipo de governo de Flandres) e lhe dar essa aceitação.

Salais e Storper (1993) analisam as modalidades possíveis da coordenação econômica entre pessoas, os produtos, as convenções, os registros elementares de ação e as formas de incerteza às quais são confrontados os atores econômicos; os "mundos possíveis" de produção, assim compreendidos, são confrontados com os mundos reais a partir de estudos empíricos regionais. Salais e Storper constroem do mesmo modo as identidades econômicas nacionais para vários países.

Assim emerge uma aceitação larga do conceito de governança: o conjunto dos modos de regulação entre o puro mercado e a pura política (do Estado-Nação), ou seja, o que Gramsci chamava "sociedade civil".

Metropolização

Desde a metade dos anos 1980, a tendência ao retorno das atividades para as metrópoles é observada de um modo quase unânime. As pesquisas, enquetes e publicações são numerosas, e as afirmações, muito diversificadas. Claude Lacour (1995) e sua equipe em Bordeaux, ao recolher diferentes visões de pesquisadores, realizaram uma grande enquete internacional sobre a "metropolização". Veja-se o livro de Puissant, *As segregações da cidade-metrópole americana* (2006).

Podemos estruturar essas visões segundo quatro eixos principais.

John Friedmann (1986) estabeleceu uma hierarquia urbana mundial a partir da localização das sedes sociais e dos centros de decisão das grandes empresas ou das organizações internacionais que têm uma larga influência internacional. Trata-se de uma extensão da teoria da hierarquia urbana, pois o autor afirma que o desdobramento geográfico das empresas multinacionais é responsável pela hierarquia urbana internacional por meio das transações realizadas – são cidades mundiais.

Manuel Castells (1989 e trabalhos mais recentes) destacou a informatização acentuada de nossa época, que arrasta a desterritorialização da economia e da sociedade – daí a expressão "espaço de fluxos". Os fluxos são estruturados em redes e dominados pelas grandes empresas e por

uma elite social. A informação é o *input* chave da economia mundial, o elemento central que permite a acumulação capitalista. A informação, as novas tecnologias e a reestruturação das relações capital-trabalho fizeram emergir novas formas de urbanização: a cidade informacional.

Saskia Sassen (1991) e seu conceito de cidade global conheceram um raro sucesso. Ela mostra como a idéia de globalização, que se impõe em escala mundial, inscreve-se concretamente no espaço de certas cidades, notadamente Nova Iorque, Londres e Tóquio. Essas três cidades são consideradas pela autora como globais por sua estrutura de atividades (indústrias e serviços muito internacionalizados), pela qualificação dos trabalhadores, por uma dualidade social (uma elite muito cristalizada e com renda muito elevada e empregados de serviços diversos desqualificados). As três cidades concentram a acumulação de riquezas, os centros de decisão, os laboratórios de inovação e os lugares de elaboração das estratégias financeiras. Sassen descobre igualmente que o crescimento dessas cidades é acompanhado de sinais de declínio, que a sua arrogante riqueza repousa também sobre uma pobreza quase estrutural e uma insegurança crônica. O raciocínio da autora pode ser estendido a outras cidades: Paris, Frankfurt, Milão ou Los Angeles.

A cidade também foi estudada sob a luz da transformação do sistema produtivo: nasceu a cidade pós-fordista. A especialização e a diferenciação da economia, acompanhadas pela intensificação das trocas entres esses espaços – o que se chama freqüentemente de mundialização – transformaram a estrutura e a sociedade urbanas. A especialização das cidades está muito presente nas transações mundiais. Custos de transação, organização industrial, reaglomeração (metropolização) da produção... Em uma palavra, o sistema pós-fordista está no centro das interrogações atuais. Alain Lipietz, Allen Storper, Pierre Veltz e outros dedicaram uma parte de suas reflexões à questão.

A mundialização é uma internacionalização das atividades, sobretudo em nível financeiro (as modalidades foram redefinidas desde os anos 1980) e está em evolução constante. Vê-se também uma transformação da concorrência, não apenas em termos de exportação-importação, mas principalmente em termos de custo, de qualidade, de rapidez etc. A

mundialização transformou também a organização e a estratégia das firmas – observa-se assim uma convergência para um modelo pós-fordista. Muitas questões ainda estão abertas nesses domínios em ciência regional.

O local e o global

Já bem no começo dos anos 1980, os pesquisadores abordaram o problema da articulação dos espaços locais e dos espaços globais. Problema que serviu de paradigma à reflexão nodal: a relação individual/social.

Uma vez reconhecida a individualização dos territórios regionais e nacionais (por causa do papel da governança e, *a fortiori*, do Estado), fazia-se a questão da regulação de suas relações recíprocas. Mistral (1986) afastou logo as duas hipóteses habituais: a homogeneização / otimização pelo mercado, a hierarquização pelo poder. Ele reconhecia a existência de um mapa da divisão internacional do trabalho, porém, contra os estruturalistas e dependentistas, insistia no problema da adesão das formações nacionais à área estratégica do modelo dominante. As únicas formas de regulação entre essas individualidades separadas pelas paredes osmóticas – as fronteiras nacionais – eram, portanto, as redes e firmas transnacionais, as relações do poder monetário e as regras de ajustamento.

Ao trabalhar mais particularmente a questão das relações Norte-Sul, em que uma verdadeira divisão do trabalho no centro de processos de produção unicamente fordistas tendia, entretanto, a se estabelecer, Lipietz tomou a mesma direção: há, sim, uma "economia-mundial", mas ela não é uma força causal, tampouco as firmas multinacionais são as criadoras da "Nova divisão internacional do trabalho", e essa divisão é mais uma configuração, um encontro fragilmente regulado de trajetórias nacionais de que algumas, é verdade, apresentam uma forte dependência no contexto global (daí seus nomes de taylorização primitiva, fordismo periférico etc.).

Essa noção de regime vago (configuração) e de regulação frágil recortava evidentemente o ponto de vista dos especialistas dos "regimes internacionais" (como KRASNET e KOEHANE (1982)) e, principalmente, da Escola de Cornell e da revista *International Organization*. Contudo, ela abria também uma via de reforma ao "neo-estruturalismo", que não podia se determinar a apreender os territórios (fossem eles distritos inovadores) como mônadas trocando produtos.

Assim, o debate dividiu fortemente geógrafos, sociólogos e economistas regionais entre duas versões: de um lado, aqueles que privilegiavam a estruturação do local e, de outro lado, aqueles que privilegiavam as regras do global e que ironizavam a "geografia mítica da acumulação flexível", ao sublinhar o peso dos oligopólios e das megalópoles dominantes. Três antologias de ensaios balizam esse debate: Storper e Scott (1992), Benko e Dunford (1991) e uma síntese em francês, Benko e Lipietz (1992).

Todavia, é preciso admitir que por trás deste debate (local/global) se esconde certa incapacidade de identificar os traços do "pós-fordismo". O peso da hipótese da especialização flexível tornou o caminho freqüentemente mais difícil ao levar ao pé da letra a hipótese, remetendo a Mistral, da adesão mais ou menos forte dos territórios a uma área de estratégia única. As dúvidas dos franceses (como Boyer, Lipietz, Benko, Pecqueur, entre outros) diante da unicidade do pós-fordismo reabriam a discussão, ao colocar a questão da coexistência de modelos locais muito diferentes no centro de uma área global única.

Em seus trabalhos mais recentes, Alain Lipietz desenha o planeta do pós-fordismo. Uma macrogeografia do sistema mundo, que parece opor:

- um mundo desenvolvido organizado em três blocos continentais, respectivamente dirigidos por Estados-Unidos, Alemanha e Japão;

- uma periferia final tornada inútil às forças econômicas dominantes (os mundos andino, africano, o interior da Índia e da China);

- entre o "Império" e os "Bárbaros" (alusão à obra *O Império e os Novos Bárbaros*, de Rufin) se destacam, entretanto, potências intermediárias

"emergentes" que sonham em se agregar ao Império, "tornar-se cidadãos romanos", ou seja, membros da OCDE.

Como acabamos de ver, a fecundidade das abordagens do espaço deixa, neste momento, mais questões abertas do que respostas, visto que "o espaço" é por natureza terreno de interdisciplinaridade.

Será inicialmente a "regulação do local" e o conceito de governança que convirá desenvolver. Em seguida, a questão do encaixe dos espaços.

Entre o ressurgimento do local – como condição da competitividade e da regulação social – e a globalização – como espaço da economia e mesmo da cultura – a abordagem regulacionista permite uma concepção profundamente renovada das relações internacionais. Alguns textos (1996, 1997) abordaram questões como: a influência dos modos internacionais de regulação sobre a seleção dos paradigmas tecnológicos, a macroeconomia dos acordos continentais (UE, NAFTA, MERCOSUL etc.), a possibilidade de coexistência de modelos de desenvolvimento diferentes na mesma área de livre-comércio. Essas reflexões vão ao encontro da evolução dos "neo-estruturalistas" e se traduzem pelo lançamento da *Review of International Political Economy*.

Enfim, uma reaproximação se afirma com as reflexões sociológicas (e mesmo estéticas) anglo-saxãs sobre o espaço, inspiradas por Giddens, sua *structuration theory* e o debate "structure vs. agency" (GIDDENS, 1984, LAZAR, 1992), no âmago da problemática da regulação. Uma convergência acelerada pela audaciosa reaproximação de Harvey (1989, 1996) entre "pós-fordismo" e "pós-modernidade" (em arquitetura e urbanismo), ou ainda seus trabalhos mais recentes sobre o meio ambiente. Outros autores como Derek Gregory, John Urry, Edward Soja e Linda MacDowell, entre os representantes da geografia anglo-saxã "radical" e até mesmo "feminista", criam uma convergência – ao se colocar a dupla questão do desdobramento espacial das relações de gênero e também da construção social (e, portanto, localizada) dos gêneros – que constrói ela própria uma ponte entre a ciência regional renovada e as ciências sociais.

As publicações recentes: espelho de uma dinâmica científica

Pelas publicações é que se pode medir da melhor maneira a dinâmica de uma disciplina e desvelar as grandes tendências recentes. É útil fornecer uma amostra que pareça representativa da riqueza de produção científica dos últimos anos. Inevitavelmente, o exercício é subjetivo.

Entre as diversas obras "fundadoras", note-se a reedição, em 1985, do *Espaço regional e organização do território*, de Lajugie, Delfaud e Lacour e o trabalho coletivo *Espaço e localização* (1983), que marca os vinte anos da ciência regional francesa. *Espaço e dinâmica territorial* é composto, dez anos mais tarde (1992), no mesmo espírito, fazendo um balanço e traçando perspectivas. Parece-me importante mencionar dois manuais clássicos, o primeiro de Philippe Aydalot, *Economia regional e urbana* e, por volta de dez anos mais tarde, com o título invertido de Mario Polèse, *Economia urbana e regional*. Claude Ponsard publicou com seus colaboradores uma síntese de pesquisa, *Análise econômica espacial*, em 1988; Derycke e Gilbert, ao mesmo tempo, lançaram outra luz sobre a questão com *Economia pública local*; uma iniciação à ciência regional nasceu graças a Bailly, Paelinck e Sallez com o título *Estratégias espaciais* (1987).

Os debates mais recentes estão resumidos na França em três obras coletivas: *As regiões que ganham* e *A riqueza das regiões*, de Georges Benko e Alain Lipietz, e a obra sob direção de Alain Rallet e André Torre, *Economia industrial e economia espacial* – estudo menos sistemático e mais especializado. O primeiro apresenta as duas grandes tendências – opostas, mas ao mesmo tempo complementares – das reflexões do fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990. Alguns vêem o nascimento de um novo modo de acumulação, dito "flexível", por meio dos distritos industriais como novas formas de organização industrial e territorial; outros crêem que o fordismo não morreu e a grande empresa continua a ter um papel essencial na organização econômica regional. Rallet e Torre (1995) constroem um panorama internacional e o posicionam no cruzamento da economia espacial e da economia industrial ao dar preferência às novas geografias da produção.

A reflexão regional teve também de mudar de escala. O economista japonês Kenichi Ohmae fez a seguinte pergunta: por onde passam as fronteiras em um mundo sem fronteiras? Ele constata que paralelamente à fragilização dos grandes Estados-Nação emergem novas entidades econômicas "naturais": os estados-região. Essas regiões são hoje os motores da prosperidade mundial: é o que constata também Allen Scott (1996). Essa imagem é compatível com a economia de arquipélago de Veltz (1996, 2000). As redes horizontais tecidas entre megacidades (ou metapolis, cf. ASCHER, 1996) desenham um tipo de "economia de arquipélago" em que se concentram não apenas a competitividade, mas também as desigualdades que colocam à prova as capacidades de solidariedade das sociedades. A globalização (ou mundialização) se torna um dos temas favoritos dos regulacionistas dos anos 1990. Ash Amin e Nigel Thrift (1994) dão uma imagem das regiões européias por meio de trajetórias locais em um contexto global da economia. Erik Swyngedouw é um dos poucos a analisar o sistema financeiro em uma perspectiva "mundial", mostrando também reflexões sobre as políticas econômicas regionais. Robert Boyer (1997) e seus colaboradores apresentam as múltiplas manifestações – além dos mitos – da mundialização. Peter Dicken (1992) descreve o processo de internacionalização ao estudar a reorganização da economia pelas tecnologias, pelas empresas, pelos setores, pelas trocas e pelas políticas econômicas.

Demazière (1996), ao se apoiar sobre numerosíssimos exemplos internacionais, mostra o papel da iniciativa local na reestruturação econômica contemporânea. A partir da obra proposta por outro economista francês, Bernard Pecqueur (1996), prestamos atenção no que poderia renovar certos debates em ciências sociais se provocasse o diálogo entre disciplinas sobre um objeto ainda em identificação: o território. Com Zimmermann (2004), o mesmo autor nos fornece uma síntese da economia das proximidades em três faces: indivíduo, grupo e estruturas macroeconômicas.

Os trabalhos dos "regulacionistas" se renovam: Robert Boyer e Yves Saillard (1995) ganharam uma aposta difícil ao editar "o estado dos saberes" nesse domínio; em seguida, com o impulso de Boyer e Benko,

uma nova revista anual foi lançada a partir de 1997, intitulada *O ano da regulação*, nas Éditions de La Découverte. Essa experiência chegou ao fim com o nº 8 na editora das Sciences Po em 2004. Bernard Billaudot (1996) propõe nada menos que uma teoria geral das formas institucionais que estão na base dos modos de regulação e, principalmente, da coesão das sociedades modernas, salariais e capitalistas.

A coleção "Villes" (Éditions Economica/Anthropos), sob direção de Denise Pumain, apresenta, desde 1993, uma série de trabalhos metodológicos ao dar conta de uma dupla expectativa: por um lado, ela fornece a síntese dos debates teóricos e, por outro lado, produz estudos empíricos e monografias urbanas.

Outros autores chamam nossa atenção para o papel da cultura nos mecanismos econômicos regionais, entre eles Claval, Debié e Pitte. Claval edita a segunda versão da *Geografia cultural* na editora Colin em 2003. Ao mesmo tempo, Allen Scott (1997, 2000, 2001, 2004) consagra uma parte de suas pesquisas às indústrias culturais, particularmente a Hollywood. Isabelle Géneau de Lamarlière, em seu número especial da revista *Geografia e Culturas*, levanta dois problemas essenciais: levar em conta a dimensão geográfica permite trazer respostas originais às questões que as disciplinas se fazem ao refletir sobre as relações entre o econômico e o cultural? Pode a nova geografia econômica trazer, como nos anos 1950-60, novas contribuições ao modo como a geografia apreende o espaço?

Em nossas sociedades, o risco e sua gestão se tornam um campo maior do político e da arte de governar. No mundo moderno, técnicas cada vez mais complexas e nosso meio ambiente cada vez mais artificial tornam a sociedade vulnerável e sujeita a acidentes imprevisíveis. Conseqüentemente, é a própria natureza dos riscos que mudou. A ciência regional está no centro dos problemas ligados tanto aos riscos naturais quanto às sociedades. As pesquisas se multiplicam nesse domínio desde os anos 1990 e evoluem em diversos eixos. Entre eles, notemos as reflexões sobre o risco como fundamento de nossa cultura (BECK, 1992) ou sobre as previsões, a economia, a organização do território e os riscos naturais e tecnológicos (FAUGÈRES, 1990).

O elo entre a ecologia, o meio ambiente e o desenvolvimento é, de agora em diante, indissolúvel. Ecologia-economia: tudo opõe, à primeira vista, essas duas disciplinas com raízes etimológicas estranhamente idênticas. A ecologia se tornou um poderoso movimento de pensamento e uma força política ao se colocar como crítica da racionalidade econômica. A economia (e, sobretudo, a economia espacial) trata o meio ambiente como um fator "externo", como tratava secundariamente, outrora, a questão social antes da revolução keynesiana. Os geógrafos como Harvey ou Swyngedouw reintegram a natureza e o meio ambiente no pensamento espacial. A conferência do Rio (1992) lançou novamente a noção de ecodesenvol-vimento. Sachs, (1993), Lipietz (1993) e Stoffaës (1993) analisaram essas questões.

Allen Scott e Edward Soja (1996) confeccionam uma imagem fascinante da construção sócio-espacial da metrópole pós-moderna da Califórnia do Sul: Los Angeles. Os representantes mais brilhantes da "Escola de L.A." de estudos regionais dão o exemplo de uma análise urbana e regional renovada ao utilizar métodos diversos, ao combinar as abordagens teóricas e os estudos empíricos para esclarecer o fenômeno urbano na aurora do século XX. Esse trabalho foi completado por uma reflexão teórica de Soja (2000) sobre a mesma cidade, mostrando a vida cotidiana do mundo pós-moderno e comparando à evolução de outras cidades, como Amsterdã.

E a "ciência regional clássica" voltou também com as edições Edward Elgar, em 1996, que nos propõem, em 6 volumes, uma retrospectiva de um século. Nós reencontramos os artigos mais destacados da disciplina em uma apresentação sintética. Em sua obra, Paul Krugman revisita (MARTIN, SUNLEY, 1996) as idéias clássicas da economia espacial e oferece um novo ponto de vista surpreendente das estruturas econômicas integradas no espaço e no tempo, indo do caos à ordem inesperada.

Contudo, outros representantes das ciências sociais estão implicados nas reflexões da ciência regional dos anos 1990. Como exemplo, podemos mencionar Paul Virílio (1993, 1995), que analisa nossa nova relação com o espaço-tempo e com o território, além de manter um combate contra a globalização das culturas e da aceleração do mundo. Patrick Le Galès (1997) e seus colaboradores, em ciências políticas, interrogam-se

sobre os governos e governanças das regiões européias e o seu papel na organização da economia e da sociedade na Europa. Benko (2005) editou em *Geografias* uma história da geo-eco francesa no começo do milênio.

As poucas referências citadas aqui são apenas gotas d'água em um oceano de reflexões e publicações. No momento de uma mundialização reforçada da economia, em um período de crise (econômica, social e cultural), após o fracasso de um desenvolvimento dirigido pelo "alto" (pelo Estado), no fim das ilusões e dos sonhos em torno do desenvolvimento local, no fim do fordismo (em agonia), mas em um pós-fordismo em desordem, entre a constituição de blocos continentais (zona de livre comércio, mercado comum, união econômica e monetária) e a emergência de uma fixação territorial das firmas em um tecido industrial local, a ciência regional permanece viva e pode fornecer análises aos políticos de hoje e ajudar para uma melhor compreensão do mundo.

O debate lançado em torno da ciência regional

Há algo de novo em ciência regional desde os anos 1990? A resposta será sim, e sem hesitação. Pode-se ver pelo número de artigos que colocam problemas epistemológicos, que formulam críticas, apresentam "questionamentos" e propõem revisões. A ciência regional, como todas as outras ciências, encontra-se em um contexto novo. Assistimos a um vasto processo de transformação da "modernidade"; esse fenômeno está freqüentemente marcado pela etiqueta de "pós-modernidade". Desde os anos 1970, é anunciada a chegada da sociedade pós-industrial; o fordismo se transforma de uma maneira variada conforme os espaços em pós-fordismo; os países da Europa central vivem mutações pós-comunistas. A mundialização ou "globalização" é um processo em realização, e eu poderei ainda multiplicar os exemplos que dizem respeito à evolução acelerada do mundo. O final do século XX se conjuga em "pós-", vivemos o período de "pós-ismos", "novos-ismos", "neo-ismos". Mal-estar e/ou renovação das ciências sociais, das artes e da filosofia está no ar. Estamos sempre "após alguma coisa", como dizia recentemente David Harvey.

Há aproximadamente dez anos as universidades americanas transformam seus departamentos em "programas" de estudos: culturais, internacionais, ambientais etc.; portanto, a moda é encontrar o saber à margem das disciplinas tradicionais. Em uma palavra, a pluridisciplinaridade (ou transdisciplinaridade) conhece um grande sucesso no continente norte-americano. Há quarenta anos, em meio a esses programas, os primeiros eram os estudos urbanos e a ciência regional. Mas hoje, curiosamente, a ciência regional é vítima dessa evolução. É um ramo (por definição pluridisciplinar) que perde velocidade. Suprimem-se programas de ensino nessa área. Até o lugar histórico e simbólico da criação do primeiro departamento de ciência regional, na Universidade da Pensilvânia, foi fechado no início dos anos 1990. A segunda ironia da história é que o conceito de região volta a ser pertinente, visto que as políticas de regionalização estão em vigor um pouco por toda a Europa, num período em que se procura pensar global e agir de modo local. Os títulos das obras mostram a valorização da escala regional: "As regiões que ganham" ou "Do Estado-nação aos Estados-região".

Nesse contexto moroso, Antoine Bailly e Bill Coffey (1994) lançaram um debate – com várias reviravoltas – sobre a crise da ciência regional. Eles criticam a evolução excessivamente técnica da disciplina, chamando a atenção para o distanciamento dos problemas reais do mundo contemporâneo. A ciência regional impulsionou para muito longe a sofisticação dos modelos e as construções abstratas ("a arte pela arte"), que nos distanciam cada vez mais da realidade, ao colocar o problema de pertinência dessas técnicas e métodos e de suas utilidades. Bailly (1995) vai ainda mais longe nessas críticas. Ele chama nossa atenção para a mudança profunda de contexto político (fim da guerra fria) e econômico (políticas econômicas liberais), ao constatar que a ciência regional não responde mais às expectativas da sociedade. Nossa sociedade vive nos anos 1990 uma crise de esperança e coloca questões sobre o emprego, sobre a exclusão social e econômica, sobre o meio ambiente. Questões para as quais as ciências humanas estão mais bem preparadas para responder do que a ciência regional tradicional. A socioeconomia *soft*, já que sofisticada, responde melhor do que a ciência regional *hard* ou bruta, já que bestial, aos problemas dessa "sociedade em ampulheta", à moda de Lipietz.

Tony Bailly lista cinco grandes princípios que relativizam o conhecimento em ciência regional:

> **O princípio existencial**: as ciências regionais se interessam pelos homens em sociedade, mas fazem também parte da sociedade cujas ideologias elas refletem. Daí a necessidade de se explicar as ideologias, as imagens e os conceitos com os quais tais ciências exploram o conhecimento.
>
> **O princípio de representação**: a região em si não é o objeto de estudo, posto que o real objetivo só existe graças às nossas construções. O conhecimento repousa sobre a representação de fenômenos.
>
> **O princípio imaginário**: todo construto é uma imagem, isto é, um modelo simplificado; cabe à ciência regional se dar conta disso para que não se confunda explicação e compreensão.
>
> **O princípio de criação**: as representações das regiões constituem criações de esquemas pertinentes, mas parciais, que nos remetem às nossas ideologias.

O princípio de retroação: as representações das regiões se nutrem das práticas e vice-versa. Desse modo, uma sociedade que cria seu meio de vida não o faz somente por meio de suas relações de produção, mas graças às representações (ideologias, valores) próprias a essa sociedade. (BAILLY,1995:739)

O artigo de Bailly e Coffey (1994) provocou um debate tanto nos países anglo-saxões quanto na França. No mesmo número da revista *Papers in Regional Science* houve numerosas reações.[2] Os autores estão de acordo quanto à necessidade da reconstrução dessa disciplina, em um período em que se observa a reemergência do papel econômico das regiões. Mas admitem, ao mesmo tempo, que a produção atual em ciência regional

[2] Ver os comentários de Gibson, Plane, Stough, Anas, Vickerman no no 1 (vol. 73) de 1994 do periódico Papers in Regional Science.

não é tão “sexy” comparada à socioeconomia ou à teoria social; que a posição acadêmica da disciplina se enfraqueceu e que a ciência regional foi, pela primeira vez, atingida pela crise das universidades.

Na França, o debate ressurgiu, em 1995, no número 2 da *Revista de Economia Regional e Urbana*, graças a um grupo de estudantes de economia em Bordeaux. O artigo assinado sob o pseudônimo Columbus suscita o debate e traça algumas perspectivas. A visão desses jovens pesquisadores é mais otimista. Ela se apóia sobre o renovo apresentado por Krugman e pelos progressos que ele traz em microeconomia no quadro da *new economic geography*, dando, então, o toque necessário para sair da sombra e adentrar a corrente dominante. O futuro da ciência regional se torna mais promissor após os trabalhos recentes de Krugman (1991, 1993, 1994) sobre a concentração econômica em um modelo de concorrência imperfeita. Columbus termina sua análise com plena confiança:

> [...] melhor do que se falar de crise da ciência regional, não se deveria saudar a emergência de uma nova corrente de pesquisa ativa e participativa, uma ciência operacional das dinâmicas do espaço? Espaço cuja unidade só ganha corpo quando vista sob o ângulo das causas humanas (COLUMBUS, 1995).

Jean-Claude Perrin (1993) deseja a revisão da ciência regional a partir da teoria dos meios locais inovadores como o primeiro elo de uma análise geral da dinâmica socioeconômica. Ele avança a idéia de que a ciência econômica, como a ciência regional, constituiu-se sobre o paradigma da racionalidade perfeita. Esse paradigma falseou a análise econômica, e a ciência regional nasceu da fratura que assim se produziu entre a realidade e sua modelização. Parece-lhe fundamental a intuição de uma jovem geração de pesquisadores segundo a qual, de um lado, o local é a moldura de um processo essencial da dinâmica econômica geral e, de outro lado, o local é um contexto privilegiado, porque melhor controlável, para reencontrar o caminho de uma modelização realmente sintética da economia. Para Perrin, a renovação da ciência regional tem de passar pela noção de “meio”, que deve constituir o pivô de uma recomposição teórica, isto é, de uma representação diferente da realidade e da necessária ruptura com certos conceitos mais prementes da disciplina.

Para concluir esse debate, sirvo-me da resposta clara e simples do professor Joseph Lajugie (1995), um "antigo combatente" da economia espacial: de fato, a ciência regional é uma disciplina de aplicação tal como a medicina e, não mais do que esta, que não se daria por satisfeita em estabelecer diagnósticos sem os acompanhar de prescrições, a ciência regional não pode se contentar em listar modelos explicativos e abstratos sem propor soluções concretas. Nessa área, pesquisa fundamental e pesquisa aplicada não são opções alternativas, mas etapas complementares de elaboração de uma ciência. Sua análise das especificidades da realidade espacial só atinge todo seu alcance se ela permite desembocar em uma política do espaço suscetível de melhorar a sorte dos seres humanos que compõem um "espaço vivido".

E uma última observação: se a ciência regional tem o desejo de ir mais longe do que uma disciplina neopositivista, utilizando técnicas e métodos econométricos e ferramentas da geografia quantitativa de um tempo ido (denominada outrora, nos anos 1960, a "nova geografia"), ela deve alargar seus fundamentos epistemológicos e, a um só tempo, seus campos de conhecimento e de ação. Os resultados dessa reflexão levada pelo conjunto da comunidade dos "regionalistas" abrirão os horizontes da "nova ciência regional" do terceiro milênio.

Conclusão

Não se trata aqui de se estender sobre os desenvolvimentos recentes desse campo, ou de dar a última palavra nos debates que, no momento atual, animam a geografia econômica. Dito isto, podemos listar brevemente algumas tendências maiores. Em primeiro lugar, o novo regionalismo, no contexto dos processos de mundialização, continua a ocupar um lugar maior na pesquisa atual. Em segundo lugar, as idéias avançadas pelo novo regionalismo se encontram, entretanto, cada vez mais estendidas às questões de desenvolvimento nos países de baixa ou intermediária renda. Além disso, nos anos 90 e no início dos anos 2000, duas novas vozes

concorrentes se fizeram ouvir com relação ao espírito e aos objetivos da geografia econômica. A primeira, em torno do trabalho de Paul Krugman, tenta trazer novamente a geografia econômica ao centro da economia dominante. Em uma série de publicações, Krugman (1991, 1996, 1999) e seus colaboradores esboçaram uma pretensa nova economia geográfica fundada sobre um modelo de concorrência monopolista em um contexto espacial, fazendo desse modelo uma exposição renovada das dinâmicas de desenvolvimento regional. A segunda voz se expressa do próprio interior da geografia, e freqüentemente a definiram como uma "virada cultural" (ver, por exemplo, THRIFT, 2000, THRIFT e OLDS, 1996). Nesse caso, o argumento maior é que a geografia econômica tem de se mostrar consideravelmente mais atenta às questões de cultura do que foi no passado e que a ordem econômica do capitalismo contemporâneo mergulha de fato suas raízes na cultura humana (mais do que o inverso). Na prática, os partidários da virada cultural tendem a construir suas abordagens da análise da paisagem econômica sobre conceitos tais como: o corporal, a perfomatividade, a identidade, o gênero etc. (MCDOWEL, 1997). Nosso sentimento, no momento, é que se nem uma nem a outra dessas vozes é suscetível de se tornar hegemônica na geografia econômica do porvir, cada uma traz clarezas úteis sobre as questões centrais da geografia econômica, mesmo que, nas suas formas mais extremas, elas tenham sido submetidas a um certo número de refutações (por exemplo, MARTIN e SUNLEY, 1996, STORPER, 2001).

Malgrado a duração dessa gestação histórica, é somente nos decênios que seguiram a Segunda Guerra Mundial que se pode identificar uma geografia econômica como subdisciplina coerente e segura de si. Mas mesmo nesse contexto, o desenvolvimento da geografia econômica desses últimos decênios foi pontuado por freqüentes mudanças de direção, conduzindo a uma situação de convulsão constante, com as rivalidades profissionais inevitáveis. Além disso, seria falso pensar que os postos avançados flutuantes da geografia econômica tenham, não importa em que momento, apresentado um front unificado. Ao contrário, a geografia econômica em seu conjunto se assemelha mais a um palimpsesto de idéias antigas e novas. É um campo onde se ouve constantemente ecos daquilo que se passou antes e argumentos teóricos passados, longe de se

apagarem, têm o costume de reaparecer de surpresa em novas molduras interpretativas.

O grande sucesso da geografia econômica como empresa universitária ao curso do último meio-século pode em uma larga medida ser atribuído à sua utilidade como ferramenta de compreensão de aspectos cruciais do capitalismo contemporâneo, para não falar de suas aplicações práticas na organização urbana e regional e nas atividades econômicas. Ela coloca questões polêmicas sobre aspectos fundamentais do funcionamento dos sistemas econômicos contemporâneos e fomenta os poderes que buscam promover uma maior eficácia na performance econômica. Mesmo na era da mundialização, a geografia ganha importância e não a perde, simplesmente porque a mundialização não traz tudo de volta a um espaço atravessado por fluxos, mas induz uma reorganização estratégica das regiões econômicas do mundo de modo a abrir novas oportunidades de diferenciação e exploração geográfica. Conseqüentemente, pode-se lhe predizer um futuro brilhante. Do mesmo modo, vista a continuação provável da dinâmica capitalista de destruição criativa, podemos dizer, sem muito medo de nos enganar, que a geografia econômica encontrará tantas turbulências no futuro quanto conheceu no passado.

Tentamos mostrar a evolução da geografia econômica, com suas grandes rupturas e com sua lógica de refundações. É um percurso que vai da "dispersão" à "concentração", termos tão usados na geografia econômica.

As reflexões essenciais da geografia econômica giram em torno do modo como o espaço, sob as diferentes formas da distância – a separação, a proximidade, a localização, o lugar etc. – determina e informa os dados econômicos. Em termos mais concretos, pode-se dizer que a tarefa que a geografia econômica contemporânea se deu consiste em descrever de modo racional a organização espacial da economia e, particularmente, em esclarecer as maneiras como a geografia influencia o funcionamento econômico do capitalismo. Evidentemente, apresentações tão concisas deixam um lugar considerável a divergências quanto à maneira como a geografia econômica é praticada, ou como deveria sê-lo. Vimos que as concepções foram bem diferentes ao longo dessa subdisciplina.

Ela mantém uma ligação forte com a nova geografia dos anos 50 e se afirma como campo de pesquisa autônomo. O interesse dos economistas frente ao espaço se acha reforçado em uma nova disciplina denominada "ciência regional", com uma participação ativa na planificação urbana e regional. Disparidades, desigualdades espaciais e mecanismos de dominação foram as preocupações centrais das análises nos anos 60-70. Os novos dados do contexto do macroeconômico estimularam as pesquisas em dois eixos a partir dos anos 80: de um lado, uma formalização aguda; de outro, a construção de um modelo territorial da produção.

Referências

AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme.* 3. ed. Paris: Odile Jacob, 1997 [1976].

AMIN, A. *Post-fordism*. Oxford: Blackwell, 1994.

AMIN, A., THRIFT, N. et al. *Globalization, institutions and regional development in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

ASCHER, F. *Métapolis*. Paris: Odile Jacob, 1996.

AURAY, Jean-Paul, BAILLY, Antoine, DERYCKE Pierre-Henri, HURIOT Jean-Marie et al. *Enclyclopédie d'économie spatiale.* Paris: Economica, 1994.

AYDALOT. Ph. *Économie régionale et urbaine.* Paris: Economica, 1985.

AYDALOT. Ph. et al. *Milieux innovateurs en Europe.* Paris: GREMI, 1986.

BAILLY, A. S., COFFEY, W. J. Regional science in crisis: a plea for a more open and relevant approach. *Papers in Regional Science,* 73, 1, 1994. p. 3-14.

BAILLY, A. S., COFFEY, W. J. Regional science in crisis: some concluding thoughts. *Papers in Regional Science,* 73, 1, 1994. p. 37-39.

BAILLY, A. S. Penser la science régionale.*Revue d'Économie Régionale et Urbaine,* 4, 1995. p. 737-741.

BAILLY, A. S. Objectivité et subjectivité en science régionale. *L'Espace Géographique,* 26, 2, 1997. p. 149-152.

BAILLY, A. S. et al. *Risques naturels et risques de sociétés,* Paris: Economica, 1996.

BAILLY, A. S., GUESNIER, B., PAELINCK, J., SALLEZ, A. *Stratégies spatiales*: comprendre et maîtriser l'espace. Montpellier: Reclus, 1995.

BECK, U. *Risk society*: towards a new modernity. London: Sage, 1992.

BENKO, G. *Géographie des technopôles*. Paris: Masson, 1991.

BENKO, G., DUNFORD, M. et al. *Industrial change and regional development.* London: Pinter/Belhaven Press, 1991.

BENKO, G., LIPIETZ, A. et al. *Les régions qui gagnent.* Paris: PUF, 1992.

BENKO, G., LIPIETZ, A. et al. *La richesse des régions.* Paris: PUF, 2000.

BENKO, G., STROHMAYER, U. et al. *Horizons géographiques.* Paris: Bréal, 2004.

BENKO, G. et al. La géographie économique au début du XXI siècle: agglomération et dispersion. *Géographies, Bulletin de l'Association de Géographes Français,* n. 3, 2005.

BERRY, B. J. L. Whither regional science? *International Regional Science Review,* 17, 1995. p. 297-305.

BILLAUDOT, B. *L'ordre économique de la société moderne.* Paris: L'Harmattan: 1996.

BOYER, R. et al. *Mondialisation*: au-delà des mythes. Paris: La Découverte, 1997.

BOYER, R. *La théorie de la régulation.* Paris: La Découverte, 1986.

BOYER, R., SAILLARD, Y. et al. *Théorie de la régulation*: l'état des savoirs Paris: La Découverte, 1995.

CAMAGNI, R. *Principes et modèles de l'économie urbaine.* Paris: Economica, 1996.

CASTELLS, M. *The informational city.* Oxford: Blackwell, 1989.

CASTELLS, M. *The rise of the network society.* Oxford: Blackwell, 1996.

CASTELLS, M. *The power of identity.* Oxford: Blackwell, 1997.

CASTELLS, M., HALL, P. *Technopoles of the world.* London: Routledge, 1994.

CLAVAL, P. *Géographie humaine et économique cotemporaine.* Paris: PUF, 1984.

CLAVAL, P. *Initiation à la géographie régionale.* Paris: Nathan, 1993.

CLAVAL, P. *La géographie comme genre de vie*: un itinéraire intellectuel. Paris: L'Harmattan, 1996.

CLAVAL, P. *Chroniques de géographie économique.* Paris: L'Harmattan, 2005.

COASE, R. The nature of the firm. *Economica,* 4, 16, 1937. p. 386-405.

COLOMBUS. *La science régionale est-elle en crise?* Pessac: Université de Montesquieu, IERSO, 1995. Cahier n. 95.02.

CORADE, N., LACOUR, C. *La métropolisation*: les commandements. Bordeaux: IERSO, 1995.

CÔTÉ, S., KLEIN, J-L., PROULX, M-U. et al. *Et les régions qui perdent...?* Montréal: UQAM, 1995.

COURLET, C., PECQUEUR, B. Les systèmes localisés en France: un nouveau modèle de développement. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. et al. *Les régions qui gagnent.* Paris: PUF, 1992. p. 81-102

DEMAZIÈRE, C. et al. *Du local au global.* Paris: L'Harmattan, 1996.

DERYCKE, P-H. *Économie et planification urbaines.* Paris: PUF, 1979.

DICKEN, P. *Global Shift.* London: Paul Chapman Pub, 1992.

DOSI, G., SALVATORE, R. The structure of industrial production and the boundaries between firms and markets. In: STORPER, M., SCOTT, A. J. et al. *Pathways to industrialization and regional development.* London: Routledge, 1992. p. 171-192.

DUPUY, C., GILLY, J-P. et al. *Industrie et territoires en France.* Paris: La Documentation Française, 1993.

FAUGÈRES, L. et al. *Le risque et la crise.* Malta: FIS, 1990.

FRIEDMANN, J. The World City Hypotheseis. *Development and Change,* 17, 1, 1986. p. 69-84.

FUJITA, M., KRUGMAN, P., VENABLES, A. J. *The spatial economy.* Massachusetts: MIT Press, 1999.

GÉNEAU DE LAMARLIÈRE, ISABELLE et al. Économie et culture: nouveaux enjeux géographiques. *Géographie et Cultures,* n. 49, 2004.

GIDDENS, A. *The constitution of society.* Cambridge: Polity Press, 1984.

GILLY, J-P., GROSSETTI, M. Organisation individu et territoire. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine,* 3, 1993. p. 449-468.

HARVEY, D.*Condition of postmodernity.* Oxford: Blackwell, 1989.

HARVEY, D. *Justice, nature and geography of difference.* Oxford: Blackwell, 1996.

KEOANE, R. The demand for international regimes. *International Organization,* 36, 2, 1982. p. 325-355.

KRASNER, S. D. Structural causes and regim consequences. *International Organization,* 36, 2, 1982. p. 185-205.

KRUGMAN, P. Increasing retourns and economic geography. *Journal of Political Economy,* 99, 1991. p. 483-499.

KRUGMAN, P. *Geography and Trade.* Leuven: Leuven University Press, 1991.

KRUGMAN, P. First nature, second nature and metropolitan location. *Journal of Regional Science,* 33, 2, 1993. p. 129-144.

KRUGMAN, P. Complex landscapes in economic geography. *American Economic Review,* 84, 2, 1994. p. 412-416.

KRUGMAN, P. *Development, geography and economic theory.* Cambridge: MIT Press, 1995.

KRUGMAN, P. *The self-organizing economy.* Oxford: Blackwell, 1996.

LAJUGIE, J. Crise de la science régionale? *Revue d'Economie Régionale et Urbaine,* 2, 1995. p. 374-378.

LAJUGIE, J., DELFAUD, P., LACOUR, C. *Espace régional et aménagement du territoire.* Paris: Dalloz, 1985.

LAZAR, J. La compétence des acteurs dans la théorie de la structuration de Giddens. *Cahiers Internationaux de Sociologie,* 2, 1992. p. 399-416.

LE GALÈS, P., LEQUESNE, C. et al. *Les paradoxes des régions en Europe.* Paris: La Découverte, 1997.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. L'après-fordisme et son espace. *Les Temps Modernes,* 43, 501, 1988. p. 75-114.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. Idées fausses et questions ouvertes de l'après-fordisme. *Espaces et Sociétés,* 66/67, 1991. p. 39-68.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. Flexibilité offensive, flexibilité défensive. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. et al. *Les régions qui gagnent.* Paris: PUF, 1992. p. 347-377.

LIPIETZ, A. *Choisir l'audace.* Paris: La Découverte, 1989.

LIPIETZ, A. *Vert espérance.* Paris: La Découverte, 1993.

LIPIETZ, A. *La société sablier*: la partage du travail contre la déchirure sociale. Paris: La Découverte, 1996a.

LIPIETZ, A. The post-fordist world: labour relations, international hierarchy and global ecology. *Review of International Political Economy,* 4, 1, 1996b. p. 1-41.

MAILLAT, D., PERRIN, J-C. et al. *Entreprises innovatrices et développement territorial.* Neuchâtel: EDES, 1992.

MARTIN, R., SUNLEY, P. Paul Krugman's geographical economics and its implications for regional development theory: a critical assessment. *Economic Geography,* 72, 3, 1996. p. 259-292.

MASSEY, D., MEEGAN, R. *The Anatomy of Job Loss,* London: Methuen, 1982.

MacDOWELL, L. Capital Culture: gender at work in the city. Oxford: Blackewell. 1997.p.256.

MISTRAL, J. Régime international et trajectoires nationales. In: BOYER, R. et al. *Capitalismes fin de siècle.* Paris: PUF, 1986. p. 167-201.

PALAN, R., GILLS, B. *Transcending the state-global divide.* London: Lynne Rienner Pub, 1994.

PASSET, R., LACOUR, M., DEFAUD, P. *Régions et aménagement du territoire.* Miscelâneas ofertadas ao Decano Joseph Lajugie. Bordeaux: Editions Bière, 1985

PECQUEUR, B. et al. *Dynamiques territoriales et mutations économiques.* Paris: L'Harmattan, 1996.

PECQUEUR, B., ZIMMERMANN, J-B. *Économie de proximités.* Paris: Lavoisier, 2004.

PERRIN, J. C. *Pour une révision de la science régionale*: l'approche en terme de milieu. Aix-en-Provence: Centro de Economia Regional, 1993. Notas de pesquisa. (ed. também na *Revue Canadienne de Science Régionale*, 1993, sob o título Création des milieux innovateurs).

PIORE, M., SABEL, C. *The second industrial divide.* New York: Basik Books, 1984.

POLÈSE, M., SHEARMUR, R. *Économie urbaine et régionale.* Paris: Economica, 2005 [1994].

PORTER, M. E. *The Competitive Advantage of Nations.* London: MacMillan, 1990.

RALLET, A., TORRE A. et al. *Économie industrielle et économie spatiale.* Paris: Economica, 1995.

SACHS, I. *L'écodéveloppement.* Paris: Syros, 1993.

SALAIS, R., STORPER, M. *Les mondes de production.* Paris: Ed. de L'EHESS, 1993.

SASSEN, S. *The Global City.* Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. *Cities in a world economy.,* Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

SASSEN, S. *Losing control*. New York: Columbia University Press, 1996.

SCHAFFER, W. A. Regionalists, regional science, and love, *Papers in Regional Science,* 76, 2, 1997. p. 1-7.

SCOTT, A. J. *Metropolis,* Los Angeles: University of California Press, 1988.

SCOTT, A. J. *Technopolis.* Berkeley: University of California Press, 1993.

SCOTT, A. J. Regional motors of the global economy. *Futures,* 28, 5, 1996. p. 391-411.

SCOTT, A. J. The cultural economy of cities. *International Journal of Urban and Regional Research,* 21, 3, 1997. p. 323-339.

SCOTT, A. J. *The cultural economy of cities.* London: Sage, 2000.

SCOTT, A. J. et al. *Global city-regions*: trends, theory, policy. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SCOTT, A. J. *On Hollywood*: the place, the industry. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SCOTT, A. J., SOJA, E. et al. *The city:* Los Angeles and urban theory at the end of the twentieth century. Los Angeles: University of California Press, 1996.

SCOTT, A. J., STORPER, M. et al. *Production, work, territory.* Boston: Allen and Unwin, 1986.

SOJA, E. *Postmetropolis.* Oxford: Blackwell, 2000.

STOFFAËS, C. et al. *L'économie face à l'écologie.* Paris: La Découverte, 1993.

STORPER, M. *The regional world*: territorial development in a global economy. New York: Guilford Press, 1997.

STORPER, M., HARRISON, B. Flexibilité, hiérarchie et développement régional. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. et al. *Les régions qui gagnent.* Paris: PUF, 1992. p. 265-291.

STOPER,M. The Poverty of Radical Theory Today: from the false promises of Maxism to the Mirage of culture turn.International Journal of Urban and Regional Research. Blackwell Publishing, vol. 25 (1), 2001. p.155-179.

STORPER, M., SCOTT, A. J. et al. *Pathways to industrialization and regional development.* London: Routledge, 1992.

STORPER, M., WALKER, R. *Capitalist imperative.* Oxford: Blackwell, 1989.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires.* Paris: PUF, 1996.

THRIFT, N. Performing Cultures in the New Economy. *Annais of Assocition of American Geographers.* V.90, N.4. 2000. p.674-692.

THRIFT, N.,OLDS, K. Refiguring the economic in economic goegraphy. *Progress in Human Geography*. V. 20, n.3. 1996.p.311-337.

VELTZ, P. *Le nouveau monde industriel.* Paris: Gallimard, 2000.

VELTZ, P. *Des lieux et des liens: le territories français à l'heure de la mondialisation.* La Tour d'Aigues: Ed. de l'Aube, 2002.

VIRILIO, P. *L'art du moteur*. Paris: Galilée, 1993.

VIRILIO, P. *La vitesse de libération.* Paris: Galilée, 1995.

WILLIAMSON, O. *Market and hierarchies.* New York: Free Press, 1975.

Anexo

As principais etapas da evolução da geografia econômica francófona

- 1897, Dubois Marcel, Kergomard Joseph-Georges: *Précis de géographie économique.*
- 1905, Hauser Henri: *L'impérialisme américain.*
- 1915, Hauser Henri: *Les méthodes allemandes d'expension économique.*
- 1921, Vidal de la Blache Paul: *Principes de géographie humaine.*
- 1921, Maurette Fernand: *Les grands marchés de matière première.*
- 1928, Capot-Rey Robert: *Le développement économique des pays sarrois sous la Révolution et l'Empire (1792-1815).*
- 1930, Gibert André: *La porte de Bourgogne et d'Alsace.*
- 1937, Perrin Maxime: *Saint-Étienne et sa région économique. Un type de la vie industrielle en France.*
- 1938, Dauphin-Meunier Achille: *La Cité de Londres.*
- 1947, Hauser Henri: Esquisse d'une philosophie de l'histoire de la géographie économique. *Revue Historique.*
- 1947, Gravier Jean-François: *Paris et le désert français.*
- 1953, Chardonnet Jean: *Les grands types de complexes industriels.*
- 1955, Perroux François: Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie appliquée.*
- 1955, Ponsard Claude: *Économie et espace.*
- 1955, Labasse Jean: *Les capitaux et la région.*
- 1956, George Pierre: *Précis de géographie économique.*
- 1958, Ponsard Claude: *Histoire des théories économies spatiales.*
- 1961, Boudeville Jacques-Raoul: *Les espaces économiques.*
-1961, Fondation de l'Association de science régionale de langue française (ASRDLF).
- 1961, George Pierre: *Les grands marchés du monde.*
- 1962, Claval Paul: *Géographie générale des marchés.*
- 1962, Courtin René, Maillet Pierre, *Économie géographique.*
- 1966-1985, Claval Paul: Chroniques de géographie économique. *Revue Géographique de l'Est.*
- 1966, Moran Pierre: *L'analyse spatiale en science économique.*
- 1966, Remy Jean: *La ville, phénomène économique.*
- 1968, Claval Paul: *Régions, nations, grands espaces.*

- 1969, Dézert Bernard: *La croissance industrielle et urbaine de la porte d'Alsace.*
- 1969, Dockès Pierre: *L'espace dans la pensée économique du XVI^{e} au XVIII^{e} siècle.*
-1972, Boudeville Jacques- Raoul: *Aménagement du territoire et polarisation.*
- 1974, Labasse Jean: *L'espace financier.*
- 1974, Lipietz Alain: *Le capital et son espace.*
- 1974, Perrin Jean-Claude: *Le développement régional.*
- 1976, Claval Paul: *Eléments de géographie économique.*
- 1978, Publicação da *Revue d'économie régionale et urbaine.*
- 1978, Publicação da *Revue canadienne des sciences régionales.*
- 1979, Derycke Pierre-Henri: *Économie et planification urbaines.*
- 1979, Lajugie Joseph, Delphaud Pierre, Lacour Claude: *Espace régional et aménagement du territoire.*
- 1979, Passet René: *L'économie et le vivant.*
- 1980, Manzagol Claude: *Logique de l'espace industriel.*
- 1985, Aydalot Philippe: *Économie régionale et urbaine.*
- 1986, Aydalot Philippe: *Milieux innovateur en Europe.*
- 1987, Bailly Antoine, Guesnier Bernard, Paelinck Jean, Sallez Alain: *Stratégies spatiales, comprendre et maîtriser l'espace.*
- 1988, Ponsard Claude: *Analyse économique spatiale.*
- 1992, Benko Georges, Lipietz Alain, et al.: *Les régions qui gagnent.*
- 1993, Salais Robert, Storper Michael: *Les mondes de production.*
- 1993, Tellier Luc-Normand: *Économie spatiale: rationalité économique de l'espace habité.*
- 1994, Polèse Mario: *Économie urbaine et régionale.*
- 1995, Publicação da revista *Région et développement.*
- 1995, Rallet Alain, Torre André, et al.: *Économie industrielle et économie spatiale.*
- 1996, Veltz Pierre: *Mondialisation, villes et territoires.*
- 1997, Publicação da *Revue française de géoéconomie.*
- 1998, Benko Georges: *La science régionale.*
- 1999, Publicação da revista *Géographie, économie, société.*
- 2000, Géneau de Lamarlière Isabelle, Staszak Jean-François: *Principes de géographie économique*
- 2000, Veltz Pierre: *Le nouveau monde industriel*
- 2000, Benko Georges, Lipietz Alain, et al.: *La richesse des régions*

- 2002, Bouinot Jean: *La ville compétitive*
- 2004, Pecqueur Bernard, Zimmermann Jean-Benoit, et al.: *Économie de proximités*
-2004, Benko Georges, Scott Allen: La géographie économique: traditions et turbulences. *Horizons géographique*
- 2004, Géneau de Lamarlière Isabelle, et al.: L'espace et le lieu dans la nouvelle géographie économique culturelle. *Géographie et cultures.*
- 2005, Benko Georges, et al.: La géographie économique au début du XXIe siècle: agglomération et dispersion. *Géographies. Bulletin de l'Association de Géographes França.*

Introdução

Nos últimos anos, ocorreu marcada reemergência e proliferação das temáticas do desenvolvimento e do território, seja como campos teóricos distintos, seja como tentativa de unificá-los em um mesmo corpo analítico, constituindo a abordagem do desenvolvimento territorial. A multiplicação de interpretações teóricas sobre o tema foi rápida e pervagante. Também no âmbito da ação política, suas noções gerais, de forma bastante disseminada, passaram a informar práticas, intervenções e estratégias, além de elaborações discursivas e referentes identitários dos mais variados atores sociais.

Ao lado da necessária e importante ampliação do debate e do conhecimento destas temáticas, julgo que ocorreram também desvios e deturpações, como costuma acontecer com os assuntos da moda. Assim, procurando contribuir para o debate e a polêmica que este livro procura mapear e avançar – a do tratamento inter e transdisciplinar da questão – penso que muitas questões da economia política e da geografia crítica são negligenciadas, por vezes, em grande parte da literatura, sobre o que prefiro denominar de temática da dimensão territorial do processo de desenvolvimento.

Avalio que hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento da acumulação de capital estão cada dia mais explícitas, inclusive em sua manifestação territorial. Por que então quem as lembra é considerado anacrônico, acusado de ser excessivamente apegado a estruturalismos, economicismos, funciona-lismos, determinismos, materialismos etc.?

A visualização do *novo* parece negar as recorrências, não levando na devida conta as lógicas e os processos constitutivos e renitentes. Parece ter maior estatuto teórico a investigação científica que aponta os aspectos de novidade do que as que chamam a atenção para a necessidade de realizar o devido balanço entre rupturas e persistências. Talvez fosse

bom questionar se não há demasiada adjetivação no debate, enquanto o substantivo, que é avançar no entendimento do funcionamento do sistema capitalista, suas manifestações concretas, suas alternativas, fica em segundo plano. Muitos rótulos novos foram criados, alguns com tal força que se tornaram logo um clichê ou lugar-comum, uma chave lingüística dotada de grande poder discursivo, interditando o diálogo crítico e dificultando o dissenso.

É preciso investigar os novos instrumentos e as sempre renovadas formas de manifestação, por exemplo, da dominância da lógica financeira em todos os âmbitos, porém tendo em mente que se trata da exacerbação de tendências inerentes ao capitalismo, sendo necessário o exercício de distinguir adequadamente entre as determinações estruturais e seus mecanismos de explicitação. Considero que há uma importante literatura de economia política e da geografia crítica que tem procurado construir as mediações (históricas e teóricas) devidas entre a lógica da acumulação de capital, dos conflitos, coalizões e alianças de facções de classe em pauta, de um lado, e a construção social do espaço e do território, de outro. Essa literatura entende a complexidade do desafio, pois, entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento do(s) capitalismo(s) e suas repercussões na produção do(s) território(s) (manifes-tando-se em diferentes escalas), não pode haver determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações complicadas e delicadas entre essas duas dinâmicas. De início, é bom lembrar que capitalismo e território devem ser vistos simultaneamente no singular e no plural, conforme defenderemos mais à frente.

Para esclarecer o plano analítico em que considero as questões aqui discutidas, pretendo lembrar certa conceituação de desenvolvimento; as dificuldades teóricas de apreensão desse complexo processo; questões da economia política e da geografia crítica que deveriam estar presentes na necessária reconstrução teórica, analítica e política das questões territoriais, desta-cando ao final a importância da discussão das escalas espaciais nesse contexto.

Apenas para efeito de exposição e de demonstrar sucintamente a trajetória da argumentação que será seguida aqui, lembro que minha

agenda pessoal permanente de pesquisas está estruturada em seis pontos, que não serão todos comentados aqui: 1) a natureza do processo de desenvol-vimento; 2) os desafios de sua apreensão teórica: entender que existe a impossibilidade de uma teoria geral e abstrata ("pronta e acabada") do processo de desenvolvimento capitalista ou do processo de produção social do território, embora importantes elaborações teóricas sejam necessárias; 3) a necessidade de pensar e apreender, simultaneamente, capitalismo(s) no plural e no singular, não existindo um modelo canônico de capitalismo, mas uma pluralidade de vias e trajetórias históricas e arranjos institucionais possíveis – neste contexto, é preciso enfrentar o desafio de entendimento das especificidades do processo de subdesenvolvimento nos países periféricos; 4) a importância de entender o funcionamento da "máquina capitalista" pela ótica da economia política, inspirado por Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter; 5) o desafio de pensar o Tempo-Espaço do processo de desenvolvimento, a divisão social do trabalho e assim tratar das questões do *território*, com destaque para os resultados das pesquisas de alguns geógrafos críticos; 6) investigar o papel das escalas espaciais (locais, regionais, nacionais, mundiais etc.) nesse processo. E, ainda, buscar uma teorização sobre *decisões*, pensando a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais).

As contribuições de certa economia política

A natureza do processo de desenvolvimento

Entendo que à conceituação de desenvolvimento não se pode imputar as mazelas que em seu nome foram criadas. Por exemplo, ao bom conceito de desenvolvimento não se associa qualquer idéia de progresso ou de economicismo. Estruturar adequadamente a problemática do complexo processo de desenvolvimento não é tarefa fácil. Assim como depurar

e hierarquizar determinações teóricas e históricas adequadas para a apreensão desse processo pluridimensional e dinâmico.

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, e portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. Seu estudo, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estruturas, procurando revelar os interesses concretos em jogo.

É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território.

A discussão do processo de desenvolvimento deve começar por procurar entender e formular corretamente a questão da destinação do excedente. Por que motivo algumas sociedades esterilizam seu excedente, outras o têm drenado, enquanto outras experiências ainda, em outros pontos do espaço, logram alta retenção do excedente? Que formas são erigidas, através das quais determinada sociedade extrapola as necessidades momentâneas, dando uso não conjuntural aos seus feitos coletivos, gerando propósitos não-instantâneos e diretos, podendo eleger opções?

Da discussão da retenção/utilização ou esterilização do excedente brotam as indagações sobre o poder de comando, abrindo espaço ao cálculo

intertemporal, a "atos planejadores" de preocupação com um horizonte temporal para além do momentâneo, gerando trajetórias, possíveis vias de desenvolvimento, estruturando *opções* e *alternativas* (respostas diversas e concretas a problemas concretos). Portanto, deriva daí uma perspectiva segundo a qual desenvolvimento envolve *tempo* e *espaço* nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interespacialmente, intersetorialmente etc.) recursos produtivos e econômicos, e excedente social.

A agenda de questões faz-se complexa: seriam necessários fatores exógenos de partida para gerar forças de endogenização? Qual a importância do cálculo, da decisão e do comando societal sobre certo excedente disponível? Que mediações construir sobre as decisões estratégicas e o comportamento e a mentalidade classial, isto é, como se estruturam os poderes e as hierarquias que determinam as decisões cruciais sobre como manter ou redistribuir os frutos do trabalho social? Impõe-se a discussão da necessidade de análise da natureza da esfera privada; de sua racionalidade/mentalidade; do real dimensionamento dos poderes (público e privado). O aprendizado de se discutir desenvolvimento requer a pergunta "com que sujeitos sociopolíticos históricos contar?"

Em suma, várias questões metodológicas se colocam: como "situar o lugar específico de cada determinação?" Antes de tudo, é patente a necessidade de se aprender a lidar com *processos*, *dinâmicas*, *estruturas*, *sujeitos* e *relações*.

O processo histórico de desenvolvimento

As tentativas de formulações abstratas acerca dos fenômenos atinentes ao processo de desenvolvimento são todas frustradas. É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, apropriando-se da sua concreticidade, em determinado espaço-tempo. Não tem sentido o estabelecimento de leis de validade universal no que diz respeito a um processo multidimensional e de transformações estruturais qualitativas que é o desenvolvimento. As leis de movimento e reprodução só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta.

No entanto, é fundamental a clara distinção entre historicidade (deste objeto real concreto) e historicismo (absolutização do caso), reter as determinações gerais e procurar recorrentemente decifrar as situações concretas. A complexidade e a natureza pluridimensional da realidade não cabem em modelos analíticos generalizantes e com alto grau de abstração. Tais abordagens excluem a História e acabam procurando submeter as várias dimensões da realidade concreta ao isolamento do econômico, do ecológico, do social etc. Ao recortar, separar e compartimentar os aspectos e as dimensões do real-concreto, criam-se os adjetivos e as especializações do "desenvolvimento econômico", do "desenvolvimento sustentável", do "desenvolvimento social" etc.

Entendo que uma adequada conceituação de desenvolvimento (sem adjetivos) pode lograr combater o positivismo do predeterminado, presente na interpretação conservadora deste processo. É preciso combater essa visão que assevera, com otimismo, um caminho natural, linear e mecânico de espraiamento e difusão de modernização capitalista. Toda construção conservadora deixa de lado o caráter contingente da trajetória e as múltiplas vias alternativas que possam ser construídas por sujeitos concretos no curso da história.

A elaboração conservadora procura apenas medir, com a criação de indicadores, até que ponto a região ou o país A se encontra *defasada*, *porém "rumo ao"* desenvolvimento da região ou país B. Segundo essa visão, há seqüências regulares e predeterminadas, passos necessários, cujo seguimento linear, no tempo e no espaço, de eventos e fenômenos consecutivos claramente caracterizados está ordenado. Isto é, há uma sucessão mais ou menos natural e esses fenômenos ocorrem sem qualquer tipo de superposição. Nessa elaboração abstrata há automatismo e previsibilidade da trajetória unidirecional possível na direção de um ideal positivista de *progresso*.

Apenas se analisam a progressão gradual e o desenrolar de continuidades, repetindo ciclos percorridos pelos espaços avançados. No limite, há como que uma predestinação ao crescimento ilimitado por todas as entidades. *Não há hierarquias* nas relações internacionais ou inter-regionais. Não importa ver a *posição específica que ocupam* os espaços

periféricos *no conjunto do sistema*. Portanto, não há espaço analítico para se pensar a posição periférica e complementar. Não há hegemonias.

Nesta interpretação, por exemplo, o subdesenvolvimento seria uma etapa ou fase. Para se alcançar uma *situação* ou *estágio* superior de desenvolvimento (superação de uma fase de subdesenvolvimento, por exemplo) seria bastante responder a algumas condicionalidades, cumprindo requisitos, superando bloqueios, gargalos e entraves, o que romperia a etapa de atraso, deflagrando um processo de expansão econômica contínua. Assim, a visão da seqüência etapista e faseológica tem sua contraface que é a interpretação de que há obstáculos a superar; se as coisas não estão acontencendo como premeditado é porque há falhas e fricções. O ausentismo dos passos corretos da trajetória normal, no estágio correto. Daí a elaboração de uma listagem, um *check-list* do que falta, a mancolista, culpando os elementos (ainda ausentes) que impossibilitaram o seguir em frente natural, pré-estabelecido. Estes se apresentam enquanto gargalos,[1] impedimentos, perturbações, fricções, constrangimentos, anomalias, falhas, imperfeições, empecilhos ou quaisquer distorções da realidade. Como se este se constituísse na situação de subdesenvolvimento uma mera defasagem temporal, e não uma estrutura original e singular. Entendo que este é um ponto de partida destrutivo da apreensão da realidade capitalista periférica.

Em suma, os autores apegados ao etapismo de um desenrolar inevitável deformaram totalmente as análises sobre os processos concretos de reprodução da vida social das várias experiências de desenvolvimento do capitalismo nos seus respectivos espaços nacionais e seus particulares engates em cada Tempo-Espaço.

Para enfrentar essas abordagens é preciso construir as mediações (teóricas e históricas) devidas para se pensar e comparar os variados capitalismos, indagando sobre como forjaram e evoluem suas vias, padrões e estilos de desenvolvimento; aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das recorrências, persistências, rupturas e transformações ao longo de um processo histórico sem linearidades; realizar um permanente exercício

[1] Entendo que, em termos gerais, a visão recentemente hegemônica sobre "planos estratégicos" (e parte da literatura sobre cenários prospectivos) retorna a essa visão conservadora.

complexo, marcado por acertos e erros em se aquilatar corretamente as mais adequadas mediações históricas e teóricas e aprender a hierarquizar as múltiplas determinações da realidade concreta.

Não existe algo como uma trajetória de *convergência* rumo a um tipo ideal e superior de capitalismo. Existe *divergência* e pluralidade de trajetórias. Há cultura, instituições, geografia, estruturas de poder e *decisões* de facções de classes sociais que contam. Há História.

Capitalismo(s): singular e plural

Torna-se necessário, em um processo de aproximações sucessivas, simultaneamente reter as determinações gerais e decifrar as "situações reais". Alimentar recorrentemente mediações, hierarquizando determinações e procurando balancear devidamente fatores determinantes e condicionantes *no curso do movimento histórico concreto*. Entender que cada e todo capitalismo apresenta feições particulares e explicita determinações gerais, simultaneamente.

Recentemente, vem-se desenvolvendo um debate em torno de uma literatura heterodoxa criticando a visão do *mainstream* dos economistas, que pregam um sentido de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo, com "monocultura institucional".

Há a contraposição de duas visões em embate. Aquela defensora de uma tendência inexorável de convergência para algum "modelo ótimo" de capitalismo, enquanto a outra demonstra a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica.

Contra a imposição uniformizadora e homogeneizadora, opõe-se a interpretação de

> emergent "supermodular" (or more-than-the-sum-of-the-parts) qualities of institutional systems; and the tendency for non-convergent, path dependent evolution in national regimes, even in response to "common" threats and pressures (PECK, 2007:772).

Contra a visão de uma impositiva "retórica da hiperglobalização" e o conseqüente abraço de teses convergentes, contrapõe-se uma

> theorically informed concrete research on distinctive, "local" forms of contemporary capitalism and economic restructuring; a recognition of the *institutionally mediated, socially embedded nature of economic structures and relations*; and pluralistic intellectual culture, marked by various degrees of divergence from, or dissonance with, neoclassical economics (PECK, 2007:773).

Ao contrário da visão conservadora que propugna um rumo pré-estabelecido a uma composição uniforme de capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. Em suma,

> a verdade é que a evolução das economias não é comandada universalmente pelos mesmos mecanismos, nem estes são os que prevalecem para as empresas e os produtos. Há uma forte mediação institucional que é diferenciadora. Não há "one best way". Esta propensão para a variedade pode ser interpretada a partir da idéia de que o conjunto das economias que comandam a economia mundial é composto por vários sistemas sociais de produção – os ambientes sociais e políticos em que a produção, as empresas e as tecnologias estão "incrustadas" (REIS, 2007:98).

Demonstra-se assim que o sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de "estilos de desenvolvimentos" distintos. Há competição permanente de *estados-territoriais* e *experiências diferenciadas de desenvolvimento*, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo diverso de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico etc. Anibal Pinto, o grande economista latino-americano formulador da interpretação dos estilos de desenvolvimento, afirmava que, infelizmente, no debate internacional "prevalece o critério de que são as comunidades adiantadas e dominantes as que estabeleciam as pautas para a evolução e o progresso de todas as nações" (1982:30).

O funcionamento do(s) capitalismo(s) sob inspiração de Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter

Brevemente, gostaria apenas de destacar alguns pontos relativos à necessária leitura dos quatro autores que mais compreenderam as "características imanentes" do sistema capitalista, do meu ponto de vista. Esses grandes intérpretes do capitalismo têm aproximações teóricas inovadoras e complementares, que requerem integração, do mesmo objeto. Têm sub-projetos específicos de pesquisa, no grande objeto que é entender como o capitalismo funciona.

Grosso modo, eu diria, reduzindo em demasia suas contribuições, que:

1) Karl Marx é o grande autor das principais questões "mais estruturais" e do macroam-biente em que os mecanismos do modo capitalista de (re) produção se processam. Destaco aqui as questões atinentes ao movimento ("cego") do "capital em geral" em busca do mais-valor e a coerção do processo concorrencial, de enfrentamento da "pluralidade dos capitais" e suas diversas frações (capital mercantil, bancário, industrial etc.);

2) John Maynard Keynes é o cientista que mais entendeu que o capitalismo é uma "economia monetária da produção", marcado pela incerteza radical e pela instabilidade sistêmica inerente. Elucidou como o Estado é constitutivo deste sistema e a lógica financeira lhe é intrínseca (não separando o "produtivo" do "financeiro", como muitos autores fazem de maneira equivocada). Ele demonstrou brilhantemente as formas através das quais, neste regime privado de economia empresarial, especulativo por natureza, o rentismo e a dominância financeira podem prevalecer;

3) Michael Kalecki (contemporâneo de Keynes, desenvolveu um sistema teórico semelhante – em alguns aspec/tos superior – mas não teve seu pensamento disseminado[2]), desvendou, em suas análises, a natureza cíclica do sistema. Investigou como a intersetorialidade do sistema capitalista funciona, segundo a lógica dos departamentos de produção de bens salários, bens de produção e bens duráveis de consumo (numa abordagem semelhante e mais avançada dos esquemas marxistas

[2] É lamentável para a construção da economia política crítica que esta não possa contar com uma escola "neo ou pós kaleckiana", semelhante às grandes contribuições dos neo-marxistas da Escola da Regulação, dos neo-schumpeterianos e dos pós-keynesianos.

de reprodução). Aquilatou o poder de decisão da Grande Empresa oligopólica e seu papel na distribuição funcional da renda etc., elementos fundamentais para uma teoria das decisões cruciais de aplicação de capital e da diferenciação de classes e suas hierarquias;

4) Joseph Alois Schumpeter é o grande autor que melhor caracterizou a natureza progressiva/revolucionária do sistema (desdobrando assumidamente a visão explicitamente elogiosa do caráter constantemente disruptivo e "civilizatório" do capitalista, feito por Marx e Engels no "Manifesto comunista", em que eles interpretaram que neste sistema, permanentemente, "tudo que é sólido se desmancha no ar"). Schumpeter ainda distinguiu argutamente o momento disruptivo-revolucionário da coerção imposta pelo processo permanente da concorrência (o da destruição criadora) daquele momento de manutenção das posições de mercado alcançadas (o das práticas e gestões dos grandes monopolistas).

Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter chamam a atenção para a necessidade de aprender a distinguir e estar treinado para lidar e operar com distintos níveis de abstração, estabelecendo a hierarquia de determinações fundamentais para se inquirir sobre a estrutura e a dinâmica do capitalismo. Estes quatro autores formulam assim uma agenda consistente e sempre atual que deve interpelar recorrentemente a realidade histórica, a fim de elucidar as questões permanentes do sistema capitalista: sua lógica intrínseca; a reprodução social, que se processa pela luta permanente das facções de classes sociais e seus interesses distintos; a função central do processo de concorrência; a intersetorialidade permanente de seu aparelho produtivo; a natureza constitutiva do Estado e das contendas inter-estatais no plano mundial; a dominância congênita das órbitas monetárias e financeiras; o papel estratégico da Grande Empresa e a função da propriedade fundiária e imobiliária.

Não é aqui o espaço para se detalhar esses oito pontos, embora os considere como decisivos (são as mediações teóricas e históricas principais a serem construídas) para o entendimento de quaisquer das questões estruturais de nossa realidade, incluindo as articulações entre desenvolvimento e território.

Sobre a lógica sistêmica do capitalismo, é preciso entender a natureza intrínseca e o movimento concreto do capital, enquanto relação social, e seu triplo e simultâneo caráter:

> 1) Antagônico: o capital se funda na apropriação de tempo de trabalho, se contrapõe de modo hostil ao trabalhador e o reproduz reiteradamente como trabalhador assalariado; 2) Progressivo: seu objetivo, a valorização máxima, implica no desenvolvimento máximo das forças produtivas e, portanto, na acumulação máxima: a produção pela produção, e a contínua elevação da produtividade social do trabalho são condição e resultado constantes que a concorrência impõe aos capitalistas. Este processo traz em si mesmo a sistemática adequação da estrutura técnica – através de revoluções sucessivas – às necessidades do capital, redunda no aprofundamento [e sofisticação reiterada] da divisão social do trabalho, na crescente diferenciação da estrutura produtiva, na ampliação dos mercados, no crescimento das escalas de produção (concentração do capital) e na concentração e internacionalização do capital; 3) Contraditório, porque o movimento expansivo tropeça com barreiras internas ao próprio capital. Este, em sua progressividade, torna cada vez mais redundante o trabalho vivo e ultrapassa, de modo recorrente, suas possibilidades de realização como valor-capital. Isso significa que a aceleração da acumulação leva à crise, e esta, uma vez deflagrada, recria as condições para a retomada da acumulação, com o que a dinâmica do capital se explicita na seqüência expansão-barreira-expansão... (BRAGA e MAZZUCCHELLI, 1981:57).

Acredito que grande parte dos erros teóricos e analíticos dos autores mais ortodoxos do marxismo jaz nesse ponto. Incorreram no exagero de olhar apenas e isoladamente um desses três aspectos e dimensões, negligenciando os outros, não os tomando na sua devida simultaneidade, contradição e articulação dialéticas.

Sobre o complexo tema da reprodução social, não considero anacrônico apontar a constante pugna das facções de classes sociais e a consolidação de hegemonias e lutas contra-hegemônicas. Não dá para discutir capitalismo sem analisar as múltiplas frações de capital (mercantil, agrário, industrial, bancário etc.). É impossível não levar em conta que vivemos em um contexto histórico comandado macro e microeconomicamente pela hegemonia política de formas mercantis-

patrimonialistas e financeirizadas-rentistas. Torna-se necessário assumir os conflitos inerentes e a contenda perene de interesses múltiplos e seus variados *loci* de possibilidade de concerto, ou não, entre os projetos em disputa e as coalizões e arcos de alianças que vão se armando em cada conjuntura histórica e territorial.

Considero que o intricado processo de concorrência, competição e rivalidades interca-pitalistas deve estar no centro do entendimento do funcionamento do sistema capitalista. Sugiro a leitura das três melhores sínteses marxistas realizadas por Rosdolsky (1978), Rubin (1980) e Harvey (1982), para tentar averiguar o momento claro de hipercoerção concorrencial que o mundo vive hoje, e que submete ao constante enfrentamento os diversos capitais, que são pressionados à utilização de todas as armas competitivas, muitas vezes as não muito lícitas ou as consideradas ultrapassadas (que poderiam ser vistas como acumulação primitiva).

Outro ponto importante é entender que o sistema tem uma inter-setorialidade marcante. Apresenta ramificações, que, no entanto, encontram-se em permanentes interações dinâmicas. Neste contexto, os conceitos de aparelho produtivo e sistema social da produção são importantes para entender as coerências e complementaridades produtivas que permitem fugir das visões setorializadas de que o mundo caminha para etapas *pós* ou *neo*. Por exemplo, "serviços" não devem ser tratados como setor, mas como cola e elo constitutivo do "sistema de forças produtivas", *locus* específico de reprodução do capital social em seus diversos ciclos, tomado em seu conjunto.

Concluindo aquela lista de oito pontos da agenda de investigação apontada acima, seria bom lembrar que as contribuições da economia política são fundamentais para demonstrar que a escala nacional continua decisiva e que as disputas por hegemonia inter-estatais e inter-territoriais e as hierarquias de Estado, moedas e armas ainda moldam o mundo (FIORI, 2007); que este é dominado pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais enormes; e que as propriedades fundiária e imobiliária, cada vez mais financeirizada, continuam a ter papel central no funcionamento do sistema capitalista.

As leituras do movimento da acumulação de capital como uma revolução em processo, que revolucionariza endógena e constantemente suas bases, apresentando-se como um ser cego, auto-expansivo, que homogeneiza e hierarquiza relações e heterogeneiza estruturas e mercadeja tudo, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc.) para crescentemente se auto-transformar e ser mais sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possam trazer vantagens distintivas extraordinárias são, segundo minha visão, fundamentais para se fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de sujeitos apartados de estruturas – desafio permanente das ciências sociais.

As contribuições de certa geografia crítica

Existe hoje vasta e detalhada literatura sobre as mudanças de grande alcance ocorridas no sistema capitalista no período mais recente, sobretudo nas três últimas décadas e suas decorrentes transformações territoriais. O aperfeiçoamento metodológi co no tratamento do desenvolvimento geográfico desigual e das diversas "questões territoriais" se aprofundou, segundo o prisma dos variados olhares disciplinares que tomam o espaço como objeto. O patrimônio de conhecimento das temáticas do território é grande e sua difusão crescente. O projeto interdisciplinar é seu grande desafio e encontra limites. De um lado, a fidelidade e as inércias disciplinares criam resistências e obstaculizam as tentativas de fortalecimento de maior interdisciplinaridade. De outro, como estamos procurando defender neste ensaio, muitas vezes não se respeitam ou se tomam na devida conta as contribuições das respectivas disciplinas. Considero que muitos desenvolvimentos analíticos da economia política e da geografia crítica precisam estar presentes na construção deste projeto desafiador.

Tomemos a geografia crítica. Nos últimos dez anos se estabeleceu um debate profícuo neste âmbito, com a grande contribuição de autores como David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith, Erik Swyngedouw, Alain Lipietz, Georges Benko, Allen J. Scott, Ash Amin, Bob Jessop,

Frank Moulaert, Michael Storper, Neil Brenner, Nigel Thrift, Pierre Veltz, dentre muitos outros que elaboraram e polemizaram acerca do papel complexo da dimensão espacial do capitalismo contemporâneo.

Tais debates, instigantes, polêmicos e constantes, foram travados sobretudo nas revistas *Progress in Human Geography*, *Transactions of the Institute of British Geographers* e em outros periódicos internacionais na área da Geografia e do Planejamento Regional e Urbano (*Antipode*, *Economic geography*, *Environment and planning*, *European urban and regional studies*, *Geoforum*, *International journal of urban and regional research*, *Regional studies*, *Urban studies* etc.). Grande parte desses artigos tem uma ordem de exposição que, *grosso modo*, seguiremos aqui, discutindo as consequências: da globalização, da onda neoliberal e os desafios da elaboração teórica e política sobre território e escalas espaciais.

Uma conjugação de determinantes, tanto de natureza conjuntural quanto estrutural, confluiu para que se processassem alterações profundas na ordem mundial. Não caberia aqui discutir as diversas dimensões desse processo: regime mundial de valorização financeirizado, reorientação produtiva e organizacional, revolucionarização tecnológica, redefinição do papel do Estado, precarização das relações de trabalho, relocalização econômica, marginalização social, regional etc. (HARVEY, 2000; BENKO, LIPIETZ, 2000; SWYNGEDOUW, 2004 e 2007; AMIN, 2002 e 2004; PECK, THEODORE, 2007 dentre outros).

Torna-se necessário apenas lembrar que algumas determinações internacionais impuseram, a partir de meados dos anos 1970, a retomada do autocentrismo imperial e da hegemonia americana, o reforço do monopólio do poder de pagar, de matar e de falar/calar, e, de forma geral, pesado ônus sobre a economia e sociedade mundiais, quebrando a trajetória anterior de crescimento e impingindo profundas transformações sociais, econômicas e políticas ao mundo (FIORI, 2007; PECK, 2008).

Não obstante, entre as transformações sistêmicas no capitalismo e suas repercussões no território, não há determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações teóricas e históricas delicadas entre essas duas dinâmicas. Neste sentido, o desafio é empreender

a interpretação sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo, procurando elucidar os processos através dos quais os sujeitos sociais em luta produzem socialmente o espaço e o ambiente construído (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 1982).

A divisão social do trabalho (MASSEY, 1984) deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior.

As mudanças que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista e na dinâmica societária em escala mundial apresentam uma série de desafios para a análise da expressão espacial das densas e rápidas alterações socioeconômicas e políticas em curso. Impõem-se o tratamento analítico rigoroso das relações dialéticas entre as complexas relações entre fluidez/mobilidade do capital e sua crescente faculdade de captar e reagir às diferenciações territoriais.

Território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências e contra-arresto de tendências, um jogo de negações e reafirmações que envolve a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais.

Há um potente e perene tensionamento de forças, lógicas, mecanismos entre a volatilidade, hipermobilidade e fluidez; entre a flexibilidade dos

movimentos do capital *vis-à-vis* a sua ancoragem em dado sítio (apegando-se, conjunturalmente, a um ambiente previamente construí-do); entre os processos de mobilidades e de re-territorializações.

Analisando a lógica da acumulação, podemos entender como o capital, por sua natureza tríplice de ente antagônico/progressivo/contraditório, movimenta-se geograficamente, de modo simultâneo: 1) enquanto ser cego, auto-referido, em busca de autovalorização, baseado em uma miríade de decisões autônomas e anárquicas, orientado pela máxima multiplicação de valor e retorno de suas aplicações e 2) enquanto ser perceptivo com aguda e refinada hipersensibilidade discriminadora, contagiado por dispositivos distinguidores de diferenciações espaciais de natureza material, simbólica, institucional, cultural etc. Ou seja, ao mesmo tempo é um indistinguidor /imediato/abstrato e um distinguidor/mediato/concreto.

O capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território. Procura consolidar a atopia/distopia, a acronia e a espacialidade. Contudo, tal desígnio não se dá sem tensões, ações recalcitrantes e contra-movimentos que procuram erguer projetos utópicos, reforçar historicidades e lutar pela construção coletiva de direitos aos territórios.

Os territórios tornam-se também espaço da indeterminação, da contingência (REIS, 2005) e *locus* de lutas políticas e de estratégias de *re-scaling* (SMITH, 1984; SWYNGEDOUW, 1997) de sujeitos políticos insurgentes. Vários autores ressaltam as formas através das quais as lutas sociais renovadas ganharam o território, avançando no sentido de se contraporem "ao espaço alheado, racionalizado e abstraído, opondo representações espaciais que favoreçam a disputa de significados e sentidos da experiência social" (RIBEIRO, 2002:49). Engendram-se "espaços da esperança" (HARVEY, 2000). É patente o crescimento dos contramovimentos de resistência, protestos, combates emancipatórios etc. (SANTOS, 2002) e da busca do "espaço-para-si" (LIPIETZ, 1993).

Como contradição em processo e em movimento, o capital é, em sua essência, descomprometido com circunscrições (espaciais, por exemplo) específicas, sendo orientado apenas pela valorização máxima.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo, é apegado a singulares meios contextuais, sendo assim circunstanciado. As relações capitalistas organizam a valorização à escala mundial e simultaneamente se estabelecem e posicionam em um dado lugar. O capital desconstrói barreiras e constrangimentos e erige outras, continuamente (SWYNGEDOUW, 2004).

A natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias). "O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência" (SMITH, 1988:19).

Neste contexto, a literatura recente sobre escalas espaciais desenvolvida pelos geógrafos críticos, que procurarei sistematizar em seguida, é fundamental para decifrar o papel das hierarquias (e das coerências construídas espacialmente) que estruturam os processos sociais em seus vários níveis, instâncias e territórios. Assim, é equivocada a crítica de Marston *et al.* (2005), que propõe (em sua *flat ontology*) o fim do debate que privilegia as escalas, por essas estarem baseadas em relações hierarquizadas, unidirecionais e verticais, negligenciando as articulações horizontais. Entendo que a pesquisa sobre a dimensão territorial do desenvolvimento não pode negligenciar as questões centrais do poder, das hierarquias e das hegemonias. Considero que foi justamente o que aconteceu no debate, com a afirmação dos consensos "teóricos" e analíticos divulgados pela onda neoliberal que varreu o mundo nas últimas décadas.

Diversas circunstâncias políticas consolidaram as opções neoliberais (HARVEY, 2005; SMITH, 2005; PECK, 2008), que acabaram por reforçar os discursos de urgência e profundidade da crise e o imperativo da descentralização, da governança territorial, a interpretação localista da realidade, "sugerindo", através das agências multilaterais, modelos de comportamento e "recomendações" de estratégias e ações "públicas" para o desenvolvimento.

Infelizmente, em parte considerável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e

em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação, o território parece ter poder de decisão e é transformado em sujeito coletivo. Por exemplo, por vezes a capacidade endógena da localidade comunitária é colocada em primeiro plano, destacando seu alto poder de comando.

Em contraposição a essa interpretação hoje hegemônica, a concepção teórica e metodológica a ser aqui adotada é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído. No território debatem-se, podendo ser compatibilizados ou não, projetos e trajetórias em reiteradas contendas.

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), e portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Em suma, entendo que o debate sobre a dimensão territorial do desenvolvimento capitalista deve ser posicionado neste movimento (dentre outros) de contradições enunciado acima. Grande parte dessas mediações devem ser tecidas tomando-se o objeto *escala espacial* como construção social e prisma analítico.

O poder analítico e político das escalas

No campo crítico das ciências sociais um conjunto enorme de trabalhos de pesquisa colocou a questão da escala no centro das reflexões sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista (SMITH, 1984; SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 1991 e 2000; MARSTON, 2000

e 2005 dentre outros). O foco desse debate é a investigação da natureza das escalas espaciais no capitalismo.

Em uma polêmica acalorada, lançou-se mão das mais diversas concepções teóricas, recursos metodológicos e instrumentos analíticos, demonstrando o caráter controverso, mas, antes de tudo, as enormes dificuldades da correta apreensão deste processo. Por exemplo, cabe destacar as várias e inusitadas metáforas que foram propostas neste debate, tentando caracterizar as escalas (como relacional, à semelhança das notas musicais; multicamadas articuladas, como nas bonecas russas; variados níveis, como nas escadas; construção constante e modulável, como nos andaimes; etc.).

Talvez a única unanimidade no campo crítico do embate teórico seja a tomada da escala enquanto uma construção social conflitiva. Sallie Marston esclarece que:

> in these recent social theoretical studies, the fundamental point being made is that scale is not necessarily a preordained hierarchical framework for ordering the world – local, regional, national and global. It is instead a contingent outcome of the tensions that exist between structural forces and the practices of human agents. (MARSTON, 2000:220)

A abordagem escalar provê robustos elementos para se analisar a ação de sujeitos sociopolíticos, porém não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos histórica e geograficamente determinados e mediados. É preciso avançar na análise das interações de decisão que traduzem (com complexas mediações), mas também metamorfoseiam/renovam as estruturas.

Swyngedouw (2007:11), ao defender uma interpretação relacional e territorial de escala, nos diz:

> I start from the view that scale is not ontologically given, but socio-environmentally mobilized through socio-spatial power struggles. In other words, socio-spatial relations have a 'scalar' constitution as relational *networks* are forged that produce spatial geometries that are more or less long, more or less extensive. Yet, at the same time, these relational scalar networks articulate with produced *territorial* or geographical configurations that also exhibit scalar dimensions.

De acordo com o autor, uma concepção de escala que pode ter conseqüências tanto retóricas quanto materiais é geralmente contraditória, contestada, e nem sempre duradoura, já que é fruto de processos que moldam a prática social concreta.

Parece ser conveniente, a fim de melhor resenhar as principais nuances deste debate, estabelecer, apenas previamente, uma distinção, antes de tudo analítica (proposta em MOORE, 2008), entre: escala, como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico; e escala, como categoria da prática, campo e instrumento das lutas sociais. Tal divisão binária, embora marcada por grande arbitrariedade, posto que o desafio da maioria dos autores é justamente tratar da simultaneidade e articulação complexa entre as duas, pode, não obstante, auxiliar-nos em uma primeira aproximação dos termos deste debate.

Como "categoria e unidade de análise", muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determi-nadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional e processual, passando a ser interpretada como *locus* e veículo *in situ* através dos quais as relações socio-espaciais se estruturam e operam.

Como "categoria da prática", a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a "política de escala" se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma.

A escala demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras escalas, ou da mesma.

Construído coletiva e politicamente, esse *locus* de embates e enfrentamentos não pode ser definido em si, mas apenas em relação com o

outro. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. Esses movimentos se expressam recorrentemente enquanto relações e mecanismos de *empowering-disempowering* (assim como em *upscaling-downscaling processes*) que são utilizados pelos contendores (SWYNGEDOUW, 2004).

Há processos de reescalonamento, por exemplo do Estado, do capital e do trabalho, jogos de *jumping scale*, em constante pugna de escalas. Neste sentido, Neil Smith (2002) afirmou que "a escala de luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda." Em suma, a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjunturalmente em cada momento e circunstância histórica e geográfica.

No jogo político, os movimentos insurgentes e de resistência podem lograr habilitação, ao erigirem suas próprias interpretações escalares, superando constrangimentos e acionando e mobilizando seus próprios recursos discursivos ou institucionais contestatórios. Essas tensões na correlação de forças sociais e escalares podem criar coalizões (inclusive em outras escalas) e constituírem bloco histórico com alguma organicidade (ou tratar-se-ia mesmo de um bloco "geográfico"?). Táticas e estratégias espaciais "têm tentado manipular a escala de modo a fortalecer suas posições de barganha" (MOORE, 2008).

Segundo Neil Smith (2002:141), "com um conceito de escala como produzida, é possível evitar por uma parte o relativismo que trata a diferenciação espacial como um mosaico, e por outra evitar a reificação e a acrítica divisão de escalas que reitera um fetichismo do espaço."

Em suma, a escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território, e ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política – escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados faculta melhor diagnosticá-los e possibilita

sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio, simultaneamente científico e político, é, portanto, procurar definir *o que e com que meios* cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar.

A interpretação privilegiada de determinado plano escalar pode revelar a natureza dos processos socioespaciais de forma mais adequada. Um nível escalar possibilita apreender dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados. Como nível de observação, a abordagem escalar é decisiva para distinguir alguns fenômenos presentes no território, apreendendo algumas referências e nexos que este corte analítico possibilita, podendo ser dessa forma lidos pelos sujeitos sociopolíticos. A escala deve ser vista como uma delimitação de natureza sociopolítica que permite ações contestatórias. Assim, é imprescindível construir estratégias dinâmicas e multiescalares, e encontrar a escala adequada, que defina determinado campo em que análises possam ser realizadas, onde alianças possam ser construídas, e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas. É preciso, ainda, buscar a escala de observação adequada para que se leve devidamente em conta os fenômenos sobre os quais se deseja intervir, além de encontrar a escala de referência para a análise, a decisão e a ação (SHEPPARD, MCMASTER, 2004). Nesse sentido, a discussão das escalas espaciais em que estes processos se concretizam é decisivo para os objetivos da reflexão crítica aqui defendida.

A discussão da escala espacial de tais processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações "territorializadas" dos fenômenos sociais. Importa demonstrar como o prisma analítico de corte escalar é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização correta de determinações estruturais e conjunturais do ambiente construído.

Castro (1995:120) propõe "discutir a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os *fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado*." Sendo um nível de abstração para a representação do real,

> cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno [...], constituindo um modo de aproximação do real [...] sendo, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. [...] todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo (CASTRO, 1995:120).

A escala vai definindo diferentes níveis de análise, segundo Egler (1991), mas sobretudo estabelece as articulações entre eles, "visualizando as intersecções dos conjuntos espaciais, não incorrendo no erro de reificar estes conjuntos de análise, transformando-as em 'entidades reais', passíveis de classificação sistemática." Tais conjuntos são "objetos do conhecimento", abstrações.

> Cada uma destas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na "realidade" [...] Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração (EGLER, 1991:232).

Mas as escalas também

> devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa. Nem as estruturas e lógicas econômicas nem as heranças históricas em si determinam e instauram escalas [...] diferentes agentes propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem (VAINER, 2006:17).

As análises mais avançadas na área vêm trabalhando na perspectiva das variadas escalas espaciais em processo (HEROD, WRIGHT, 2002). Definir adequadamente as escalas espaciais em que se processam territorialmente as determinações da divisão social do trabalho é dar cognoscibilidade aos fenômenos sociais. Delimitar esse campo de averiguação das determinações dos "fatos territoriais" pode ser mais adequadamente determinado pelo plano escalar que se elabore para a realização das aproximações progressivas da realidade. Conforme dito, o prisma escalar de observação do real-concreto pode iluminar e atribuir

valor a aspectos e fenômenos da realidade que de outra forma não seriam visualizados e apreendidos.

Acredito que um grande esforço de reflexão deveria ser encaminhado no sentido de tratar e articular as literaturas de economia política e de geografia econômica crítica na perspectiva escalar, e buscar a natureza e o sentido das escalas no sistema capitalista de produção e repro-dução, que opera complexamente em múltiplas escalas espaciais. O ambiente acadêmico atual, nacional e internacional, é propício, pois a intensificação do debate sobre desenvolvimento e território recolocou imensos desafios analíticos, teóricos e políticos para o entendimento dos fenômenos e das estratégias de ação públicas e privadas. A questão da escala espacial de análise e intervenção ganha extraordinário destaque nesse contexto.

Muito além das poucas escalas tomadas no início do debate – quando Peter Taylor (1982), em artigo seminal, lançou sua proposta de análise da "estrutura materialista" de três reinos: a escala urbana (da experiência); a escala do Estado-nação (da ideologia) e a escala da Economia-mundo (da realidade) – o que se tem agora são estudos que afirmam a ampla variedade de escalas possíveis de identificação.

Como exemplo das múltiplas possibilidades de se recortar planos escalares, defendo a importância da escala metropolitana como um nível mesoanalítico decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e âmbito decisivo para se conceber políticas públicas. A escala metropolitana se afigura enquanto um nível *meso* de observação, intercalado entre as perspectivas locais, as microrregionais e as nacionais, ou mundiais (em alguns casos). Sua área de influência e alta capacidade de polarização submetem e enlaçam grande número de determinações que apenas neste plano podem ser analisadas. A escala metropolitana potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre as escalas local, regional, nacional etc. Plano analítico, prenhe de competências político-administrativas justapostas, são marcantes as dificuldades de intervenção em uma porção territorial marcada por diversas jurisdições que sobrepõem variados níveis de governo e instâncias de poder político. Assim, a construção de uma metodologia baseada

no prisma das escalas pode orientar a discussão de que cada problema metropolitano tem determinações e escalas espaciais específicas, o que poderia subsidiar as análises e lograr ações e estratégias de desenvolvimento mais consistentes por parte dos gestores públicos.

Outro importante exemplo é a escala supra-nacional que a Europa está construindo. Este continente é o principal palco de observação do "jogo das escalas" da economia global, avalio, ao reconstruir e respeitar os diversos planos escalares (local, regional, nacional etc.) e, simultaneamente, construir, de forma original, a escala supranacional. Esse experimento é dos mais avançados teórica e politicamente, procurando constituir critérios e mecanismos para operar adequadamente, de modo pluriescalar, suas ações estratégicas. Procurando a construção de renovados patamares de coesão econômica, social e territorial, segundo os requisitos de complementaridades, coerência, conformidade, intervenção subsidiária e proporcional, empreende a gestão compartilhada nas intervenções específicas realizadas nas várias escalas. A Europa, respeitando a escala local, ao mesmo tempo tem superado as visões monoescalares e excessivamente localistas e avançado na valorização de todas as escalas, além de construir a escala supranacional. Assume a construção conflituosa e complexa da escala continental enquanto revalorização das escalas locais e regionais. Um conjunto de políticas realiza o *upscaling* e o *downscaling*, buscando realizar de forma democrática a transferência de atribuições ora para os âmbitos supranacionais, ora para os âmbitos subnacionais, dentro de uma perspectiva de que a construção de espaços públicos para a construção quotidiana de pactações federativas é o principal desafio da política comunitária. Esses são exemplos concretos de que escalas não são entidades fixas, não são meras representações cartográficas ou estáticas relações de proporcionalidade.

Escalas são inerentemente dinâmicas. É necessário partir de uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais em seu movimento de transformação. Harvey (2000:112) nos diz que:

> ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar

> de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala.

Milton Santos (1996) defende a "necessidade de operar distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando" já que o espaço é um híbrido, ou seja, é produzido por uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

O prisma analítico com tal recorte é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização de determinações do ambiente construído. A escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc. Erik Swyngedouw afirma que

> as escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que, em que escala (SWYNGEDOUW, 1997:141).

Os desafios analíticos e de ação política de natureza territorial/escalar são enormes, pois as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente, não obstante, permanece a sensação de que "as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas" (HARVEY, 2000:108).

Considerações finais

É bom lembrar que todas as escalas são historicamente fixadas e politicamente criadas e legitimadas, ao resguardar, amparar e abrigar agentes "territorializados"/localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros definidos neste plano escalar. Seus caracteres distintivos

definem, em determinado recorte espacial, estruturas e ambiências que moldarão e mediarão ações e decisões de sujeitos politicamente constituídos. Fatores atinentes aos arranjos sociais, políticos e culturais imprimirão algum grau de unicidade de propósitos a esse recorte. Alguma comunhão de destino compartilhada em relação ao futuro é necessária ao delineamento e circunscrição de determinada escala.

Considero que o esforço do debate coletivo da temática das articulações entre desenvol-vimento e território deveria aprofundar o balanço de quais são as reais rupturas e persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas etc.) do capitalismo atual e seus impactos espaciais-territoriais mais marcantes, a fim de refinar seu arcabouço teórico-metodológico sobre decisões e poder de comando dos sujeitos inseridos em processos socioespaciais. Existirão alternativas de intervenção contemporâneas que não caiam na reificação do território? Será possível, e viável politicamente, tomar o território como produto de relações sociais a fim de construir políticas públicas e ações emancipatórias e de construção de cidadania? É possível definir planos escalares distintos que orientem reflexões sobre estratégias de desenvolvimento multi-escalares?

Penso que discutir estratégias territorializadas de desenvolvimento passa, do meu ponto de vista, por encontrar a escala adequada para a definição de determinado campo onde os problemas são mais bem visualizados e as decisões sobre como enfrentá-los, e em que escala, nível de governo e instância de poder deverão ser tomadas e quais instrumentos e medidas e ações concretas serão acionadas sob aquele prisma particular de observação. Nesse sentido, consideramos que é imprescindível construir estratégias multiescalares, além de buscar a escala de observação correta para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir.

Cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação de poder pertinentes àquela problemática específica; explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente alternativas políticas; e, ainda, engendrar uma ação coletiva, que seja pedagógica, e densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

Promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. Ativar recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Assumir a conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais, analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarqui-zando mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, inter-estatais, geoeconômicas e geopolíticas). É assim que defendo o aprofun-damento do debate sobre escala que busque dialogar com uma teorização sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise: pensar a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais).

Atualmente, em um ambiente sociopolítico fragmentador, assistimos, muitas vezes, ao predomínio de interpretações uniescalares e monofórmicas (como se existisse uma via única ou um modelo canônico de capitalismo a seguir). Entretanto, a literatura crítica tem avançado na demonstração da variedade de trajetórias alternativas de desenvolvimento possíveis e nas suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação.

Acredito que há um consenso endogenista que dificulta o debate sobre a natureza do processo de desenvolvimento e suas escalas (BRANDÃO, 2007). Neil Smith (2002:141), lucidamente, coloca assim a questão: “a interpretação localista se realiza simplesmente mediante a afirmação do privilégio do ‘local’, ao invés de efetuar sua relacionalidade com outras escalas espaciais.”

A reflexão crítica sobre as escalas espaciais deve estar no centro deste debate. A discussão sobre escalas pode engendrar um importante dissenso na quadra histórica conservadora que vivemos. Pode melhor definir o campo de tomada de decisões e as arenas em que as ações

cidadãs emancipatórias e de enfrentamento do pacto de dominação podem ser promovidos.

Nessa tarefa, é decisivo ter clareza de que:

> os embates políticos e ideológicos mobilizam e acionam, instauram e rompem escalas, num processo em que narrativas escalares estruturam e fundamentam estratégias e táticas, configurando arenas e objetos em disputa. Não apenas as escalas se transfiguram, como seu próprio significado e nomeação indicam redefinições de sujeitos e relações. [...] Localismos, nacionalismos, regionalismos, globalismos, todos esses modelos e projetos devem ser incessantemente interpelados. Afinal de contas, o poder, mais do que nunca, [...] está na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar" (VAINER, 2006:28).

As lutas emancipatórias devem ser multiescalares. A ação pública conseqüente deve ser multiescalar. Deve apor e vencer resistências do atraso estrutural e anticidadão, ativar e mobilizar instrumentos, normas e convenções que se localizam em variados âmbitos, níveis de ação e instâncias. Deve hierarquizar opções, dar organicidade a ações dispersas e orientar decisões ao longo de uma trajetória temporal mais larga.

Por fim, cabe lembrar que qualquer tentativa de elaborar e avançar em uma teorização sobre decisões, de sujeitos políticos, em múltiplas escalas, requer depurar, discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc. e construir as mediações históricas, teóricas (e por que não dizer institucionais, territoriais, políticas etc.) devidas e pertinentes.

O alcance de um adequado "diagnóstico tensionador/transformativo" só será exitoso se empreender incansavelmente investigações e estudos que, em aproximações sucessivas, lograssem, nas mais variadas escalas:

1) Dimensionar o poder privado, seus interesses, suas decisões cruciais, sua capacidade, transformativa ou não, de promover mudanças nas relações gerenciais, tecnoprodutivas, trabalhistas etc.; investigar a teia de relações da intersetorialidade econômica existente em cada espaço ou escala;

2) Dimensionar o poder do poder público, sua capacidade de coordenação estratégica, organicidade de ações, capacidade de sancionar decisões estruturantes através de arranjos insti-tucionais e padrões de financiamentos adequados etc.;

3) Dimensionar a capacidade de as frações de classe compartilharem valores coletivos. Verificar se existe correlação de forças e substância política adequada para um comprometimento legitimado com um projeto de maior competitividade sistêmica, justiça social e ambiental e de avanço das opções estratégicas;

4) Dimensionar a capacidade das facções subalternas empreenderem lutas contra-hegemômicas: reivindicatórias, de resistência, avaliando recorrentemente sua força contestatória, organizativa, insurgente e emancipatória.

Em suma, muito caminho ainda terá que ser percorrido, teórica e politicamente, a fim de se avançar em concepções mais interdisciplinares e politizadas, que articulem desenvolvimento e território.

Referências

AMIN, Ash. Spatialities of globalization. *Environment and Planning* A, 2002, vol. 34, p. 251-71.

AMIN, Ash. Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler* Series B, Human Geography, 2004, vol. 86, n. 1, p. 33-44.

BENKO, Georges et LIPIETZ, Alain (dir.). *La richesse des régions*: la nouvelle géographie socio-économique. Paris: PUF, 2000.

BRAGA, José Carlos S. e MAZZUCCHELLI, Frederico. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. *Revista de Economia Política*, 1981, vol. 1, n. 2, p. 57-65, abr-jun. <http://www.rep.org.br>

BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento*: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflection on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, 2001, vol. 25, n.4, p. 591-614.

BRENNER, Neil. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*. v. 24 ,n.2. 2000.p 361-378.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César C., CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COX, Kevin, MAIR, Andrew. Levels of abstraction in locality studies. *Antipode*, 1987, vol. 21, n. 2, p. 121-132.

COX, Kevin. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or looking for local politics. *Political Geography*, 1998, vol. 17, n.1, p. 1-23.

EGLER, Claudio A. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*, 1991, vol. 53, n.3, p. 229-245..

FIORI, J.L.O Poder Global e a nova geografia das nações. Rio de Janeiro: Boitempo. 2007. p.264.

GONZÁLEZ, Sara C. La geografía escalar del capitalismo actual. Geo Crítica / Scripta Nova. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de mayo de 2005, vol. IX, núm. 189. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm> {ISSN: 1138-9788}. Acesso em 03/12/2007.

HARVEY, David. *Limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HARVEY, David. *Espaços da esperança.* São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism.* Oxford: Oxford University Press, 2005.

HEROD, Andrew, WRIGHT, M (eds.). *Geographies of power*: placing scale. Oxford: Blackwell, 2002.

JONAS, Andrew E.G. The neoliberal city: governance, ideology, and development in american urbanism. *Economic geography*, 2008, vol. 84, n.1, p.121.

JONES, Katherine T. Scale as epistemology. *Political Geography*, 1998, vol. 17, n.1, p. 25-28.

KALECKI, Michael. *Theory of economic dynamics.* London: Allen & Unwin, 1954.

KEYNES, John M. *The general theory of employment, interest and money.* London: Macmillan, 1936.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace.* Paris: Maspero, 1974.

LIPIETZ, A. *Vert espérance.* Paris: La Découverte, 1993

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, 2000, vol. 24, n. 2, p. 219-242.

MARSTON, Sallie A. et al. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2005, New Serie, vol. 30, n.3, p. 416-432.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MASSEY, Doreen. *Spatial divisions of labor*: social structures and the geography of production. New York: Routledge, 1984.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, 2008, vol. 32, n. 2, p. 203-225.

PAASI, Anssi. Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, 2004, vol. 28, n.4, p. 536-546.

PECK, Jamie and THEODORE, Nik. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 2007, vol. 31, n. 6, p. 731-772.

PECK, Jamie. Remaking laissez-faire. *Progress in Human Geography*, 2008, vol. 32, n.1, p.3-43.

PERKMANN, Markus. Construction of new territorial scales: a framework and case study of the Euroregio cross-border region. *Regional Studies*, 2007, vol. 41, p. 1-15.

PINTO, Anibal. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. *Revista de Economia Política*, 1982, (2)1, n. 5, jan./mar. <http://www.rep.org.br/pdf/05-2.pdf>

REIS, José. Uma epistemologia do território. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005. <http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm> Acesso em 03/05/2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, 2002, ano XVI, n.1, p. 33-52.

SANTOS, Boaventura S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Espaço e Debates*, 1991, vol. 33, n. XI.

SANTOS, M. *Globalização e Espaço Latino Americano*. São Paulo: Annablue. 2002. p.304.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy.* Londres, Allen & Unwin, 1943.

SCOTT, Allen J. Economic geography: the great half-century. *Cambridge Journal of Economics*, 2000, vol. 24, n. 4, p. 483-504.

SHEPPARD, Erik and McMASTER, R. B. (eds.). *Scale and geographic inquiry.* Oxford: Blackwell, 2004.

SMITH, Neil. The Region is dead! Long live the region. *Political Geography Quartely*. v.7, n.2. 1988.p. 141-152.

SMITH, Neil. *Uneven development.* Oxford: Blackwell, 1984.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, 2002, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146.

SMITH, Neil. *The end game of globalization.* New York: Routledge, 2005.

SWYNGEDOUW, Erik. Technonatural revolutions: the scalar politics of Franco's hydro-social dream for Spain, 1939-1975. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2007, New Series, vol. 32, n. 1, p. 9-28.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale. En COX, K. (ed.) *Spaces of globalization*: reasserting the power of the local. New York/London: Guilford Press/Longman, 1997. p. 137-166.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or 'Glocalisation'? Networks, Territories and Re-Scaling. *Cambridge Review of International Affairs*, 2004, vol. 17, n. 1, p. 25-48.

TAYLOR, Peter J. A materialist framework for political geography. *Transactions Institute of British Geographers*, 1982, New Series, vol. 7, p. 15-34.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2006, vol. 8, n. 2, p. 9-29. <http://www.anpur.org.br>

Gestão de território e desenvolvimento:

um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes

---

Maria Teresa Franco Ribeiro
Elisabeth Loiola

Introdução

Este capítulo é a expressão de um esforço preliminar de reflexão sobre o potencial de exploração do conceito de território, da Geografia, como *campo* de diálogo entre diferentes conhecimentos na perspectiva do desenvolvimento. As dinâmicas dos processos socioeco-nômicos tornam esses conceitos também mutáveis, o que sugere uma redefinição dos saberes e das suas relações. Essa permanente transformação dos saberes, a partir do diálogo, permite aproximações mais consistentes com a realidade, em um mundo em que se intensificam os processos de globalização ou de mundialização.

Os resultados do processo de globalização ou de mundialização e os impasses que surgem no plano econômico, social, político e ambiental colocam em xeque os pressupostos e instrumentos que vêm dando suporte à gestão social e à intervenção sobre a realidade. O "desenvolvimento" e o "progresso" prometidos pela aplicação da ciência moderna mostraram-se limitados, excludentes e perversos, quando se consideram os desafios postos aos países "não-desenvolvidos" de competirem nos mercados globais e, simultaneamente, elevarem a qualidade de vida e de bem-estar de suas populações. A manutenção da lógica competitiva dos mercados globais tende a acirrar contradições, a exclusão social e os desastres ambientais. O momento, na verdade, aponta a necessidade de se repensarem e renegociarem as bases de uma outra sociedade (LEFF, 2006; DUPAS, 2004; CHESNAIS, 1994, 2001; BRUNHOFF, 1996; SACHS, 1979, 2005, 2007).

Mas essa tendência a assumir padrões ditados pela ciência moderna e materializados pela busca e incorporação de padrões de crescimento dos países industrializados não é fato novo. Sobre o assunto, Rist (2001) nos ensina que, por meio da ajuda para o "desenvolvimento" dos países industrializados, pós-Segunda Grande Guerra, definiu-se a relação de dependência entre esses últimos países e os não-industrializados, assim como os EUA consolidaram-se como padrão de desenvolvimento a ser alcançado.

Neste capítulo, fazemos um esforço de compreensão dos desafios do processo de desenvolvimento e o potencial da exploração da dimensão territorial a partir de uma perspectiva de abordagem multiescalar, considerando-se que o desafio do desenvolvimento local é complexo e tem uma noção polissêmica, que comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerçam a cidadania. Essa perspectiva foi explorada no capítulo em que Alain Musset discute desenvolvimento como definição de um padrão dominante e hegemônico.

Para dar conta dessa problemática fazemos uma breve revisão das principais contribuições da Economia na tentativa de se compreender como essa área do conhecimento incoporou a variável espacial, explorando os estudos mais recentes que procuram enquadrar a dimensão territorial como espaço de interesses e teia de poderes.

Segundo Cássio Hissa (2008), explorando algumas contribuições de Milton Santos, o homem se organiza para produzir, e, assim, produz espaço: os lugares, os ambientes, a cidade, os interiores urbanos – sendo o espaço, por natureza, transdisciplinar. Assim, as disciplinas, contrariando o próprio caráter do conceito, multiplicam esforços com o objetivo de conceder especificidade ao espaço com o qual trabalham (HISSA, 2008:262).

Nosso esforço aqui não é o de explorar as especificidades da economia dos territórios de desenvolvimento, mas o de restabelecer vínculos sentidos a partir do diálogo com outras áreas do conhecimento, principalmente a Geografia, na tentativa de ampliar e tornar complexa a percepção do espaço utilizado pela Economia.

Há o risco, no entanto, de conceitos serem transformados em mitos que passam a direcionar a construção do saber e dos mecanismos de intervenção, conforme nos alerta Celso Furtado (1974). Este capítulo tem como um de seus objetivos principais mapear esses riscos a partir de revisão de bibliografia teórico-empírica sobre desenvolvimento e arrajos produtivos locais (APL).

Além desta parte introdutória, este capítulo compõe-se de quatro seções. Na próxima, introduz-se o debate sobre a incorporação da

dimensão espacial pela Economia. Na segunda seção, discute-se o olhar da Economia sobre o desenvolvimento; em seguida, será explorado o conceito de território como dimensão de espaço/tempo social e, portanto, extremamente rico para a compreensão das dinâmicas locais. Na seguinte, apresenta-se uma discussão mais específica sobre as propostas de aglomerações produtivas centradas em APLs, levantam-se algumas questões de natureza metodológica para serem pensadas e, finalmente, registram-se algumas reflexões sobre os desafios para a pesquisa e para a gestão territorial.

A economia e sua relação com o espaço

Na perspectiva do *mainstream* da Economia, a preocupação com o desenvolvimento, ou melhor, com o processo de crescimento, surge a partir da Segunda Guerra, no bojo da reconstrução dos países destruídos, tendo como principal objetivo o crescimento industrial. Para medir tal crescimento, o PIB e a renda per capita foram utilizados como principais indicadores. Os projetos de desenvolvimento postos em marcha, além de tomarem o setor industrial como referência de vetor de dinamização das economias e terem seus resultados avaliados pela variação em níveis de renda per capita e do PIB, investiram na concentração de capitais e na centralização de poder nas grandes corporações verticalizadas. Processo esse que levaria "à dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes" (FURTADO, 1974:80).

Embora celebrada em *Princípios de economia*, de Marshall, cuja primeira versão data de 1890, a crescente verticalização das grandes corporações multinacionais, após a Segunda Grande Guerra, obliterou a importânica das aglomerações produtivas (VASCONCELOS; GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005). Para além das injunções derivadas do embate político entre países motivados por intereses particularistas, leituras reducionistas do processo de desenvolvimento podem ser creditadas também ao imperialismo da disciplina Economia sobre outras disciplinas

do campo das ciências sociais aplicadas. Na verdade, a Economia sempre deu pouca importância à questão espacial, enquanto o tempo foi tido como variável-chave em todos os domínios da investigação econômica. O espaço, quando incorporado, era representado pela variável distância e seus efeitos sobre os custos de produção (PECQUEUR; ZIMMERMANN, 2005). Nesse sentido, pode-se ter a dimensão dos muitos outros aspectos da vida em sociedade que foram negligenciados.

Munidos da fé na mão invisível do mercado e, freqüentemente, exortando o fervor religioso na ação de empreendedores *made in america*, economistas tenderam a ver outras ciências apenas como apêndices ou extensões da economia, esquecendo da proposição inversa de Wicksteed (1933 [1910]:748 apud ZAFIROVSKI, 2005:127), segundo a qual a relação entre economia e sociologia deriva da própria natureza das leis econômicas, que são leis da conduta humana nas sociedades e não leis associadas a fenômenos naturais, biológicos e tecnológicos. De acordo com o mesmo autor, um tipo especial de racionalidade vincula-se ao fato empiricamente evidenciado de que a economia – e o mercado – tem sido influenciada e governada, historicamente, por forças sociais externas – "isto é, nunca foi deixada a sua conta e risco" (WICKSTEED, 1933 [1910]:748 apud ZAFIROVSK, 2005:127).

Vinculada à discussão sobre aquele tipo especial de racionalidade, a crítica não se resume ao *mainstream* da economia. Correntes – *maintreams* – também da sociologia, da política e da administração baseiam-se em um tipo de racionalidade que não permite entender porque as pessoas fazem o que fazem. O homem desumanizado da ciência econômica, o chamado *homo economicus* da economia clássica, o homem operacional da teoria administrativa, o *homo sociologicus* do modelo acadêmico da sociologia e o *homo politicus*, predominante na ciência política, assemelham-se mais a um robô, insensivelmente programado para ganhar dinheiro o mais possível ou defender seus interesses egoístas. Embora importantes teóricos considerem ser essa uma visão pouco realista da conduta humana, até recentemente essas idéias foram amplamente aceitas em diversas disciplinas do campo das ciências sociais aplicadas, algumas

delas já mencionadas anteriormente. Tal quadro, todavia, está mudando.[1] Os resultados perversos da globalização vêm mudando também o quadro de discussão sobre o desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento vem se tornando central para sociedades e países, impondo-se a necessidade de se repensar a relação entre o social e a natureza, bem como entre escalas de tempo e de espaço, as relações entre atores sociais e suas racionalidades, e de se discutirem e requalificarem metodologias de formulação, de implementação e de avaliação de projetos de desenvolvimento. Trata-se de levar em consideração a "necessidade de se apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica", o que torna inverossímeis construções teóricas fechadas, com leis de validade universal, uma vez que o fenômeno de desenvolvimento só pode ser entendido em cada realidade concreta (BRANDÃO, 2007:67). O importante é que a riqueza dos conflitos e interesses territoriais passam a ser valorizados como expressão de suas histórias e não apenas como receptáculos de histórias.

Alguns estudiosos já avançam na desconstrução de antigas verdades científicas, baseadas no modelo cartesiano-newtoniano, e na construção de novos princípios e conceitos que buscam dar conta da intrínseca interconectividade entre sociedade e natureza (CAMARGO, 2005; HISSA, 2002; NICOLESCU, 2001; MORIN, 2000, 1999; SOUSA SANTOS, 2000, 2001, 2003; TUCKER,1999). Tais autores realizam esforço de crítica epistemológica e caminham no sentido de conformação de nova relação entre disciplinas centrada na valorização do diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento, na integração do que foi fragmentado por paradigmas predecessores e no reconhecimento da complexidade daquilo que foi simplificado.

[1] GAZETA MERCATIL. "O Fator Humano é que atrapalha". Caderno da Gazeta Mercantil, Sexta-feira, 10 de março, e fim de semana, 11 e 12 de março de 1995, p. 4. de Guerreiro Ramos, Modelo de Homem e Teoria Administrativa. RAP, Rio de Janeiro, 18 (2), abr/jun. 1984, p. 3-12; e de Guerreiro Ramos. Administração e Estratégia de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. Extraído de: BASTOS, A.V. B., LOIOLA, E., QUEIROZ, N., SILVA, T. Conceito e Perspectivas de Estudo das Organizações. In: ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E., BASTOS, A. V. B. (org). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. São Paulo: Artmed. 2004.

Termo polissêmico, complexidade se define por oposição à simplicidade. Assim, na perspectiva da complexidade, causas simples produzem fenômenos complexos. A complexidade é o reconhecimento de que múltiplas relações, ao constituírem estados de "organização", uma ordem, uma hierarquia, ensejam, ao mesmo tempo, o aparecimento de processos contrários a essa organização.[2] Como aponta Morin (1999), o objetivo dessa abordagem não é o conhecimento exaustivo de todos os eventos e processos, mas a busca da coerência global, das ligações entre os elementos de um sistema. Segundo ainda o próprio Morin (1999), o que move tais pensadores é o desejo de ocultar o menos possível a complexidade do real.[3] Dessa perspectiva, o conceito de complexidade incorpora a perspectiva de integração como veremos mais adiante.

Dentro de uma ampla matriz de novos pensadores e abordagens sobre as implicações de condutas humanas no cotidiano e de suas relações sobre o tecido socioprodutivo, duas das mais promissoras são a da sociologia econômica e a da economia política. Para a sociologia econômica, em particular, fatos econômicos são, sim, condicionados por fatos da vida social. Tal assertiva expande o debate acadêmico no campo da economia para incluir uma perspectiva genuinamente social centrada na interação das pessoas reais e não em pessoas idealizadas,[4] e superar negligências em relação às estruturas sociais presentes em abordagens econômicas ortodoxas (SWEDBERG; GRANOVETER, 2001).

De uma perspectiva mais focada nas teorias de desenvolvimento, cuja matriz encontra-se na economia política, Celso Furtado (1974) chama a atenção para o mito do desenvolvimento, que o reduz a crescimento econômico e cuja difusão tem funcionado como um filtro, que tem impedido

[2] Segundo Di Méo e Buléon (2005), podem-se qualificar como complexas as abordagens que valorizam relações, interrelações, dinâmicas e movimentos, contradições, a indissociabilidade entre espaço e tempo, bem como o caráter multidimensional das espacialidades e das temporalidades.

[3] No entanto, alerta Demo (2002:11), com base em Bauman (1999, 2001), que, embora Morin detenha o mérito do pioneirismo dessa discussão no campo das ciências sociais aplicadas, deixa a impressão, por vezes, "que o conceito de complexidade esgota-se na combinatória de componentes, sem perceber que os próprios componentes já são complexos, em si e em sua combinatória".

[4] SWEDBERG, R., GRANOVETER, M. Introduction to the second edition. In: GRANOVETER, M. SWEDBERG, R. *The sociology of economic life*. Colorado: Westview, second edition, 2001, p. 1-28.

estudiosos e *policymakers* de países da periferia olharem para necessidades concretas de seus países. Sem o escrutíneo das necessidades concretas dos países períferícos, os mitos do desenvolvimento substituem uma visão mais bem-qualificada sobre as necessidades de tais países e passam a funcionar como faróis que orientam o campo de percepção do cientista social e *policymakers* sobre a realidade, apontando para o que é ou não relevante de se ver, compreender e mudar.

Antes de Celso Furtado (1974), mas ainda dentro da mesma matriz da economia política, outras contribuições já alertavam para a miopia dos trabalhos que reduzem o desenvolvimento ao crescimento econômico, ressaltando a importância das dimensões cognitiva, subjetiva, cultural e sistêmica do desenvolvimento, como as de François Perroux (1967), G. Myrdal (1957) e Albert Hirschman (1958), para citar apenas alguns expoentes.

Contribuições de Perroux (1967), Myrdal (1957) e n (1958) foram, de certa forma, incorporadas pela Economia Industrial (EI), mas orientadas ainda para se alcançar um determinando objetivo ou "mito do desenvolvimento" construído. Nessa perspectiva, enquadra-se a relativa difusão em planos de desenvolvimento, gestados nas décadas 1970 e 1980 no Brasil, de conceitos de pólos de crescimento, indústrias motrizes e efeitos "para frente para trás", por exemplo.[5]

Transformações operadas desde a década de 1970 ensejaram a configuração de uma nova matriz de relações espaciais e de acumulação de capital. A nova lógica espacial do "paradigma" tecnoeconômico emergente repousa sobre três pilares: a concentração e a centralização das decisões de caráter estratégico; a descentralização do gerenciamento organizacional; e as inter-relações espaciais possibilitadas pelos fluxos informacionais, que são, por seu turno, limitados pelas estruturas de poder e pela infra-estrutura de informação e de comunicação disponível (ALBAGLI, 1999). Assim, nesse momento de expansão capitalista, o local passa a ser visto

[5] Também em meio à emergência de novas abordagens do desenvolvimento, ocorreram avanços no tocante a seus indicadores, cujo caso mais exemplar é o da criação, já em período mais recente, do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A exemplo das limitações derivadas da permanência do mito de desenvolvimento em novas abordagens no campo da EI, o IDH é também limitado para captar muitas das múltiplas dimensões da realidade sócio-cultural-cognitiva, envolvidas em projetos de desenvolvimento.

por algumas correntes de pensamento de forma integrada às cadeias globais das transnacionais. O local, longe de se contrapor ao global, o complementa (PECQUEUR, 2000, 2005; SANTOS; SILVEIRA, 2001). No entanto, como veremos mais adiante, parece ainda persistir uma grande distância entre o discurso e a prática.

Em uma análise do movimento de atuação das políticas públicas e suas articulações com as demandas de acumulação de capital, Fernandes e Cano (2005) apontam os interesses que movem as relações local/global. Para os autores, percebe-se um duplo movimento de redefinição das escalas de ação político-econômica: um, para "cima", de integração global da atividade econômica e da decisão política, e outro para "baixo", de descentralização para a escala local da organização da vida cotidiana. Em tese, ao invés de um antagonismo entre o local e o global, nota-se uma funcionalidade entre as duas escalas. Além disso, mostrando como essa discussão é bem mais complexa do que a dualidade local/global, observam que a dinâmica do processo de acumulação capitalista se dá nas várias escalas simultaneamente. Nesse sentido, sugerem que a construção de alternativas progressistas de desenvolvimento com justiça social requer abordagens metodológicas e políticas trans-escalares, o que implica, adicionalmente, aprofundar o significado de cada local.

Mudando o foco de atenção, pode-se, *grosso modo*, afirmar que os anos 1990 foram marcados pelo direcionamento das políticas públicas para o local e pela busca da participação da sociedade civil como solução para a crise do desenvolvimento nacional. Análises mais recentes dessas intervenções têm, todavia, ensejado a percepção de que o foco no local se deu acoplado a uma visão dicotômica da relação entre o local e o global, negligenciando ou até mesmo eliminando escalas intermediárias e, conseqüentemente, diferentes mediações, que são imanentes ao processo de desenvolvimento, o que resultou no relativo insulamento das propostas de desenvolvimento local (BRANDÃO, 2007).

Uma das explicações para algumas das diferenças entre as postulações teóricas sobre desenvolvimento, por exemplo, e as novas práticas, traduzidas em políticas de desenvolvimento, é a de que estudos e debates em torno de novos conceitos ultrapassam, cada vez mais rapidamente,

as fronteiras da academia e são incorporados por gestores públicos. Se, por um lado, isso pode ser positivo para a atualização das referências de construção de políticas públicas, muitas vezes a apropriação de conceitos renovados é feita de forma apressada, sem a devida discussão e crítica para sua aplicação e adaptação. Como ressaltam com muita propriedade Fauré e Labazée (2005), muitos estudos acabam perdendo sua natureza descritiva e teórica para se transformarem em posturas normativas e prescritivas, transfor-mando-se em receitas para promoverem o crescimento local. Da mesma forma, indicadores e sistemas de avaliação não são revistos na perspectiva dos novos conceitos e abordagens. Continuam as crenças nos mitos; o mito do conceito como solução e não como referência para melhor compreender dinâmicas sociais específicas. Nesse sentido, toda generalização, além de perigosa, empobrece e reduz a compreensão e a complexidade da realidade (LOIOLA; RIBEIRO, 2006).

Ainda perseguindo a trilha dos riscos, o debate e as propostas de desenvolvimento tenderam a minimizar, ou mesmo ignorar, os constrangimentos impostos pelo contexto de globalização (MILANI, 2005; OLIVEIRA, 2002). Como ressalta Oliveira (2002), o desafio do desenvolvimento local é complexo e tem uma noção polissêmica, que comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerçam a cidadania; qualquer tentativa de transformá-lo em um modelo paradigmático estará fadada ao fracasso (OLIVEIRA, 2002).

Nesse movimento de renovação de teorias e de instrumentos, na década de 1980, o tema das aglomerações produtivas reapareceu com vigor renovado, impulsionado pelos resultados positivos das experiências na Terceira Itália (VASCONCELOS; GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005) em um momento de crise econômica generalizada em vários países, de crise das teorias hegemônicas, e com o acirramento das conseqüências desastrosas do processo de globalização. Discussões sobre o desenvolvimento passam a privilegiar a dimensão local, além da temporal, em uma nova perspectiva. Trabalhos na área da Economia Industrial vão, por exemplo, ressaltar a importância do processo de aprendizagem e a dimensão territorial, procurando valorizar a dimensão social, política e cultural do desenvolvimento.

Em síntese, um conjunto de trabalhos levados a efeito nessa década, inclusive no campo da EI, mas não só nesse, incorporou a reflexão de que, a princípio, não existem escalas boas ou ruins: a consideração de múltiplas escalas – que pode ensejar a incorporação das especi-ficidades locais, assim como as relações entre o local, o regional, o nacional e o global – em projetos e em discussões sobre processos de desenvolvimento são recomendações centrais extraídas da análise de muitos dos trabalhos da década de 1980 (BRANDÃO, 2007:36), a exemplo de muitos que abraçam como unidade de análise os conceitos de Cluster, Distritos Industriais e Arranjos Produtivos Locais (APL), dentre outros.

Retomando o debate sobre o desenvolvimento: além da industrialização e da modernização

A discussão sobre o desenvolvimento privilegiou historicamente a dimensão econômica que, por sua vez, não o compreendia distintamente do conceito de crescimento econômico. A preocupação dos economistas clássicos como Smith, Mill, Ricardo, Marshall e mesmo Marx era compreender o processo de expansão e acumulação do sistema capitalista. Viam o crescimento econômico como um processo evolucionário. Nesse processo, as instituições poderiam bloquear ou estimular o crescimento. Para os economistas clássicos a questão fundamental era compreender o processo de acumulação capitalista, os fatores responsáveis pela acumulação de riqueza e pelo crescimento econômico. Destaca-se, entretanto, a contribuição teórico-metodológica de Marx que será referência a todos os estudos posteriores, preocupados com a compreensão da dinâmica de produção e reprodução capitalista.

Embora o debate sobre o desenvolvimento econômico só tenha adquirido importância principalmente no final da Segunda Guerra Mundial, a partir do Plano Marshall de reconstrução da Europa, elaborado pelos EUA,[6] segundo Rist (2001), o conceito de desenvolvimento é inventado

[6] Apesar disso, ressaltam-se as contribuições sobre o tema, no período entre as Guerras, da produção originada em países do leste europeu e da Índia. O foco naquele momento era o desenvolvimento da agricultura. Um dos economistas daquele período, Michael Kalecki, terá

em um momento pouco favorável às preocupações extra-ocidentais. Os termos "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" aparecem pela primeira vez no Ponto IV do discurso do Presidente Truman, de 1949, em que se propõe estender às nações desfavorecidas a ajuda técnica a certos países da América Latina.

Pode-se dizer que a proposta de Truman é inovadora e inaugura uma nova era nas relações internacionais. Já não se trata mais de uma relação entre metrópole/colônia, mas entre possíveis iguais. Ao falar das nações desfavorecidas, o discurso de Truman introduz o conceito de países subdesenvolvidos, incorporando a idéia de continuidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo o crescimento econômico a única forma de reduzir as diferenças entre os dois tipos de países e, quiçá, superá-las. Os constrangimentos históricos da periferia são negligenciados e o crescimento econômico é a única saída. A forma de medir os diferentes níveis de desenvolvimento seria o PIB, liderado na época pelos EUA. Nessa perspectiva analítica, o desenvolvimento é um conceito transcultural e de validade universal, o que é contestado, com propriedade, por Rist (2001). De acordo com o Plano Marshall, o desenvolvimento seria alcançado com o crescimento econômico, a partir do desenvolvimento industrial e da construção de instituições sociais e políticas complementares, desenhadas nos moldes americanos (RIST, 2001).

Uma contribuição importante que vai questionar essa visão universalista e linear do desenvolvimento, além de realizar um esforço de construção teórica para a compreensão do subdesenvolvimento numa visão indutiva e histórica, é a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU, criado em 1948. A CEPAL vai desenvolver a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano como alternativa às teorias econômicas que tratavam do fenômeno do desenvolvimento como universal, sem se dar conta das especificidades históricas e regionais. Raul Prebisch e Celso Furtado[7] foram

grande influência sobre os primeiros intelectuais da Cepal.

[7] CÊPEDA, Vera (2008), mostra a singularidade da reflexão de Celso Furtado sobre subdesenvolvimento, ressaltando sua habilidade em diluir a contradição entre uma explicação excessivamente endógena dos problemas nacionais e o deslocamento do transplante acrítico das interpretações gestadas no estrangeiro para realidades distintas das nossas (p.52). CÊPEDA, Vera A. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. In: LIMA, M. C. e DAVID, M. D. *A*

nomes importantes, cujas contribuições revelaram um traço comum: a necessidade de entender o subdesenvolvimento como um contexto histórico específico e que, portanto, necessitava de teorização própria (BIELSCHOWSKY, 2000). A contribuição da CEPAL direcionou ações de muitos governos da América Latina até a década de 60/70, quando os militares assumem o poder em vários países, cujas políticas internas se redefinem em direção a uma nova inserção internacional.

François Perroux (1967), Myrdall (1972) e Hirschman (1958) apontam adicionalmente a necessidade de se compreender que o desenvolvimento econômico e social é regionalmente desequilibrado. Perroux (1967) mostra a importância de se incentivar os pólos de desenvolvimento, vistos como uma unidade econômica motriz, que geram efeitos de aglomeração e proporcionam ganhos cumulativos de localização. Para Perroux (1967), o desenvolvimento é a combinação de transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilita o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global.

Hirschman (1958), entre várias contribuições, ressalta os conceitos de efeito arrasto (*backward linkage*) e de efeito de propulsão (*forward linkage*). Esses dois efeitos orientariam as decisões de investimento em função da capacidade para provocar modificações estruturais propícias ao desenvolvimento. O autor alerta, entretanto, que a integração dessas dimensões não poderia ficar à mercê apenas das forças do mercado e chama a atenção para a importância do Estado e das forças políticas locais no direcionamento do desenvolvimento. Nessa visão, o espaço é não apenas *locus* de manifestação de relações socioeconômicas, mas também de correlações de forças, de interesses e de paixões locais/regionais.

Para Amartya Sen (2000), muitos dos problemas de privação e pobreza estão também presentes em países desenvolvidos, e o combate dessas desigualdades será feito a partir da expansão das liberdades individuais. As liberdades individuais são os principais meios e fins do desenvolvimento. O alcance das liberdades, base do desenvolvimento, implica eliminar suas principais fontes de limitações, como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas e a privação social sistemática ou a interferência

atualidade do pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Francis, 2008. 268p.

de Estados repressivos. Assim, a liberdade de escolha a partir de juízos de valor formados de forma independente está sempre combinada e condicionada pela capacidade real de ser e de fazer.

A capacidade real de escolha inclui uma dimensão de livre-arbítrio e, a partir daí, pode-se perceber a pobreza como "a não-capacidade de se buscar o bem-estar" (SEN, 2001:80). O resgate dessa capacidade passa, necessariamente, pela "expansão da capacidade das pessoas, para que façam aquilo que valorizam e escolhem" (SEN, 1997:51 apud ARBIX, 2002:64), o que inclui boa saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, bem como toda atividade que possa contribuir para a melhoria de renda e da qualidade de vida (ARBIX, 2002; VEIGA, 2005). O processo de aquisição dessas capacidades passa, também, pela construção da democracia. Sen (2000) não aprofunda, entretanto, o potencial de essas mudanças de capacitações romperem com os grandes desequilíbrios entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos.

O sentido de desenvolvimento que nos anima na discussão deste capítulo é o de Castoriadis (1990). O autor define desenvolvimento, ou um estágio da sociedade que pode ser assim reconhecido, como a possibilidade de todos os habitantes da terra terem acesso à água potável, alimentação equilibrada, saúde, educação e democracia. Este conceito traduz a complexidade e a natureza interdisciplinar do desenvolvimento.

Castoriadis (1990) foi também um dos pioneiros na crítica ao "mito do desenvolvimento" que, para ele, está imbuído do propósito de modernização capitalista, orquestrada pelas potências hegemônicas. Pensar outros modelos de desenvolvimento passa pelo esforço de construção teórica "aberta" que, ao invés de *definir* de forma fechada um conceito, estabeleça princípios norteadores.

Na linha de pensamento de Castoriadis, desenvolvimento seria um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva. Essa proposição se desdobra em muitas dimensões, como a da autonomia, que não serão exploradas neste capítulo. O objetivo aqui é ampliar e atualizar a discussão sobre o desenvolvimento e sua natureza complexa e interdisciplinar. Esse caminho pressupõe uma maior consciência dos limites da generalização,

bem como uma postulação de descentralização teórico-estratégica com a superação de posturas etnocêntricas e cientificistas, que compreenda a sociedade em todas as suas dimensões: a das relações sociais (econômica, política, cultural), a espacial (que abarca aspectos mais complexos de sua materialidade), e a histórica (SOUZA, 1996). Essa não é uma tarefa fácil, mas necessária, se se quer atuar no sentido de compreender, refletir e construir alternativas para a crise contemporânea.

A plasticidade do conceito de território permite abrigar a dinâmica volátil do capital e as características do trabalho imaterial. Abre-se assim, também, o espaço para diferentes modelos de desenvolvimento regional e a possibilidade da construção de capacidade organizacional dos agentes regionais para superarem as contradições e resolverem os conflitos mediante a integração dos interesses locais com interesses socioambientais regionalizados (SANTOS, 2000). Esses novos padrões de desenvolvimento e suas formas de cooperação e de associação são o que Boisier (2003) denomina de capital social. O desenvolvimento do capital social, transformado em pressão política, é que impulsiona e dinamiza o desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é fruto de um processo de construção da democracia e o local/espaço territorializado é compreendido como espaço de forças, interesses e saberes diversos e divergentes, socialmente construídos e inseridos em uma região. Segundo Hissa (2002), o debate e a valorização do conceito de território emergem também da crise do saber atual, caracterizado por uma discussão da ciência sobre a validade de modelos totalizantes. O conceito de território abre espaço para a compreensão do lugar e da natureza da sociabilidade contemporâneas.

O desenvolvimento que sempre se realiza sobre territórios específicos é um fenômeno complexo. Pode-se dizer que fenômeno complexo incorpora, por sua vez, uma dinâmica – são frutos de manifestações de forças contrárias, porquanto sua estabilidade é sempre arranjo temporário e a estrutura já não é exclusivamente o que não muda, mas, também, movimento de vir a ser essencial e permanente: "além de modo persistente de ser, implica modo inovador de vir a ser" (DEMO, 2002:15). Manifestam-se ainda pela estrutura, de forma combinada, aquilo que

resiste ao tempo, mas também aquilo que reflete a adaptação derivada de sua submissão ao tempo (DEMO, 2005).

Da combinação simultanea de componentes controláveis e não-controláveis, derivada da dinamicidade, emerge uma outra característica de fenômenos complexos como o do desenvolvimento: a de não-linearidade. Implicando mais que emaranhados, labirintos, complicações, que podem conformar processos que se complicam, mas não se complexificam, no conceito de não-linearidade está ultrapassada a simples noção de organização das partes, que é substituída pela de "modos de ser". Trata-se de entender a integração das partes de uma outra perspectiva. Por isso, afirmou-se anteriormente que o conceito de complexidade subsumia o de integração.

A trajetória de fenômenos complexos se dá principalmente por reconstrução e não apenas por reprodução, replicação ou recorrência; marcada pelo transcurso do tempo, a trajetória do desenvolvimento torna-se, assim, irreversível: "não se pode passar do depois para o antes, nem o depois é igual ao antes" (DEMO, 2002:17).

Trajetórias reconstrutivas pressupõem autonomia e aprendizagem, vez que a evolução não se dá meramente por acumulação, mas também por ruptura, por processos e caminhos qualitativamente diferenciados.

Processo dialético e reconstrutivo, o que constitui manifestação de sua quarta característica, diz-se que fenômenos complexos, como o de desenvolvimento, dependem de aprendizagem; seus processos podem incluir criatividade autêntica no sentido de que produzem modos de ser que são, ao mesmo tempo, modos de vir a ser, os quais não se reproduzem linearmente, reconstroem-se não-lineramente (DEMO, 2002).

Irreversibilidade, intensidade e ambiguidade/ambivalência são outras três carcterísticas da complexidade do fenômeno de desenvolvimento. Enquanto irreversibilidade vincula-se, em um primeiro momento, à noção de tempo – "com o passar do tempo, nada se repete, por mais que possa parecer –, não se trata aqui de reduzir o tempo ao resultado da comparação entre o antes e o depois, mas de enxergá-lo como unidade típica de contrários."

Já sobre a intensidade de fenômenos complexos diz-se que introduz dimensões produtivas imprevisíveis e incontroláveis, o que torna qualquer previsão de desenvolvimento mera aproximação, que toma como referência o passado. "É conveniente recordar: toda dinâmica é dinâmica porque não se repete, mas em toda dinâmica que não se repete há componentes repetitivos" (DEMO, 2002:27).

Por fim, quanto à ambigüidade/ambivalência do fenômeno desenvolvimento, refere-se à estrutura (ambigüidade), tanto no sentido de composição como também de forma desencontrada de seus componentes, e à processualidade (ambivalência) de fenômenos corre-latos, sendo essa última mais "facilmente visível, vez que vincula-se a seus modos de vir a ser. Algo é ambivalente quando a dinâmica é constituída de valores contrários, estabelecendo-se entre eles campos contrários de força" (DEMO, 2002:30).

Como já se viu, um dos eixos centrais de processos de desenvolvimento é o conhe-cimento. Todo conhecimento é, todavia, potencialmente disruptivo, mas também é suscetpível de censura. Essa manifestação ambivalente torna-se emblemática na era da competitividade globalizada: para ser inovador e produtivo, precisam-se de trabalhadores que saibam pensar; entretanto tal pensar é favorecido apenas pela metade, em termos de qualidade formal, evitando-se a qualidade política: aos trabalhadores cabem inovar processos produtivos e produtos, mas a eles é sonegado o direito de defender seus direitos (DEMO, 2002:131).

A ambivalência do fenômeno da aprendizagem e, por conseqüência, do fenômeno do desenvolvimento revela-se ainda no senso ou falta de senso pelos limites. "Positivistas postulam a devassabilidade do real pela análise verticalizada: nada escapa ao olhar profundo e penetrante da ciência" (DEMO, 2002:131). Outras abordagens sugerem que soluções científicas são sempre temporárias, não por defeito de origem, mas por constituição epistemológica e ontológica. Embora nessas abordagens a potencialidade disruptiva do conhecimento seja marca singular, na prática histórica o conhecimento é proposta sempre limitada, porque é filho de ente limitado, o ator cognoscente, seja porque tal ente é objeto e sujeito do conhecimento, seja porque é dotado de racionalidade limitada,

seja ainda porque possui limitações em suas estruturas cognitivas: o que podemos saber é sempre menor do que percebemos saber.

Outra forte característica do conhecimento e da aprendizagem, sugere-se, é a capacidade crescente de ambos pouco dependerem das condições externas ou da hereditariedade: "o ser humano parece ser capaz de armar o contexto de oportunidades que ele mesmo pode potencializar, dependendo de saber pensar; saber pensar esse que não se reduz ao domínio do raciocínio lógico", o qual é, por sua vez, condição para a aquisição de conteúdos reprodutivos, mas que se estende à aquisição de habilidade de auto-crítica: "saber quão pouco se sabe, reconhecer os limites do conhecimento, formular o sentido de responsabilidade ética das intervenções frutos do conhecimento" (DEMO, 2002:123-124).

Considerando-se que um dos aspectos mais ricos dos processos de aprendizagem é a criação de oportunidades na vida, o direito a aprender tende a confundir-se com o direito ao desenvolvimento, se se toma desenvolvimento como oportunidade ou como qualidade de vida. Mas grande parte das pessoas "nasce com reduzidas chances de vida, não tanto em termos quantitativos como qualitativos: permanecem marginalizadas e, sobretudo, não chegam a construir seu direito às oportunidades. Continuam esperando sua libertação dos opressores" (DEMO, 2002:141).

A ciência e sua aplicação (extensão profissional) não são campos homogêneos e unificados que obedecem meramente a uma lógica interna de conhecimento cumulativo. A ciência é um campo de forças que retrata a situação atual da concorrência entre disciplinas para dar respostas satisfatórias aos problemas. Para tanto, tradicionalmente conhecimentos têm sido hierarquizados – para garantir a primazia de uma área sobre as outras e constituir *corpus* de conhecimento que terminam dando suporte às práticas que interessam aos grupos dominantes. Dessa perspectiva, mesmo sob questionamentos, abordagens de desenvolvimento que se apresentam como alternativas ao *mainstream* tendem a não radicalizar na compreensão dos efeitos do desenvolvimento enquanto fenômeno complexo em si, nem sobre análises correlacionadas de relações entre fenômenos complexos que se dão no bojo do fenômeno de

desenvolvimento. Rendendo-se ao truísmo de que todo desenvolvimento se dá sobre territórios, mais recentemente a discussão do fenômeno do desenvolvimento vem se associando à discussão sobre o conceito de território, o que tem implicado a re-emergência e, em algumas propostas, a re-significação de instrumentos de intervenção e de políticas com vistas a fomentar aglomerações produtivas.

Territórios são também expressões de complexidades. Entender o debate recente sobre o desenvolvimento exige um esforço adicional no sentido de uma maior compreensão da complexidade da dimensão territorial e dos desafios que esta coloca para a "gestão social".[8] No próximo item, o foco da discussão são os territórios, no sentido de ressaltar sua complexidade e os impactos desta para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento.

Aglomerações produtivas e territórios: sentidos e natureza interdisciplinar

Partindo da matriz histórica marshalliana, mas incorporando olhares de diferentes disciplinas e abordagens, atualmente existe uma literatura crescente sobre aglomerações produtivas. Esse foco em aglomerações produtivas está associado ao entendimento de que a dimensão puramente setorial é insuficiente para o entendimento de determinadas organizações produtivas atuais. Algumas dessas vertentes são: (1) as que se inspiram na experiência dos distritos industriais italianos ou europeus de modo geral; (2) as que se baseiam na natureza localizada da inovação tecnológica na dinâmica industrial; (3) as que se fundamentam na economia regional para estabelecer relação entre geografia econômica e desempenho industrial; (4) as que focalizam as estratégias das empresas na busca por

[8] Utilizamos o termo "gestão social" no mesmo sentido que Magalhães, Milani, Siqueira e Aguiar (2002) adotam, como uma gestão que opõe-se à "gestão tradicional", na qual se incluem a gestão privada e empresarial cujos fundamentos têm origem na prática das grandes indústrias e empresas capitalistas de fins do século XIX. Para um maior aprofundamento ver: MAGALHÃES et al. (Re)definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. *Cadernos EBAPE*, jun. 2006.

vantagens competitivas geograficamente restritas; (5) a abordagem da nova geografia econômica.

Em todas essas vertentes há uma estreita associação entre aglomerações produtivas e desenvolvimento, enquanto o conceito de território é central (SUZIGAN).[9] A seguir, a discussão em torno de um tipo específico de aglomeração produtiva – APL – e do conceito de território é aprofundada.

Arranjos produtivos locais (APL): origens, limites e possibilidades

As vantagens da aglomeração de produtores foram inicialmente apontadas por Marshall (1982), a partir da experiência dos distritos industriais da Inglaterra no século XIX. A importância das aglomerações produtivas foi obliterada pela crescente verticalização das grandes corporações multinacionais, após a Segunda Grande Guerra. Todavia, mais recen-temente, o tema das aglomerações produtivas vem reaparecendo com vigor renovado, impulsionado pelos resultados das experiências na Terceira Itália (VASCONCELOS; GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005).

Amaral Filho et al. (2003:11) identificam a presença de "quatro elementos estruturantes comuns (e interdependentes), apresentados em todos os casos bem-sucedidos de organização coletiva de empresas":

• Capital Social - fator intangível por natureza, trata-se do acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. Sua principal característica é a confiança. É também a principal fonte de coordenação e da governança do núcleo de produção;

• Estratégia coletiva de organização da produção - reflete-se na decisão coordenada dos produtores sobre quem produz, o que produzir e como produzir, levando a ganhos de escala e obtenção de externalidades a partir da cooperação;

• Estratégia coletiva de mercado - refere-se a estratégias e ações coordenadas de mercado;

---

9 Disponível em wsuzigan@eco.unicamp.br, acessado em 27/11/2007.

• Articulação político-institucional - é o mecanismo pelo qual o núcleo produtivo se relaciona com as organizações públicas e privadas responsáveis pelas políticas públicas e privadas de apoio às MPMEs ou ao desenvolvimento local.

Lastres (2006), no entanto, chama atenção para o fato de que os novos arranjos organizacionais detêm elevado potencial de mobilizar conhecimentos e, simultaneamente, de proteger conhecimento, sobre-tudo os tácitos, e capacitações.

Apesar da predominância da origem comum em Marshall das abordagens sobre aglomerações produtivas, as terminologias utilizadas são muito variadas e uma análise mais acurada de suas definições põe em relevo muitas de suas diferenças. Por seu grau de difusão aqui no Brasil, ressalta-se a de Arranjos Produtivos Locais (APL). Mais especificamente, e de outra perspectiva, esse conceito tem sua origem nos chamados *Systèmes Productifs Localisés* – SPL, que propõem uma generalização das situações dos Distritos Industriais, nos quais se encontram dois tipos de coordenação dos atores: o mercado e a reciprocidade (PECQUEUR, 2000).

De acordo com o mencionado anteriormente, Arranjos Produtivos Locais (APL) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com o foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Envolvem, geralmente, a participação e a interação de empresas – desde aquelas produtoras de bens e serviços finais, passando pelas fornecedoras de insumos e equipamentos, assim como de serviços de consultoria, e chegando aos clientes, representações e associações. Abarcam ainda diversas instituições públicas e privadas de formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

Assim, os arranjos produtivos e inovadores locais apresentam vínculos, mesmo que incipientes, entre seus atores, os quais são das mais diversas naturezas e cumprem também os mais diversos papéis. São ambientes propícios à interação e à aprendizagem e se singularizam pelas relações entre seus componentes.

Em síntese, só quando as interações entre seus atores são fortes, com vínculos de reconhecimento, pode-se falar que o APL tornou-se um sistema de produção. O conceito de arranjo produtivo aplicado no Brasil pressupõe a fragilidade das relações entre os atores locais e as suas condições estruturais. Quando essas relações se fortalecem e criam as condições inovacionais, Arranjos Produtivos Locais transformam-se em Sistemas Produtivos Inovacionais.

Os APLs localizam-se em territórios cujas configurações específicas contingenciam seus desempenhos, tanto em termos de resultados como em termos de *modus operandi*. Todo território, por sua vez, tem uma dimensão socioeconômica, uma físico-territorial, uma político-organizativa e uma simbólico-cultural. Além de sobrelevar as relações de poder (dimensão político-organizativa) e sua materialidade física, social e econômica (dimensões socioeconômica e físico-territorial), a noção de território põe em relevo aspectos simbólico-culturais, refletindo tais territórios como suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas que, portanto, evocam sentimentos de pertencimento e de especificidade.

O conceito de APL avança ao incorporar um olhar mais cuidadoso sobre as imbricações entre fatores mercantis e não-mercantis em suas conformações, o que abre caminho para a definição de diferentes tipos de APL e diferentes políticas de fomento, em função de suas estruturas de governança e de seu ambiente institucional. Apesar desse avanço, variáveis simbólico-culturais não têm sido incluídas em metodologias de mapeamento de APL, assim como persiste uma hipervalorização da pequena e média empresa, e de seu papel na fase atual de desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Loveman e Sengenberger (1991), estudos sobre o papel da pequena empresa na nova fase do capitalismo podem ser classificados com base na tese abraçada. Discutem-se aqui apenas alguns aspectos relacionados à tese do deslocamento da importância das pequenas empresas na etapa atual do capitalismo, denominada de especialização flexível.

Segundo essa tese, o capitalismo estaria caminhando para uma nova fase na qual predominariam estruturas de produção e formas de

organização do trabalho flexíveis, enxutas, pequenas etc. As previsões de uma completa substituição das formas tradicionais de organização da produção fordista por novas formas típicas de especialização flexível estão, contudo, sob suspeita. O que vem se observando é a coexistência entre diferentes padrões de produção, que se mostram mais ou menos aplicáveis, em função das características das estruturas de mercado de cada segmento produtivo, assim como dos ambientes institucionais nos quais os atores individuais ou coletivos estão inseridos. Em alguns casos, há registros que dão conta da utilização de arranjos organizacionais originados com base na combinação de atributos de ambos os modelos. Segundo Harvey (2005), não se pode dizer que a acumulação flexível seria uma transformação sistemática, na medida em que o fordismo subsiste em vários setores industriais de forma renovada ou não-estática. Para o autor, há muitos meios diferentes de obter lucro, qualquer que seja o modo que funcione.

Adicionalmente, nem todas as formas de flexibilização – que é um dos principais objetivos a serem assegurados pelas novas estruturas de governança, sobretudo daquelas que envolvem firmas contratantes e subcontratadas – são positivas. Há casos já mapeados pela literatura de flexibilização negativa, a exemplo daquelas iniciativas que têm sido associadas à precarização das relações de trabalho e de qualidade de vida dos trabalhadores (CORIAT, 1994; SOUZA, 1995; ALVES, 2000; ANTUNES, 2006). Tal afirmação é coerente com a postulação de Lastres (2006), anteriormente registrada, de que os novos arranjos organizacionais podem favorecer ou desfavorecer os processos de aprendizagem.

Ademais, outros estudos apresentam uma visão mais matizada e problematizada do papel da pequena empresa na dinamização do desenvolvimento sob o capitalismo, na atualidade. De acordo com esses estudos, as virtudes produtivas não se vinculam ao porte das unidades de produção, mas ao fato de as empresas estarem inseridas em cadeias de produção integradas e tecnologicamente atualizadas e dinâmicas, em cujo interior vigora uma combinação extensiva de cooperação e de competição que estão circundadas por comunidades ou estruturas sociais, as quais podem se basear na família, em sindicatos ou partidos, ou em corporações. De acordo com aqueles estudos, a hipótese de que o porte

do empreendimento é importante na determinação de sua eficiência econômica e sua vitalidade não é confirmada. Em oposição a essa hipótese, há evidências empíricas que indicam haver uma forte correlação entre desempenho econômico e social das firmas, organização social e políticas públicas de suporte à competitividade (LOVEMAN; SENGENBERGER, 1991; AMADIEU, 1991; BECATTINE, 1991; PIORE, 1991; SOUZA, 1995; LOIOLA, 1998).

Assim, o que distingue a noção de APL, em particular, não é a importância maior ou menor das relações que se estabelecem entre seus atores, nem a composição desses atores. A maior diferença repousa no reconhecimento de que a lógica que impulsiona tais relações não é meramente mercantil, guiada por racionalidade instrumental. Na noção de APL, existe uma tendência de focar relações mercantis e não-mercantis, questões de valores, de identidades, de sentimento de pertencimento, amparadas, essas últimas, em racionalidade substantiva, além de questões socioeconômicas, porque os APL estão localizados em territórios.

No Brasil, em especial, têm proliferado estudos sobre Arranjos Produtivos Locais com amplo espectro de atividades abrangidas. Estudos desenvolvidos no âmbito da Redesist evidenciam os avanços antes mencionados. Cassiolato & Lastres (2003:7) apresentam as seguintes vantagens do foco em arranjos produtivos locais:

a) representar uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos espaciais como os níveis municipais e de microrregião;

b) focalizar um grupo de diferentes agentes (empresas e organizações de P&D, educação, treinamento, promoção, financiamento) e atividades conexas que usualmente caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo local;

c) cobrir o espaço que simboliza o *locus* real, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovadoras e fluem os conhecimentos tácitos;

d) representar um importante desdobramento da implementação das políticas de desenvolvimento industrial, particularmente daqueles que visem estimular os processos de aprendizado, inovação e criação de capacitações. Neste caso, deve-se enfatizar a relevância da participação de agentes locais e de atores coletivos e da importância da coerência e coordenação regionais e nacionais.

É certo que a multidimensionalidade do APL requer novas ferramentas de pesquisa e de planejamento de intervenções. No Brasil, tal conceito tem sido usado como foco de políticas públicas. Mas muitos dos planos, programas, projetos e ações desenhados não se articulam com propostas de desenvolvimento regional e nacional. Desconsideram-se injunções derivadas do pacto federativo e o apoio do Governo Federal às dinâmicas endógenas, pressuposto da sustentabilidade ou da possibilidade de projetos de desenvolvimento em longo prazo. Embora se incorpore o conceito de território e se fale da importância das redes de aprendizado, as políticas que se respaldam nesse conceito continuam, na prática, a privilegiar a ótica da competitividade e a assumir uma perspectiva que privilegia a harmonia de projetos e a conciliação de interesses orquestrados em determinado território.

O conceito de território: origens, limites e possibilidades

Associado ou não a tipos de aglomerações produtivas, o conceito de território vem, por sua vez, ocupando um lugar de destaque no debate atual sobre desenvolvimento. Segundo Giraut e Antheaume (2005), as posturas em relação à importância dos territórios vão desde aqueles que defendem o seu fim, como Lévy (1993), Badie (1995), Castells (1996) e Veltz (1996), àqueles que acreditam que a territorialização é a solução para todos os problemas que dominam, hoje, as políticas públicas de vários países sejam do "Norte" ou do "Sul". Segundo os mesmos autores, o que se observa, na prática, é uma valorização da governança local paralela a um enfraquecimeto do papel do Estado como ator do desenvolvimento. Apesar da crescente importância da pesquisa sobre o território, ainda é precário o debate sobre os diferentes modelos territoriais bem como o

desenvolvimento de abordagens que dêem conta da sua complexidade e seus limites. Assim, o reconhecimento da pluralidade, complexidade e fluidez dos territórios é fundamental para tê-los como referência para um processo de governança e regulação.

Entende-se a incorporação do conceito de território, originalmente pertencente à Geografia, como um exercício de expansão da fronteira da Economia e uma possibilidade de avanço numa perspectiva interdisciplinar (BENKO, 1998). Como dito anteriormente, a Economia sempre deu pouca importância ao espaço e, quando o fez, sua preocupação era com o *quanto*, já que as distâncias poderiam interferir nos custos de produção. A valorização da dimensão territorial do desenvolvimento pressupõe que o espaço de ação em que ocorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais integrem os quadros analíticos de tal fenômeno, assim como aquelas variáveis estritamente econômicas.

A discussão sobre o território insere-se ainda na ciência regional, um dos ramos mais recentes das ciências sociais e econômicas.[10] Mas muito pouco se tem avançado na construção epistemológica e metodológica desse diálogo. Essa ainda é uma área em que economistas e geógrafos disputam interpretações específicas, evidenciando a proposição de Bordieu (2001) de que as disciplinas são campos de força, de relações de poder e de saber, cada uma querendo deter o monopólio de explicação e de respostas satisfatórias aos problemas do desen-volvimento, por exemplo.

Em meio a essa disputa pelo poder, a Geografia tem aprofundado o debate sobre territórios, principalmente a partir das contribuições de Henri Lefebvre (2000), para quem o espaço desempenha um papel e uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Outra contribuição importante foi a de Milton Santos (1978), com a incorporação do conceito socioespacial, derivado do de formação socioeconômica. Para esse último autor, não é possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço. Modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias

[10] Segundo Benko (1998), trata-se de uma disciplina "Carrefour", ou o que Milton Santos (1996) chamou de metadisciplina, situada no cruzamento das Ciências Econômicas, da Geografia, da Sociologia, das Ciências Políticas, do Direito, do Urbanismo e da Antropologia.

interdependentes (SANTOS, 1978). Assim, a forma, o aspecto visível, é o espaço, enquanto a estrutura, que da perspectiva da complexidade é *vir a ser* também, conforme antes indicado, diz respeito à natureza social e econômica desse espaço. Quando o espaço ganha espessura, tornando-se uma teia de significações de experiências e incorporando códigos sociais, delineia-se uma região (CORRÊA, 1995). A região é um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995).

O território surge, também, da perspectiva da tradicional Geografia Política. Nesse caso, o território é o espaço concreto em si, que é apropriado por um grupo social. A ocupação de um território gera raízes e identidades. Essa abordagem tem muitas vezes, no entanto, tratado o espaço em uma visão tradicional, retirando ou obscurecendo o seu caráter político, afastando-o do conceito de território do qual havia se aproximado.

Na perspectiva da Geografia Crítica, o território é visto como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" e os "outros". Territórios são relações sociais projetadas no espaço (SOUZA, 1995). Territórios são redes de relações sociais e produtivas, capazes de produzir singularidades. Assim como uma atividade produtiva pode ser responsável pela dinâmica de territórios, outras atividades, como culturais e de outra natureza, podem também ser forças motrizes de territórios e responsáveis pelo seu desenvolvimento. Por isso, a generalização de conceitos e modelos invariantes, não abertos ao câmbio e às trajetórias específicas, pode obscurecer especificidades e dinâmicas históricas, fundamentais para a percepção dos atores e das relações construídas, por sua vez fundamentais para entender processos de desenvolvimento em locais determinados.

O território é um lugar compartilhado no cotidiano e receptáculo da memória coletiva. Portanto, como ressalta Santos (1978), a categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado, pois o espaço é sempre histórico. O espaço, assim, é entendido como um conjunto

indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ação, considerados como um quadro único no qual a história se dá. O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento.

Quando incorpora o conceito de território, a Economia busca compreender a dinâmica local, as relações de poder, que são fundamentais para responder às necessidades de expansão do capital no contexto local. Esse esforço de expansão da fronteira da Economia é também uma possibilidade de avanço numa perspectiva interdisciplinar. O olhar espacial pressupõe uma atitude transdisciplinar (HISSA, 2002). Ao expandir sua percepção da realidade, a Economia caminha em direção à complexidade, no sentido de que seu olhar vai perscrutar estruturas, que são também *vir a ser*, movimentos de rupturas e de permanências de trajetórias, fenômenos singularizados por irreversibilidades, ambiguidades/ambivalências, intensidade, aprendizagem e relações de poder.

Pesquisas sobre territórios, na Europa ou no Brasil (FAURÉ; HASENCLEVER, 2003; RAUD, 1999), mostram que os principais vetores das redes de sociabilidade são, fundamentalmente, as características sociais e políticas, o compartilhamento de identidades e outros sentimentos de "pertencimentos" difusos por categorias de diferentes posições sociais e culturais. Esses vetores de sociabilidades são também bases do processo de aprendizagem e inovação e dão suporte, por sua vez, aos dois vetores de eficiência coletiva: a competitividade e a solidariedade, que são, por seu turno, bases do processo de aprendizagem e inovação, como uma espiral. Isso significa que as trajetórias dos territórios, nem sempre virtuosas, dependem de fatores muito mais complexos que os econômicos, normalmente incentivados, que podem ser chamados de forças motrizes das dinâmicas territoriais. O grande desafio é perceber essas forças, pois são elas que podem direcionar a governança e o desenvolvimento local/regional.

Pela sua natureza complexa e interdisciplinar, sua imbricação com as condições ambientais locais, o conceito de território pode ser, portanto, o guia da reflexão sobre os desafios do desenvolvimento e da construção de instrumentos de intervenção e de regulação dessas intervenções. Como

se viu, há ainda um grande caminho a ser explorado nessa perspectiva, bem como na construção de metodologias que integrem as diversas dimensões territoriais.

Algumas reflexões finais

Este capítulo procurou contextualizar o debate atual sobre o desenvolvimento, as novas formas de intervenção territorial e os desafios do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. A partir da constatação de que o "desenvolvimento" e o "progresso" prome-tidos pela aplicação da ciência moderna se mostraram limitados, excludentes e perversos, somos levados a uma profunda reflexão sobre as bases do conhecimento, os instrumentos de intervenção na realidade, que nos apontam a necessidade de se repensarem e renegociarem as bases de uma outra sociedade. A manutenção dessa lógica tende a acirrar as contradições, a exclusão social e os desastres ambientais. O aumento da consciência dos problemas ambientais no mundo, assim como os limites dos modelos baseados no produtivismo, tem induzido a revisão de algumas posturas, mas ainda há um longo caminho a percorrer. As políticas de desenvolvimento historicamente privilegiaram a dimensão econômica, sendo o foco das preocupações, fundamentalmente, a compreensão dos fatores que aumentavam a riqueza das nações, como a produtividade do trabalho. Naquele momento, a questão fundamental era compreender o processo de acumulação capitalista, os fatores responsáveis pela acumulação de riqueza e pelo crescimento econômico.

É a partir da Segunda Grande Guerra que o debate sobre o desenvolvimento toma corpo e se integra aos programas de reconstrução das instituições internacionais. Definem-se, então, os interesses implícitos na ajuda para o "desenvolvimento" por parte dos países desenvolvidos: o estabelecimento dos EUA como o padrão de referência a ser alcançado. Contra essa visão linear do desenvolvimento destaca-se a contribuição que promove a ampliação da compreensão da realidade dos países periféricos e a formulação de uma teoria específica do desenvolvimento para tais países. Celso Furtado alertou para os danos sociais que os mitos sobre o desenvolvimento podem causar. Ressaltou, corroborando postulação

cepalina, que o desenvolvimento é específico a cada formação social e precisa se respaldar nas necessidades concretas dessas formações sociais específicas. Várias outras contribuições da chamada ciência regional, revisadas neste capítulo, apontaram para a natueza desigual do processo de crescimento socioeconômico e a importância da ação do Estado no processo de construção de estratégias de desenvolvimento. Essas contribuções já evidenciavam a complexidade do processo de desenvolvimento e a necessidade de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

De fato, o desenvolvimento que sempre se realiza sobre territórios específicos é fenômeno complexo. Da combinação simultanea de componentes controláveis e não-controláveis, derivada da dinamicidade, emergem outras importantes características de fenômenos complexos, a exemplo do desenvolvimento: não lineridade – sua trajetória se realiza, primordialmente, por reconstrução, o que pressupõe tipo especial de aprendizagem, centrada em expressões de autonomia, embora manifestações de reprodução sejam também assimiláveis –, irreversibilidade – a história conta –, intensidade e ambigüidade/ambivalência.

Retomando um dos eixos centrais sobre a discussão de desenvolvimento atualmente – o de conhecimentos – tem-se que todo conhecimento é potencialmente disruptivo, mas também é suscetpível de censura. Essa característica ambivalente do conhecimento enquanto processo de produção social torna-se emblemática na era da competitividade globalizada: os sistemas educacionais vigentes se estratificam entre sistemas para os pobres e sistema para os ricos, assim como os conhecimentos se mostram difíceis de distinguir da "esperteza". Conhecimento não é somente modo de ver bem as coisas, é principalmente modo de dominar as coisas e, conseqüentemente, os outros, conforme nos ensina Demo (2002).

O sentido ou falta de limites incorporado à nocão de desenvolvimento, enquanto fenômeno complexo, é reflexo dessa própria ambivalência do fenômeno de aprendizagem. Conforme já pontuado anteriormente, positivistas apostam na devassabilidade do real, enquanto outras sugerem a trasnsitoriedade das soluções científicas por injunções epistemológicas e ontológicas. Não se pode esquecer, conseqüentemente, que, na realidade, o conhecimento tem sempre se mostrado limitado e passível de progredir,

seja por determinações sociais, seja porque "o sujeito conhecedor" é limitado, por conta de sua racionalidade limitada ou mesmo de restrições de seu sistema cognitivo. Repetindo o que nos diz Demo (2002), o que podemos saber é sempre menor do que realizamos saber.

Considerando, conforme postulado neste capítulo, que a capacidade de aprender não é função de fases biológicas de maturação, o direito a aprender tende a confundir-se com o direito ao desenvolvimento, se se toma desenvolvimento como oportunidade ou como qualidade de vida.

Entender o debate recente sobre o desenvolvimento exige, além desse esforço para mapear as características de fenômenos complexos, um esforço adicional no sentido de uma maior compreensão da dimensão territorial e dos desafios que esta coloca para a gestão social, uma vez que todo desenvolvimento se realiza sobre territórios.

Tendo em vista a sua natureza de fenômeno complexo, o desenvolvimento territorial passa pela potencialização de dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas. Ou seja, a compreensão de fatores e inter-relações materiais e cognitivas. A compreensão do jogo de interesses dos atores e dos fatores propulsores da dinâmica local é fundamental para a construção da governança. A "autonomização" do local pressupõe que os atores locais, públicos e privados, sejam os responsáveis pelos investimentos e pelo controle do processo de desenvolvimento. As políticas e o processo de gestão precisam ir além dos instrumentos, buscando construir verdadeiros espaços de negociação e governança nas escalas pertinentes à problemática.

Esse processo não se constrói de forma rápida e dentro de um plano de governo, mas a partir de compromissos políticos e da gestão dos interesses e paixões locais e em interação com atores situados em outras dimensões, como a região. O interesse local negociado não elimina os interesses diversos dos locais, a importância do papel do Estado e as políticas públicas de consulta à sociedade. Os espaços locais/territorializados estão imersos e dependem tanto dos sistemas regionais quanto do contexto político-econômico; existe uma interação permanente entre os processos socioeconômicos, os político-institucionais e os ambientais (BRAGA, 2001). Trabalhar nessa perspectiva integrativa é o grande desafio da

gestão territorial, da construção do desenvolvimento e das bases da competitividade sistêmica.

Enfim, este capítulo procurou compreender os desafios do processo de desenvolvimento e o potencial da exploração da dimensão territorial a partir de uma perspectiva de abordagem multiescalar, considerando-se que o desafio do desenvolvimento local é complexo e tem uma noção polissêmica, que comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerçam a cidadania; qualquer tentativa para transformá-lo em um modelo paradigmático estará fadada ao fracasso.

Algumas contribuições teóricas revisadas neste capítulo, como as de François Perroux, G. Myrdal, Albert Hirschman e Amartya Sen destacaram a miopia dos trabalhos que reduzem o desenvolvimento ao crescimento econômico, ressaltando a importância das dimensões cognitiva, subjetiva, cultural e sistêmica do desenvolvimento. Com base nelas e em novas formulações sobre desenvolvimento econômico, considerou-se que a incorporação da dimensão territorial nas pesquisas e programas pode abrir espaço para diferentes modelos de desenvolvimento regional e a possibilidade da construção de capacidade organizacional dos agentes regionais para superarem as contradições e resolveram os conflitos mediante a integração dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, uma vez que os territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma rede de relações sociais e produtivas capazes de produzir singularidades, ou seja, são espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder. Assim, o conceito de território, pela sua natureza complexa e interdisciplinar, sua imbricação com as condições ambientais locais, pode ser um conceito ou dimensão de reflexão dos desafios do desenvolvimento e da construção de novos instrumentos de ação/regulação sobre o território/região. O desenvolvimento regional é fundamental para o fortalecimento e solidariedade territorial. Com isso, espera-se estimular a reflexão sobre a "pasteurização" das políticas de desenvolvimento local a partir de arranjos produtivos locais – APLs – e o perigo da sua mistificação e generalização. Muitos trabalhos já assinalaram a fragilidade dos modelos universalistas e o risco de se olhar o local como solução para problemas que superam essa dimensão.

Dentro dessa última perspectiva, a Economia Industrial propõe os conceitos de Clusters, de Arranjos Produtivos Locais e de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Buscando valorizar a dimensão espacial e ampliar as fronteiras da Economia, os dois últimos conceitos, em especial, destacam o papel central da inovação e do aprendizado interativos como fatores de competitividade sustentada, apresentando-se como alternativas àqueles tipos de aglomeração produtiva que focam setores econômicos e empresas individuais.

Apesar de todo o avanço incorporado, defende-se que o conceito de APL vem se transformando em um novo mito, um ícone para se alcançar o desenvolvimento local, como resultado de uma ação concertada entre os atores. Muitos dos planos de desenvolvimento que tomam APL como unidade de intervenção, no Brasil, não têm se articulado com propostas de desenvolvimento regional ou nacional. Desconsideram injunções derivadas do pacto federativo e as possibilidades de apoio do Governo Federal, por meio de seus instrumentos de política, às dinâmicas endógenas – pressuposto da sutentabilidade ou da possibilidade de projetos de desenvolvimento a longo prazo. Embora incorporem o conceito de território e ressaltem a importãncia das redes de aprendizado, da cultura e da inovação, na prática, as políticas com foco no desenvolvimento local continuam a privilegiar a ótica da competitividade, que, às vezes, é igualada a desenvolvimento. O desafio não é vencido com a mera incorporação de um conceito de outra área, como estudiosos e *policymakers* relacionados à área de desenvolvimento têm feito com o conceito de território, originário da geografia. O desafio se realiza com sucesso quando incorporam-se suas bases epistemológicas, que sinalizam para seus limites, especialmente em termos de universalização e potencialidades, abrindo campos mais fertéis de diálogos que favorecem a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Referências

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTERS, H. M. M. (ed.). *Globalização e inovação localizada*: experiências de sistemas locais no MERCOSUL. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-198.

ALEXANDRINA, Ósia; MILANI, Carlos R. S.; SIQUEIRA, Tacilla e AGUIAR, Vicente. Redefinindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. In: *Cadernos Ebape.Br,* Rio de Janeiro, v. IV, n. 2, p. 2-27, 2006.

ALVES, Giovanni. *O novo (precário) mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AMADIEU, J. France. The development of small enterprise in France. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.: PIORE, M. J. (ed.). *The re-emergence of small enterprises*: industrial restructuring in industrialised countries. 2. ed. Geneve-Switzerland: International Labor Organization, 1991. p. 62-97.

AMARAL FILHO, J. Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D´água. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. V.44. 2003. 673-694.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006. 528 p.

ARBIX, G., Zilbovicius, M. *Por uma estratégia de civilização.* In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro, ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995. (Collection L'Espace du Politique)

BECATTINE, G. Italy. In: SENGENBERGER, W., LOVEMAN, G., PIORE, M. J. (ed.) *The re-emergence of small enterprises:* industrial restructuring in industrialised countries. 2. ed. Geneve-Switzerland: International Labor Organization, 1991. p. 144-172.

BENKO, G. *La science régionale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol.1. São Paulo: Record, 2000. 488 p.

BOISIER, Sergio. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? In: *Redes*. Vol. 8, n. 1, Santa Cruz do Sul, jan/abr 2003. p. 9-42.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. *Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais.* V. 4, n. 5, 2001. p. 35-48.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C., ALMEIDA F., N. A. (org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.* Campinas: Editora Alínea, 2007.

BRUNHOFF, S. L'instabilité monétaire internationale. In: CHESNAIS, F. (Coord). *La mondialisation financière*: genèse coût et enjeux. Paris: Syrus, 1996. 306 p.

CAMARGO, L. H. *A ruptura do meio ambiente*: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 240 p.

CASTORIADIS, C. Le monde morcelé. *Les Carrefours du Labyrinthe,* n. 3. Paris : Seuil. 1990.p.180.

CASTELLS, M. *The rise of network society*. Oxford: Blackwell, 1996.

CASTORIADIS, C. Le monde morcelé. *Les Carrefours du Labyrinthe,* n. 3. Paris : Seuil. 1990.

CÊPEDA, Vera A. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. In: LIMA, M. C., CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994. 286 p.

CHESNAIS, F. Nova economia: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Ano 6, dez. 2001. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*: o modelo japonês de trabalho e organização. Trad. Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CORRÊA, R. C. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto C. (orgs). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 16-35.

DAVID, M. D. *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008. 268 p.

DEMO, P. *Complexidade e aprendizagem*: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002. 195 p.

DEMO, P. *Educação do Futuro e Futuro da Educação*. São Paulo: Autores Associados. 2005.

DIO MÉO, G e BULÉON, P. L'espace social: lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2005. 303 p.

DUPAS, G. O poder dos atores e a nova lógica econômica global. (mimeo.) Ensaio apresentado na Conferência Brasil e União Européia Ampliada. Rio de Janeiro: setembro de 2004.

FAURÉ, Y-A et LABAZÉE, P. Les territoires productifs des agglomérations de PME dans les Suds: modèles et problèmes. In: ANTHEAUME, Benoît e GIRAUT, Fréderic (Éditeurs scientifiques). *Le territoire est mort. Vive le territoire*: une (re)fabrication au nom du développement. Paris: IRD Éditions, 2005. p. 269-294.

FAURÉ, Y-A, HESENCLEVER, L. *As transformações das configurações produtivas locais no Estado do Rio de Janeiro. Quatro estudos exploratórios: Campos, Itaguai, Macaé e Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2003.

FERNANDES A.C., CANO, W. O movimento do pêndulo justiça social e escalas espaciais do capitalismo contemporâneo. In: CAMPOLINA, C., LEMOS, M. B. (Org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 578 p.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol.1. São Paulo: Record, 2000. 488 p.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRAUT, Fréderic, ANTHEAUME, Benoît (eds.). *Le territoire est mort. Vive le territoire*: une (re)fabrication au nom du développement. Paris: IRD Éditions, 2005. 384 p.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço.* São Paulo: Anablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências). 252 p.

HISCHMAN, A. *A estratégia do desenvolvimento*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

HISCHMAN, A. *As paixões e os interesses*: argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo. Lisboa: Editora Beizâncio, 1997.

HISSA, Cássio E. V. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316 p.

HISSA, Cássio E. V. Cidade e ambiente. In: HISSA, Cássio E. V. *Saberes ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 311 p.

LASTRES, H.M. e CASSIOLATO, J. E. Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens e restrições e equívocos usuais. LASTRES e CASSIOLATO In: RedeSist: <http://www.ie.ufrj/redest>2003.

LASTRES H. M., CASSIOLATO, J.E. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, Rio de janeiro, 16 e 17 de agosto de 2003. RedeSist: <http://www.ie.ufrj.br/redest> Acesso em 03/03/2004.

LASTRES, H. M. M. Invisibilidades, injustiça cognitiva e outros desafios à compreensão da economia do conhecimento. Segunda versão de novembro de 2006, disponível em <www.redesist.ie.ufrj.br> Acesso em 01/11/2007.

LEFÉBVRE, H. *Espace et politique; le droit a la ville II*. 2. ed. Paris: Anthropos, 2000. 174 p.

LEFF, Enrique. Géopolitique de la biodiversité et développement durable. In: *Alternatives sud*: Changements climatiques, impasses et perspectives. Points de vue du Sud. v. 13-2006/2.

LÉVY, J. A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? *Espaces Temps, Les cahier*, 51-52, Les apories du territoire. Paris: Espaces, couper/coller, 1993. p. 102-142.

LOIOLA E. R., RIBEIRO, M. T. Inovação. Política de ciência e inovação (CT&I) como instrumento de governança para o desenvolvimento. *Revista Análise & Dados*; Salvador.2007, v. 14, n. 4. p. 5-15.

LOIOLA, E. Agroindústria, competitividade e desenvolvimento regional. Tese de Doutorado – Escola de Administração da UFBA/NPGA, Salvador, 1998.

LOVEMAN, G., SENGENBERGER, W. Introduction: economic and social reorganization in the small and medium-sized enterprise sector. In: SENGENBERGER, W., LOVEMAN, G., PIORE, M. J. (ed.). *The reemergence of small enterprises: industrial restructuring in industrialized countries. Geneve*: International Labor Organization, 1991. p.1-61.

MAGALHÃES, Ósia A.; MILANI, Carlos; SIQUEIRA, Tacilla e AGUIAR, Vicente M. de. (Re)definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. *Cadernos EBAPE*, jun. 2006.

MILANI, C. O "princípio participativo" na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências européias e latino-americanas. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005. (mimeo.).

MORIN, Edgar, MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade.* São Paulo: Petrópolis, 2000. 263 p.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo, NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O pensar complexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.

MUNCK R. & O'HEARN, D. *Critical development theory*: contributions to a new paradigm. London: Zed Books Ltd., 1999. 217 p.

MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed region*. London: Duckorth, 1957.

NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Coleção Trans. São Paulo: Editora Trion, 2005. 120 p.

O'HEARN, D. *Critical development theory*: contributions to a new paradigm. London: Zed Books Ltd., 1999. 217 p.

OLIVEIRA, F. Aproximação ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: CASSIA-BAVA, VERONIKA, P. SPINK, P (Org), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*.São Paulo: polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.

PECQUEUR, Bernard. Le développement local: pour une économie des territoires. 2. ed. Paris: Syros, 2000. 187 p.

PECQUEUR, Bernard, ZIMMERMANN, Jean Benoît. Fundamentos de uma economia da proximidade. In: CAMPOLINA, C e LEMOS, M. B. (org). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 578 p.

PECQUEUR, Bernard. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement des économies du Sud: ANTHEAUME, Benoît, GIRAUT, Fréderic. (Éditeurs scientifiques), *Le territoire est mort, Vive le territoire* : une (re)fabrication au nom du développement. Paris: IRD Éditions, 2005. p. 295- 316.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Heide, 1967.

PIORE, M. J. United States of America. In: SENGENBERGER, W., LOVEMAN, G., PIORE, M. J. (ed.) *The re-emergence of small enterprises*: Industrial restructuring in industrialised countries. 2. ed. Geneve-Switzerland: International Labor Organization, 1991. p. 261-308.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.* Vol.1. São Paulo: Record, 2000. 488 p.

RAUD, Cécilie. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil*: perspectivas de industrialização descentralizada a partir de análise da experiência catarinense. Florianópolis/Blumenal: Editora UFSC/Editora da FURB, 1999.

RIST, Gilbert. *Le Développement*: histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Science Po, 2001.

SACHS, I. Antropologie politique du Brésil. Palestra realizada na EHESS - École des Hautes Études en Science Sociales - Paris, em 27 de fevereiro de 2007, em Seminários de Antropologia, coord. Prof. Afrânio Garcia.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura, cultura do desenvolvimento. *Organização e Sociedade*. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. V. 12, n. 33 (abr/jun.). Salvador, 2005.

SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1979. 140 p.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Para um novo senso comum*: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Maria da Fé: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, M, SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *Território e Sociedade*: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001. 297 p.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial". Revista *Território*, 1, Rio de Janeiro 1996.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo César da C., CORRÊA, Roberto L. (Orgs). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SUZIGAN. Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de políticas. Disponível em <wsuzigan@eco.unicamp.br> Acesso em 27/11/2001.

SWEDBERG, R., GRANOVETER, M. Introduction to the second edition. In: GRANOVEETTER, M., SWEDBERG, R. The sociology of economic life. Colorado: Westview, 2001. p. 1-28.

TUCKER, Vincent. The myth of development: a critique of Eurocentria. In: MUNCK, R., O'HEARN, D. Critical development theory: contributions to a new paradigm. London: Zed Books Ltd., 1999. 217 p.

VASCONCELOS, F. C. de, GOLDSZMIDT, R. G. B., FERREIRA, F. C. M. Arranjos Produtivos. GVexecutivo, v. 4, n. 3, ago./out. 2005. p. 17-21.

VEIGA, E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. São Paulo: Garamond, 2005.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires.* L'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

VERONIKA, P., SPINK, P. (Org.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis Programa Gestão Pública e Cidadania/ FGV-EAESP, 2002. 336 p.

ZAFIROVSKI, M. The influence of sociology on economics: selected themes and instance from classical sociological theory. *Journal of Classical Sociology*, 2005, v. 5. DOI: 10.1177/1468795X05053488, disponível em <http:/jcs.sagepub.com> Acesso em 17/01/2008.

A geografia financeira do Estado da Bahia: 1995-2004[1]

Elsa Sousa Kraychete

Introdução

A literatura sobre as economias regional e urbana no Brasil tem, historicamente, privilegiado as análises centradas em indicadores relativos ao nível de produção e emprego à localização das empresas, aos fluxos comerciais, à infra-estrutura que permite a circulação das mercadorias e das pessoas e à localização das habitações, dedicando pouco espaço à discussão sobre o papel da moeda e do sistema financeiro nas dinâmicas econômicas regionais e urbanas. As razões para que os estudos nestas áreas deixem esta lacuna é, por um lado, de natureza teórica, relacionado à forte influência da teoria neoclássica nos estudos dessa natureza que, ao tomar a moeda como neutra, também assume que o sistema financeiro exerce apenas a função de intermediário das transações socioeconômicas. Sob essa concepção, o capital, o trabalho e as informações não encontram fronteiras, podendo mover-se livremente e sem custos entre as regiões. E mesmo entre os teóricos que não assumem a neutralidade da moeda ao apoiarem-se na perfeita mobilidade do capital em espaços subnacionais deixam de considerar as diferenças entre as regiões. Por outro lado, as razões são de natureza empírica, relacionada à inexistência de dados regionalizados sobre os bancos e as transações financeiras, que sejam capazes de sustentar as análises que, ao tratar das dinâmicas regionais, as articulem também com a dimensão financeira.[2]

Além da visão ortodoxa, é possível identificar distintas abordagens que tratam da moeda e dos sistemas financeiros como partes integrantes do processo econômico. As contribuições de Marx têm seus fundamentos ligados à análise do processo de acumulação de capitais, onde são observadas as funções que desempenham a moeda e o crédito. Marx observa

[1] A pesquisa que sustenta este texto contou com a participação dos estudantes Adriano Adelmo de Jesus e José Williams Soares da Silva, bolsistas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, e Bruno Menezes, bolsista do CNPq. Os mapas foram elaborados por José Williams Soares da Silva.

[2] No Brasil, só a partir de 1988 são encontradas informações sobre a movimentação bancária e localização de agências consolidadas por município, quando o Banco Central organizou e disponibilizou o Sistema de Informação do Banco Central do Brasil – SISBACEN.

que as transações bancárias têm interferência na dinâmica capitalista, em especial, a partir do sistema de créditos, não só como parte importante das transações bancárias, como no movimento da acumulação de capitais. Para este autor, o sistema de crédito tanto acelera o desenvolvimento material das forças produtivas como contribui para a formação do mercado mundial. Marx sublinha, ainda, a capacidade que tem os bancos de criar meios de pagamentos para além dos depósitos captados (MARX, 1983).

Outra abordagem que guarda distância da visão da neutralidade da moeda é a desenvolvida por Keynes. Em sua Teoria Geral, este autor toma o circuito real e o circuito financeiro como integrados. Diante da instabilidade econômica, põe em relevo o caráter instável da produção no capitalismo e afirma que as origens de tal instabilidade encontram-se no circuito financeiro. As incertezas próprias da produção no capitalismo, não raras vezes desapontam as expectativas dos capitalistas, acrescenta. É aqui – entre a idéia de incerteza e instabilidade – que as contribuições de Keynes vão fornecer os argumentos mais importantes aos estudos que, sob a sua perspectiva, tratarão da moeda e dos sistemas financeiros na trajetória do desenvolvimento (KEYNES, 1982).

Ambas as contribuições vão nutrir produções teóricas e empíricas que tratam do desenvolvimento socioespacial onde as dinâmicas real e financeira são integradas. Na linha teórica baseada nas contribuições de Keynes, no que toca às finanças regionais, vários estudos têm centrado a atenção na discussão sobre os mercados regionais de crédito, fluxos financeiros inter-regionais, os sistemas bancários, diferenças regionais de custos de transação, concentração dos mercados regionais de crédito, fluxo financeiro de fundos inter-regionais (DOW, 1987; CHICK e DOW, 1988). No Brasil, Amado (1996, 1998) e Crocco (2006) têm aportado contribuições que, a partir da matriz keynesiana, reafirmam a heterogeneidade regional do sistema financeiro.

A análise do mercado de créditos também tem sido revisada a partir da introdução de problemas relacionados à assimetria de informações e dos custos de transação (STIGLITZ e WEISS, 1981). Nas transações de crédito, diferente do que ocorre em outros mercados, o preço, expresso

pela taxa de juros, não funciona como variável determinante. Interessa aos ofertantes de crédito, na definição de uma transação, não apenas o preço, como também o risco do empréstimo. Esta visão repercute no âmbito da discussão sobre a relação entre o desenvolvimento regional e o sistema financeiro, destacando as imperfeições nos mercados de capitais.

A emergência das políticas de minoração da pobreza pela via do mercado, ao destacar o tema da inclusão financeira, mostra que a forma como o sistema financeiro está estruturado leva à exclusão de parcelas da população em relação ao acesso ao crédito e a outros serviços financeiros (STIGLITZ e WEISS, 1981). Na mesma linha, também merece referência o trabalho de Leyshon e Thrift (1997), que além de tratar da "exclusão financeira dos pobres" agrega a questão espacial quando descrevem que os excluídos, em geral, estão concentrados em áreas específicas, sejam nas cidades ou em regiões rurais que, dada à concentração da localização das agências bancárias, vêm fortalecidos os mecanismos de exclusão.

Os estudos cuja abordagem têm a teoria de Marx como fundamento têm buscado identificar processos e explicações para a crescente interpenetração das moedas e das finanças com a esfera produtiva e fenômenos macroeconômicos. Tomando o espaço internacional como cenário, destaca-se a busca da hierarquização dos fatores que definem a mundialização do capital pela via das finanças (BRUNHOFF, 1978, 2005; CHESNAIS, 1996).

Lidando, diretamente, com o problema da instabilidade e meios que tem o capital de mover-se, fugindo das crises, no espaço e no tempo, Harvey (1999) aponta o crédito (junto com o capital fictício: debêntures, hipotecas, ações, dívida pública) como uma das formas de o capital excedente fluir de uma esfera de menor valorização para outra de valorização maior em momentos específicos. Esse trânsito não pode abdicar da dimensão espacial. Em estudo voltado para o ambiente urbano, Harvey (1982) vai sublinhar como o sistema financeiro alimenta o desenvolvimento desigual, quando trata do financiamento da habitação. Tomando o exemplo do financiamento habitacional, o autor argumenta como as instituições financeiras, coerentes com a lógica capitalista, deixam desatendidas populações de áreas densamente povoadas, mas de baixa renda,

que, mesmo diante de abundante oferta de imóveis a baixo preço, não chegam a comprar tais imóveis pelo não-acesso ao mercado de créditos.

O objetivo central deste artigo é a análise da estrutura bancária e financeira no estado da Bahia entre 1995 e 2004. O trabalho está estruturado em mais três seções além desta introdução. Na segunda seção, traz a análise histórica da institucionalização do sistema bancário e financeiro brasileiros, balizada pela reforma financeira implementada em 1964, base da organização e funcionamento do sistema até o final dos anos 80, e pela nova configuração inaugurada a partir dos anos 1990. A terceira seção examina o caso da Bahia, destacando a posição relativa da rede bancária baiana frente às principais praças nacionais, a cobertura bancária do território baiano e a distribuição espacial do estoque de depósitos e de créditos. Por fim, na quarta seção serão apresentadas as considerações finais.

Marcos recentes da reestruturação do Sistema Financeiro Brasileiro e algumas indicações sobre os seus rebatimentos espaciais

O atual desenho do sistema bancário e financeiro brasileiro tem seus contornos marcados pelas redefinições do marco legal de reformas iniciadas em 1964, que reordenaram o sistema nacional de forma a garantir sustentação financeira para um novo ciclo de acumulação de capitais nos moldes em que vigorou até os anos 1980, e pelas reformas implementadas a partir dos anos 1990, já articuladas com a abertura comercial e financeira.

A reforma financeira de 1964 e os seus reflexos na arquitetura financeira e na presença dos bancos em espaços regionais

A reforma bancária e financeira iniciada em meados de 1964 realizou modificações na regulação do mercado financeiro, ao tempo em que

exigiu a redefinição da arquitetura bancária brasileira. A seguir, com base em Tavares (1976), são destacados alguns marcos que caracterizam a reforma:

• Instituição da correção monetária dos Títulos do Tesouro Nacional pela Lei 4.354, de julho de 1964, que visava, num primeiro momento, alcançar o equilíbrio fiscal, mas que logo depois foi ampliada para quase todas as operações financeiras;

• Regulamentação dos Bancos de Investimento, com a Lei 4.728, de julho de 1964, que visava consolidar as operações de crédito de longo prazo. Nessa direção, foram reguladas as operações no âmbito das bolsas de valores;

• Criação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, Lei 4.380, de 14 de julho de 1964, que justificou a criação do Banco Nacional de Habitação, assim como as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;

• Regulamentação das captações externas, possibilitando a entrada de capitais de curto prazo para repasse às empresas, tanto pelos bancos comerciais como pelo então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE;

• Reformulação do sistema de operação das financeiras, que passaram a desempenhar papel destacado na concessão de crédito ao consumidor, delimitando o espaço dessa modalidade de crédito do ofertado pelos bancos de investimento;

• Instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, Lei 4.829, de 1995, cujo objetivo era também proporcionar ao setor agrícola uma fonte específica de acesso ao crédito;

• Ampliação dos incentivos fiscais que permitiam deduções do imposto sobre a renda de pessoas e empresas para aplicação em áreas e setores prioritários.

> As mudanças no ordenamento do sistema financeiro passam a exigir modificações na estrutura do setor de forma a redesenhá-lo. No topo, são criados o Conselho Monetário Internacional (responsável pela formulação da política monetária), o Banco Central, que substituiu a

> Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC e reestruturou a relação entre o Tesouro e as autoridades monetárias. Nesse processo, o papel do Banco do Brasil é redefinido, passando esta instituição a assumir mais claramente a identidade de banco comercial. O Banco Nacional de Habitação – BNH, também criado nessa época, é uma exigência do Sistema Financeiro de Habitação, recém-inaugurado.

A intermediação financeira passa, a partir de então, a verificar se por uma multiplicidade de títulos financeiros que deixa para trás a intermediação baseada na preponderância do tradicional esquema de captação de depósitos, por um lado, e a oferta de crédito como a fonte central de aplicação, por outro lado. Esse movimento dá lugar ao surgimento e/ou ampliação das financeiras, das companhias de seguros, sociedades de crédito, sociedades de investimentos e associações de poupança (TAVARES, 1983). Lima (2001) chama a atenção para a ausência de regulamentação específica, no bojo da reforma, para as instituições financeiras públicas não-federais, que acabaram submetidas à mesma regulação dos bancos privados:

> afora a menção ao Banco do Brasil, por conta da necessidade de revisão de suas funções, nenhum outro banco comercial público foi mencionado no conjunto principal das reformas, não obstante o peso relativamente importante desses bancos na estrutura financeira do país (LIMA, 2001:55).

Ainda segundo a autora, uma regulação própria para os bancos de propriedade do capital estatal só veio em 1968, para distinguir as modalidades operacionais entre estas instituições e os bancos de investimento, já que ambos tinham por missão a realização de negócios de longo prazo.

A reforma financeira empreendida a partir dos anos 60, ao romper com os limites colocados pela Lei da Usura frente à espiral inflacionária que vigorou na economia brasileira entre 1961 e 1964, inviabilizava a captação e os financiamentos de longo prazo pelos bancos comerciais. Avançar na direção do financiamento da expansão econômica requer a ordenação do sistema financeiro em termos de ampliação das suas funções, mas também a disciplina quanto ao crescimento da rede bancária.

A configuração que assumiu o sistema financeiro nacional a partir da reforma iniciada em 1964 apresenta, ao longo do período que vai até o início dos anos 90, movimentos que, por um lado, resulta em concentração bancária, mas, por outro lado, tal concentração não impede a expansão da rede de agências em regiões periféricas. Entre 1964 e 1970, observa-se uma contração do número de estabelecimentos bancários da ordem de 58%, passando de 336 estabelecimentos para 195, resultado da onda de fusões (TAVARES, 1982).

A concentração verificada nesse período, no entanto, não teve como conseqüência restrições à ampliação da rede de agências em regiões periféricas, afinal os bancos cumpriam importante papel na implementação de políticas desenvolvimentistas que orientavam o Estado brasileiro na condução de políticas econômicas. Os incentivos fiscais, instrumento central de intervenção governamental nos sistemas produtivos regionais, demandam a presença dos bancos. A resposta a tal demanda é respaldada pela Resolução 200/1971, do Banco Central, que ao suspender a concessão de cartas patentes para novas agências, particularmente nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, possibilitou a ampliação da rede em outras regiões (HANNEQUIM, 1989; AMADO, 1996).

O movimento em direção à concentração traz consigo importante modificação do sistema bancário: a desregionalização do sistema financeiro, que até então operava com base em bancos de base regional (CORRÊA, 1989). Até essa época, apenas o Banco do Brasil podia ser considerado como um banco com implantação nacional. Os pequenos e médios bancos, sob tal restrição, não reuniam condições de ampliar a sua própria rede para praças mais distantes, desassistidas e, em geral, menos lucrativas, determinando que a ampliação da rede para as regiões periféricas ocorresse com base em bancos privados nacionais de grande porte ou nos bancos públicos, em especial, os de caráter estadual.

A expansão da implantação de agências, nesse período, segundo Corrêa (2006), está condicionada a duas circunstâncias: a atuação do Estado como articulador de políticas que visavam ao desenvolvimento de regiões específicas, moldadas de forma a ampliar a atuação dos agentes

financeiros públicos sem concorrer diretamente com os intermediários financeiros privados; e a lógica dos bancos privados, que expandiram a oferta de empréstimos, sustentados no ganho inflacionário decorrente da operação de captação de depósitos à vista não remunerados.

Embora a dinâmica macroeconômica, a partir do final dos anos 70, seja marcada pela retração econômica combinada com altas taxas de inflação, o sistema bancário foi capaz de adaptar-se de forma a manter a sua estrutura e sem grandes modificações quanto à presença das agências no território nacional. Segundo Corrêa,

> ainda que a captação de depósitos tenha perdido participação na estrutura de passivos, a articulação entre a captação de depósito à vista sem remuneração e uma estrutura de ativos rentáveis era fonte importante de ganhos para os bancos (CORRÊA, 2006:178).

No início da década de 1980 a ação do Banco Central é orientada a partir dos seguintes objetivos: estender a assistência bancária a todos os municípios; melhorar a assistência bancária de municípios menos atendidos; e efetuar medidas de regionalização bancária (CORRÊA, 2006:179).

A combinação das estratégias de ganho inflacionário com os incentivos advindos do Banco Central permitiu a ampliação da rede bancária em todo o território nacional. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, exatamente as que exibiam menores índices de desempenho econômico, expandiram as suas redes em 56%, 90% e 92%, respectivamente, entre 1979 e 1983. As regiões Sul e Sudeste, nesse mesmo período, viram as suas redes bancárias ampliadas em 25% e 16%, respectivamente. O crescimento verificado no número de agências nas regiões menos desenvolvidas não implicou na perda de centralidade da Região Sudeste que, em 1983, detinha, aproximadamente, 46% do total de agências bancárias. A ampliação do número de agências resulta da estratégia pela qual os intermediários financeiros públicos aumentaram as suas participações nas praças menos assistidas. As regiões Norte e Nordeste, nesse momento, detêm 43% das agências de bancos públicos. Para efeito de comparação, essas regiões concentravam apenas 21% do total nacional das suas agências de bancos de capital privado (CORRÊA, 2006:180).

A reorganização institucional do sistema financeiro a partir dos anos 1990

A reorganização do sistema financeiro a partir dos anos 1990 tem seus marcos definidos pela persistência, na economia brasileira, de altas taxas de inflação e pela abertura comercial e financeira. A implementação dos planos de combate à inflação, ao debelar as altas taxas inflacionárias, rompe um dos elos que sustentava o desempenho do sistema bancário caracterizado por baixo volume de empréstimo e obtenção de altos lucros. A abertura financeira, por sua vez, traz modificações significativas na propriedade do capital dos bancos.

A implementação, em meados da década de 1990, do Plano Real, ao controlar a inflação, no médio prazo, questionou essa via de obtenção de lucros pelos bancos: captação não remunerada e/ou captação a taxas menores que as de aplicação. A fuga, num primeiro momento, para as operações com títulos públicos compensavam as perdas da carteira de créditos, contribuindo para que as margens de lucro dos bancos não fossem negativamente atingidas. A inflação controlada, no entanto, apontava para a necessidade de os bancos ajustarem-se a partir de mudanças na composição da estrutura de captação e aplicação, mas nem todos alcançaram tal intento, resultando em perdas de receitas inflacionárias (CARVALHO e VIDOTTO, 2007).

Ao tempo em que as dificuldades ao ajuste se impunham, verificaram-se quebras, fusões e incorporação de instituições financeiras, que levaram a mais uma reestruturação do setor financeiro. Em 1994 o Brasil contava com 230 bancos, reduzidos a 179, quatro anos depois. Entre 1995 a 1998, resultado da concentração bancária, os cinqüenta maiores bancos responderam por, aproximadamente, 98% do total do ativo, do patrimônio líquido, do número de trabalhadores e do número de agências no cômputo de bancos (GONÇALVES, 1999:163).

Em grande medida, a nova estrutura foi orientada pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e pelo Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). A reestruturação do setor financeiro levou a mudanças substanciais na propriedade do capital,

seja a partir da abertura ao capital externo, seja a partir da liquidação ou venda dos bancos públicos estaduais. Segundo dados do Banco Central, compilados por Corrêa (2006), a participação de bancos com controle estrangeiro no total dos ativos do setor bancário aumentou de 8,35%, para 27,38% entre 1993 e 2002. Nesse mesmo período a participação da Caixa Econômica Federal cai de 15,51% para 11,66%, e a do Banco do Brasil é reduzida de 22,93% para 17,12%. Mais significativa é a perda de importância dos Bancos Públicos Estaduais que passam de 13,41% para 5,87%, no mesmo intervalo de tempo. A participação dos bancos privados nacionais passa de 40,67% para 36,93% (CORRÊA, 2006:192).

A evolução do capital estrangeiro na propriedade dos bancos repercute nas operações de crédito, quando se verifica que, entre dezembro de 1994 e dezembro de 2000, os bancos controlados por capitais externos serão os que passam a apresentar evolução sempre crescente. Em contrapartida, quando se observa os bancos públicos, verifica-se que entre 1994 e 2002 as operações de créditos realizadas por este segmento de bancos caem de 59,14% para 28,56% do total de créditos concedidos (CORRÊA, 2006:193).

Numa primeira aproximação, a reestruturação do setor, no período, repercute espacialmente de forma a elevar a participação da Região Sudeste de 50,73% do total de agências para 54,38%, entre 1990 e 2002. No mesmo período, as demais regiões – exceção para o Sul, que permanece no mesmo patamar – perdem posição no *ranking* nacional: a Região Norte cai de 4,29% para 3,42%; a Nordeste de 16,67% para 15,26%; e a Centro-Oeste de 7,70% para 6,46% (CORRÊA, 2006:201). Em conseqüência, a exceção do Distrito Federal, que manteve cobertura de 100%, e Goiás, que aumentou o nível de cobertura, as demais unidades da federação viram diminuído o número de municípios que contavam com agências bancárias.

A redistribuição das agências no espaço nacional deve-se, em grande parte, ao destino dos bancos públicos estaduais que foram liquidados ou privatizados, resultando no fechamento total das agências ou diminuição

de número, no caso de o banco haver sido privatizado. Também contribuiu nessa direção a incorporação de bancos de base regional por bancos estrangeiros ou nacionais de implantação nacional, como foi o caso do Banco Econômico – absorvido pelo Excel –, do Banorte e do Bamerindus – adquiridos pelo Bandeirantes e pelo HSBC, respectivamente.

A rede bancária no estado da Bahia: estrutura e hierarquização

Nesta parte do texto será realizada a análise da evolução recente da estrutura e espacialização da rede bancária na Bahia, destacando o número de agências autorizadas e os estoques médios de depósitos e de créditos. Os dados utilizados são do Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, disponível no portal do Banco Central. A análise proposta será realizada a partir dos seguintes indicadores:

- Número de agências bancárias por município;
- Indicador de estoque: média do volume de recursos captados e aplicados;
- Indicador de centralidade: posição hierárquica das praças financeiras de acordo com a participação relativa de seus respectivos indicadores de estoque; e
- Indicador de dinamismo financeiro: definido pela razão crédito/depósito (E/D).

O dinamismo financeiro de cada praça será demonstrado a partir dos resultados encontrados na razão crédito/depósito:

- Praça financeira dinâmica: E/D > 1
- Praça financeira estagnada: E/D = 1
- Praça financeira com pouca vitalidade: E/D < 1

A posição relativa da rede bancária baiana frente às principais praças bancárias brasileiras

O exame da posição da Bahia frente ao conjunto brasileiro revela que o estado perde posição ao longo do período em foco. O número de agências, que se aproximava de 5% em 1995, retrai para 4,33% do total nacional em 2004. Quando se observa a captação de depósitos, há pequena elevação no estoque médio entre 1995 e 2000, quando evolui de 2,02% para 2,38% do total brasileiro. Mas, em 2004, as captações baianas representam apenas 1,58%, do total nacional. A retração da participação baiana no cenário financeiro nacional é ainda mais significativa quando observado o comportamento do estoque médio de créditos, que cai, no período, de 3,48% em 1995 para 1, 57% em 2004, como pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 1

Posição relativa da Bahia no sistema financeiro brasileiro: número de agências, estoque médio de depósitos e estoque médio de créditos: 1995, 2000 e 2004.

%

Estado	Núm. Agência	Estoque Médio Depósito	Estoque Médio Crédito	Núm. Agência	Estoque Médio Depósito	Estoque Médio Crédito	Núm. Agência	Estoque Médio Depósito	Estoque Médio Crédito
BA	4,93	2,02	3,48	4,43	2,38	2,90	4,33	1,58	1,57
RJ	8,36	15,37	11,09	9,52	11,11	11,25	9,40	9,51	7395
MG	10,90	6,88	6,01	10,84	5,40	5,07	10,64	5,09	5,61
SP	29,18	46,86	44,60	32,41	51,48	49059	32,11	51,73	56,50
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central/SISBACEN. Cálculos da autora.

As modificações ocorridas no sistema financeiro brasileiro resultaram em maior concentração no estado de São Paulo no que se refere tanto ao número de agências quanto ao de captação e concessão de créditos. Mesmo praças importantes como as do Rio de Janeiro e Minas Gerais viram as suas posições relativas negativamente afetadas.

A cobertura da rede bancária no território baiano

A rede bancária na Bahia quando observada pela presença/ausência de agências caracteriza-se, por um lado, pela alta concentração em algumas em praças e, por outro lado, pelo grande número de municípios que não contam com nenhuma agência. É também significativo o número de municípios que contam apenas com uma agência.

A reorganização do sistema financeiro nacional ao longo dos anos 1990 repercute no território baiano de forma que, em 2004, o nível de cobertura bancária seja ainda menor do que havia sido alcançado em 1995: enquanto neste ano 30,60% dos municípios baianos não contavam com nenhuma agência, em 2004 este percentual era de 32,13%. O impacto é ainda maior quando se toma o registro do ano 2000, ocasião em que os bancos deixam de assistir 41,97% do total de municípios (Tabela 2). O impacto sobre a diminuição do número de agências, neste ano, está diretamente relacionado com a reorganização do sistema financeiro nacional que repercute na Bahia com a venda do Banco Econômico, em 1999, e com a privatização do Banco do Estado da Bahia, adquirido pelo Banco Brasileiro de Descontos – BRADESCO; ambas as operações resultaram no fechamento de agências, especialmente nas praças que apresentavam menor rentabilidade.

O número de municípios que contavam com apenas uma agência passa de 41,69% em 1995 para 46,52% em 2004. Quando a estes percentuais se acrescentam as praças que contam com duas agências, observa-se que mais de 50% do total de municípios baianos apenas alcançam o patamar de duas agências (Tabela 2).

Por outro lado, o número de praças que contam com mais de dez agências não alcança 2% do total de municípios. Ainda mais revelador da concentração é a posição ocupada por Salvador, que desponta como a praça que concentra grande número de agências. Esta praça, em 1995, contava com 208 agências, representando, aproximadamente, um quarto do total de agências no estado. Embora em 2000 verifique-se diminuição do número de agências em Salvador, há aumento da sua participação relativa: as 199 agências autorizadas correspondiam a 27,49% do total de agências na Bahia. Em 2004, o número de agência volta a crescer – 210

agências – e Salvador passa a concentrar 28,19% do número total. A uma larga distância da primeira colocada, aparece a praça de Feira de Santana, com 24 agências em 1995, 22 em 2000 e 24 em 2004 (Tabela 5).

Os mapas a seguir permitem a visualização do descrito acima (Fig. 1).

Tabela 2

Cobertura da rede bancária em municípios baianos: 1995, 2000 e 2004

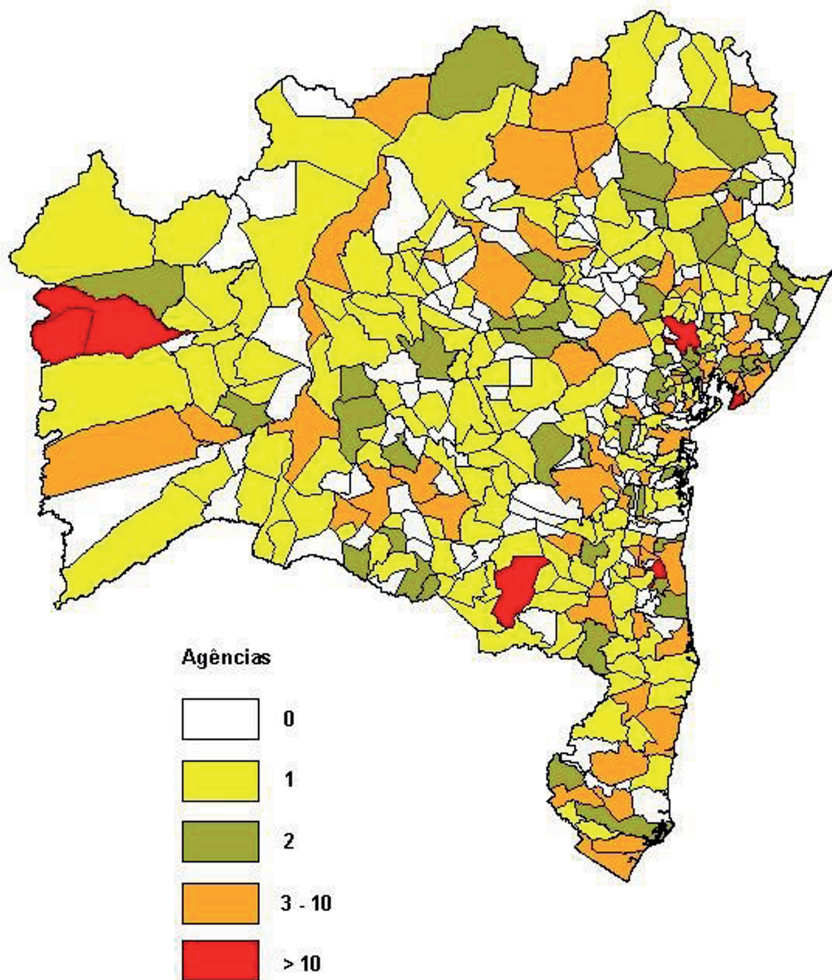
Nº Agência	1995		2000		2004	
	Nº Município	%	Nº Município	%	Nº Municiípio	%
0	127	30,60	175	41,97	1343	2,13
1	173	41,69	156	37,41	194	46,52
2	52	12,53	26	6,24	37	8,87
3 a 10	58	13,98	54	12,95	47	11,27
>10	5	1,20	6	1,44	5	1,20
Total	415	100,00	417	100,00	417	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil/SISBACEN. Cálculos da autora.

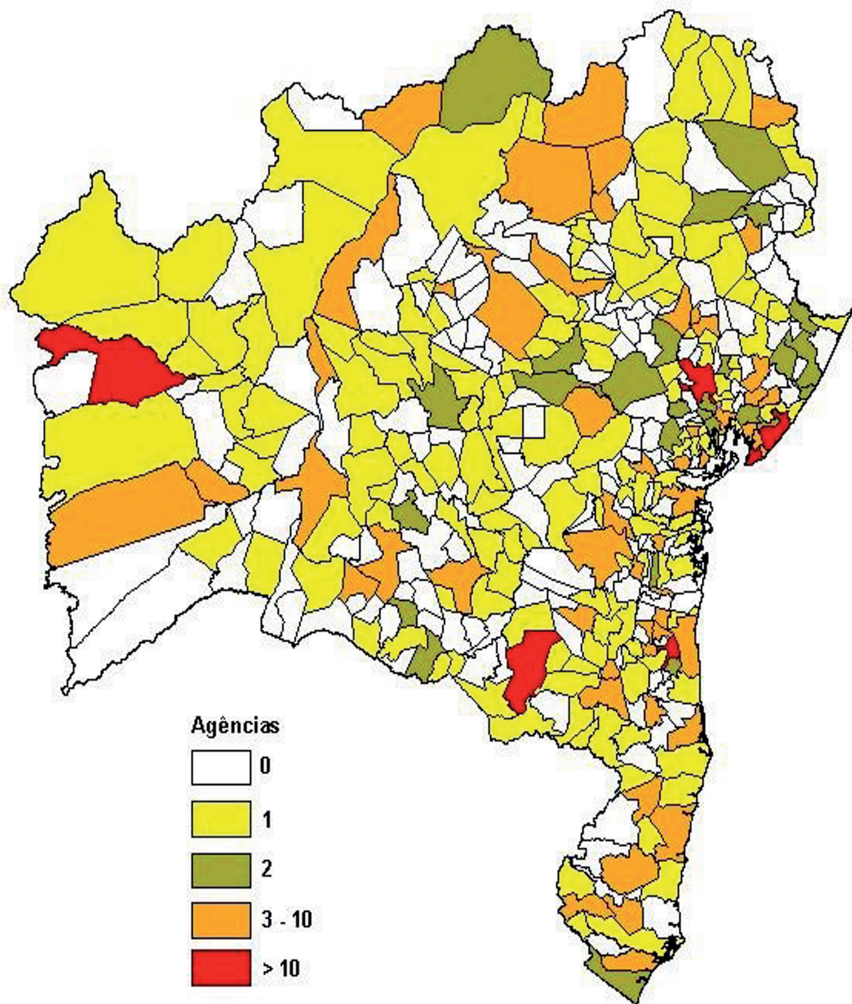
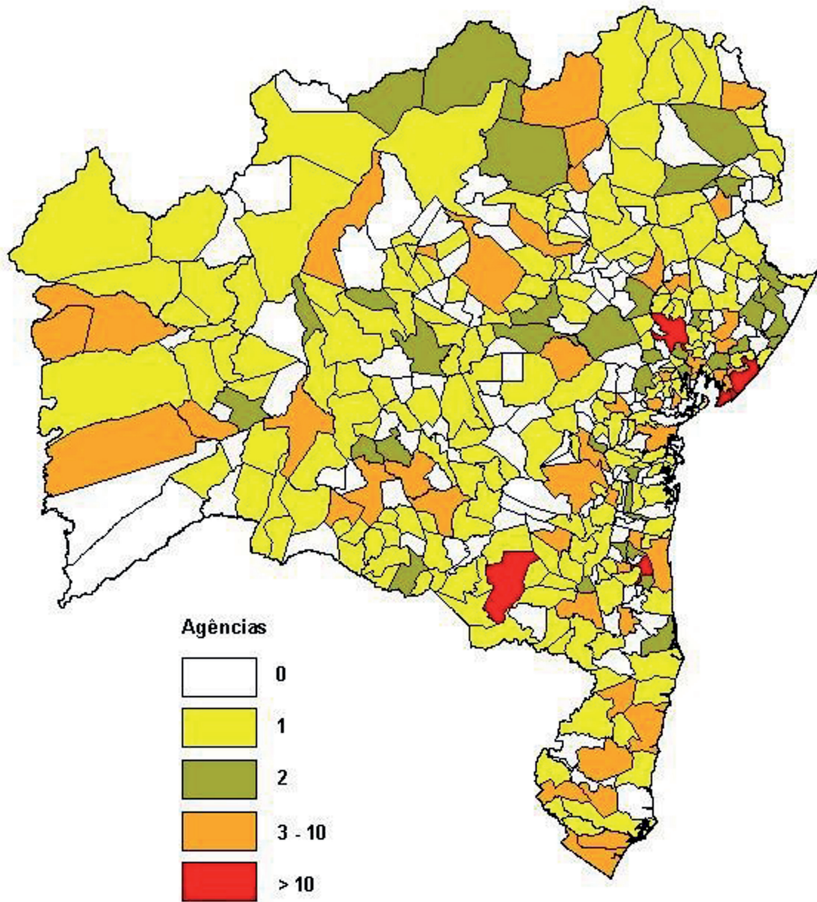
A distribuição dos bancos em mesorregiões por propriedade do capital

A distribuição da rede bancária por propriedade do capital registra pequeno movimento quanto à posição relativa entre a participação dos bancos de capital público e de capital privado. Enquanto em 1995 e em 2000 os bancos privados respondiam por 58,47% e 57,87%, respectivamente, das agências bancárias na Bahia, em 2004 verifica-se mudança relativa que vai conferir aos bancos controlados por capital público a presença de 50,87% do total (Tabela 3).

O exame relativo à distribuição das agências, sob o critério da propriedade do capital nas mesorregiões, parece confirmar a estratégia dos bancos privados em ocupar as praças comprovadamente mais rentáveis e já consolidadas, enquanto os bancos controlados pelo capital público, aderente às políticas governamentais, fazem-se mais presentes

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS BAHIA - 1995

Fonte: Banco Central do Brasil

0 75 150 km

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS BAHIA - 2000

DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS BAHIA - 2004

nas regiões pioneiras e nas regiões onde se verificam dinâmicas econômicas mais deprimidas. Em 1995, momento em que a participação dos bancos privados atinge maior participação, isto não acontece na Mesorregião Nordeste, a de menor dinamismo econômico no contexto baiano, onde os bancos privados têm participação 44,12% contra 55,88% de bancos de capital público, nem na Mesorregião Extremo Oeste, em fase de consolidação de uma nova dinâmica econômica. Em contrapartida, na Mesorregião Metropolitana, a mais potente economicamente, a relação é de 31,29% para os bancos públicos e 68,71% para os bancos privados (Tabela 3).

A rede bancária na Bahia por propriedade do capital e mesorregião: 1995,2000 e 2004

Estado/Região	Total (a)	%	Bancos Públicos Total (b)	%	BB %	CEF %	BF %	Bancos Privados Total (c)	%	MULT %	COM %	(b/a) x 100	(c/a) x 100
1995													
BAHIA	838	100,00	348	100,00	100,00	100,00	100,00	490	100,00	100,00	100,00	41,53	58,47
Extremo Oeste	37	4,42	19	5,46	6,12	1,51	8,11	18	3,67	3,81	-	51,35	48,65
V. Sanfranciscano	47	5,61	21	6,03	5,71	6,06	8,11	26	5,31	5,50	-	44,68	55,32
Centro Norte	113	13,48	54	15,52	16,73	9,09	18,92	59	12,04	12,47	-	47,79	52,21
Nordeste Baiano	68	8,11	38	10,92	12,65	7,58	5,41	30	6,12	6,34	-	55,88	44,12
Metropolitana	294	35,08	92	26,44	20,82	48,48	24,32	202	41,22	39,75	82,35	31,29	68,71
Centro Sul	139	16,59	67	19,25	21,63	13,64	13,51	72	14,69	15,22	-	48,20	51,80
Sul	140	16,71	57	16,38	16,33	13,64	21,62	83	16,94	16,91	17,65	40,71	59,29
2000													
BAHIA	724	100,00	305	100,00	100,00	100,00	100,00	419	100,00	100,00	100,00	42,13	57,87
Oeste	29	4,01	15	4,92	5,61	1,33	8,82	14	3,34	3,35	-	51,72	48,28
V. Sanfranciscano	43	5,94	19	6,23	5,61	6,67	8,82	24	5,73	5,74	-	44,19	55,81
Centro Norte	90	12,43	44	14,43	15,82	9,33	17,65	46	10,98	11,00	-	48,89	51,11
Nordeste Baiano	53	7,32	26	8,52	10,20	5,33	5,88	27	6,44	6,46	-	49,06	50,94
Metropolitana	281	38,81	94	30,82	25,51	49,33	20,59	187	44,63	44,50	100,00	33,45	66,55
Centro Sul	115	15,88	56	18,36	20,41	14,67	14,71	59	14,08	14,11	-	48,70	51,30
Sul	113	15,61	51	16,72	16,84	13,33	23,53	62	14,80	14,83	-	45,13	54,87
2004													
BAHIA	745	100,00	379	100,00	100,00	100,00	100,00	366	100,00	100,00		50,87	49,13
Oeste	33	4,43	20	5,28	5,64	1,28	11,43	13	3,55	3,56	-	60,61	39,39
V. Sanfranciscano	43	5,77	24	6,33	6,39	5,13	8,57	19	5,19	5,21	-	55,81	44,19
Centro Norte	99	13,29	59	15,57	16,54	10,26	20,00	40	10,93	10,96	-	59,60	40,40
Nordeste Baiano	56	7,52	33	8,71	10,15	5,13	5,71	23	6,28	6,30	-	58,93	41,07
Metropolitana	287	38,52	116	30,61	26,32	51,28	17,14	171	46,72	46,58	100,00	40,42	59,58
Centro Sul	123	16,51	70	18,47	20,30	14,10	14,29	53	14,48	14,52	-	56,91	43,09
Sul	104	13,96	57	15,04	14,66	12,82	22,86	47	12,84	12,88	-	54,81	45,19

Fonte: SISBASEN. Cálculos da autora

Em 2004, com o sistema financeiro nacional já reconformado a partir das diretrizes definidas para o setor ao longo dos anos 90, os bancos controlados por capital público detêm, à exceção da Região Metropolitana, mais de 50% do total de agências na Bahia (Tabela 3).

Vitalidade financeira, distribuição dos estoques de depósito e crédito nas principais praças financeiras

Numa primeira leitura, o exame do movimento dos bancos na Bahia revela a preponderância das transações financeiras na Mesorregião Metropolitana, em especial Salvador. Já se destacou a importância da capital do estado quanto à concentração do número de agências, e agora se observa que tal centralidade também é verificada quando se trata do volume das transações. Em 1995, Salvador concentrava 79,74% do estoque médio de depósitos e 78,41% do estoque médio de crédito. Mesmo não confirmando tal posição ao longo do período, em 2004 esta praça ainda concentrava 57,21% do estoque médio de depósitos e 55,66% do estoque médio de créditos do estado. A segunda maior praça, Feira de Santana, em 1995 detinha apenas 1,91% do estoque médio de depósitos e 1,82% do estoque médio de créditos. Embora em 2004 a posição desta cidade evolua para 4,17% e 3,30% do estoque médio de depósitos e do estoque de créditos, respectivamente, a distância que separa as duas praças principais ainda é muito significativa (Tabela 4).

A posição ocupada por Salvador revela que a atividade financeira, na Bahia, para além do espaço compreendido pela capital, encontra-se dispersa por várias cidades, mas sem que nenhuma delas apresente indicadores de vitalidade financeira que a distinga para além do cenário da mesorregião na qual está inserida.

O Extremo Oeste

O Extremo Oeste é parte do território baiano integrado à dinâmica da ocupação dos cerrados brasileiros, articulado a partir da expansão da cultura da soja e da fruticultura, no final dos anos 1970 e início dos 1980. Desde a implantação do Programa de Ocupação Econômica do Oeste por parte do governo estadual, a região recebe investimentos que visam a melhoria da infra-estrutura, tornando-se espaço promissor para investimentos no agronegócio. As informações relativas às transações financeiras no período em foco atestam que os municípios selecionados crescem em participação no cenário baiano; contudo, apenas a praça de Barreiras apresenta evolução significativa, representada pelas captações

e oferta de créditos. O estoque médio de depósitos desta cidade evolui de 0,49% em 1995, passando, em 2000, para 0,94%, para atingir, em 2004, 1,20% do total médio de captações no estado. Os demais municípios apresentam evolução mais modesta e nenhum deles alcança o nível de 1% do estoque médio em relação ao total (Tabela 4). O desempenho apresentado por Barreiras tem base na evolução da atividade agrícola na região, mas reflete a posição que a cidade ocupa no contexto regional, centralizando grande parte dos serviços públicos em educação, saúde, arrecadação fiscal, assim como os serviços de apoio às atividades agroindustriais, entre outros, que, em conjunto, demandam serviços financeiros mais complexos.

No período analisado, concentra-se nessa região o maior número de cidades, no contexto do estado, que apresentam razão crédito/depósito sempre superior a 1. Em 1995, cidades como Correntina, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves apresentam relação crédito/depósito equivalente 21,91%, 26,34%, 24,92% e 34,90%, respectivamente. Embora nos anos seguintes tal indicador apresente evolução bem mais modesta, em 2004, para todos os municípios selecionados, esta relação continua superior a 1. Os municípios de Santa Maria da Vitória (6,71%), Riachão das Neves (5,24%), São Desidério (4,60%) e Formosa do Rio Preto (3,04%) lideram como as praças mais bem-posicionados na razão crédito/depósito (Tabela 4). Tais resultados decorrem da ampla oferta de crédito, definida no âmbito de políticas do governo federal, destinado ao setor agrícola e que tem nos bancos públicos os seus principais agentes.

O desempenho desse indicador, isoladamente, não autoriza conclusão sobre um possível comportamento virtuoso da economia regional, com a região sendo importadora líquida de capital, resultando numa dinâmica que envolva maior integração entre o seu movimento real e financeiro. O fato de a atividade agroindustrial na região ser comandada por empresas extra-regionais pode levar a vazamentos financeiros para as praças onde estão localizadas as sedes das empresas, alimentando assim a vitalidade financeira de outras praças, em geral, as centrais do sistema. Ou seja, os créditos concedidos não se traduzem em depósitos nas agências

implantadas na própria região, comprometendo assim o desempenho continuado da economia regional a partir da integração dos circuitos real e financeiro.[3]

O Vale Sanfranciscano

O Vale do São Francisco também passou, nas últimas décadas, por importantes modificações, iniciadas com a implantação dos projetos públicos de irrigação e a introdução da fruticultura, ao longo das margens do Rio São Francisco, que modificaram os processos produtivos regionais. Como partes dessa dinâmica, as cidades de Juazeiro e de Bom Jesus da Lapa passam a receber montantes significativos de investimentos, conseguindo atrair grande número de grupos econômicos para a produção irrigada e aproveitamento agroindustrial. Na esteira destes investimentos, as duas principais cidades da região absorvem representações de instituições federais que administram o uso das águas seja para a produção de energia, seja para a utilização na irrigação da agricultura, como também concentrando representações de casas comerciais de venda de produtos destinados à agricultura, assim como serviços de naturezas diversas.

Juazeiro destaca-se como a principal cidade do médio São Francisco, do lado baiano.[4] Entre 1995 e 2004 tem participação aumentada no estoque médio de depósito, passando de 0,58% para 1,20%, respectivamente. O mesmo ocorre com o estoque médio de crédito, que passa de 0,55% para 1,73% do total do estado no mesmo período. Com menor peso econômico o município de Bom Jesus da Lapa também muda a sua dinâmica a partir da introdução da agricultura irrigada, com reflexos em sua vida financeira. Enquanto em 1995 o município participava com 0,14% do estoque médio de depósitos, em 2004, evolui para 0,32% (Tabela 4).

---

[3] Autores como Amado (1996) têm chamado a atenção para os erros em que se pode incorrer quando da realização de leitura isolada deste indicador, levando à interpretação oposta ao que, em realidade, ocorre. Nem sempre espaços com relação crédito/depósito acima de 1 são, de fato, importadores líquidos de capital. As contratações de crédito realizadas em regiões periféricas nem sempre se traduzem em depósitos na própria região, havendo vazamentos para regiões centrais: "o crédito é criado nas regiões periféricas, mas os depósitos que deveriam resultar dessa criação de crédito vazam quase instantaneamente para as regiões centrais" (p. 510 e 511).

[4] São duas as cidades que polarizam a dinâmica econômica no médio São Francisco: Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco.

No que se refere à relação crédito/depósito, ambos os municípios apresentaram índice maior que 1 durante todo o período, embora com comportamentos distintos. Enquanto Juazeiro, entre 1995 e 2000, apresenta evolução positiva, passando de 1,49% para 1,60%, e só em 2004 decresça para 1,07%, Bom Jesus da Lapa inicia o período com índice de 3,78%, passando por 2,22% em 2000, e chegando a 1,28%, em 2004 (Tabela 4). O sentido da evolução neste município pode ser explicado a partir da constatação de que, em 1995, a implantação dos projetos de irrigação era mais recente nesta microrregião, demandando, nessa etapa, crescentes volumes de crédito.

Ainda nesta região, merece destaque o município de Paulo Afonso, que embora situado em espaço onde predomina a atividade agrícola, tem a sua dinâmica relacionada pela prestação de serviços, marcada pela presença da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. O comportamento do setor financeiro do município, portanto, pode não estar marcado por movimento onde a demanda de créditos não é determinada pela demanda do setor agrícola.

O Centro-Norte e o Nordeste

Para os propósitos deste texto, as mesorregiões Centro-Norte e Nordeste podem ser tomadas em conjunto. Ambas ocupam porção importante do semi-árido baiano e caracterizam-se, economicamente, pela permanência de uma agricultura pouco desenvolvida nos moldes da acumulação capitalista moderna. Esta característica geral é contestada apenas por sub-espaços, a exemplo do comandado por Irecê, que se especializou na produção de feijão, sendo uma das principais áreas de produção desta leguminosa no Nordeste brasileiro.

À exceção de Feira de Santana, que concentra unidades industriais de maior porte e mais diversificadas, a região não se caracteriza pela presença de indústrias. Mesmo este município destaca a sua presença no PIB baiano pelo peso do desempenho do setor serviços. Em 2004, o setor serviços respondia por 78,15% do PIB municipal.[5] Assim, além de algumas empresas agroindustriais, que não ultrapassam os

[5] www.sei.ba.gov.br

primeiros estágios de beneficiamento de produtos típicos da região, encontram-se algumas poucas indústrias, a exemplo de produção de tapetes, fabricados a partir da fibra do sisal, e uma empresa fabricante de calçados, recentemente atraída da Região Sudeste, a partir de mecanismo conhecido como "guerra fiscal".

No que toca à atividade financeira, o maior destaque fica para Feira de Santana, segunda cidade do estado e também segunda praça financeira. Quando se toma a captação de depósitos, esta praça, em 1995, concentrava 1,91% do estoque médio de depósitos e, em 2004, absorve 4,17% do total do estado. O estoque médio de créditos também evolui de 1,82% para 3,30%, entre 1995 e 2004. Quanto à razão crédito/depósito, apenas em 1995 (1,51%) e em 2000 (1,01%), esta praça apresenta relação crédito/depósito superior a 1. Em 2004, cai para 0,62%, abaixo da média do estado, em torno de 0,78% (Tabela 4).

A atividade financeira encontra-se pulverizada em algumas cidades a exemplo de Irecê e Jacobina, na mesorregião Centro-Norte, e Alagoinhas, Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha, na Nordeste, mas sem que nenhuma delas se destaque no cenário estadual. Deste conjunto, apenas Irecê alcança relação superior a 1 na razão débito/crédito (Tabela 4).

A Região Metropolitana

A posição que a Região Metropolitana ocupa na economia baiana é marcada, por um lado, pela presença de Salvador, que no desempenho das funções de capital do estado concentra parte significativa da máquina administrativa estadual e da federal presente na Bahia, e, por outro lado, pela concentração da atividade industrial nesta porção do território baiano. O PIB industrial das cidades de Camaçari – sede de importante Pólo Petroquímico e uma planta automobilística –, São Francisco do Conde, Candeias e Catu – centros de exploração e refino de petróleo –, Simões Filho – sede do Centro Industrial de Aratu – e Salvador, que apresenta perfil industrial mais diversificado, concentravam, em 2004, 61,00% do PIB industrial do estado, aproximadamente,[6]

[6] www.sei.ba.gov.br

À distribuição da indústria entre estes municípios não corresponde a disposição semelhante da atividade financeira. Já se destacou o privilegiado lugar ocupado por Salvador no *ranking* financeiro baiano. Não deixa de chamar a atenção, no entanto, o fato de que a praça de Camaçari, município responsável por aproximadamente um quarto do PIB industrial do estado, tenha participação no estoque médio de depósitos de 1,27% em 1995, 1,80% em 2000 e 2,18%, em 2004. No que toca ao estoque médio de crédito, além da pouca representatividade no início do período, observa-se decrescimento: 2,30% em 1995; 1,56%,em 2000; e 0,99% em 2004 (Tabela 4). A explicação mais plausível para tal fato deve-se ao fato de as sedes regionais de grande parte das empresas instaladas em Camaçari estarem localizada em Salvador, acontecendo nesta cidade a parte mais significativa das suas transações financeiras, quando realizadas na Bahia.

Chama a atenção que nenhuma das praças observadas apresentem razão entre crédito/depósito superior a 1, denotando, sob este aspecto, pouca vitalidade econômica. A razão para isso pode estar relacionada com a conclusão de um ciclo de industrialização, no qual a Bahia especializou-se na produção de produtos intermediários, ancorado no financiamento a partir do sistema de incentivos fiscais. Foram paralisados investimentos previstos para o Pólo de Camaçari, com conseqüência imediata sobre o avanço da implantação das cadeias industriais subseqüentes. O fim do ciclo e da institucionalidade que o sustentou, em particular a financeira, centrada no fornecimento de crédito pelos bancos públicos, tem dado lugar a uma errática política de isenções fiscais negociadas caso a caso e em competição direta com outros espaços, sem significativo rebatimento na oferta de créditos para o setor industrial.

O Centro-Sul

O espaço denominado como Centro-Sul corresponde a uma porção do território baiano dedicado, predominantemente, a atividades agropecuárias. Historicamente, a região era conhecida por concentrar parte significativa da produção pecuária no estado. Ao longo dos anos 1970, tem início, na microrregião comandada por Vitória da Conquista, o cultivo do café, com expressão no contexto da produção estadual.

A partir dos anos 1990, alguns municípios desta mesorregião, como resultado da política de atração de investimentos apoiada no crédito presumido do ICMS e na provisão de infra-estrutura, receberam investimentos em empresas calçadistas deslocadas das regiões Sul e Sudeste do país. Os municípios de Itapetinga e Jequié, em 2000, contavam com cinco e dez empresas produtoras de calçados implantadas, respectivamente (FERNANDES, 2002).

No conjunto da mesorregião apenas as praças de Vitória da Conquista, Guanambi, Jequié e Itapetinga, alcançam alguma expressão no conjunto do estado. Mas só a praça de Vitória da Conquista apresenta evolução de maior expressão quanto aos estoques médios de captação de depósitos e de oferta de créditos. Em 1995, o estoque médio de depósitos desta praça correspondia a 1,04%, passando para 2,00%, em 2004. O estoque médio de crédito evolui de 1,04% para 1,84%, em 1995 e 2004, respectivamente. As demais praças embora apresentem evolução positiva quanto a estes indicadores (exceção para Itapetinga que, em 2000, vê seus estoques de médios de captação e de créditos contraídos de 0,24% para 0,12% e 0,15% e 0,12%, respectivamente) não pontuam entre as praças mais dinâmicas do estado (Tabela 4).

Quanto à razão crédito/débito, observa-se perda de vitalidade em todos os municípios destacados, sendo que apenas Itapetinga alcança o índice de 1,02% (Tabela 4).

O Sul

A dinâmica econômica que caracteriza a mesorregião Sul é inter-namente definida pela atividade cacaueira, de presença histórica mais tradicional, da implantação do Pólo de Informática (montagem de equipamentos) nos anos 1990, na porção do território que se articula mais estreitamente com Itabuna e Ilhéus, e pela produção de celulose no Extremo Sul, a partir da década de 1990, com empresas de grande porte.

As praças de Itabuna e Ilhéus destacam-se no contexto financeiro do estado entre as que apresentam maiores estoques médios de depósito e crédito. Em ambas as praças, em 1995, foram registradas razões crédito/depósito inferiores a 1, *performance* que decorre de mais uma das recorrentes

crises do setor cacaueiro. Itabuna, sempre melhor posicionada, evolui de 1,45%, em 2000 para 2,14% quando se observa a captação, e de 1,83% para 4,81% quando está em foco o estoque médio de créditos. A razão crédito/débito nesta praça evolui de 1,83% para 1,76% nesses mesmos anos. Ilhéus apresenta, em todo o período, relação crédito/débito inferior a 1 (Tabela 4).

As praças situadas mais ao Sul – Eunapólis, Teixeira de Freitas e Medeiros Neto – são pouco representativas no conjunto do estado, tanto no que toca à captação de depósitos como no estoque de créditos. A razão crédito/depósito, no entanto, será sempre superior a 1. A praça de Medeiros Neto, de melhor desempenho neste item, em 1995, registrou 3,76%, atingindo 5,69% em 2000 e 5,35% em 2004. Este comportamento, salvo melhor apuração, pode estar ligado à presença de empresas de capital extra-região ligadas à produção de celulose que têm as praças onde estão implantadas como fonte de abastecimento de crédito, mas que não resultam em depósitos em agências locais, verificando-se, portanto, vazamento de capital para praças de regiões centrais, que sediam tais empresas (Tabela 4).

As dez principais praças bancárias baianas

A concentração da atividade financeira na Bahia fica ainda mais destacada quando tomadas as dez principais praças financeiras organizadas a partir do estoque médio de depósitos. Vale reafirmar que o comportamento dos indicadores são fortemente influenciados pela praça de Salvador que, como já indicado, mantém liderança que a destaca das demais.

A começar pelo número de agências, verifica-se que, ao longo do período, as dez principais praças concentram porção maior de estabelecimentos: 37,11% (1995); 41,44% (2000); e 42,15% (2004) (Tabela 5).

No que diz respeito aos estoques médios de captação e de crédito, também se verifica que as principais praças concentram parte significativa das respectivas carteiras. Embora se verifique alguma desconcentração destes indicadores em tais praças, mesmo assim, continuam bastante elevados. O estoque médio de depósitos, que em 1995 representava

Tabela 4
Principais praças bacárias na Bahia por messoregião, estoques médios de depósito e de crédito razão crédito/depósito: 1995, 2000 e 2005
R$ 1.000.000

Estado/município/ mesorregião	E. Médio de Depósito	%	E. Médio de Crédito	%	C/D	E. Médio de Depósito	%	E. Médio de Crédito	%	C/D	E. Médio de Depósito	%	E. Médio de Crédito	%	C/D
	1995					2000					2004				
BAHIA	**4.875,98**	**100,00**	**7.679,94**	**100,00**	**1,58**	**9.588,64**	**100,00**	**9.865,01**	**100,00**	**1,03**	**11.263,03**	**100,00**	**8.820,54**	**100,00**	**0,78**
Extremo Oeste															
Barreiras	23,68	0,49	173,63	2,26	7,33	90,16	0,94	279,47	2,83	3,10	135,43	1,20	293,18	3,32	2,16
Correntina	1,66	0,03	36,39	0,47	21,91	5,74	0,06	15,39	0,16	2,68	10,52	0,09	10,93	0,12	1,04
Santa M. da Vitória	3,89	0,08	26,09	0,34	6,71	13,64	0,14	34,96	0,35	2,56	3,89	0,03	26,09	0,30	6,71
São Desidério	0,87	0,02	22,82	0,30	26,34	3,01	0,03	10,69	0,11	3,55	7,37	0,07	33,91	0,38	4,60
F.do Rio Preto	0,78	0,02	19,44	0,25	24,92	2,76	0,03	19,11	0,19	6,92	6,73	0,06	20,43	0,23	3,04
Riachão das Neves	0,62	0,01	21,79	0,28	34,90	1,97	0,02	14,67	0,15	7,46	3,30	0,03	17,30	0,20	5,24
L. E. Magalhães*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39,02	0,35	97,27	1,10	2,49
Vale Sanfranciscano															
Juazeiro	28,28	0,58	42,04	0,55	1,49	80,52	0,84	128,90	1,31	1,60	142,38	1,26	152,16	1,73	1,07
Bom Jesus da Lapa	6,64	0,14	25,68	0,33	3,87	22,51	0,23	50,07	0,51	2,22	36,14	0,32	46,15	0,52	1,28
Paulo Afonso	28,69	0,59	11,08	0,14	0,39	77,15	0,80	91,76	0,93	1,19	96,41	0,86	68,75	0,78	0,71
Centro Norte															
Feira de Santana	92,95	1,91	139,91	1,82	1,51	269,02	2,81	271,97	2,76	1,01	469,32	4,17	290,74	3,30	0,62
Irecê	8,67	0,18	52,98	0,69	6,11	35,54	0,37	73,21	3,67	2,06	59,23	0,53	59,75	0,68	1,01
Jacobina	13,24	0,27	21,04	0,27	1,59	32,62	0,34	102,38	1,04	3,14	52,45	0,47	49,56	0,56	0,94
Nordeste															
Alagoinhas	24,88	0,51	21,40	0,28	0,86	110,69	1,15	56,52	0,57	0,51	59,23	0,53	59,75	0,68	1,01
Ribeira do Pombal	4,03	0,08	4,70	0,06	1,17	16,20	0,17	10,55	0,11	0,65	22,01	0,20	17,09	0,19	0,78
Euclides da Cunha	3,34	0,07	3,57	0,05	1,07	13,66	0,14	4,93	0,05	0,36	52,45	0,47	49,56	0,56	0,94
Metropolitana															
Salvador	3.888,17	79,74	6.021,91	78,41	1,55	6.690,02	69,77	6.906,74	70,01	1,03	6.443,42	57,21	4.909,53	55,66	0,76
Camaçari	61,92	1,27	176,85	2,30	2,86	172,85	1,80	154,29	1,56	0,89	246,02	2,18	87,33	0,99	0,35
Simões Filho	18,08	0,37	38,93	0,51	2,15	60,31	0,63	57,95	0,59	0,96	113,04	1,00	58,34	0,66	0,52
Santo A. de Jesus	14,12	0,29	15,29	0,20	1,08	53,23	0,56	60,48	0,61	1,14	81,88	0,73	62,80	0,71	0,77
Centro Sul															
Vitória da Conquista	50,88	1,04	84,52	1,10	1,66	172,33	1,80	179,14	1,82	1,04	224,97	2,00	161,95	1,84	0,72
Guanambi	13,73	0,28	58,07	0,76	4,23	45,15	0,47	67,69	0,69	1,50	68,45	0,61	53,40	0,61	0,78
Jequié	19,82	0,41	25,40	0,33	1,28	61,79	0,64	71,77	0,73	1,16	89,94	0,80	76,97	0,87	0,86
Itapetinga	11,47	0,24	11,77	0,15	1,03	11,47	0,12	11,77	0,12	1,03	38,80	0,34	39,49	0,45	1,02
Sul															
Itabuna	68,75	1,41	49,14	0,64	0,71	139,41	1,45	180,44	1,83	1,29	241,56	2,14	424,03	4,81	1,76
Ilhéus	38,22	0,78	34,22	0,45	0,90	95,47	1,00	82,27	0,83	0,86	159,86	1,42	130,47	1,48	0,82
Eunapólis	12,87	0,26	21,56	0,28	1,67	36,72	0,38	56,96	0,58	1,55	84,45	0,75	93,86	1,06	1,11
Teixeira de Freitas	13,08	0,27	18,00	0,23	1,38	43,27	0,45	44,64	0,45	1,03	70,41	0,63	70,35	0,80	1,00
Medeiros Neto	1,60	0,03	6,02	0,08	3,76	6,55	0,07	37,25	0,38	5,69	10,01	0,09	53,57	0,61	5,35

FONTE: Banco Central do Brasil/SISBACEN. Cálculos da autora.
* O Município criado a em 2000, desmebrado de Barreiras

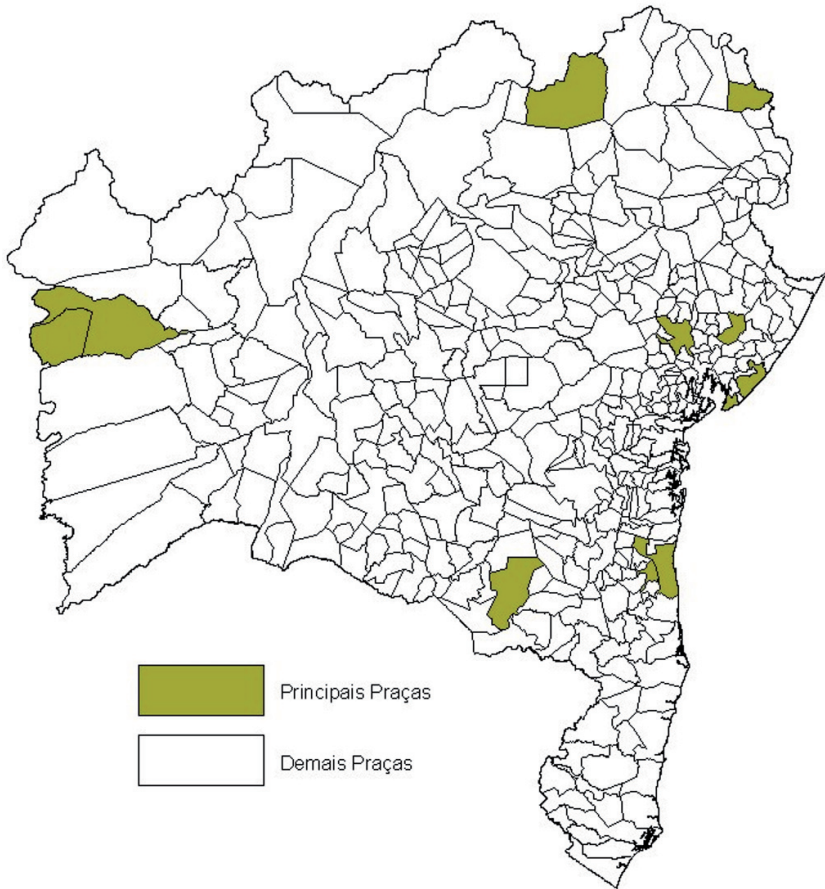
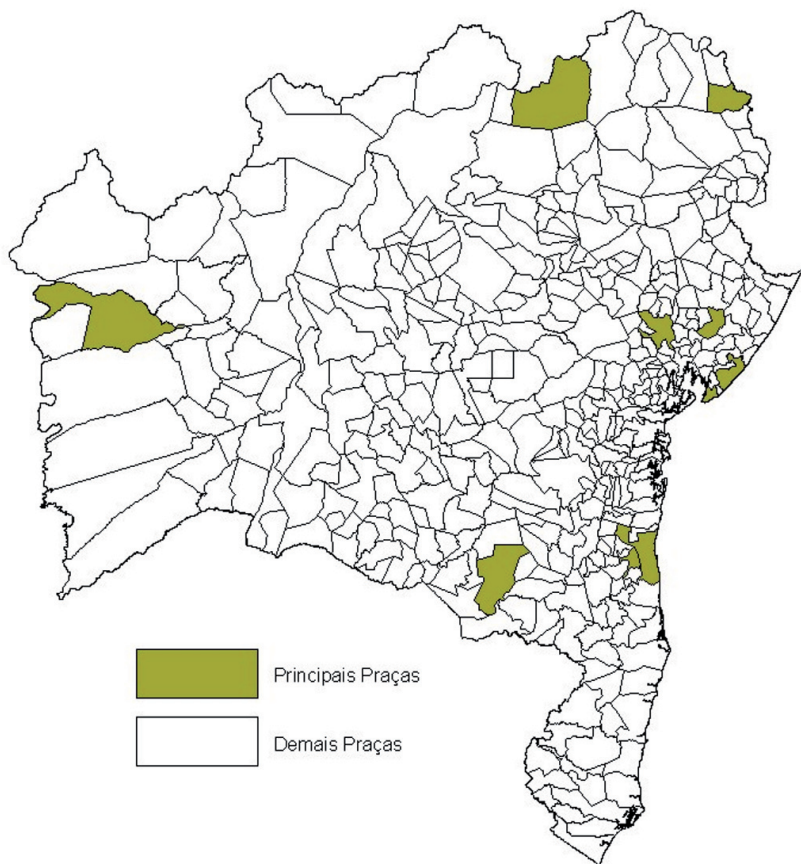
88,32%, passa para 82,36% em 2000, para atingir, em 2004, 73,45%, do total do estado. No estoque médio de crédito, observa-se também perda relativa de posição: 87,95% em 1995; 84,46% em 2000; e 74,56%, em 2004 (Tabela 5).

Vale sublinhar que as praças classificadas entre as dez primeiras são, historicamente, economias líderes em suas respectivas microrregiões exceto Salvador, cuja influência extrapola tal limite. O período ao qual correspondem os dados ainda não permite que se avance em conclusões que retirem a influência de fatores conjunturais sobre algumas mudanças de posição, em particular para as praças que fazem parte da região cacaueira e da Região Metropolitana. As praças de Salvador e Feira de Santana mantêm-se, respectivamente, como a primeira e a segunda colocadas. Vitória da Conquista firma-se na posição de quinta colocada. O deslocamento de Barreiras da décima colocação parece apontar tendência duradoura.

A figura 2 p ossibilita a visualização espacial das dez principais praças financeira da Bahia no período em análise.

AS DEZ PRINCIPAIS PRAÇAS FINANCEIRAS
BAHIA - 1995

Fonte: Banco Central do Brasil

0 75 150 km

AS DEZ PRINCIPAIS PRAÇAS FINANCEIRAS
BAHIA - 2000

AS DEZ PRINCIPAIS PRAÇAS FINANCEIRAS
BAHIA - 2004

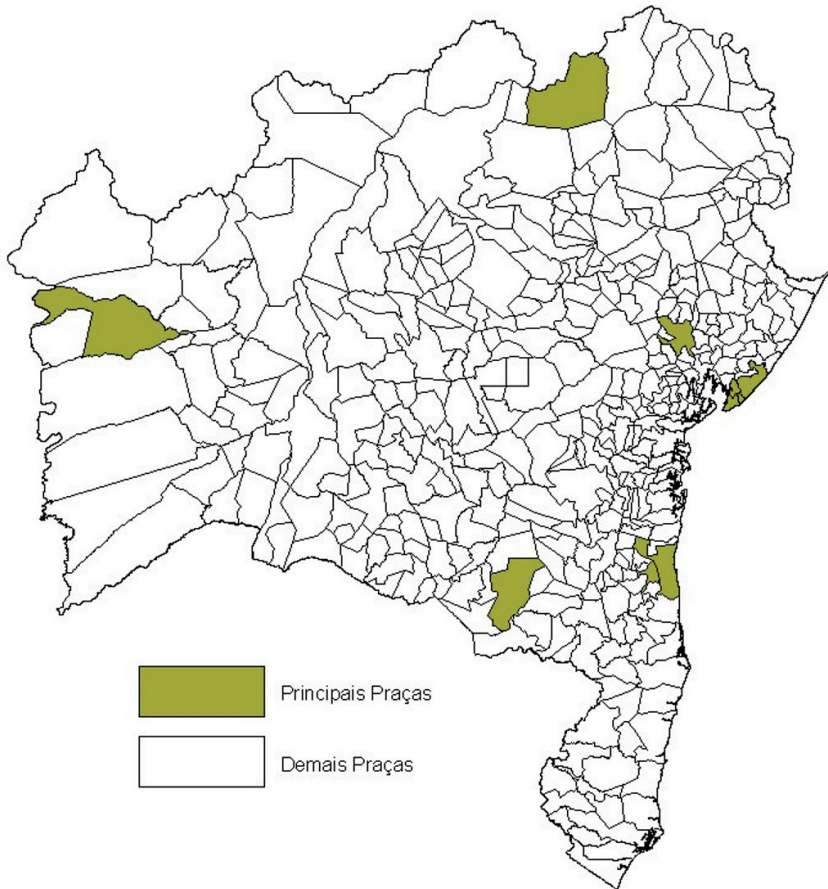



Tabela 5

Principais Praças Financeiras do Estado da Bahia: 1995, 2000 e 2004. R$ 1.000.000

Est/Munic	nº Ag	%	Est Médio Depósito	%	Est Médio Crédito	%
			1995			
Bahia	838	100,00	4.875,98	100,00	7.679,94	100,00
Sub- total	311	37,11	4.306,41	88,32	6.754,70	87,95
Salvador	208	24,82	3.888,17	79,74	6.021,91	78,41
F. de Santana	24	2,86	92,95	2,16	139,91	1,82
Itabuna	12	1,43	68,75	1,41	49,14	0,64
Camaçari	10	1,19	61,92	1,27	176,85	2,30
V. da Conquista	11	1,31	50,88	1,04	84,52	1,10
Ilhéus	9	1,07	38,22	0,78	34,22	0,45
Paulo Afonso	8	0,95	28,69	0,59	11,08	0,14
Juazeiro	9	1,07	28,28	0,58	42,04	0,55
Alagoinhas	8	0,95	24,88	0,51	21,40	0,28
Barreiras	12	1,43	23,68	0,49	173,63	2,26
			2000			
Bahia	724	100,00	9.588,64	100,00	9.865,01	100,00
Sub-total	300	41,44	7.897,62	82,36	8.331,51	84,46
Salvador	199	27,49	6.690,02	69,77	6.906,74	70,01
F. de Santana	22	3,04	269,02	2,81	271,97	2,76
Camaçari	11	1,52	172,85	1,80	154,29	1,56
V. da Conquista	12	1,66	172,33	1,80	179,14	1,82
Itabuna	12	1,66	139,41	1,45	180,44	1,83
Alagoinhas	8	1,10	110,69	1,15	56,52	0,57
Ilhéus	9	1,24	95,47	1,00	82,27	0,83
Barreiras	11	1,52	90,16	0,94	279,47	2,83
Juazeiro	9	1,24	80,52	0,84	128,90	1,31
Paulo Afonso	7	0,97	77,15	0,80	91,76	0,93
			2004			
Bahia	745	100,00	11.263,03	100,00	8.820,54	100,00

Sub-total	314	42,15	8.272,41	73,45	6.576,47	74,56
Salvador	210	28,19	6.443,42	57,21	4.909,53	55,66
Feira de Santana	24	3,22	469,32	4,17	290,74	3,30
Camaçari	12	1,61	246,02	2,18	87,33	0,99
Itabuna	13	1,74	241,56	2,14	424,03	4,81
Vitória da Conquista	13	1,74	224,97	2,00	161,95	1,84
Ilhéus	9	1,21	159,86	1,42	130,47	1,48
Juazeiro	9	1,21	142,38	1,26	152,16	1,73
Barreiras	9	1,21	135,43	1,20	293,18	3,32
Simões Filho	8	1,07	113,04	1,00	58,34	0,66
Paulo Afonso	7	0,94	96,41	0,86	68,75	0,78

Fonte: Banco Central/SISBACEN. Cálculos da autora.

Uma última observação: entre as dez praças mais importantes – exceção para Barreiras – não figuram as que apresentaram maior desempenho na razão crédito/débito, o que reforça a necessidade de apurar as lentes quando se tem em mira tal indicador.

Os mapas seguintes possibilitam a visualização da distribuição das principais agências no território baiano.

Consideração final

Ao longo do texto foram realizadas leituras que, buscando ir além dos dados, apontaram para a concentração e a centralização do sistema financeiro brasileiro nas últimas décadas. Nesse contexto a Bahia perdeu posição, revelando mais uma face do desenvolvimento desigual característico do padrão de acumulação de capitais no Brasil. Regionalmente, observou-se, simultaneamente, concentração e dispersão da rede de agências, assim como das atividades de captação e de créditos, definindo hierarquias espaciais, que traduzem um modelo de desenvolvimento que, continuamente, privilegiou os investimentos em alguns centros urbanos e microrregionais.

Referências

ALEXANDRE, M., LIMA, Gilberto T., CANUTO, Otaviano. Determinantes das decisões locacionais da atividade financeira. *Nova Economia,* Belo Horizonte, 16, 2, p. 243-263, maio-ago 2006.

AMADO, Adriana. Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia Política, 3, 1998, Niterói.

_____. A questão regional e o sistema financeiro do Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. XXIV Encontro Nacional de Economia, 1996, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPEC, 1996.

BANCO DE BILBAO. Flujos monetarios regionales y balanza de pagos. *Situación,* v.7, p. 18-49, 1980.

BRUNHOFF, Suzanne. A instabilidade monetária internacional. In: CHESNAIS, François (Org.*). A finança mundializada.* São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A política monetária*: um ensaio de interpretação marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, C. E., VIDOTTO, C. A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. *Nova Economia,* Belo Horizonte, 17, 3, p. 395-425, set-dez 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização financeira.* São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco e JAYME JR., Frederico G. (Orgs.) *Moeda e território:* uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: _____. *Estudos sobre a rede urbana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os Centros de Gestão e seu Estudo. *Revista Brasileira de Geografia*. v.51(4). Rio de Janeiro. 1989.

DOW, S. C. The regional financial sector: a scottishcase study. *Reg.*

Studies, v. 26, p. 619-631, 1992.

DOW, S.C. Money and Regional Development Studies. Political Economy.v.23.2. p. 73-94.1987.

CHICK , V., DOW S. C. A. A post keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In: ARESTIS, P. (Org.) *Post keynesian monetary economics*: new approches to financial modelling. Cheltenham: Edward Elgar, 1988.

CROCCO, Marco e JAYME Jr. Frederico G. *O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro*. In: CROCCO, Marco, JAYME Jr., Frederico G. (Orgs). *Moeda e território*: uma introdução da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CROCCO, Marco, FIGUEIREDO, A. T. Lanna. Estratégias bancárias diferenciadas no território: uma análise exploratória. XIII Encontro Nacional Sociedade de Economia Política, 2008, João Pessoa.

CROCCO, Marco, RUIZ, Ricardo, CAVALCANTE, Anderson. Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil. XIII Encontro Nacional Sociedade de Economia Política, 2008, João Pessoa.

HANNEQUIM, Ruth Maria. A estrutura da rede bancária no estado da Bahia. In. SANTOS FILHO, Milton (Org.). *Bahia*: questões financeiras atuais. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA, 1989. p. 165-205.

FERNANDES, C. Monteiro. Complexo coureiro-calçadista: uma indústria promissora. In: *Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia: dez anos de economia baiana.* Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, São Paulo, p. 7-35, jun-set 1982.

_____. *The limits to capital*. London: Verbo Press, 1999.

KEYNES, J. Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* São Paulo: Atlas, 1982.

LABASSE, Jean. *L'espace financier.* Paris: Armand Colin, 1974.

LEYSHON, A., THRIFT, N. Financial exclusion and shifting boundaries of the financial system. *Environment and planning,* v. 28, p. 1150-1156, 1996.

_____. *Money/Space:* geographies of monetary transformation. London: Routledge, 1997.

LIMA, Adelaide Motta de. *Bancos comerciais estaduais e intervenção econômica do Estado brasileiro*: a atuação do Banco do Estado da Bahia entre 1960 e 1986. Tese. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. As contradições do *Ão*: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marcos. *Economia regional e urbana*: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. *O elo perdido*: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Nelson. Investimento de pauperização: números da miséria em sub-regiões da Bahia. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 176, p. 37-58, jul/ago 1998.

STIGLITZ, J., WEISS, A. Credit rationing in marketing with imperfect information. *American Economics Review*, 1981.

TAVARES, M. da C. Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente. In:*Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p.264.

TAVARES, M.C. A crise Financeira Global. Revista de Economia Política. v.3.n.2, abril/junho 1983.p.15-25.

O que é o terrotório ante o espaço?

Germán Solinís

Introdução

> Tudo se passa como se o pensamento de um grupo não pudesse nascer e tornar-se consciente dele mesmo sem se apoiar sobre certas formas visíveis no espaço.
>
> *M. Halbwachs*

Seguramente o ser humano não se resigna a viver em um ambiente natural virgem, pois sempre necessita modificá-lo. Daí as diversas conformações, qualidades e limites do espaço ocupado, do espaço construído, esse espaço que não é o celeste nem o geológico, senão o espaço que estudam as ciências e técnicas sociais.

Qual seria a origem dessa "necessidade" humana? Que formas e que categorias dela resultam? Se supusermos por um momento que o território é uma categoria que resulta dessa mesma origem, que particularidade terá dentro destas diferentes conformações espaciais?

Em uma perspectiva geral, o território é uma palavra que não causa problema na medida em que aparentemente se entende bem o que significa, cria sentido, ainda que de maneira imprecisa. Na ótica das disciplinas científicas, se não se é geógrafo nem jurista, a imprecisão do primeiro nível de aproximação causa sérios problemas, mas ao tentar apreender de forma mais aprofundada o conceito, explicita-se ainda mais a ambigüidade. Por outro lado, embora isso não seja um termo fundamental para entender o que há que entender da arquitetura, do urbanismo ou da sociologia, por exemplo, todas estas disciplinas o usam. Como? Pode-se considerar sinônimo de *habitat*, de "lugar", de "espaço físico" ou de "urbanização"? Para que o usa cada disciplina? Ou, em todo caso, como se pode categorizar uma problemática do território em termos transdisciplinares?

O termo não tem direito de existência em muitas enciclopédias e dicionários especializados. Na França, por exemplo, nem o Dictionnaire

de l'Urbanisme et de l'aménagement,[1] nem qualquer bom dicio-nário de ciências sociais ou políticas o incluem como entrada. Já à Encyclopédie Universalis, boa enciclopédia de interesse geral, só interessa praticamente desde a etologia.[2]

Uma primeira aproximação em profundidade ao território nos impõe recorrer à idéia de um espaço atravessado por laços, vínculos e relações imateriais, mais que um simples espaço ocupado por grupos humanos. Provavelmente por isso alguns geógrafos o definem de maneira antropológica, como o resultado de um espaço construído com um tecido inextricável de experiências e significações, incorporando códigos, práticas e representações. Esta composição abstrata se contrapõe à materialidade do território em seu sentido banal e seguramente sua surpreendente natureza intangível é uma das razões pelas quais sua percepção e definição são vagas e estão cheias de lugares comuns. O território é assim usado indistintamente ao lado de região, de "cidade", "âmbito", "dimensão" etc. Isso tudo muito embora se diga, ao mesmo tempo, que existem estreitas relações entre povos e territórios, que estas estreitas relações reforçam o sentido de pertinência cultural, que pré-existem a qualquer forma jurídico-institucional da sociedade...

Estamos, por conseguinte, diante de uma noção difícil e de um autêntico problema de recorte associado às dificuldades da especialização disciplinar. Isto é, nosso problema trata também da adequação do uso da categoria *território* tanto à complexidade do fenômeno quanto ao nosso momento histórico.

Por todos esses elementos anteriores, pareceu-me importante aproveitar a oportunidade deste capítulo para indagar acerca da forma como se desenvolvem os processos vinculantes ou simbólicos que criam o território e como se relacionam estes processos com a construção de identidades sociais, supondo que efetivamente exista uma espécie de "consciência topológica", como assinalam vários ana-listas do lugar,

[1] De Pierre Merlin y Françoise Choay.

[2] Os dicionários organizados, respectivamente, por Guy Hermet, Bertrand Badie, Pierre Birnbaum e Philippe Braud (*Dictionnaire de la science politique*) e por Marie-Claude Smouts, Dario Battistella e Pascal Vennesson (*Dictionnaire des relations internationales*) são exceções louváveis ao apresentaram um entrada explicativa para a categoria *territoire*.

e esperando que isto não seja só um dos elementos motores do sonho ecologista que trata de responder, a sua maneira, à perda da capacidade integradora do mundo em que vivemos.

Interessado, sobretudo, na organização social e política do mundo urbano e na filosofia que a produz, esclareço que o marco das reflexões que aqui proponho é o do sistema ideológico e social que generaliza diferentes formas de vida social, dando por aceito que o território é uma dessas formas.

Em termos gerais, pode-se aceitar que o território é uma categoria existencial do ser humano na medida em que se refere diretamente às coordenadas sem as quais não haveria circunstan-cialidade humana. Qualquer corpo, dentro de nossas coordenadas dimensionais do espaço e do tempo, entra em relação potencial, ou seja, qualquer relação possível entre os corpos ou objetos, o espaço e/ou o tempo. Esta virtualidade é um dos fundamentos da territorialidade, a que em primeiro lugar nos obriga a focalizar a atenção no processo que produz o território. Assim, no desenvolvimento do processo de territorialização, emerge sua qualidade da territorialidade que, segundo minha hipótese, é uma qualidade relacional dependente tanto do tipo de vínculos que a natureza dos corpos envolvidos possa chamar a estabelecer-se, quanto dessa mesma natureza.

O substantivo desta qualidade e do processo que a produz, o território, aparece desde então como uma noção tão rica quanto incômoda, pela complexidade de seu conteúdo sob uma aparência simples, pela pluralidade de enfoques que são suscetíveis de dar conta de seus sentidos e pelos diferentes graus de profundidade com que estes enfoques o tratam, desde os que pretendem sua "evidência" até os que o "problematizam", como é devido, desde a própria natureza deste território.

Como se acaba de mencionar, a complexidade de nosso tema só aceita um enfoque a partir de um pensamento metadisciplinário que não se encontra ainda codificado, da mesma forma que quaisquer enfoques novos e experimentais que pretendem dar conta da complexidade dos fenômenos que analisam, e isso apesar do imenso desenvolvimento atual de uma corrente decididamente transdisciplinar. Por enquanto, temos de conformarmo-nos com aproximações parciais e complementares que

utilizarei aqui em três âmbitos ou dimensões sucessivas: a dimensão histórico-social, a cultural e a urbana. Minha intenção é ir aportando elementos esperando que, em algum momento, fomentem um novo sistema de conceitos explicativos que tenham em conta o que é o território mais além de pontos de vista das lógicas lineares e/ou exclusivamente geoeconômicas.

Recordemos, de forma inicial e rápida, que o âmbito disciplinar em que se desenvolveu tradicionalmente este objeto de estudo está ajustado, por um lado, pela geografia política e institucional e, por outro, pela etologia animal e humana. Duas antípodas significativas também dentro do debate aberto e progressivo entre as ciências sociais e as ciências naturais. Surpreendentemente, ambos os pólos tendem em geral a considerar o território como um artefato e não sempre, ou não necessariamente, como um processo dinâmico e complexo. Ademais, raras vezes analisam as notas qualitativas do processo desde o ponto de vista sociocultural.

Para tentar insistir, a seguir, no processo dinâmico mais que no objeto resultante, concentrar-me-ei agora no que se encontra por detrás do território: a territorialização e a territorialidade, enquanto objetos deste trabalho, anteriores constitutivos do território.[3]

Três razões orientaram esta escolha. Primeiro e principalmente, por observação à regra epistemológica que nos protege de cair em fetichismos e em reificações. Se quisermos compreender, explicarnos a realidade, teremos que analisar o que está por detrás das coisas que vemos ou que prefiguramos, o que as faz ser e como elas se fazem possíveis. É preciso dizer que as coisas não são dadas em si e muitas vezes não são, ou seja, que freqüentemente lhes prestamos uma vida que não têm, encerrando-as em alegorias mais ou menos felizes. Segundo, porque o processo se refere à conjunção de disciplinas de ciências sociais e inclusive naturais, tendo no vértice o construto histórico-social resultante. Isso supõe duas questões muito importantes: a territorialização não se dá exclusivamente

[3] Para aprofundar o estudo em termos de territorialidade, conferir principalmente os trabalhos de R. Sack que enfatizam os processos de apropriação do território por grupos sociais: *Territorialidade será definida como a tentativa, por um grupo ou indivíduo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando um controle assertivo sobre uma área geográfica. Esta área sera chamada território.* (1986).

de uma só forma, e a territorialidade não é eterna. Ambas são sempre diferentes e dependem do tempo que as produz. Também são funções dos vínculos que as configuram e concretizam no território, como já vimos. Mais claramente, dependem da formação social e das relações sociais, legítimas ou não, que lhes dão forma. A terceira e última razão pela qual focalizo a territorialização e a territorialidade diz respeito à perspectiva aberta que permite tal enfoque. A abertura é uma absoluta necessidade para a análise dos fenômenos contemporâneos e, neste caso, a necessidade é dobrada (como veremos ao final deste artigo): de um lado, a globalização nos obriga a transcender as categorias tradicionais ligadas ao uso do tempo e do espaço e, por outro, o espaço construído tende a esgotar-se, desde a sua origem discursiva, em sua função de contenção de práticas, representações e atitudes, deslocando a atenção do que pode gerar este mesmo espaço essencialmente.

Assim, pois, o território é um construto histórico-social, possuidor de uma qualidade necessária e resultante do processo que o produz; ele se refere de maneira aberta a relações concretas, materializadas, localizadas, enraizadas.

Falar de territorialização é fazer referência à relação homem-espaço a partir da materialidade da "terra" (*territorium* é um derivado de terra) que reúne os elementos dispersos em um âmbito através do qual se vêem as coisas juntas como se vêem na realidade. Este âmbito, pelo momento indeterminado, é qualificado em torno do conceito central de "lugar", como veremos a seguir.

Conforme seus laços com este âmbito de realização, a territorialização revela três aspectos. Primeiro, há princípios de organização social que modelam e explicam sua própria territorialidade no interior de um grupo, de um meio, entre eles, entre redes e mecanismos de direção, independentemente do próprio âmbito. Segundo, há técnicas e formas que moldam o *habitat* ou marco construído, em uma relação mais ou menos estreita com o conceito de lugar, ainda que atualmente pareça que a territorialidade se separa cada vez mais deste conceito. Terceiro, a sua vinculação com um lugar é o resultado de um longo processo de enraizamento que recobre as mais diversas naturezas – desde a produtiva

até a que obedece a tal ou qual cosmovisão – das quais a cultura dá conta globalmente graças ao conceito fundamental da identidade.[4] Como teria analisado RONCAYOLO (1990), a territorialidade expressa, representa e fixa as relações sociais e seu desenvolvimento, as crenças, símbolos e percepções; é concomitantemente construção e consolidação.

Ao cabo desta introdução, pode-se afirmar que as principais notas constitutivas da territorialização são: em primeiro lugar, o interesse que este processo evidencia para o estabelecimento de dois tipos de marcos referenciais de ordem. O primeiro marco, um esquema organizativo a partir das relações entre espaço e poder, o que nos conduzirá à dimensão histórico-social do território. O segundo, um esquema significativo e sensitivo que, por suas características estéticas e suas considerações simbólicas, desempenha um papel preponderante na configuração do lugar e da identidade de seu sujeito, o que nos referirá ulteriormente à sua dimensão antropológica e cultural, intimamente ligada à dimensão estética. A dimensão física (arquitetura e urbanismo), ao final, se referirá à consideração de outro conceito básico da territorialidade que é a escala. Com efeito, a territorialização se realiza em diversas escalas, desde a doméstica até a supranacional e a estatal, passando pela ponte da cidade. Em cada uma dessas escalas intervêm diferentes análises e disciplinas, mas para os fins do presente artigo, limitar-me-ei exclusivamente à escala urbana, onde veremos que o território ultrapassa e contém ao mesmo tempo algumas das características da cidade, onde confluem tanto a dimensão histórico-social como a cultural.

A territorialização e sua dimensão histórico-social

A territorialização se constrói exclusivamente na e pela sociedade. Seu potencial epistemo-lógico radica em prover um referencial de ordem baseado nas inter-relações entre espaço e poder, a partir de diferentes aproximações.

[4] A identidade está por sua vez ligada a sentimentos de pertencimento e de apropriação, originados da relação lugar-sociedade.

A mais importante se refere ao processo de construção de um espaço de relações sociais vinculado estritamente com um projeto histórico de sociedade. Assim, aparece o território como um componente necessário na criação e manutenção da ordem e uma expressão de como uma sociedade organiza o mundo, institucional e simbolicamente. Por exemplo, o modernismo ocidental e a última revolução industrial produziram, por razões culturais e econômicas, novos espaços que viram nascer, por uma parte, um novo planisfério e, por outra, um sistema urbano baseado em "cidades" em seu sentido moderno assim como na nova disciplina do urbanismo. Depois, com o chamado "pós-modernismo", [5] que coincide em certas manifestações com o que se conhece como "globalização" e a paulatina desindustrialização, recompõem o planeta, são fenômenos que nos propõem novas formas de criar riqueza para grupos impermeáveis e, finalmente, o novo paradigma da "sustentabilidade" do desenvolvimento, para o qual o meio ambiente é um fator essencial. A expansão urbana torna-se irrefreável e a territorialização muda radicalmente, chegando até o extremo de se falar, como defendem certas correntes, da "desespacialização" do trabalho e das relações sociais.

Por diferentes causas, somos hoje pobres sujeitos perdidos na sociedade. Uma destas razões é a perda de referência espacial, ainda que nosso extravio social encontre em aparência a ilusão de um momento de alívio graças à visão economicista com a qual a realidade nos coloca de modo impositivo em oposição a qualquer axiologia ou marco de referência espacial. Assim, algumas das características que podem apontar-se com respeito a nossa época são: um alto grau de densidade acompanhado da deterioração social e da recomposição da relação entre o homem/mulher e seu espaço.

Quanto a uma segunda aproximação da territorialização como pivô da relação entre espaço e poder, é importante ultrapassar as lógicas lineares e/ou exclusivamente geoeconômicas com as quais classicamente se confunde a função da territorialização. Para ilustrá-lo, recordemos em primeiro lugar que o território ocupou tradicionalmente um lugar

[5] O fim da modernidade converge com o fechamento do horizonte revolucionário, porque ainda que o mundo ande mal, caminha inexoravelmente para uma transformação que parece cada vez mais alheia a um projeto social.

consagrado como suporte da economia produtiva, ao passo que o mercado, por sua vez, instala-se necessariamente ou naturalmente na "cidade" a partir de uma sucessão linear de fenômenos:

exploração ➔ desenvolvimento ➔ nação ➔ regionalização ➔ limites internacionais

Neste marco, o território aporta a possibilidade de explorar bens e materiais, o que por sua vez possibilita tanto o "desenvolvimento" de um país como a consolidação de sua constituição nacional, o que assenta as bases da clássica regionalização que por sua vez impõe os parâmetros que permitem a precisão dos limites internacionais posteriores ao século XVIII.

Em segundo lugar, e isto tem uma dramática vigência na América Latina, temos a cadeia causal-linear que relaciona os fenômenos de apropriação territorial, em sentido geral, como um fator de segurança, o que situa o domínio privado e classista no nível de uma necessidade natural e como um fator determinante dos fenômenos precedentes, tanto a apropriação quanto a segurança. Isto se projeta e reflete a sociedade sobre o solo, chamando ao diálogo conceitos fundamentais, como são, neste caso, a "segregação social do espaço" e a "coesão social" que conformam a sociedade dentro de seus âmbitos territoriais, segundo a seguinte cadeia:

segurança ➔ apropriação ➔ domínio privado ➔ projeção do grupo sobre o solo ➔forma da sociedade

Finalmente, e a partir desta relação causal, graças a uma outra aproximação, podemos relacionar a territorialização com a chamada coesão social e com a diferenciação social refletida no território, aceita ou legítima. É dizer que, tal como se pode perceber na maioria dos modelos aplicados de desenvolvimento urbano atual, o problema da segregação social do espaço aparece como um de seus principais fatores. A dificuldade consiste aqui em analisar a díade segregação social-coesão social porque no processo de territorialização, longe de se oporem, seus componentes se confundem como se uma dependesse da outra, o que

seria explicável somente a partir de uma relação de poder baseada em uma sociedade territorialmente classista. Podemos correlativamente inferir que a crise de segurança que se vive na maior parte das sociedades urbanas pós-modernas é uma manifestação da ruptura do equilíbrio entre coesão e segregação.

Pontuando nosso argumento: se aceitássemos que a territorialização é um processo derivado de relações de poder, isto significaria aquiescer que as estruturas de poder se realizam em uma dimensão espacial. Voltando-nos para o futuro, seria útil ir mais além e tentar conhecer que importância poderia ter a espacialização das relações sociais.

A territorialização e sua dimensão cultural

As inter-relações entre povos e territórios desenvolvem e consolidam o que chamamos "raízes" graças a analogias sempre terrenas ou territoriais. Estas inter-relações preexistem a formas institucionais e políticas que forjam um sistema social. Desde qualquer dimensão em que se possa considerar a territorialização, sua grande importância se sustenta no fato de que ela possibilita os processos vinculantes que fazem do mundo um todo.

Ainda que a territorialidade se construa socialmente, como acabamos de ver, esse processo só seria cabível em um espaço físico investido pela cultura, ou seja, o processo se incorpora no espaço graças às inter-relações culturais (aglutinantes) que se engendram e que pertencem ao registro simbólico. Caso se tome este referente cultural em seu sentido amplo, pode-se oferecer a compreensão mais cabal do fenômeno que nos ocupa, porque a cultura cobre outros referentes que lhe são igualmente constitutivos, tais como o social, o econômico e o político, edificando um todo significante em termos globais. A territorialidade aparece para a compreensão antropológico-cultural como qualidade do processo de territorialização e é precisamente sua dimensão cultural, no sentido mais amplo do termo que lhe possa dar a antropologia, a que melhor pode apreender as práticas e as crenças que geram o processo e que explicam

sua qualidade, presente e/ou ausente. Quanto mais sólidos, sentidos e significantes forem os vínculos para e entre grupos e indivíduos em relação a seus espaços de vida, tanto maior será a qualidade do processo de territorialização. Dito de outra maneira, há territorialidade segundo o grau de solidez dos vínculos.

Já consideramos, assim, a importância em termos sociais que pressupõe, para a territorialização, a sua capacidade vinculante (espaço-sociedade) tanto para a instauração quanto para a perse-verança da ordem e do poder. E esta função do processo se consolida principalmente em termos simbólicos, aportando assim a consolidação da ordem, visível para os seus ocupantes, por eles reconhecida e participando por meio desta forma clara de ligação na organização social e sua institucionalização. Na medida em que esta ordem é claramente perceptível nos mínimos detalhes do entorno e dos espaços de vida, os grupos se consideram em maior segurança física, social e psicológica.

Por estas razões, a construção social do território não é alheia à sua composição física nem às suas marcas culturais. Assim, a qualidade simbólico-vinculante que acompanha o processo de territorialização, longe de nos referir a considerações imateriais, dirige-nos a todos os componentes físicos do espaço em processo de territorialização. Estes componentes se referem principalmente às qualidades tectônicas, estéticas, arquitetônicas e urbanísticas do espaço. Estas qualidades são fundamentais para a territorialização em função da importância que adquirem na própria configuração da identidade e no próprio desenvolvimento da apropriação e do enraizamento, pois privilegiam, ao mesmo tempo, a referência física e os significados que evoca o espaço físico no exercício da experiência humana, do habitar, da ocupação do espaço e da constituição do lugar. Apesar da importância desses aspectos, os estudos do território postergam o olhar e a consideração sobre tais qualidades na maior parte das vezes.

Desta maneira, a identidade humana depende de seu crescimento em um meio físico-espacial. Alguns analistas coincidem com que a crise do meio ambiente supõe a crise da humanidade.[6] Ainda que isso possa

[6] Ver, entre outros, Christian Norberg-Schultz 1971, 1974 e, principalmente, 1984.

parecer exagerado, não o é tanto assim, se considerado no âmbito deste pensamento segundo o qual a territorialização significa e organiza o mundo e vice-versa, dando uma ordem e um sentido a cada uma das partes que entram em jogo nos processos vinculantes que se geram. Graças à territorialização, o espaço resultante (território) pode-se definir como objeto cultural relacionando o ser humano com o mundo. Em seu processo, o ser humano se enraíza em sua realidade e paradoxalmente se libera de qualquer dependência às particularidades, porque comparte um microcosmo em que toda a humanidade pode ser/estar, ainda que cada um de seus grupos componentes não compreenda, em sua totalidade e com a profundidade correspondente, todos os signos e características particulares de uns e outros.

Dentro dos estudos e idéias que circulam sobre o meio ambiente e o marco construído, há uma tendência atual em se usar e abusar do antigo princípio de harmonia. Não é aqui o lugar para discutir o possível significado e a adequação desta moda, mas o que é importante neste artigo é trazer a debate a relação que possa existir entre harmonia e territorialidade. Ambas as qualidades são importantes no desenvolvimento do processo de territorialização, na medida em que a harmonia pode aumentar a sua capacidade vinculante, isso na perspectiva dos elementos constitutivos canônicos e estéticos da harmonia.

Este princípio lembra o da perfeição. Durante os tempos clássicos, no momento em que se forjou a modernidade ocidental, a harmonia era um paradigma que, seguramente por motivos pedagógicos, apresentava-se como personificação mítica da ordem e da simetria psicológica entre corpo e alma, entre matéria e afeto. Filosoficamente, facilitava a correspondência entre caos e cosmos na cosmovisão tão necessária naqueles tempos. Trata-se, com efeito, de uma referência canônica pertencente à dimensão estética, muito próxima da beleza. Recordemos simplesmente o conhecido aforismo: “a arte imita a harmonia”, congênere do ideal e do eterno, pois a harmonia “conduz tudo o que é”. O princípio harmônico é, afinal de contas, a chave do pensamento entre teoria e doutrina. Como tal, pressupõe referências e marcos reguladores que

determinam a posição das partes a respeito do todo – la *collocatio*[7] – ou a recomposição do múltiplo na unidade, segundo a teoria das proporções da estética medieval.

É pois, em geral, uma conveniência razoável do ponto de vista da estética e, em particular, para a arquitetura, pelo menos até meados do século XX, o que aqui mais nos importa: um sinônimo de espaço. Efetivamente, sabemos que destas fundações de sua teoria estética, o espaço para a arquitetura é sua essência, ou seja, que o espaço qualifica a arquitetura, e desta maneira, o espaço há de ser harmônico.[8] Não se trata de fazer um amálgama e propor que, por este princípio, o território comparte com o espaço arquitetônico a sua mesma natureza e, em conseqüência, ser harmônico da mesma maneira. O que em troca se tenta avançar, neste capítulo, é que a territorialização, pelo que se refere às inter-relações entre o ser humano e seu espaço construído (edilício, tectônico, arquitetônico), adquire uma dimensão estética que se mede em termos da harmonia, desde o momento em que significa e organiza o mundo. Assim mesmo, a territorialidade comparte a necessidade de harmonia, como nota característica de valor estético. Dito de outro modo, na medida em que a territorialização apresenta certa harmonia, participa mais ou menos com o enraizamento da identidade dos grupos que a constituem.[9]

Aqui intervém outro dos conceitos-chave para compreender o processo de territorialização na perspectiva de sua constitutiva dimensão cultural: o lugar, que se apresenta como o termo antro-pológico mais próximo do território porque é ele que nos confere a nossa identidade[10] quando vivemos em um espaço territorializado. Uma das intenções mais claras dos arquitetos do humanismo, do iluminismo e do modernismo é a recuperação do lugar como espaço das práticas e representações sociais,

[7] Ordenamento rigoroso entre os elementos de Alberti (De Pintura).

[8] Cf. a teoria clássica da arquitetura, desde as codificações de Vitruvio (Os dez livros da Arquitetura).

[9] Vários autores têm abundantemente analisado esta relação. Conferir, principalmente, as duas correntes representadas por Siegfried Giedion (Espaço, tempo e arquitetura) e Pierre Sansot (A poética do espaço).

[10] O lugar, para a filosofia hegeliana, é um fenômeno total, qualitativo – que não pode reduzir-se a nenhum de seus componentes característicos.

ocupado harmonicamente por marcas e signos estéticos e sociais que compõem uma extensão do corpo social em direção ao território.

Se o homem/mulher é um "animal territorial", a sua busca de apropriação do espaço, desde o ponto de vista antropológico, tem origens na sua necessidade de marcar e identificar-se com o âmbito onde vive. A família (ampliada) dá sentido ao espaço onde se habita relacionando-o diretamente com a origem do indivíduo, recordando e consagrando o espaço, como morada de seus corpos e almas, aos antecessores. A religião, por sua vez, na sua função vinculante entre seus dois mundos, tem igualmente um papel importante a cumprir na conotação de espaços construídos, como a configuração de trilhas a partir das processões que marcavam e ungiam o espaço estruturando territórios, ou a consagração de um sítio a um santo padroeiro da igreja, o que convertia tais territórios em lugares.[11] Assim o espaço de vida se configurava, enraizando seus habitantes e suas crenças, fazendo-o suscetível de apropriação desde as entranhas de seus grupos, delimitando-se e por sua vez configurando a estrutura, a organização e o funcionamento do grupo social. Todos esses processos convertem o espaço primeiro em lugar, antropologicamente e depois em território, institucionalmente. É neste sentido que há quem define o lugar como um "território já apropriado."

Como se sabe, outros conceitos próximos do lugar que explicam relações particulares do espaço com os grupos sociais são, por exemplo: o "espaço existencial" (NORBERG-SCHULTZ, 1971), o "espaço vivido" (FRÉMONT), ambos termos que se interessam pelas relações fundamentais entre o humano e seu meio, a partir de seus intentos de inserir-se existencialmente ao mundo. Segundo Heidegger (1951), o humano se apropria de um lugar a partir do momento em que nele pode orientar-se, identificar-se com ele e entender todos os seus signos e significados. Assim se constitui o lugar como fenômeno total, qualitativo, irredutível a nenhuma de suas características particulares. Por conseguinte, nesta perspectiva antropológica, o lugar seria uma das notas constitutivas da territorialidade.

[11] Por tudo isto, não teria sentido alienar ou vender sua própria terra, pátria dos pais, lugares santificados.

Uma das especificidades da organização espacial e territorial da sociedade e da cultura é que ela usa problemas enquanto possibilidades de uma caracterização geral. Como explicitarei a seguir, a escala é um conceito útil e necessário para estabelecer caracterizações particulares, como o veremos mais adiante. Esta é a razão fundamental pela qual se insistiu na importância dos espaços existenciais. Aprofundemos por último a nossa análise da "estrutura significante" da organização territorial (NORBERG-SCHULTZ, 1981). Podemos defini-la como as propriedades formais de um sistema de relações e de significação.[12]

Os objetos, reunidos em um conjunto determinado, podem ser deslocados de um espaço a outro sem perder seu sentido graças à simbolização, que é um ato criativo de interpretação e de tradução. Por exemplo, a paisagem edilícia da Polis Grega estava baseada em uma transposição criativa de significações. Os mitos que tinham lugar na natureza e se identificavam com seus elementos foram traduzidos em edifícios análogos transpostos à cidade. Estes edifícios permitiam apresentar as qualidades da paisagem natural sagrada a partir de uma estrutura artificial e significante porque permitia reunir, em um só lugar, algumas das paisagens que conformavam as origens mais importantes.

Quando se rompe este vínculo, o lugar perde a identificação com os objetos naturais e artificiais que constituem o universo do ser humano, o que interrompe o processo de reunificação de sua estrutura significante, esvaziando-se de conteúdo e de significação, deixando, em conseqüência, de ser lugar por um efeito de alienação.

Nesse sentido, C. Norberg Schultz propôs o célebre conceito de *genius loci,* que se compõe de três elementos: espaço, ordem e história. Os três constituem uma "tipologia natural do lugar" e refletem o tipo de caráter da população oriunda do lugar.

---

[12] A significação é aqui entendida em sentido meta-semiótico geral, como a relação que um objeto desenvolve com outros objetos, ou o que o objeto mesmo põe em relação.

A TERRITORIALIDADE E SUA DIMENSÃO URBANA

Como entender esta estrutura significante, intimamente ligada ao lugar, dentro da complexidade do território em suas diferentes escalas? Se relacionarmos a constituição do lugar com as análises das novas organizações territoriais, temos de considerar um olhar desde o nacional até o local, passando pelo urbano-metropolitano. Mencionemos, por sua vez, que qualquer reflexão sobre a territorialização nos remete diretamente a uma realidade a escala "1:1", o que constitui o nível possível de materialidade territorial. Recordemos finalmente que a escala, entendendo-a como relação e como o nível de representação, é um nível de análise espacial.[13]

Dentro dos fenômenos sociais que têm lugar no território, a urbanização é um dos mais importantes, tanto pelos desafios que impõe sua natureza cambiante, como pela extensão que tem cobrado nos últimos anos. Enfoquemos agora a relação entre os dois processos: urbanização e territorialização. As aglomerações urbanas são componentes da estrutura territorial das sociedades urbanizadas. Este mudou radicalmente desde que se produziu a transição de uma sociedade dividida em âmbitos rurais e urbanos para a atual sociedade mundialmente urbanizada. Até o modernismo, as aglomerações urbanas, dentro dos limites de suas regiões nacionais, mantêm estreitos intercâmbios em respeito a seu território e este é o entorno onde, de onde e para o qual se orientava e vivia tradicionalmente qualquer forma urbana. Agora, as relações de interdependência mudaram desde que os limites regionais nacionais se diversificaram, transformando provavelmente de maneira radical os alcances da territorialização, e o que permanece é uma estreita vinculação organizativa entre o espaço urbano e o território.

Como primeiro nível de escala, recorro brevemente à noção de Estado, que deliberadamente se tem mantido fora de foco neste capítulo, simplesmente pelo fato de que, no esquema clássico, tratar-se-ia da escala supra-urbana. Como será discutido no capítulo de conclusão

[13] Ou seja, o espaço desde suas categorias que lhe conferem a arquitetura, o urbanismo ou o ordenamento territorial.

deste livro, sabemos que o Estado é a mais territorial das organizações humanas e que a soberania nacional se define a partir de suas fronteiras em sua integridade. Este, por ser tão evidente, tem-se transformado em quase natural e prova que tanto o Estado quanto o território resultante de seus processos estão unidos estreitamente. Ambos são produtos de organizações construídas historicamente e não estão fundamentadas exclusivamente em realidades naturais preexistentes. Indo ainda mais além, pode-se reafirmar que suas qualidades e as dimensões que ajudam a entender estas noções são também heranças e derivados históricos.

Assim, as aglomerações urbanas ocupam uma posição central na sociedade, em função de sua relação com a respectiva nação. Dentro de determinados processos de territorialização, se uma aglomeração urbana tem um papel central, é qualificada como metrópole pela administração pública territorial. Este nos demonstra que os fluxos urbanísticos, e mais precisamente os metropolitanos, podem desenvolver outro tipo de vinculações importantes na constituição da territorialidade. Efetivamente, por sua vocação para tentar manter o controle dos fluxos exteriores, a territorialidade urbana impõe a suas próprias formas a função de relevo sobre seu exterior, mas as aglomerações mesmas possuem, por sua vez, os seus próprios processos de territorialização internos.

Mas esta não é a única contradição que deve resolver a territorialidade urbana, pois dentro de seus limites se desenvolvem todo tipo de inter-relações e mobilidades entre elementos profundamente heterogêneos e múltiplos, desde a diversidade étnica, cultural ou profissional, fazendo evidentes os enormes contrastes entre as distâncias sociais e econômicas e a proximidade física, que, como já vimos em seumomento dentro da análise do par "coesão-segregação",[14] não reduz as distâncias sociais, agravando muitas vezes a contradição não resolvida com o paroxismo da violência e com o sentimento de insegurança. Pelo desenraizamento e a anomia, estas tendências fazem com que a territorialidade urbana seja extremamente pobre e se caracterize hoje em dia como o lugar de choques e de conflitos não resolvidos. Este problema por sua vez impõe uma tal miséria aos processos de territorialização urbana que as aglomerações se

[14] Ver a "dimensão social da territorialização".

apresentam como produto de uma organização territorial desestruturada em pequenos fragmentos sem um aglutinador que dê sentido a uma totalidade.

Assim, temos âmbitos urbanos específicos que contribuem para reproduzir relações de dominação particulares. Aclaremos, de uma vez por todas, que a origem dos desequilíbrios e as relações de dominação não se encontram na configuração dos espaços, senão na qualidade da interação que estes albergam; a constituição da ordem que o território supõe e a construção de sentido que o lugar pressupõe podem ser tão sutilmente determinantes, que podem condicionar esse tipo de comportamentos. Qualitativamente, os processos de urbanização estão gerando formas cada vez mais distanciadas da natureza do lugar, segundo o que acabamos de definir dentro da dimensão cultural da territorialização. Uma manifestação concreta deste fenômeno é o atual debate que marca claramente as diferenças entre a idéia de "cidade" e sua materialidade atual nos termos nossos de "aglomeração".

A Cidade como conceito é aceita pela tradição como a forma por excelência da urbanização e no trabalho de dar um significado às cidades reais que se constroem atualmente; a chave é dada pelas tendências, intenções e desejos baseados em crenças e valores culturais. Paralelamente aos processos de urbanização, vão-se assim articulando idéias e discursos em um referente ao mesmo tempo ideal e material da Cidade, que indica o sentido de plenitude ou de carência que possam tomar as formas da urbanização, mostrando o horizonte ao qual se podem dirigir legitimamente os caminhos do planejamento territorial. Sua materialidade se refere à forma física da sociedade que a cria, como um âmbito de aplicabilidade com funções e satisfações precisas, resultante concreto e tangível de processos onde se projetam as relações sociais que são também políticas, econômicas e culturais. Estes processos conformam a entidade visível e material da forma urbana, mas é o discurso, o *logos* de uma época determinada, o que orienta e legitima a regulação e a articulação entre conceituação das idéias e a materialidade que lhes dá forma.

A urbanidade aparece então como a qualidade essencial da orga-nização espacial destas formas e é o que faz com que um território urbanizado

seja uma cidade. Podemos aqui, finalmente, retomar dois conceitos qualificadores da urbanidade: o conceito de lugar e o de harmonia, ambos já mencionados. Referimo-nos a eles como categorias qualitativas e constitutivas tanto do urbano como do território, tendo como postulado de base o fato de que ambos supõem um todo estrutural e estruturador que não pode contentar-se de nenhuma parcialidade. O processo de constituição da urbanidade se leva a cabo por ajustes recíprocos entre o que se conhece como *urbs,* ou território físico da cidade romana, e a *civitas*, comunidade solidificada dos cidadãos que a habitam. Supõe a existência e o desenvolvimento da cidadania (que assegura o estabelecimento de vínculos entre sociedade e política) e a consolidação do lugar como característica essencial da territorialidade urbana.

Na consolidação do lugar, a escala local nos parece mais adequada que a escala metropolitana ou a nacional, porque é onde se pode desenvolver melhor qualquer forma de vida cívica mediante o reforço do espaço público. No entanto e paradoxalmente, é uma escala amenizada pelas tendências de desenvolvimento do urbanismo contemporâneo, atraído pela ruptura dos anteriores limites geográficos e pela abertura vertiginosa do espaço e do tempo, dedicando-se mais aos jogos impostos por outras escalas territoriais como a regional ou a transnacional, e por outras lógicas, como a do planejamento ou a da geopolítica.

A paisagem urbana pode ser considerada como categoria estética da territorialização urbana. Como no lugar ou a territorialidade, a paisagem reserva ao observador, ao "usuário", um papel protagonista, pois é ele quem decide sobre as notas constitutivas do entorno. Mas tanto "observador" quanto "usuário" devem aqui ser entendidos como sujeitos sociais e históricos. Paisagem não é natureza: é vista sobre a natureza, perspectiva que recorta quadros, seleciona atributos e os carrega de um significado especial. Sua dimensão simbólica a ajuda a transcender a morfologia implícita em seus componentes naturais e culturais.[15]

Este recorte perceptivo territorial está adquirindo cada vez mais importância. Por exemplo, a lista do Patrimônio da humanidade da

[15] Cf. os trabalhos não-publicados de Rodolfo Giunta: *Paisagem cultural urbana*: uma percepção simbólica da cidade (2007).

UNESCO acaba de considerar a categoria de Paisagem Cultural-Urbana para qualificar o possível ingresso de alguns lugares urbanos.

Conclusões

A cidade, facilitadora da globalização, é um espaço atrator de investimentos nacionais e internacionais.

A globalização contemporânea funda suas raízes na cidade-região como espaço econômico significativo. Por sua parte, as autoridades locais competem em alguns foros internacionais por um posto ao lado dos Estados e uma legitimidade que lhes permitiria participar plenamente dos processos de tomada de decisão. É inegável que ainda é cedo para avançar facilmente por caminhos inexplorados, porque os processos que se estão desenvolvendo relativos a estes espaços pertencem a uma geometria dinâmica, com limites difusos e cambiantes e se encontram submetidos a fortes tensões pelos desequilíbrios naturais e sociais que se produzem, comprometendo uma análise mais ou menos segura.

Vale dizer que nos atuais tempos de incerteza e de crises dos princípios universais, enfrentar esse tipo de mudanças de nossas realidades é mais necessidade do que virtude, uma vez que desmoronaram as cartas de navegação cultural e social conhecidas, que ofereciam certezas e pautas de comportamento outrora orientadoras. Entre outras pautas, sabemos que nossas sociedades apresentam uma clara atomização de suas partes, onde os indivíduos primam sobre a estrutura e o fim que se pretende. Isolados, enfrentam-se em uma coletividade anônima, virando-se como podem para sobreviver.

Algumas das formas e inter-relações até agora aceitas parecem já caducas por esta mudança das condições históricas; outras, impostas sob o domínio dos Estados nacionais, já não logram satisfazer os interesses e as aspirações dos novos atores da cena internacional. O desenvolvimento das relações imateriais pelas novas tecnologias impõe outras escalas, novas dimensões e caracte-rísticas aos processos de territorialização. O uso, abuso e redução da "Cidade" a uma máquina da economia real e

financeira não é mais do que uma ilustração anedótica da imperiosa necessidade que temos de criar verdadeiras alternativas capazes, ao mesmo tempo, de explicar os novos fenômenos à altura de sua complexidade e de dar elementos para as políticas territoriais.

Com a chamada globalização, presenciamos assim outros usos e concepções dos processos de territorialização e emergem paulatinamente diferentes conceitos suscetíveis de dar conta dos novos fenômenos. Só por citar dois exemplos isolados, mas interessantes, temos, por um lado, o conceito de "espaço vazio", um espaço físico separado conceitualmente dos construtos sociais ou econômicos e das coisas e, por outro, a *glocalização,* que tenta considerar a ancoragem territorial dos sistemas econômicos e institucionais, como reação ao componente de espaço abstrato que se lhe atribui em alguns casos a globalização.

São estes os nossos tempos de globalização, nos quais as formas urbanas já pouco têm que ver com aquelas que seguiam os paradigmas da cidade greco-romana e medieval. Cabe, então, a pergunta: como a abertura metropolitana agrupará coesão, pluralismo e convivência, segurança e paz social?

Um dos desafios desta nova era histórica obriga-nos a desenvolver estratégias políticas capazes de co-ajudar a organizar o território em "estruturas significantes" nas quais se podem levar em consideração as características sociais e culturais assinaladas neste capítulo, porquanto o que está em jogo é a desestruturação territorial da sociedade. Pode-se aqui pôr de manifesto que, ante as necessidades urgentes da nova época, importa transcender práticas paralisadoras e infecundas, como no caso das atuais técnicas de planejamento que ignoram ou carecem de instrumentos eficazes para apreender a territorialidade dos pontos de vista cultural e social.

Território é um termo comum cujo *senso lato* é tão ambíguo que o faz parecer banal ou supérfluo; os processos de territorialização e a qualidade da territorialidade, ainda que possam parecer termos estritos, tentam aclarar a aparente banalidade de um fenômeno que tem profundas ligações com os processos de urbanização. Este capítulo propôs algumas pistas para entender o fenômeno *stricto senso.* Em nossas atuais e incertas

circunstâncias históricas em que nos urgem as alternativas, a análise transdisciplinar ligada aos processos de territorialização se reveste da maior importância porque esta análise pode descrever, explicar e propor caminhos sobre os novos processos de apropriação material e simbólica, os usos e significados do espaço que ocupa o território, tanto em termos individuais, sociais e institucionais, como no que tange a seus meios e suas práticas.

Que nova utopia poderá ter o valor de orientar os novos processos de territorialização? Que notas constitutivas terá a territorialidade pós-moderna?

Referências

BASSAND, Michel. Cités, villes, métropoles. Le changement irréversible de la ville. Lausanne: Presses polytechniques des universités romandes, 2007.

CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. Paris: PUF, 1989.

CAUQUELIN, Anne. *Le site et le paysage*. Paris: PUF, 2002.

CHOAY, Françoise. *Pour une antrhopologie de l'espace*. Paris: Seuil, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France 1977-1978. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

GIEDION Sigfried. *L'éternel présent*. La naissance de l'architecture. Bruxelas: P. Mardaga, 1967.

GIEDION, Sigfried. *Archtecture You and Me*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

HALBWACHS, Maurice: *Morphologie Sociale*. Paris: Armand Colin, 1970.

HARVEY, David. *Géographie de la domination*. Paris: Les prairies ordinaires, 2001.

HEIDEGGER, Martin. *Essais et conférences.* Paris: Gallimard, 1958.

HEIDEGGER, Martin. *Bâtir, habiter, penser.* In : *Essais et* conférences. Paris: Gallimard, 1980. (Col. Tel).

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (orgs.). *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'aménagement*. Paris, PUF, 1988.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Système logique de l'architecture*. Bruxelas: Mardaga, 1974.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Existence, space and architecture*. Londres: Praeger Publishers, 1971.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Genius loci*. Paysage, ambiance, architecture. Bruxelas: Mardaga, 1981.

PORTOGHESI, Paolo. *Le inibizioni dell'architettura moderna*. Laterza: Bari, 1964.

RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. Milwaukee: University of Wisconsin, 1969.

REYES, Román (dir.). *Diccionario Crítico de Ciencias Sociales*. Madri, México: Plaza y Valdés: 2007.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Folio, 1990.

SACK, Robert. *Human territoriality*: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

UNESCO. *Diccionario UNESCO de las ciencias sociales*. Madrid: Planeta, 1987.

UNESCO. *International social science journal*, v. XXX, n. 1, 1978. The politics of territoriality.

VENTURI, Roberto. *De l'ambiguïté en architecture*. Paris: Dunod, 1971.

Conclusão

Carlos Roberto Sanchez Milani

Logos e *Eros*, *Cronos* e *Kairós* no espaço mundial contemporâneo:
os múltiplos territórios das redes, organizações e movimentos transnacionais

Coube a mim a tarefa de delinear elementos conclusivos a esta coletânea de capítulos pensados e escritos por autores com distintas trajetórias intelectuais e experiências profissionais, que procuraram dar um tratamento crítico e rigoroso à análise das tensões engendradas, no campo abrangente dos diálogos multidisciplinares, entre as duas noções polissêmicas enfatizadas pelos organizadores deste livro: o território e o desenvolvimento. Vimos, ao longo dos capítulos, que o desenvolvimento é passível de críticas enquanto projeto político mistificador do universal, concentrador de riquezas, reprodutor de desigualdades estruturais e de valores fortemente etnocêntricos. Como afirma Alain Musset em seu capítulo, entre os diversos mitos do desenvolvimento não podemos negligenciar o discurso sobre o subdesenvolvimento que, de fato, foi "desterritorializado e transformado em uma alegoria das relações de poder" nas diversas escalas do global, nacional ou regional. Elsa Kraychete, por sua vez, a partir de um estudo empírico inédito sobre as finanças no estado da Bahia, trata das dinâmicas do capitalismo que apontam para a concentração e revelam múltiplas faces do desenvolvimento desigual característico do padrão de acumulação de capitais. Ainda vale ressaltar a contribuição de Cláudio Brandão, que reitera a importância de não se generalizar o processo histórico do desenvolvimento, porquanto território, escalas e desenvolvimento são produções humanas dinâmicas e conflituosas que se legitimam na ação de distintos agentes inseridos em trajetórias abertas de natureza processual. No entanto, o sentido da transformação social profunda que porta a mensagem mais radical do desenvolvimento tende a ser considerado pelos distintos autores desta obra como vetor essencial de democratização das sociedades, mormente as mais assimétricas, díspares e fragmentadas do Hemisfério Sul. Nesta

conclusão, não retomarei a discussão, já brilhantemente aqui avançada, mas também analisada em outros escritos (MORAES, 2006; RIST, 1996), em torno das promessas (não cumpridas) do desenvolvimento. Buscarei, à guisa de conclusão, simplesmente aprofundar o debate sobre os sentidos do território no espaço mundial contemporâneo.

O espaço mundial – desde o século XVI, porém sobretudo a partir da expansão das relações interestatais no século XIX – foi sendo pouco a pouco recortado por fronteiras, que definiram os limites entre impérios coloniais ou, a seguir, com o crescimento das demandas por autonomia política, por fronteiras entre Estados nacionais, em primeiro lugar nas Américas e, mais tardiamente, nos continentes africano e asiático. A fronteira do Estado-nação foi redesenhando o *mappa mundi* no espaço mundial e definindo o sentido clássico do "internacional", qual seja, o das relações entre nações e Estados. Como afirma Musset neste livro, neste espaço mundial dividido por fronteiras nacionais, três arquétipos espaciais comuns a todos os discursos sobre o desenvolvimento e o seu contrário foram construídos: Metrópole e Colônia, Centro e Periferia, Norte e Sul. Poderíamos, outrossim, adicionar a divisão geopolítica que representou o Leste-Oeste durante a Guerra Fria, ou as divisões menos clássicas presentes na política mundial contemporânea, tais como o Global-Local, o Colonizador-Colonizado, a divisão entre o Humano e a Natureza, bem como a divisão de gênero Homem-Mulher. Tais arquétipos e sentidos do território significante das relações internacionais – e, posteriormente, da política mundial – construíram-se sobre um planisfério marcado por fronteiras estatais que buscam ainda hoje circunscrever nacionalidades historicamente construídas e proteger territórios que se afirmam soberanos. Essa definição do espaço mundial permite-nos dialogar com Cássio Hissa, que em seu capítulo nesta obra lembra com muita erudição que o mundo, em última instância, é uma "idéia histórica desterritorializada", uma vez que se trata de um construto social remetendo-nos ao monopólio que ocuparam tradicionalmente os Estados nacionais enquanto atores das relações interestatais – um mundo das relações interestatais que não existe em si, porquanto não passa de uma "suspeita abstração quando pensamos que a vida e as existências se dão nos lugares, na escala dos cotidianos."

De modo semelhante e analisando a construção dos sentidos de fronteira, soberania e território nas relações internacionais, Biersteker (2001) chama a atenção para o fato de que as mudanças das fronteiras territoriais são constantes na história da política internacional. Os Estados podem desagregar-se, aumentar, novos Estados podem surgir, mas há também um debate sobre a relevância do território (físico) e a função da fronteira (permeável ou não) na promoção dos interesses do Estado. O final do século XIX e transição para o século XX demonstraram a obsessão com a conquista territorial: a geopolítica de Friedrich Ratzel e Halford Mackinder, por exemplo, apresentava os Estados como territórios em competição e em busca de controle físico; já a geopolítica marítima de Mahan salientava a conquista dos mares e de novas colônias. Como trata Biersteker (2001), pelo menos três relativizações históricas a tais concepções de território podem ser lembradas. A primeira relativização deu-se em 1911, com a publicação de *The great illusion* (Norman Angell), segundo o qual a conquista de territórios não poderia ser vista como sinônimo de prosperidade. Norman Angell dava mais ênfase ao uso do território (o "como") e não somente ao aumento dos territórios. A segunda relativização deu-se com a era atômica: as bombas poderiam dizimar territórios. Hoje, a terceira relativização a que assistimos decorre da necessidade imperiosa para os atores da política mundial contemporânea de controlar as redes (e não somente os territóriosfixos) e os fluxos (econômicos, de informação).[1]

Assim, o território constitui-se como uma categoria que pode possibilitar-nos tornar concretos – agora no campo já ampliado das relações internacionais – os processos sociais, econômicos, políticos e

1 Biersteker (2001) lembra que as formas do Estado, os significados da soberania e as concepções da territorialidade não são fixas nem constantes no tempo e no espaço das relações internacionais. As generalizações à revelia do tempo e do espaço foram sempre problemáticas. Estado e soberania são conceitos co-constitutivos. O Estado westfaliano tem fronteiras distintas. É comum que internacionalistas utilizem a categoria do Estado (e das práticas estatais) como se ela fosse invariável no tempo ou uma instituição política imutável, a exemplo de Kenneth Waltz (a anarquia como uma "striking sameness") ou Robert Gilpin (os Estados "throughout history" tiveram como objetivo principal a conquista do território a fim de defender seus interesses econômicos e de segurança). Da mesma forma, segue Biersteker (2001), os Estados utilizam a soberania com um significado operacional; o ideal da soberania westfaliana sempre foi um ideal, pois o sistema westfaliano tem sido hegemônico, mas não universal. Além disso, os conceitos de soberania são muitos, mas Biersteker (2001:162) chama a atenção para o conceito de Carl Schmitt: "soberano é aquele que decide a exceção" – o que nos remete a soberanias politicamente desiguais e substantivamente díspares.

culturais, além de nos permitir evitar uma perspectiva imaterial ou pós-materialista da política. Haesbaert (2006:127) afirma que o território é antes de tudo "um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e de desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle." É a partir desse contexto complexo de contestação dos sentidos dos territórios estabelecidos nas relações internacionais e de reconhecimento dos constantes processos de reterritorialização de identidades e interesses para além do Estado-nação que desenvolveremos estas conclusões em três breves momentos: (i) processos de globalização, território-*Logos* e território-*Eros* na política mundial; (ii) *Cronos* e *Kairós*, tempos cronológicos e temporalidades sociais do "internacional"; (iii) territorialidades construídas na articulação de escalas (movimentos, redes e organizações não-estatais).

(I) Processos de globalização: *Logos* e *Eros* na definição dos territórios do "internacional"

Pelo menos dois aspectos fundamentais caracterizam as tensões contemporâneas engendradas pelos processos de globalização: a presença expressiva de atores não-governamentais na política e o desenvolvimento de relações transnacionais organizadas de forma reticular.[2] Como lembra Therborn (2000), a globalização é um conceito bastante aberto quanto aos elementos do seu conteúdo ou mesmo de sua aplicabilidade, incluindo argumentos acadêmicos, ideológicos e midiáticos em torno, quase sempre, de cinco focos alternativos: 1) a intensificação da competição econômica; 2) uma percepção crítica de suas conseqüências sociais; 3) a impotência do Estado face aos avanços de uma economia globalizada; 4) os fluxos transnacionais de cultura, e, por fim, 5) um discurso sobre ecologia planetária e seus ecossistemas. Isso significa que os processos de globalização descrevem diferentes modos de ser dos atores e dos sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Do ponto de vista adotado nesta conclusão, entende-se que a uma análise sistêmica da globalização é

[2] As relações transnacionais são aqui definidas, seguindo Risse-Kappen (1995), como interações de caráter regular e contínuo através das fronteiras nacionais quando pelo menos um dos atores envolvidos é um agente não-estatal ou cuja ação não se dá em nome de um governo nacional ou de uma organização intergovernamental.

necessário incorporar as dimensões das relações de poder e dos conflitos nela envolvidos, como assinalaram muitas contribuições nesta coletânea. A globalização não pode ser dissociada dos dilemas do poder que ela mesma engendra nas diferentes realidades nacionais, locais e regionais (ORTIZ, 1994). São as dimensões do poder e do conflito que permitem, constantemente, reavaliar os aspectos qualitativos e extensivos da globalização, que têm acentuado as desigualdades sociais em vários recortes dos sistemas (emprego, distribuição da riqueza, educação e saúde, migração, entre outros).

Ademais, pode-se dizer que, se por um lado tais processos de globalização habilitam Estados e setores a um engajamento mais intensificado nos sistemas de troca e negociação transnacional, por outro, eles constantemente restringem, pois impõem uma seletividade. Guibernau (1997) afirma que, do ponto de vista da cultura, a globalização é um fenômeno capacitante mas também coercitivo; isto é, tanto expande as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias como imprime diferenciações de acesso a recursos por diferentes culturas. Quando confrontados com a questão nacional (os diferentes nacionalismos), os processos de globalização deparam-se com oposições entre tradição e valores manufaturados (sem raízes), identidade cultural de comunidades e identidade sem configuração cultural específica, normas socialmente produzidas de interação social intensa e solidariedade social em oposição a normas operacionais e de baixíssimo grau de interação entre indivíduos, entre outras oposições possíveis.

Do que foi dito anteriormente resulta a necessidade de discutir a fronteira que marca a relação entre o *in* e o *out* da política relevante nas relações internacionais, bem como o significado e a localização do território da ação política considerada significativa. Nesse sentido, há que se lembrar o artigo seminal de Jens Bartelson (2000), no qual o autor sugere que a globalização descreveria três dimensões da dinâmica dos sistemas mundiais contemporâneos: transferência (intensificação das trocas), transformação (mudanças nos sistemas e nas identidades de suas unidades constitutivas) e transcendência (diluição das fronteiras de inclusão ou exclusão). A intensificação das trocas (transferências

econômicas ou simbólicas) talvez seja o aspecto mais difundido nas análises sobre a globalização, e é caracterizada por um movimento de dentro para fora (*inside out*) das unidades participantes (Estados-nação). A segunda dimensão, a transformação, caracteriza uma dinâmica que ocorre por cima das unidades dos sistemas, marcada pela interação entre sistemas e setores; descreve um movimento multidimensional de fora para dentro (*outside in*), em que definições econômicas e políticas são tomadas num jogo de intersecção que não se restringe às unidades do sistema, relativizando e re-contextualizando a soberania dos Estados nacionais. Finalmente, a dimensão de transcendência da globalização, em última instância, des-temporaliza e re-territorializa as práticas humanas, as condições de produção do conhecimento, caracterizando uma dinâmica própria, irredutível a causas singulares do sistema ou de suas unidades; um mundo em que a relação dos objetos é gradualmente dominada pelos seus signos e pela informação, subvertendo a ordem constituída dos Estados e da produção de sua identidade, re-territorializando solidariedades, afiliações políticas e sistemas de autoridade. Isso afeta a própria estrutura de referência do Estado, da nação, da soberania e da sociedade como um conjunto de normas, valores e culturas, herdados e reproduzidos e, paradoxalmente, continuamente modificados.

Isso significa, ademais, que os territórios do internacional são construídos por valores materiais e produtivos, mas também éticos, simbólicos, religiosos e relacionais. O território das redes e da interconexão ocupado pelas solidariedades transnacionais (de direitos humanos, ecologistas, feministas, indígenas etc.), por exemplo, tem valor e poder da mesma forma que o território limitado pela afiliação política à nação. Como sublinha Haesbaert (2006:95), o território-*Logos* constitui-se a partir de "forças racionalizadoras de dominação", ao passo que o território-*Eros* se forma com "as forças mais subjetivas de apropriação". Inspirado nos trabalhos de Henri Lefebvre (por exemplo, *A produção do espaço*), Haesbaert (2006) reafirma, assim, que o espaço social é um construto social, um instrumento de controle e, ao mesmo tempo, uma ferramenta de dominação. O espaço é político e ideológico. Como lembra Georges Benko em seu capítulo aqui, o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, porquanto o

território é materialidade, produção, tecnologia (território-*Logos*), mas – de forma co-constitutiva – o território é também imaterialidade, subjetividade, culturas e identidades que formam o território político das trocas sociais e econômicas, ou seja, ele é compartilhado no cotidiano, baseia-se na auto-gestão, cria raízes e laços de pertencimento (território-*Eros*). Retomando a contribuição de Maria Teresa F. Ribeiro e Elizabeth Loiola, poderíamos afirmar que os territórios são também expressões de complexidades compartilhadas no cotidiano – razão pela qual a categoria que deve nos ocupar em nossas análises não é o território em si, mas sim o território utilizado, o "território semantizado" (Haesbaert, 2006:70).

O caso europeu permite-nos uma discussão interessante sobre os limites entre o território político-racional e o território cultural-identitário. Sabemos que a União Européia se define em função do "ser europeu", donde a necessidade de perguntar-se sobre até onde se estendem as fronteiras da Europa. Os limites seriam geográficos, físicos, históricos, culturais, econômicos de um mercado de intercâmbios? Haveria valores culturais e religiosos comuns que distinguiriam a Europa de seus vizinhos? Na origem, a Europa, cujo termo escrito devemos aos gregos, indicava a "direção do oeste", referindo-se às margens ocidentais do Mar Mediterrâneo. A Europa designava, assim, o litoral ocidental do Mar Egeu e a margem grega do Estreito de Bósforo. A idéia inicial de Europa é essencialmente geográfica. Mas, com o passar dos séculos, o domínio da cultura e da política passou a investir o campo dos significados dos limites da Europa. Isso significa que se pode residir na Europa, mas também se pode pertencer à Europa. A questão se complexifica quando a Europa transgrediu suas fronteiras físicas com a colonização dos novos mundos: como pensar a Europa a partir do momento em que os europeus se encontravam fora da Europa? A expansão da cultura européia por meio do cristianismo (principal religião européia com vocação missionária), da revolução científica do século XVII, do direito e dos processos de racionalização e sistematização das questões sociais e institucionais levaria uma identidade para além de suas fronteiras (território-rede)? Em outras palavras, o território europeu precisa de fronteiras? Na sua origem, a Europa foi mais um projeto aberto e menos uma entidade fechada, em oposição às tendências atuais da política migratória e de controle das

fronteiras (espaço Schenghen). Para o bem e para o mal, a Europa se expandiu e nunca se restringiu aos limites de uma fronteira. Colonização, imperialismo, mas também solidariedades pós-nacionais (informações, economia, cultura). Ponto importante, não são somente as solidariedades pós-nacionais que atravessam as fronteiras: as solidariedades pré-estatais também, como no caso das famílias, das tribos, das comunidades religiosas européias (BRAGUE, 2007).

(II) *Cronos* e *Kairós*, tempos cronológicos e temporalidades sociais do "internacional"

A temporalidade social é fruto da conjugação de *Cronos* e *Kairós*. Cronos sintetiza a sucessão irreversível do antes, do agora e do depois, de acordo com a qual tudo o que já aconteceu não pode deixar de ser e tudo o que estiver por acontecer não pode ser conhecido. Trata-se do tempo cronológico, o tempo das datas. Kairós conjuga tempos passados e futuros, a memória do acontecido, o sentido e a intenção de um imaginário sobre a destinação coletiva. Ambos consti-tuem a bi-dimensionalidade do tempo social e histórico. Isso significa que, da mesma forma que não podemos pensar a história dos territórios sem levar em consideração a cronologia, não podemos negligenciar o fato de que não existem cronologias neutras (VALENCIA GARCÍA, 2007). Por exemplo, no começo do século IX, Carlos Magno não era nem francês nem alemão, ao passo que, no século XVI, o Sacro Império Romano de Carlos V podia, ainda, transcender as fronteiras nacionais, mas já se confrontava com a identidade nacional francesa e inglesa (BRAGUE, 2007).

Da mesma forma, problemas e fenômenos da atualidade política internacional (deterioração ambiental, exclusão social, movimentos anti/alterglobalização) não se constroem de forma alheia a posturas éticas e políticas que envolvem de modo central o tempo, pelo menos no que diz respeito à luta política contra o tempo imediato da lógica pan-econômica. É evidente que tempo e espaço são indissociáveis (complexo espaço-temporal), tanto no mundo físico quanto no mundo social. A ação social (práxis) territorializa-se em um espaço físico e com tempos definidos (na sucessão de datas e na atualização de atos anteriores, por meio dos objetos

da memória), podendo inclusive ser sincrônica (multiplicidade de ações "ao mesmo tempo") e conferir particularidade a cada lugar em que se manifestam as sociedades e as culturas. O *cronotopos* constitui uma conformação espaço-temporal singular.

O tempo também interfere na territorialização de identidades na política mundial contemporânea por meio de sua dimensão histórico-antropológica, ou seja, a dimensão que indica um tempo situado na consciência de finitude. O ser humano tem consciência de sua morte, seja ele religioso ou não, podendo a partir dela gerar capacidades coletivas a fim de antecipar e criar o futuro. A consciência da finitude produz, no humano, uma necessidade projetada de atingir a eternidade. O movimento ecologista, por exemplo, em suas diferentes expressões, trata de promover a necessidade política de proteção do meio ambiente para gerações futuras. Essa antecipação da responsabilidade de gerações do futuro para o presente entra inclusive no discurso institucional da cooperação internacional, como no caso do Relatório Brundtland (*Nosso futuro comum*), publicado em 1987. Também no discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional faz-se alusão à necessidade de luta pelos "mortos de sempre", os "omitidos permanentes da pátria". Parafraseando Bourdieu, pode-se afirmar que o morto prende o vivo (*le mort saisit le vivant*) na construção das ações coletivas transnacionais com base nas interrelações entre tempo histórico e espaço social.

Além disso, há escalas distintas do tempo social: entre o tempo em geral e os tempos locais sempre podem ocorrer lapsos e desconexões. Um exemplo claro dessa desconexão, lembrado por Valencia García (2007), diz respeito à reação dos zapatistas ao Estado mexicano um ano depois do levante indígena e autonomista de Chiapas em 1995, quando os representantes do Estado mexicano solicitavam insistentemente respostas ágeis dos zapatistas. Estes reagiram com sofisticados argumentos distinguindo Cronos e Kairós, como se percebe na afirmação seguinte: "nós somos indígenas e temos ritmos, formas de entender, decidir, de fazer acordos (...) que eles não entenderam. Eles nos entendem ao contrário. Nós usamos o tempo e não o relógio."[3]

[3] Frase pronunciada pelo subcomandante Tacho, citada por John Holloway, "El concepto de

Como ressalta Germán Solinís nesta coletânea, não devemos negligenciar o fato de que o território foi construído e disciplinarmente limitado, por um lado, pela geografia política e institucional e, por outro, pela etologia animal e humana, no marco do debate aberto e progressivo entre as ciências sociais e as ciências naturais. *Grosso modo*, em ambos os casos, tendeu-se a considerar o território como um artefato e quase raramente como um processo temporalmente dinâmico e historicamente complexo. Isso significa que a natureza dinâmica da temporalidade social foi, de regra, ignorada em prol da fixação da categoria teórica e política do território. Como já afirmou Cássio Hissa em seu capítulo, o mundo não está fora dos sujeitos do mundo, dos cidadãos. Poderíamos dizer, indo mais além, que o mundo não está fora do seu tempo-espaço das comunidades ou dos lugares sociais. Hoje, os sujeitos da ação transnacional (movimentos ecologistas, redes de ativismo político, organizações de direitos humanos) podem experimentar, ao mesmo tempo, múltiplos territórios, segundo padrões, qualidades e níveis que nunca houve anteriormente ao advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso não significa uma superação da política do território pela política do tempo, mas uma tensão constante e dinâmica entre ambas nas relações internacionais.

(III) *Territorialidades construídas na articulação de escalas: movimentos, redes e organizações não-estatais*

A escala descreve a organização física e social dos territórios, mas também explica os processos políticos na ordem mundial. É por meio de uma análise escalar que se pode responder à questão: onde ocorrem as relações internacionais? As escalas da geografia integram, ao mesmo tempo, propriedades físicas e sociais de interação política, devendo ser consideradas como andaimes territoriais complexos e socialmente contestados para os quais convergem formas múltiplas de organização territorial (BRENNER, 1998). A partir desse entendimento de escala, o Estado territorial é em si uma forma multiescalar de organização territorial capitalista que engloba escalas nacionais, subnacionais e supranacionais. Da mesma maneira, movimentos transnacionais e redes

poder y los zapatistas", texto disponível na internet, março de 1996.

constituem marcos (*frames*) materialmente reais de interação social, moldados por suas formas de sociabilidade e sua organização reticular. Buscar entender onde se encontra a política mundial contemporânea não implica descrever o papel dos indivíduos, do Estado ou a natureza do sistema internacional, porém analisar a organização física e social da própria política, bem como as interações entre indivíduos, Estados e o sistema internacional (SJOBERG, 2008).

Do ponto de vista do território e da articulação das escalas, é importante notar que as mensagens políticas e as ações propostas pelos movimentos ambientalistas, feministas e de direitos humanos adquirem envergadura verdadeiramente transnacional. A escala transnacional corresponde a um *continuum* territorial de interações (conflito, cooperação, pacto, coalizão etc.) que se estendem do local ao global (da menor à maior abrangência), redefinindo, assim, a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede. Da mesma forma que o capital transnacionalizado induz mudanças sistêmicas no regime de acumulação (que, gradativamente, passa de nacional e internacional a um regime global de acumulação), os movimentos sociais transnacionais tendem a organizar-se e constituir-se reticularmente. O nexo local-global constrói o sentido do transnacional, porquanto no processo de apropriação política e econômica dos espaços pelos movimentos e redes, o território da crise ecológica, da injustiça social ou da denúncia das violações dos direitos humanos não é nem parcial, nem limitado a uma escala local. O conteúdo dessa crise e sua extensão, as ameaças introduzidas pela desigualdade social e pelos estilos de vida, bem como a necessidade de rever os modos de produção e culturas políticas, ultrapassam as fronteiras nacionais, gerando conflitos cuja solução política implica forçosamente uma negociação multilateral.

No caso dos problemas ambientais, por exemplo, pode-se afirmar que eles têm, do local ao global, um impacto sobre a definição da segurança coletiva (aquecimento), colocando em questão as fronteiras administrativas dos Estados nacionais, a separação entre o nacional e o internacional, a definição monolítica do interesse nacional, a ação estatal baseada na razão de Estado, assim como a soberania incondicionada dos

Estados. A problemática ambiental perturba, assim, o mundo moderno da territorialidade contínua e justaposta. Como afirma Porto Gonçalves (2001:71-72),

> se o conceito de espaço vital foi tão essencial na época de F. Ratzel, como para dar sustentabilidade ao desenvolvimento calcado no Estado nacional (...), em um capitalismo mundializado o espaço vital necessário para dar sustentabilidade ao sistema já não é o Estado nacional. (...) Estamos frente a uma clara tensão de territorialidades dentro do processo atual de reorganização social, em que a questão ambiental, ou seja, a relação entre a sociedade e a natureza, cumpre um papel constituinte.

Por conseguinte, nas relações internacionais, o redirecionamento dos processos econômicos globais afeta diretamente a emancipação potencial dos atores transnacionais. As mudanças no nível da ordem mundial dizem respeito à forma como se organizam e se posicionam os atores, movimentos, organizações. Nos anos 1950 e 1960, foram os funcionalistas (David Mitrany, Ernst Haas) que, no seio da disciplina das Relações Internacionais, iniciaram as reflexões sobre o papel das coalizões de interesses entre indivíduos pertencentes a países diferentes (com percepções e necessidades comuns). Nos anos 1970, Keohane e Nye (1972) definiram as relações transnacionais como o conjunto de contatos, coalizões e interações através das fronteiras nacionais que não são controladas pelos ministérios responsáveis pela política exterior nos respectivos países; privilegiaram atores de natureza bastante variada, incluindo empresas multinacionais, movimentos revolucionários, a Igreja Católica, sindicatos, redes de cientistas, transportes aéreos, entre outros.

A ruptura nos estudos sobre a transnacionalização de movimentos e organizações se dá com a aparição da obra de Rosenau em 1990: haveria um mundo multicentrado autônomo e em competição com o mundo estado-cêntrico, no qual ocorrem inúmeras transformações de caráter micro-sociológico fundamentais para entender os transnacionalismos (enfraquecimento das lealdades nacionais, retomada de identidades no nível infranacional, fragmentação comunitária, desenvolvimento de diplomacias privadas). Os indivíduos contemporâneos são, para Rosenau (1990), mais bem-informados e capacitados para pensar e agir sobre a

política mundial (*skillfull individuals*); eles têm uma base de lealdade territorializada (são cidadãos de um Estado), mas desenvolvem múltiplas formas de subordinação social des-reterritorializadas (ecologistas, humanitárias, feministas, redes de direitos humanos etc.). Aqui, caberia um paralelo com o pensamento de Elias (1991): para o sociólogo alemão, a integração eventual de indivíduos a formas de organização social que ultrapassam as fronteiras nacionais não deriva de convicções ou da boa vontade individuais, mas traduzem uma configuração de cadeias de interdependência entre eles.

A literatura especializada tende a consagrar as redes como forma de organização por excelência dos transnacionalismos (CASTELLS, 1998; COLONOMOS, 1995). Já em 1972, Burton propôs o modelo da teia de aranha (*cobweb model*) a fim de ilustrar as interações planetárias. O que nos anos 1970 parecia novidade será descrito por Castells (1998) como a nova morfologia social das sociedades contemporâneas; para ele, as redes e a difusão das lógicas reticulares determinam amplamente os processos de produção, experiência, poder e cultura. A rede corresponderia a um conjunto de nós interconectados e interligados, seguindo objetivos comuns, fortalecendo-se mutuamente (reciprocidade, valor do elo), podendo se multiplicar em novas unidades. São exemplos clássicos os mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares na rede de fluxos financeiros globais; também ilustram essa categoria de análise os campos de coca e papoula, os laboratórios clandestinos, os postos de armazenamento, de venda e comércio da rede de narcotráfico. Há um aspecto importante a notar: qual seria o centro de poder da rede? Para Castells (1998), as redes são flexíveis e regidas por mecanismos de auto-regulação, mas isso não significa que não haja nelas hierarquias.

No caso das redes transnacionais, são construídos espaços políticos ampliados que transcendem as fronteiras do Estado-nação (COLONOMOS, 1995). As redes transnacionais seriam formas de organização social de baixa institucionalidade associando indivíduos e grupos em um raio de intercâmbios e obrigações recíprocas cujas dinâmicas visam desenvolver e consolidar ações coletivas nas esferas sociais, políticas e econômicas em escala transnacional. Às trocas e

conexões – duas palavras-chave das organizações reticulares – devem ser acrescentados, no caso das redes transnacionais, os seguintes aspectos (COLONOMOS, 1995): trans-escala (outra territorialidade), abertura (sem fronteira), multifuncionalidade, flexibilidade (conversão de recursos, valores e logística de um espaço a outros) e adaptabilidade (por exemplo, redes de solidariedade religiosa que também prestam serviços de assistência social e dão suporte a projetos políticos), relações de poder (os nós da rede não são desprovidos de interesse e paixão).

É evidente que da natureza organizacional e política dessas redes transnacionais decorrem grandes dificuldades que têm as autoridades governamentais e os regimes internacionais de controlá-las, cooperar com elas ou de combater seus efeitos (por exemplo, no caso de redes criminosas de tráfico de armamentos, drogas, seres humanos). Redes de movimentos sociais transnacionais podem ameaçar a segurança dos Estados nacionais (islamismo fundamentalista, por exemplo), constituindo-se em fontes novas de conflitos internacionais; inte-ragem com estruturas domésticas (instituições, relações Estado-sociedade, cultura política); têm acesso ao espaço público de debates e, em alguns casos, impacto político na agenda de organizações intergovernamentais (RISSE-KAPPEN, 1995; DEVIN, 2004).

A globalização e os transnacionalismos colocam em xeque, além da soberania e da autoridade do Estado, a própria noção de território nacional: ele é contestado por identidades infranacionais, processos de integração regional, mas também, no caso europeu, pelo direito comunitário (BADIE, 1995). É bem verdade que ainda existem conflitos territoriais clássicos.[4] Afinal de contas, o território é um dos componentes essenciais da realidade material do Estado nacional e de sua soberania delimitada pelas fronteiras. É no território que o Estado exerce sua jurisdição, e é por meio dele que as comunidades políticas da modernidade se diferenciam. No entanto, o que os mo-vimentos sociais transnacionais e as

[4] A crise entre a Espanha e o Marrocos, em 2002, acerca da ilha de Perejil (situada mo estreito de Gibraltar a aproximadamente 200 metros da costa marroquina e a uns 8 km da cidade espanhola de Ceuta) ilustra bem a permanência de conflitos territoriais de tipo tradicional. Tropas do Marrocos chegaram à ilhota em 2002 e foram posteriormente retiradas pelos espanhóis. Não existe nenhum acordo bilateral ou multilateral acerca de que Estado exerce a soberania sobre esta ilha.

organizações em rede revelam de modo muito particular é a necessidade de re-contextualizar a política contemporânea na qual o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas no estudo das relações internacionais, tende a se relativizar e a ser desconstruído (MILANI e LANIADO, 2006).

Nesse sentido, as contribuições seminais de Walker (1993) são uma ferramenta fundamental na análise de como as fronteiras e os territórios construídos sob a imaginação política moderna (enquanto filosofia da história) se confrontam, na contemporaneidade, com as demandas de superação (ir além) dos horizontes ontológicos produzidos pela geopolítica estatal. O realismo político não peca por insistir na importância do Estado, mas por não aprofundar consistentemente a análise do que constitui o Estado, como ele se constrói, quais são as suas contradições (WALKER, 1993:46). A filosofia da história por detrás do realismo tende a impor-nos a concepção ontológica de que a autoridade central dos Estados (sua soberania, sua capacidade de controle sobre o território nacional) seria uma condição *sine qua non* e suficiente para a vida política internacional – ao invés de *uma* característica particular de algumas formas possíveis da vida política mundializada. Como afirmam Inayatullah e Blaney (2004), dialogando com Robert Walker, as relações internacionais são um mundo, mas são igualmente vários mundos, nos quais há zonas de contato que evidenciam a co-presença temporal e espacial de sujeitos, atores e processos políticos anteriormente separados por disjuntivas geográficas e históricas. Hoje, essas trajetórias interagem, dialogam, entram em conflito aberto umas com as outras, rompendo o "império da uniformidade" antes imposto por fronteiras exclusivas e incondicionadas (INAYATULLAH e BLANEY, 2004:187). Desse processo de ruptura/abertura resulta um espaço mundial contemporâneo não mais recortado tão-somente por Estados nacionais, mas reconfigurado como verdadeira "estrutura plurilateral" (CERNY, 1995:595).

Referências

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995. (Collection L'Espace du Politique)

BARTELSON, Jens. Three concepts of globalization. *International Sociology*, Journal of the International Sociological Association, v. 15, n. 2, jun. 2000.

BIERSTEKER, Thomas. State, sovereignty and territory. In: CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas e SIMMONS, Beth (Orgs.). *Handbook of International Relations.* Londres: SAGE, 2001. p. 157-176.

BRAGUE, Rémi. Avons-nous besoin de frontières? *L´Europe, quelles frontières*, collection Penser l´Europe, Centre d´Analyse et de Prévision, Ministère des Affaires Etrangères (France), p. 4-21, 2007.

BRENNER, Neil. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 16, p. 459-481, 1998.

BURTON, John. *World society.* Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

CERNY, Phillip. Globalization and the logic of collective action. *International Organization*, v. 49, n. 4, p. 595-625, 1995.

CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux.* Paris: Fayard, 1998.

COLONOMOS, Ariel. *Sociologie des réseaux transnationaux.* Paris: L'Harmattan. 1995.

DEGENNE, Alain, FORSE, Michel. *Les réseaux sociaux.* Paris: Armand Collin, 1994.

DEVIN, Guillaume (Org.). *Les Solidarités Transnationales.* Paris: L´Harmattan, 2004.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

ELIAS, Norbert. *La société des individus.* Paris: Fayard, 1991.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, maio, p. 1360-1380, 1973.

GUIBERNAU, M. *Nacionalismos, o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, v.26, n.1, jan/jun.2006.

INAYATULLAH, Naeem e BLANEY, David L. *International Relations and the problem of difference*. New York: Routledge, 2004.

MILANI, Carlos R. S., LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 2, 2007.

MORAES, Reginaldo C. Correa. *Estado, desenvolvimento e globalização*. São Paulo: UNESP, 2006.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios e experiências latino-americanas e caribenha.In: Ana Ester Cacenã (Org). *Los desfios de lãs manifestaciones en um contexto militrizado.*Buenos Aires: Clacso, 2006.p. 151-197.

RISSE-KAPPEN, Thomas (Org.). *Bringing transnational relations back in*: non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROSENAU, James. *Turbulence in World Politics.* Princeton: Princeton University Press, 1990.

SJOBERG, Laura. Scaling IR theory: geography's contribution to where IR takes place. *International Studies Review*, v. 10, n. 3, p. 472-500, 2008.

THERBORN, Göran. Globalisations, dimensions, historical waves, regional effects, normative governance. *International Sociology*, Journal of the International Sociological Association, v. 15, n. 2, jun. 2000.

VALENCIA GARCÍA, Guadalupe. *Entre cronos y kairós: las formas del tiempo sociohistórico*. Barcelona: Anthropos Editorial e México D.F.: UNAM, 2007.

WALKER, R. B. J. *Inside/outside:* International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Le système du monde du XVe. siècle à nos jours.* Paris: Flammarion, 1984.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Os Autores

Alain Musset é diretor de estudos na EHESS, e diretor do Mestrado em Estudos Comparativos sobre o Desenvolvimento. É Professor Titular, e Doutor em Geografia. Antigo aluno da Escola Normal Superior, membro honorário do Instituto Universitário da França, e membro do Conselho Científico do Pólo América do Ministério das Relações Exteriores, é autor de várias obras sobre as cidades latino-americanas e sobre as representações sociais do território.

Carlos Brandão é Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp/Brasil, pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do mesmo instituto. Bolsista do CNPq. (brandao@eco.unicamp.br)

Carlos Roberto Sanchez Milani é professor de Relações Orga-nizacionais e Internacionais da Universidade Federal da Bahia, atuando no Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO). Professor convidado em várias universidades (Montreal, Colima, Complutense de Madri, Sciences-Po, UFRGS), trabalha atualmente em dois projetos de pesquisa, ambos financiados pelo CNPq: (i) a contestação política transnacional e o Fórum Social Mundial e (ii) as políticas externas do Brasil e do México dos anos 1990 e a participação de atores não-estatais (Rede Renato Archer "Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e Atores de Política Externa").

Cássio Eduardo Viana Hissa é Mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Geografia pela Uni versidade Estadual Paulista. Professor do Programa de Pós-Graduação

em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, possui Pós-doutorado em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É autor de vários livros e artigos no Brasil e no exterior.

Elizabeth Loiola é economista, doutora em Administração pela UFBA, pesquisadora do CNPq. Professora Adjunta da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração. Pesquisa e ensina na área de desenvolvimento, turismo, metodologia de pesquisa. (beteloiola@oi.com.br)

Elsa Souza Kraychete é professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (UCSAL) e do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/NPGA/UFBA).

Georges Benko é Doutor em Geografia pela EHESS, Mestre em Conferência pela Université de Paris I e pelo Institut d'Études Politiques de Paris e Pesquisador do Centre d'Études des Modes d'Industrialisation, professor na EHESS e na Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne, U.F.R. de Géographie, além de membro do Comité de redação des diversas revistas científicas internacionais, como *Géographie, Économie, Société* (Paris, Lavoisier) (Diretor e Fundador) e *Environment and Planning – Espaces et Sociétés* (Paris, L'Harmattan). O autor também atua em missões de pesquisa, conferências e ensino no exterior, em países como Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados-Unidos, Grã Bretanha, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Polônia, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça. (gb@univ-paris1.fr)

Germán Solinís trabalha na UNESCO, no setor de ciências sociais e humanas. É membro do comitê editorial da *Revue internationale des sciences sociales* e membro do Comité executivo do Sindicato dos funcionários da UNESCO. Doutor em Sociologia pela École des hautes études en sciences sociales de Paris (EHESS), é também diplomado em arquitetura pela UNAN (México) e mestre em urbanismo e gestão do território pela universidade de Paris VIII. Foi secretário geral da rede de pesquisadores em estudos comparativos internacionais da (EHESS), professor-pesquisador no Instituto Tecnológico y des Estudios Superiores

de Occidente (ITESO) da universidade de Guadalajara (México). Desde 2000 é professor no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Publicou inúmeros trabalhos sobre urbanismo, democracia e governança.

Maria Teresa Franco Ribeiro é doutora em Economia pela UFRJ, com pós-doutorado no IHEAL, Paris III, sobre a temática do desenvolvimento e territorialidade na Economia e na Geografia. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Administração da UFBA. Pesquisa e ensina na área de desenvolvimento e processo de internacionalização do capital, economia da inovação, política industrial e tecnológica. Membro do Instituto Voçoroca - Nazareno (MG). Membro do LABMUNDO: Laboratório de Análise Política Mundial - UFBA. (mariatfr@uol.com.br)

Colofão

Formato	17 x 24 cm
Papel	Offset 80 gr
Impressão	Setor Reprográfico da EDUFBA
Capa e Acabamento	BIGRAF
Tiragem	500 exemplares